



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FRANCISCO RAFAEL MESQUITA JERONIMO

**OLHARES QUEER SOBRE O JORNALISMO: AS REPRESENTAÇÕES DAS
DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NO JORNAL O POVO**

FORTALEZA

2021

FRANCISCO RAFAEL MESQUITA JERONIMO

OLHARES QUEER SOBRE O JORNALISMO: AS REPRESENTAÇÕES DAS
DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NO JORNAL O POVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Meios e Processos Comunicacionais.

Orientador: Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- J54o Jeronimo, Francisco Rafael Mesquita.
Olhares queer sobre o jornalismo : as representações das dissidências sexuais e de gênero no jornal O Povo / Francisco Rafael Mesquita Jeronimo. – 2021.
236 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho.
1. Jornalismo. 2. Representação. 3. Performatividade. 4. Dissidências sexuais e de gênero. 5. Queer. I. Título.

CDD 302.23

FRANCISCO RAFAEL MESQUITA JERONIMO

OLHARES QUEER SOBRE O JORNALISMO: AS REPRESENTAÇÕES DAS
DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NO JORNAL O POVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Meios e Processos Comunicacionais.

Aprovada em: 31/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Erica de Oliveira Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Bruno Souza Leal
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

À minha mãe, que, entre o dito e o não dito,
manifesta o mais imprescindível na relação
humana: a capacidade de amar!

E às Dandaras, Marielles, Gisbertas e tantas
outras, outros e outres que as existências foram
abreviadas e pelos quais, nós que aqui estamos,
lutamos!

AGRADECIMENTOS

Pensando em quais palavras utilizar para começar essas linhas de agradecimento, me veio à cabeça que havia uma canção de Ivan Lins, que, ao invés do tradicional “eu agradeço”, traduzia o real sentimento que tenho sobre a relação que construí com os outros durante esse período intenso, em que tentava conciliar a vida acadêmica, profissional e a militância sindical.

Por isso, para a minha família, meus amigos mais próximos e aqueles que contam e contavam comigo, preciso dizer: “Perdoem a cara amarrada, perdoem a falta de abraço, perdoem a falta de espaço. Os dias eram assim”.

Deveriam ser as minhas palavras, eu sei, mas quem mandou o poeta exprimir nossos sentimentos melhor do que a gente? (risos) Sugiro apenas, para garantir o tom dramático fundamental, que escutem a canção “Aos nossos filhos” na gravação marcante de Elis Regina, presente no disco “Saudades do Brasil”, de 1980.

Mas feita essa introdução, gostaria de dizer que eu não chegaria até aqui sem o apoio de uma rede de aliados. Pessoas que foram e são fundamentais nesta jornada do tornar-se mestre.

Compõem esse (seleto) grupo:

Aqueles que sempre estarão lá por mim: o meu núcleo familiar, formado pela minha mãe Mairdes, minha irmã Isadora, meu cunhado Gilson e minha sobrinha Maria Cecília, essa pessoinha de apenas cinco anos que torna minha vida mais leve e feliz;

O meu orientador, Edgard Patrício, com quem eu aprendi e aprendo, em uma troca sempre baseada no diálogo e no respeito;

Os meus amigos afetuosos Silvia Maria Vieira dos Santos e Fábio Mendes, que me inspiram há muito tempo, assim como aqueles para os quais eu corro para contar cada passo e recebo o incentivo que me faz chegar mais longe, são velhos e novos amigos, e, entre eles, cito a Samira de Castro, a Germana McGregor, o Thiago Marinho, a Claudiane Lopes e a Alí Nacif;

Os companheiros de jornada na UFC, começando pelo grupo com o qual formei “família” afetiva: Bruna Castelo Branco, Bruno Balacó, Claudiene Costa, Myra Viana e Rayanna Sousa, assim como a turma de 2019 do Mestrado em Comunicação como um todo, a mais “foda” (pode dizer palavrão na dissertação?) composição da história deste curso. Entre eles, destaco especialmente a quem eu me uni nas “resistências de gênero”, os amigos Ed Borges, Guilherme Pedrosa, Mariana Lage e Marina Solon. Todas essas pessoas foram fundamentais e até hoje me acolhem e me incentivam;

Os professores e a minha nova casa, a UFC, que oportunizaram uma das mais fortes e mais profundas experiências da minha vida;

A Alexandrina Oliveira, assistente em administração do Programa de Pós Graduação em Comunicação. É ela que toca braçalmente o babado e, através dela, meu muito obrigado a cada servidor público daquela Universidade;

Cada pesquisador e pesquisadora, que, por meio de seus ativismos e produções de conhecimentos, oportunizaram as bases desta escrita acadêmica de influência cuir;

Os meus camaradas do Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce) e da Federação Nacional dos Jornalistas, espaços fundamentais para a formação de minha consciência e onde eu carreguei a bateria para a luta. Em especial, o meu obrigado aos diretores do Sindjorce e os funcionários da entidade, que, nos momentos mais difíceis, seguraram a onda, como dizemos na gíria;

Os funcionários e diretores da Associação Cearense de Imprensa, em especial a bibliotecária Renata, que salvou essa pesquisa, ao abrir a hemeroteca da entidade em um momento que todos, por conta da pandemia, batiam a porta na minha cara.

Os professores participantes da banca examinadora Bruno Souza Leal e Maria Erica de Oliveira Lima pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões;

Os jornalistas que ousam resistir nesta profissão tão precarizada, cheia de altos e baixos e desafios e para quem esse trabalho, de alguma maneira, deve ser devolvido;

E todos e todas que vivem a dissidência, a quem eu também dedico esta produção. Eu só cheguei até aqui porque outros tantos se sacrificaram e lutaram para que a minha existência fosse minimamente possível. Eu só sou, porque nós somos, como diria, mais ou menos, a filosofia sul-africana Ubuntu.

Finalizo dizendo que essa dissertação é de todes nós, então, “façam a festa por mim”!

“Mas... / O dia vai chegar / Que o mundo vai
saber / Não se vive sem se dar / Quem trabalha
é que tem / Direito de viver / Pois a terra é de
ninguém...” (VALLE; VALLE, 1965)

RESUMO

Esta dissertação analisa, a partir de um olhar *queer* sobre a prática discursiva do jornal O Povo, as representações produzidas sobre as dissidências sexuais e de gênero no jornalismo contemporâneo, a fim de averiguar as concepções produzidas e refletidas nos elementos concretos da linguagem e com isso mensurar até que ponto o periódico, em sua camada informativa e opinativa, contribui para a repetição, conservação, transformação ou ressignificação dos padrões de desigualdade impostos ao conjunto de pessoas que vivem além das margens do código cisgênero e heterossexual. Este estudo parte principalmente dos pressupostos teóricos elaborados pelos Estudos *Queer* e de Gênero, de acordo com Lauretis (1994), Louro (2000), Butler (2000; 2017; 2019), Preciado (2011) e Bento (2014); dos Estudos do Jornalismo, através especialmente de Tuchman (1999), Traquina (2005) e Silva (2010); e da Análise Crítica do Discurso, tendo como referências as obras de van Leeuwen (1996), Fairclough (2001) e Resende e Ramalho (2011). Por meio de observação tridimensional – texto, prática discursiva e prática social – confirmamos a hipótese de que os discursos veiculados no jornal, de forma geral, revestem-se de uma aparência democrática, mas acabam por expressar um padrão impessoal e generalizado de apresentação das identidades de resistência ao projeto cisheteronormativo – o que acontece sobretudo na faixa argumentativa do periódico, mas que também é considerável no campo informativo. Apontamos ainda que é recorrente a invisibilização de vozes não-normativas, assim como acontece a passivação e o assujeitamento destas subjetividades na narrativa das editoriais mais tradicionais do jornal, entre elas os cadernos Cidades, Política (e suas variações) e Opinião; ao passo que “performatividades” subversivas e insurgentes atravessam a lógica predominante e “transviadam” o setorial de cultura e entretenimento da publicação. Acrescenta-se, por fim, que a lógica de apresentação da pauta reproduz, majoritariamente, o padrão corriqueiro do jornalismo, ou seja, afasta-se de uma discussão elucidativa das dinâmicas que produzem desigualdades relacionadas a gênero e a sexualidade e, também, ainda não é envolvido, predominantemente, por marcadores de regionalidades.

Palavras-chave: jornalismo; representação; performatividade; dissidências sexuais e de gênero; queer.

RESUMEN

Esta disertación analiza, desde una mirada *queer* a la práctica discursiva del diario O Povo, las representaciones producidas sobre las disidencias sexuales y de género en el periodismo contemporáneo, con el fin de indagar en las concepciones producidas y reflejadas en los elementos concretos del lenguaje y midiendo así la extensión a lo que el periódico, en su capa informativa y testaruda, contribuye a la repetición, conservación, transformación o resignificación de los patrones de desigualdad impuestos al grupo de personas que viven más allá de los márgenes del código cisgénero y heterosexual. Este estudio se basa principalmente en supuestos teóricos elaborados por *Queer and Gender Studies*, según Lauretis (1994), Louro (2000), Butler (2000, 2017, 2019), Preciado (2011) y Bento (2014); Estudios de Periodismo, especialmente a través de Tuchman (1999), Traquina (2005) y Silva (2010); y el Análisis Crítico del Discurso, teniendo como referencias los trabajos de van Leeuwen (1996), Fairclough (2001) y Resende y Ramalho (2011). A través de la observación tridimensional -texto, práctica discursiva y práctica social - confirmamos la hipótesis de que los discursos publicados en el periódico, en general, tienen una apariencia democrática, pero terminan expresando un patrón impersonalizado y generalizado de presentación de la identidad resistencia a lo proyecto cisheteronormativo - que ocurre sobre todo en el ámbito argumentativo de la publicación periódica, pero que también es considerable en el ámbito informativo. También señalamos que la invisibilidad de las voces no normativas es recurrente, así como la pasivación y sujeción de estas subjetividades en la narrativa de las editoriales más tradicionales del periódico, incluyendo las secciones Ciudades, Política (y sus variaciones) y Opinión; mientras que las “performatividades” subversivas e insurgentes cruzan la lógica imperante y “trasladan” el sector de la cultura y el entretenimiento de la publicación. Finalmente, se agrega que la lógica de presentación de la agenda reproduce, en su mayor parte, el patrón habitual del periodismo, es decir, se aleja de una discusión esclarecedora de las dinámicas que producen desigualdades relacionadas con el género y la sexualidad, y además, todavía no está involucrado predominantemente por marcadores de regionalidad.

Keywords: periodismo; representación; performatividad; disidencia sexual y de género; queer.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Concepção tridimensional do discurso	60
Figura 2	–	Capa da primeira edição do O Povo	76
Figura 3	–	Nuvem de palavras: Textos Opinativos de 2018	90
Figura 4	–	Nuvem de palavras: Textos Informativos de 2018	91
Figura 5	–	Nuvem de palavras: Textos Opinativos de 2020	92
Figura 6	–	Nuvem de palavras: Textos Informativos de 2020	93
Figura 7	–	Nem feminino e nem masculino	164
Figura 8	–	O lugar do erótico	165
Figura 9	–	Outras masculinidades	165
Figura 10	–	Beijo homoafetivo	166
Figura 11	–	Atores não-dissidentes aparecem junto a textos que tematizam a pauta	167
Figura 12	–	Arco-íris invade a capa do jornal	178
Figura 13	–	Logo nas cores do Orgulho LGBTI+	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Valência dos Textos Opinitivos de 2018	99
Gráfico 2 - Valência dos Textos Informativos de 2018	99
Gráfico 3 - Valência dos Textos Opinitivos de 2020	100
Gráfico 4 - Valência dos Textos Informativos de 2020	101
Gráfico 5 - Valência dos Textos – Plano geral 2018	102
Gráfico 6 - Valência dos Textos – Plano geral 2020	102
Gráfico 7 - Destaque dado às dissidências – Gênero Opinitivo 2018	104
Gráfico 8 - Destaque dado às dissidências – Gênero Opinitivo 2020	104
Gráfico 9 - Destaque dado às dissidências – Gênero Informativo 2018	105
Gráfico 10 - Destaque dado às dissidências – Gênero Informativo 2020	106
Gráfico 11 - Personalização e Impersonalização – Gênero Opinitivo 2018	111
Gráfico 12 - Personalização e Impersonalização – Gênero Informativo 2018	111
Gráfico 13 - Personalização e Impersonalização – Gênero Opinitivo 2020	113
Gráfico 14 - Personalização e Impersonalização – Gênero Informativo 2020	113
Gráfico 15 - Panorama geral da Personalização e da Impersonalização – 2018	116
Gráfico 16 - Panorama geral da Personalização e da Impersonalização – 2020	116
Gráfico 17 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado – Opinitivo 2018	118
Gráfico 18 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado – Informativo 2018	119
Gráfico 19 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado – Opinitivo 2020	120
Gráfico 20 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado – Informativo 2020	120
Gráfico 21 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado - Contexto geral 2018	121
Gráfico 22 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado - Contexto geral 2020	121
Gráfico 23 - Generalizado ou Especificado – Opinitivo 2018	122
Gráfico 24 - Generalizado ou Especificado – Informativo 2018	123

Gráfico 25 - Generalizado ou Especificado – Opinativo 2020	124
Gráfico 26 - Generalizado ou Especificado – Informativo 2020	124
Gráfico 27 - Prevalência da impessoalidade e da generalização – Opinativo 2018	126
Gráfico 28 - Prevalência da impessoalidade e da generalização – Informativo 2018	126
Gráfico 29 - Prevalência da impessoalidade e da generalização – Opinativo 2020	127
Gráfico 30 - Prevalência da impessoalidade e da generalização – Informativo 2020	127
Gráfico 31 - Ativação ou Passivação – Opinativo 2018	129
Gráfico 32 - Ativação ou Passivação – Informativo 2018	129
Gráfico 33 - Ativação ou Passivação – Opinativo 2020	130
Gráfico 34 - Ativação ou Passivação – Informativo 2020	131
Gráfico 35 - Participação das subversões identitárias nos informativos – 2018	138
Gráfico 36 - Participação das subversões identitárias nos informativos – 2020	139
Gráfico 37 - Participação das vozes não-dissidentes nos informativos – 2018	141
Gráfico 38 - Participação das vozes não-dissidentes nos informativos – 2020	141
Gráfico 39 - Quem conduz a narrativa nos textos noticiosos de 2018?	144
Gráfico 40 - Quem conduz a narrativa nos textos noticiosos de 2020?	145
Gráfico 41 - Produções por mês – 2018	154
Gráfico 42 - Produções por mês – 2020	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Teses e Dissertações sobre dissidências sexuais e de gênero no jornalismo por região	24
Tabela 2 – Artigos sobre dissidências sexuais e de gênero no jornalismo por região	25
Tabela 3 – Sistema simplificado de exclusão de atores sociais	63
Tabela 4 – Sistema simplificado de inclusão de atores sociais	66
Tabela 5 – Categorias de inclusão de atores sociais	66
Tabela 6 – Interpretação dos modos de representação	71
Tabela 7 – Estrutura dos grupos midiáticos do Ceará e a influência política-midiática	80
Tabela 8 – Jornais: tiragem média diária impressa	83
Tabela 9 – Jornal O Povo: evolução da circulação impressa	83
Tabela 10 – Textos coletados por mês	94
Tabela 11 – Quantidade de inclusões de atores sociais nos discursos	97
Tabela 12 – Qualificações atribuídas às vozes dissidentes presentes nos artigos - 2018 .	136
Tabela 13 – Qualificações atribuídas às vozes dissidentes presentes nos artigos - 2020 .	136
Tabela 14 – Qualificações das vozes não-dissidentes presentes nos artigos – 2018	137
Tabela 15 – Qualificações das vozes não-dissidentes presentes nos artigos – 2020	137
Tabela 16 – Qualificações atribuídas às vozes dissidentes presentes nos discursos – 2018	139
Tabela 17 – Qualificações atribuídas às vozes dissidentes presentes nos discursos - 2020	140
Tabela 18 – Qualificações das vozes não-dissidentes presentes nos Informativos - 2018	142

Tabela 19 – Qualificações das vozes não-dissidentes presentes nos Informativos - 2020	143
Tabela 20 – Formatos de textos noticiosos em 2018	146
Tabela 21 – Formatos de textos noticiosos em 2020	146
Tabela 22 – 20 principais interdiscursos associados aos textos informativos de 2018	148
Tabela 23 – 20 principais interdiscursos associados aos textos informativos de 2020	149
Tabela 24 – Editorias onde foram publicados os conteúdos em 2018	151
Tabela 25 – Editorias onde foram publicados os conteúdos em 2020	152
Tabela 26 – Cis-heterobolsonarismo político e o impacto na cobertura das dissidências sexuais e de gênero em 2018	170
Tabela 27 – Balanço geral dos principais marcadores da análise	188

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	22
2.1	Estado da Arte	22
2.2	Estruturação da problemática de pesquisa	26
3	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	31
3.1	Despindo sexo, gênero e sexualidade	31
3.2	O teorizar <i>Queer</i>	33
3.3	As identidades dissidentes	36
3.4	Um estudo transviado e decolonial	42
3.5	As tecnologias que procriam o gênero	44
3.6	A normatização do jornalismo	46
3.6.1	<i>O postulado da objetividade</i>	48
3.6.2	<i>Jornalismo e construção social</i>	50
3.6.3	<i>Jornalismo regional e local</i>	54
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
4.1	Fundamentos metodológicos	58
4.1.1	<i>Análise de Conteúdo no jornalismo</i>	58
4.1.2	<i>A Análise Crítica do Discurso em uma perspectiva Queer</i>	58
4.1.2.1	<i>Representação e Performatividade de Atores Sociais</i>	62
4.1.2.2	<i>Análise da intertextualidade e da interdiscursividade</i>	70
4.1.3	<i>Regionalidade como elemento de análise</i>	73
4.2	O jornal O Povo	74
4.3	Definição do <i>corpus</i> de análise	84
5	AS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NO JORNAL O POVO...	88
5.1	Representações e performatividades dissidentes em 2018 e 2020	88
5.1.1	<i>Valência das identidades não normativas</i>	97
5.1.2	<i>Discurso sobre as dissidências sexuais e de gênero direciona os textos?</i>	103
5.1.3	<i>A capacidade de produção de discussão embasada sobre as dissidências</i>	107
5.1.4	<i>A inclusão discursiva das identidades dissidentes</i>	109
5.1.4.1	<i>Os modos que as dissidências sexuais e de gênero foram personalizadas</i>	117
5.1.5	<i>Ativação, passivação e precarização das vidas dissidentes</i>	128

5.1.6	<i>A atuação das agências de notícias na narrativa sobre dissidências</i>	134
5.1.7	<i>Pode a dissidência falar? Estudo das vozes presentes nos textos</i>	136
5.1.8	<i>Os discursos que se interseccionam às dissidências</i>	148
5.1.9	<i>Gênero discursivo é aberto à insurgência?</i>	155
5.1.10	<i>Os discursos sobre as dissidências e as regionalidades</i>	159
5.1.11	<i>A representação visual das dissidências</i>	163
5.1.12	<i>O protagonismo das querelas políticas e a reprodução da cis-heteronormatividade</i>	167
5.1.13	<i>Viadarte: As performatividades da editoria de Cultura</i>	180
5.1.14	<i>Síntese dos marcadores da análise</i>	187
6	APONTAMENTOS FINAIS	192
6.1	É preciso decolonizar e transviadar	198
6.2	Transeducar o jornalismo, a formação e os jornalistas	200
	REFERÊNCIAS	203
	APÊNDICE A – TEXTOS OPINATIVOS DO “O POVO” - 2018	218
	APÊNDICE B – TEXTOS INFORMATIVOS DO “O POVO” - 2018	222
	APÊNDICE C – TEXTOS OPINATIVOS DO “O POVO” - 2020	228
	APÊNDICE D – TEXTOS INFORMATIVOS DO “O POVO” - 2020	231

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é, antes de mais nada, um escrito para estes tempos de incerteza. Estamos em 2021, período marcado pelos efeitos da pandemia de Covid-19, quando o mundo vive uma crise sanitária que testa a espécie humana em várias dimensões. Estamos também afundados em um contexto de acentuado fascismo social, de acordo com o paradoxo descrito por Santos (2009), quando um regime social de relações de poder extremamente desiguais concede à parte mais forte poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca. Mas, ainda assim, teimamos em resistir, levando a nossa história de vida, as nossas inquietações e a nossa vontade de mudança para a sociedade.

É assim que eu, homem cisgênero¹, de 35 anos, gay, que passou mais da metade da vida camuflando a sexualidade e que nunca deixou de sofrer a negação sistemática da sua existência, gostaria de começar este texto. Parto do meu lugar de fala de jornalista “bixa” nordestino e membro da classe trabalhadora para elaborar uma escrita que, adianto, será feita a partir deste olhar “transviado” e alicerçado em uma reflexão sobre o devir do jornalismo. De alguém que teve muita vergonha de ser quem é, ou de explorar os limites do seu ser, mas que hoje, já não grita contido e nem vive um amar reprimido.

Esta inquietação, portanto, tem a ver com a minha vida profissional e a minha própria existência. Por isso, revolvi estudar como o domínio das dissidências sexuais e de gênero – ou seja, as formas afetivo-sexuais, de sexo e de gênero que rompem com o projeto identitário único heterossexual e de dois conjuntos definidos pelo processo de biologização: o masculino (homem/macho) e o feminino (mulher/fêmea) – são representadas no jornalismo.

Nestes termos, focalizarei o papel do jornalismo na construção da vida social contemporânea, ao lançar impressões sobre os modos de inclusão discursiva dos sujeitos que performam além da unidade de sexo, gênero e desejo nas páginas do jornal O Povo, periódico mais antigo em circulação no Ceará.

A pesquisa revela as variadas formas de materialização discursiva das orientações sexuais e identidades e expressões de gênero nos textos jornalísticos dos gêneros opinativo e informativo, permitindo que compreendamos as imagens produzidas sobre esses atores sociais.

Neste trabalho, demonstramos como o jornal O Povo organiza e tece sentidos contemporâneos sobre esta população, notando as vozes autorizadas e silenciadas nos discursos

¹ Indivíduo que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

produzidos sobre as pessoas de gênero e sexualidade disruptivas e avaliando como o jornalismo impresso do Ceará integra o sistema de pedagogias e saberes sexuais.

Nossas estratégias de percepção passam também pela avaliação da lógica de apresentação das dissidências sexuais e de gênero a partir de sua relação com as regionalidades (VOLPATO, 2020), tendo em vista apontar em que medida as dinâmicas afetivas, culturais, sociais, ideológicas, identitárias e territoriais acionadas pelo local/regional são levadas em consideração no processo de representação do segmento.

Fazemos isso considerando que o jornalismo se desenvolve em consonância com as necessidades de informação colocadas pela sociedade moderna, como destaca Genro Filho (1987). Dessa forma, a cobertura jornalística seria reveladora das próprias questões que movem estes grupos sociais, como contradições, disputas de poder, diversidade de visões culturais, científicas, comportamentais, éticas, morais, entre outros, e dos variados interesses em disputa, elementos que compõem, inclusive, os temas das próprias notícias distribuídas pelos veículos informativos.

Nesta análise, que se debruça sobre a visibilidade que o jornal fornece sobre este agrupamento, mergulhamos nas contribuições dos Estudos *Queer* e de Gênero, para, a partir de teóricos e teóricas como Lauretis (1994), Louro (2000), Butler (2000, 2017; 2019), Preciado (2011), Bento (2014), Spargo (2017) e Bandeira (2019), avaliar as manifestações das compreensões históricas e sociais construídas em torno do sexo, do gênero e das identidades impressas no objeto de estudo.

Dentro deste campo, aprofundamos as discussões, a ponto de acionar uma decolonialidade *queer*, com vistas a expandir o entendimento sobre o assunto a partir das particularidades do Sul global, evidenciando as configurações em torno da sexualidade e do gênero como ainda mais latentes em nosso território e parte do projeto colonial (PEREIRA, 2015).

Também incorporamos a discussão sobre a formação das identidades (SILVA, 2000), de modo a questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação, entendendo estes como processos discursivos e sociais carregados de performatividade.

Enquadrada no modelo de pesquisa qualitativa, a presente investigação faz uso das construções da Análise Crítica do Discurso (ACD) – van Leeuwen (1996), Fairclough (2001), Resende e Ramalho (2011), van Dijk (2017) – uma perspectiva que se centra em problemas sociais e no papel do discurso na reprodução e produção de regimes de poder ou de dominação.

De maneira acessória, para o tratamento de dados e construção de referências, recorreremos à técnica da Análise de Conteúdo, nos referenciando em Bardin (2010) e Herscovitz (2010).

Todo este instrumental teórico-técnico nos permitirá estabelecer um conjunto investigativo capaz de mapear nas notícias e nos artigos de opinião d'O Povo quem são os porta-vozes, a localização das falas e o contexto de produção dos enunciados e manifestações sobre as questões dissidentes dentro desta publicação.

No inventário crítico do discurso que produzimos aqui, focamos a nossa atenção especificamente nas propriedades representacionais, mas longe de uma compreensão estanque, tendo em vista que entendemos a linguagem como *performance*. Tal pressuposto leva em consideração que os mecanismos de materialização de discursos são mediados por forças sociais, culturais e ideológicas, reproduzidos e sustentados via repetição incessante, ou melhor, atos performativos, dotados, deste modo, de citacionalidade. Esses elementos, que compõem a Teoria da Performatividade de Gênero (BUTLER, 2000; 2017; 2019), também anunciam a probabilidade de “repetições subversivas”, forças de ruptura do padrão discursivo, que pode abrir os textos à dissidência.

Levando em consideração estes pressupostos, estudamos, portanto, como o jornalismo impresso, uma prática social específica, desenvolvida por meio dos gêneros textuais informativos e opinativos, e dentro da ordem discursiva operada pelo jornal O Povo, um jornal impresso de circulação local, estrutura sua narrativa de forma a produzir histórias sobre os sujeitos desobedientes do código cisgênero e heterossexual.

Esta investigação analisa a produção do jornal em cinco meses de 2018 e outros cinco meses de 2020 – junho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada ano. Observe-se que não faremos menção a julho nos dois períodos citados, tendo em vista que, diante das condições colocadas pela Pandemia de Covid-19 e as dificuldades proporcionadas pela gestão pública estadual, não conseguimos acessar o único arquivo público que teria os jornais deste mês, a Biblioteca Pública Estadual do Ceará. Além disso, o próprio O Povo encerrou as atividades de sua hemeroteca e, segundo os funcionários do jornal, não disponibiliza edições produzidas há mais de 12 meses, nem para quem tem acesso à assinatura (o nosso caso) e nem na hipótese de compra direta. Mesmo com esse obstáculo, os 10 meses reunidos oportunizam uma amostragem ampla da prática discursiva e comportam datas importantes do calendário do movimento LGBTI+², para que possamos avaliar eventuais processos de mudança na

² A respeito da sigla cunhada pelos movimentos para designar lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais, optaremos, neste trabalho, pelo uso de LGBTI+. O acrograma escolhido, entre as diversas variações

linguagem neste espaço de tempo, assim como observar os próprios movimentos do jornalismo em torno da acentuada reorganização que acontece no campo das identidades registradas além dos muros da cis-heteronormatividade. Tal recorte nos permitirá verificar as construções em torno da pauta na contemporaneidade, marcada pelo avanço dos direitos civis do grupo e, incompativelmente, pela legitimação e disseminação de atos de violência de ordem moral, física e institucional (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2021). Uma época confusa, em que ganham força discursos de que corpos *transviados* seriam uma “ameaça social” a ser exterminada – lógica que aciona uma forma de pensamento que produz “a negação de qualquer diferença, reduzindo a existência outra à ameaça biológica” (AFONSO-ROCHA, 2021) e que se pode chamar de “cis-hétero-bolsonarismo”³. Entre as nossas questões está: como se manifesta a cobertura do jornal neste contexto? Como essas perspectivas – da diversidade e do reacionarismo – se relacionam nos textos?

Feitas as colocações iniciais sobre o tema, as origens, a elaboração do problema e os intentos da pesquisa, passamos agora a descrever a forma como esta dissertação está organizada.

No primeiro momento, apresentamos a construção do problema de pesquisa, sublinhando como o atravessamento do jornalismo na vida das pessoas dissidentes sexuais e de gênero tem sido objeto de investigação no nosso campo de pesquisa. Ao final deste processo revisório, concluímos o capítulo com a definição das questões de pesquisa e os apontamentos úteis à nossa análise.

Na fração seguinte do trabalho, aprofundamos os aportes teóricos relacionados a gênero, sexualidade, identidades, jornalismo e regionalidades. Neste segmento, avançamos no estudo dos pressupostos colocados pela Teoria *Queer*, uma escola de pensamento científico constituída nos anos 1980 nos Estados Unidos, que abriu a academia para o rompimento com os estudos tradicionais sobre gays, lésbicas e pessoas trans. Detalhamos o debate sobre a prática jornalística, com a colaboração das teorias deste campo, por meio principalmente de Genro Filho (1987), Tuchman (1999), Traquina (2005), Correia (2009), Silva (2010) e Christofolletti

contemporâneas, segue o que foi estabelecido nos últimos debates coletivos do ativismo do segmento, que consolidou esta referência no Manual de Comunicação LGBTI+ (REIS, 2018), publicação esta que contou com revisão final deste pesquisador. Nesta construção, o símbolo + foi acrescentado à sigla LGBTI para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero.

³ Conceito que aborda as políticas sexo-gendradas nas configurações autoritárias da extrema direita, metonimizadas no que chamam hoje de bolsonarismo e que teve condições de emergência e de hegemonia com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil, em 2018. "O cis-hétero-bolsonarismo serve à chancela e à legitimação do ódio que não ousava se dizer em público, mas que agora é vociferado, pois junta-se a outras vozes. Por isso, a voz é um fenômeno singular para o fascismo de bando ou tribalismo reacionário" (AFONSO-ROCHA, 2021).

(2019), com vistas a abarcar os valores, a ideologia e o papel do jornalismo na organização da realidade social e seu impacto em processos específicos. Também estabelecemos os parâmetros teóricos e históricos para a compreensão da importância das regionalidades, através de Peruzzo (2005), Amaral (2012), Camponez (2012) e Volpato (2020), fundamentais para a identificação de como aspectos desta natureza se relacionam na produção de sentidos elaborados pelos textos.

Na quarta parte do estudo, apresentamos o instrumental metodológico da análise discursiva proposta, penetrando as diretrizes e conceitos associados a esta vertente crítica. Descrevemos a proposta de uso da Análise do Conteúdo e observamos todas as categorias analíticas da Análise Crítica do Discurso (ACD) que serão usadas na investigação, um aparato que permite identificar e categorizar itens linguísticos a partir de uma teoria-base sobre eles.

Fundamentalmente, a ACD propõe que o discurso pode ser entendido como uma chave para a identificação da própria representação destes sujeitos em escala societal. Acionamos aqui a Teoria da Representação dos Atores Sociais (RAS) e as referências da Teoria da Performatividade de Gênero, elevando a *performance* a elemento de análise do discurso do jornalismo, e incorporamos também as análises da interdiscursividade e da intertextualidade produzidas. Além de tudo, descrevemos a mídia objeto de análise, o jornal O Povo, e localizamos o *corpus* de nossa pesquisa.

Na quinta parte deste texto, realizamos o exame do *corpus* da pesquisa. Nesta fase, avaliamos como se comportou a cobertura da temática no período definido. Aplicando os pressupostos de pesquisa, do teórico ao metodológico, averiguamos como se dá a inserção das subversões do gênero e da sexualidade na narrativa jornalística de O Povo em 2018, ano de eleição estadual e nacional e de grandes embates discursivos sobre as subjetividades não normativas, e em 2020, quando o mundo é atropelado pela pandemia de Covid-19 e, pela primeira vez, depois de 20 edições, não acontece a Parada do Orgulho LGBTI+ no Ceará, principal calendário do movimento social deste segmento no estado. Uma época repleta de acontecimentos engendrados que são consumidos pela lógica midiática.

Na sexta e última parte da pesquisa, trazemos os apontamentos finais, que apresentam as reflexões deixadas pelo estudo da intersecção do jornalismo com a pluralidade de identidades, expressões e orientações sexuais e de gênero.

Por fim, concluímos estas palavras iniciais chamando a atenção para a importância da atuação do jornalismo no processo de discussão elucidativa dos conflitos vivenciados por todos aqueles e aquelas cujas existências não reproduzem os ditames da sexopolítica, tendo em vista que o Brasil segue na liderança como país que mais assassina transexuais em todo o mundo, mantendo a posição pelo 12º ano consecutivo. De acordo com a ONG Transgender

Europe, autora do levantamento, a nação latino-americana lidera a lista desde a primeira pesquisa, em 2008 (BRASIL, 2020). Mas esta é apenas só uma das problemáticas impostas a esta população, que não é só vítima da LGBTIfobia⁴, da violência, que, de ataque verbal se converte em tortura e assassinato, mas também da negação de direitos em diversos setores da vida social. Situações concretas, sérias, que se repetem aos olhos de quem se permite ver, que precisam ser enfrentadas por toda sociedade, o que nos leva lembrar, que, pelos valores que dissemina secularmente, cabe ao jornalismo também responsabilidade com esta realidade.

⁴ Expressão construída pelo movimento social para designar o conjunto de violências perpetradas contra a população LGBTI+ em virtude da sua orientação sexual ou identidade de gênero (FEITOSA, 2019).

2 CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Inicialmente, este projeto de investigação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará apresentava como proposta a compreensão das representações sobre a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI+) elaboradas pelos jornais cearenses de referência, Diário do Nordeste e O Povo, a fim de produzir dados sobre como o jornalismo impresso do Ceará narra e visibiliza a população LGBTI+.

Pretendíamos compreender como as concepções de gênero e sexualidades, dominantes ou não, estavam representadas na produção dos jornais; conhecer as características e as diferenças de percepção sobre a população LGBTI+ nos dois veículos de comunicação analisados; apreciar a atuação dos jornais no processo de discussão elucidativa dos conflitos vivenciados pela população LGBTI+; e compreender qual papel a mídia, e do jornalismo, em especial, na produção de representações que acabam por legitimar ou excluir comportamentos.

Mas, a partir das muitas reflexões operadas diante do que já foi realizado no nosso campo de atuação e também a partir do desenvolvimento de um necessário amadurecimento das configurações da pesquisa, revisamos nossas diretrizes de trabalho.

Esta readequação levou em consideração uma maior familiaridade com as teorias, com o campo de estudos, com as categorias analíticas e com a aproximação, sobretudo, de uma perspectiva que propõe pensar o estudo das questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual longe de certa rigidez, de compreender o gênero e as identidades não como substantivos, mas produtos de “efeitos de subjetivação” (BUTLER, 2017). Isso implica adicionar ao olhar do pesquisador que se debruça sobre a narrativa das dissidências sexuais e de gênero lentes de percepção mais amplas, que vão além de categorias difundidas, como LGBTI+, para então enxergar outros movimentos, modos de expressão e, também, conseguir avançar na crítica destas diferenças, entre elas as que determinam um sujeito coerente.

Esta nova mirada é muito alimentada também pela própria revisão que se faz do campo de pesquisa. No Estado da Arte que apresentamos a seguir, que reúne os estudos da reprodução das subversões das identidades cisgêneras e heterossexuais no jornalismo, mapeamos a produção científica desenvolvida sobre o tema no Brasil, bem como conhecemos os conceitos-chave e metodologias utilizadas diante deste desafio epistemológico comum.

2.1 Estado da Arte

Apreender as visões sobre as pessoas que vivem além das fronteiras dos dispositivos da sexualidade e do gênero tem sido uma problemática em ascensão nos estudos do jornalismo e faz parte de um esforço não só científico, mas político, de pesquisadores que buscam qualificar os debates sobre este agrupamento social, que luta por acesso a direitos, combate preconceitos e estigmas e enfrenta inúmeros tipos de vulnerabilidades sociais.

Ao produzir um “estado da arte” dos estudos que tinham como objeto de análise a produção do jornalismo sobre os sujeitos em dissonância com os padrões de sexo, gênero e desejo, partimos de uma revisão dos trabalhos correlatos ao desta dissertação, com o objetivo de consolidar técnicas e procedimentos metodológicos, assim como revisar hipóteses, questões de pesquisa e objetivos do trabalho à luz das eventuais lacunas deixadas nas investigações produzidas no campo de estudos da comunicação.

Para tanto, foi realizado um mapeamento das Teses e Dissertações produzidas no Brasil e disponibilizadas no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assim como o levantamento de artigos que compõem o banco de periódicos da própria CAPES e os trabalhos apresentados nos eventos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) realizados em três anos (2017, 2018 e 2019). As três entidades são reconhecidas nacionalmente como as principais instâncias de divulgação e qualificação científica da área de estudos.

Na observação do material, foram feitas as leituras dos resumos, introduções, seções dos textos que tratassem das teorias e métodos usados e conclusões. Com isso, construímos uma paisagem de como as orientações sexuais e identidades e expressões de gênero não normativas têm sido utilizadas como objeto de análise das pesquisas produzidas sobre o jornalismo brasileiro.

No grupo das Teses e Dissertações, avaliamos 18 trabalhos, sendo 15 de Mestrado e três de Doutorado, que tratam da interface dos estudos do jornalismo e o tópico diferença sexual e de gênero.

De modo geral, podemos inferir um perfil majoritário deste tipo de pesquisa. A escolha mais forte entre os pesquisadores que se desafiam a compreender a relação entre o jornalismo e as subversões identitárias é de analisar o discurso jornalístico, preferencialmente na mídia impressa, mais precisamente no jornal, observando a narrativa sobre LGBTI+ (exatamente circunscrito neste universo) no jornalismo, preferencialmente em veículos nacionais e usando como principal procedimento metodológico de coleta e interpretação de

dados algum tipo de análise do discurso ou estudo que se aproxima desta técnica ao permitir produzir impressões sobre o discurso do jornalismo.

Outro dado geral relevante é que a regionalidade não é usada como elemento norteador nas análises encontradas e predominam pesquisas de publicações/mídias de caráter nacional ou até internacional. Ao mesmo tempo, a pequena frequência de estudos de práticas e mídias regionais pode ser justificada pela própria localização geográfica dos trabalhos, já que 43,75% deles – a maior parte – foram produzidos em universidades do Sudeste brasileiro, região onde estão os principais periódicos do país e a sede de grandes corporações de mídia. Além disso, a maioria das pesquisas de instituições fora do eixo-central de produção optam por analisar produções de outras localidades, mais precisamente veículos “nacionais”.

Tabela 1 – Teses e Dissertações sobre dissidências sexuais e de gênero no jornalismo por região

Região	Quantidade de pesquisas	
Sudeste	7	43,75%
Nordeste	4	25%
Sul	3	18,75%
Centro-Oeste	2	12,50%
Norte	0	0%

Fonte: elaborada pelo autor.

Fechando este bloco, é importante acrescentar que o conjunto inscrito no anagrama LGBTI+ (e suas variações) é o objeto principal das análises de Teses e Dissertações, afastando-se de uma tendência que caracterizava os estudos sobre sexualidade no jornalismo nas décadas de 1990 e 2000, quando os trabalhos se debruçavam mais propriamente sobre a imagem homossexual ou gay no jornalismo – uma análise da homossexualidade que, ao invés de ampla, acabava repousando sobre o prisma do homossexual masculino. Tal conjuntura é confirmada por Lazarin e Rodrigues (2014), em levantamento dos estudos das homossexualidades, de 1992 a 2008, nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. A mudança de paradigma nos últimos anos permitiu o florescimento, inclusive, de pesquisas que pautam a presença lésbica e trans (travesti e transexual) no jornalismo – duas das identidades marginalizadas, inclusive na visibilidade midiática e epistêmica. Entre as 12 pesquisas sobre as subversões de sexo, gênero e desejo, oito pautam o conjunto definido na sigla LGBTI+ (e suas variações), três a transexualidade e uma a questão lésbica unicamente.

Já ao analisar os artigos, aqui com 28 trabalhos a serem referidos, concluímos que o padrão identificado no mapeamento sobre os trabalhos de conclusão de mestrado e doutorado é praticamente mantido. As pesquisas voltam a tratar principalmente da inserção das identidades inscritas na sigla LGBTI+ no texto jornalístico – é o caso de 20 dos 28 escritos. Permanece a preponderância da Região Sudeste, com 39% dos artigos, que foram oriundos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, cada um com, respectivamente, cinco, quatro e dois trabalhos.

Tabela 2 – Artigos sobre dissidências sexuais e de gênero no jornalismo por região

Região	Quantidade de pesquisas	
Sudeste	11	39%
Sul	7	25%
Nordeste	5	18%
Centro-Oeste	3	11%
Norte	2	7%

Fonte: Elaboração do autor.

De modo geral, os artigos optam pelos estudos da mídia impressa e, nesse caso, o jornal; prevalecem as análises do discurso jornalístico a partir da percepção da narrativa sobre LGBTI+ nos textos; e preponderam como principais procedimentos metodológicos a Análise do Discurso, ainda que se note uma variedade de pelo menos outras 16 técnicas de exploração de textos do jornalismo. O foco nacionalizado persegue, ainda que uma feição regional apareça com contornos mais fortes frente à realidade vislumbrada nos produtos finais dos cursos de Mestrado e Doutorado.

Os destaques, entretanto, ficam nas novas referências que aparecem, como a perspectiva de se analisar as interseccionalidades, avançando na discussão transversal das opressões sofridas por negros, mulheres e pessoas de gênero e sexualidade disruptivas, assim como propostas multimetodológicas, que combinam, por exemplo, recursos da análise de conteúdo e da análise do discurso – em suas diversas escolas – em estudos sobre as dissidências. Outro fator importante foi o acionamento de levantamentos que dão conta de processos históricos do campo de estudos e da própria mudança discursiva que tem acompanhado a temática que estudamos no jornalismo.

2.2. Estruturação da problemática de pesquisa

Tendo como base as pesquisas que relacionam os estudos do jornalismo às identidades de resistência à norma “cisheterossexista”⁵, vemos delineados alguns caminhos e lacunas a serem percorridos e preenchidas, o que nos ajuda no processo de estruturação da problemática de pesquisa.

Primeiramente, na leitura das dissertações e teses, ficou evidente a necessidade de, quando se tratar de estudos sobre o conjunto das identidades de gêneros e práticas de sexualidade, dar-se atenção às várias subjetividades que formam este universo. Ainda que indicassem majoritariamente tratar de análises sobre o conjunto de identidades e orientações, percebeu-se, nas obras, pouca atenção às identidades já invisibilizadas, como homens trans, ou mesmo travestis e mulheres trans, intersexuais e pessoas que se identificam como *queer* e não-binários.

Também se observou que os objetos cujas análises chegaram mais fartas de significados foram os que, em alguma medida, seja através de metodologias, como análise do discurso foucaultiana ou de linha crítica, seja por meio de modelos etnográficos e de análise do setor produtivo, dimensionaram a questão do contexto, do aparato social que forma o setor jornalístico, das dinâmicas de produção do jornalismo convencional e das características relacionadas aos operários da notícia.

Nesse quesito, destacam-se, ao nosso olhar, as produções que optaram por acionar como ferramenta de exame a Análise Crítica do Discurso (ACD), justamente por esta avaliar as concepções discursivas que, por sua vez, são úteis na identificação de relações de poder imbricadas no processo de produção, pelo jornalismo, de representações e identidades. Sobre este quesito, é preciso dizer, que a ACD comporta algumas contenções em relação ao caráter rígido de certas categorias previstas no instrumental proposto por esse procedimento metodológico, o que exige do pesquisador ocupar brechas desta natureza, sobretudo considerando a interface proposta com as questões de gênero – um universo permeado de movimentos e múltiplo. A potência do método, entretanto, está na possibilidade de ver a própria linguagem a partir de uma perspectiva crítica, considerando atitudes ético-políticas das forças que falam, escrevem e habitam o discurso.

Outra dimensão importante é lançada pela carência de pesquisas de apelo regional, que nos parecem potenciais, tendo em vista que lançam a possibilidade de compreensão das

⁵ Falar do cisheterossexismo é denunciar a imposições da heterossexualidade e da binaridade de gênero construídas como norma na sociedade (BUTLER, 2000).

dinâmicas diversas e descentralizadas das relações entre esteios identitários, questões de gênero e mídia. Saindo do eixo econômico político do país, fincado no Sudeste brasileiro, as pesquisas poderiam trazer impressões sobre como as periferias do Brasil compreendem determinados aparatos sociais em suas narrativas e até que ponto são tocados pelas questões locais.

Por fim, uma tendência em desenvolvimento no campo de pesquisa é a perspectiva do pesquisador se implicar na obra, se localizar diante desta produção, já que estamos falando de identidades, preconceitos e subjetividades. Considerando os limites das metodologias escolhidas, parece um bom caminho incluir no estudo algum aspecto de uma “escrita de si”, ou, como cunhou a escritora Conceição Evaristo, uma “escrevivência”, ou seja, “a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência” (OLIVEIRA, 2009, p. 622). Não à toa, muitos dos pesquisadores eram LGBTI+ e declararam isso em seus textos. Entre eles, a presença de uma estudiosa intersexual, Raphaella Freitas Petkovic de Carvalho Pereira, que abre a pesquisa com um depoimento. Nestes termos, Gonzatti (2017) propôs o uso de um relato no qual elementos autobiográficos do pesquisador ajudam a desvelar diferentes contornos, em um fluxo narrativo em que sujeito e objeto fazem parte. Logo, para atender a este intento, utilizaremos nesta pesquisa o conhecimento que temos sobre a realidade, a relação profissional, fraternal e afetiva que construímos junto aos profissionais da área, os lugares sociais destes processos e a própria experiência com estes modos de ser e estar no mundo.

Sendo assim, a partir do aprofundamento do estado de desenvolvimento do setor de estudos, chegamos ao redirecionamento da investigação.

Entre os referenciais, é reforçado o estímulo epistemológico sobre as regionalidades, de pensar se o jornalismo produzido no principal centro urbano cearense comporta especificidades quando se trata da inclusão discursiva de pessoas de sexualidades e gêneros dissidentes. De perceber como este se relaciona a esta realidade particular, lavando em consideração características como o ideal hegemônico de masculinidade presente em nossa cultura e as violências recorrentes contra as pessoas que reivindicam sexualidades e gêneros diversos.

Cresce também o incitamento de se produzir pesquisas que aprofundem o entendimento, no jornalismo contemporâneo, sobre as construções relacionadas ao já popularizado conjunto identitário inscrito na sigla LGBTI+, onde se misturam orientações sexuais e identidades de gênero, mas também sobre outras subversões, aqueles que não estão interessados em parâmetros de inteligibilidade baseados em órgãos sexuais, práticas sexuais e códigos generificados, formas de existência que concebem uma força, uma nova mentalidade em torno dos corpos, uma exigência de existência e aceitação, uma denúncia da imposição de

comportamentos, um empreendimento crítico que desestabiliza. Ao falar das representações destes atores sociais, intercambiamos esse quadro ao conceito de “performatividade” – previsto em Butler (2000; 2017). E, ao avaliar a luta discursiva frente ao tema no jornalismo, lançamos a proposta de perceber as insurgências discursivas provocadas por estas identidades.

Entendemos ainda como fundamental ao nosso empreendimento epistemológico a incorporação de dados e discussões sobre a prática discursiva do jornalismo impresso e seu relacionamento ao contexto social em que se desenvolve – demonstrando como a linguagem jornalística é incrustada de valores e é esboçada. Inferências que nos ajudam a situar o corpo de discussão.

Outro ingrediente deste processo deve ser uma observação mais densa dos narradores, das fontes e daqueles que o jornal eleva à posição de autoridades apresentadas sobre o assunto. Elemento que passou paralelo, ora relevante, ora negligenciado nas pesquisas mais recentes sobre o campo. Interessa-nos saber quem fala, a quem é dado o poder de fala, quem é silenciado, quem é esquecido, quem é celebrado, o que é destacado, o que é dito, como, quando e dentro de que perspectiva. Perceber quem toma o seu direito de fala, ou seja, quem tem direito ao discurso, quem tem espaço, entendendo que o jornalismo é um ambiente de disputa. Vislumbrar ainda, no embate discursivo, quem assume que determinadas manifestações não são representativas de específicas práticas discursivas. Propostas pretensiosas que pretendemos atender a partir do mergulho nas páginas do produto que analisamos e nas interfaces de apreensão da realidade em que ele é produzido, considerando ainda a força da cultura profissional, de um universo cada vez mais ocupado por pessoas que professam a sua dissidência e assumem determinadas intenções frente a este objeto.

Já ao definir o componente de análise, encaminhamos a possibilidade de utilizar o veículo jornalístico que atenderia com mais profundidade o caráter de jornal de referência do estado, sendo definido como instrumento de investigação desta pesquisa o jornal O Povo, o mais antigo do Ceará em circulação, com 93 anos.

A escolha d’O Povo atendeu também à necessidade de compreender como as dissidências sexuais e de gênero são tematizadas em um jornal impresso estadual/regional, sabendo que outros estudos, como já destacado aqui, centralizaram-se na apreciação de veículos de circulação nacional.

Nestes termos, emergem as novas questões de pesquisa, que passam pela necessidade de desenvolvermos uma análise multiperspectiva sobre as narrativas produzidas sobre sujeitos dissidentes neste arquétipo do jornalismo praticado no Ceará.

Para colocar mais declaradamente o foco desta investigação, o objetivo principal desta pesquisa é compreender como o jornal O Povo organiza e tece sentidos contemporâneos sobre as dissidências sexuais e de gênero. Falamos de “dissidências” por entender que os gêneros e as identidades que criticam as normatizações, normalizações, naturalizações e binarismos são produtos, fundamentalmente, de um processo de subversão. Ao mesmo tempo, usamos esta conceituação em contraposição à ideia de “diversidade sexual e de gênero”, que, como explica Colling (2017), é uma construção excessivamente descritiva, normalizada e “ligada a uma perspectiva multicultural festiva e neoliberal que não explica como funcionam, como são produzidas e como se cristalizam as hierarquias existentes na tal diversidade” (COLLING, 2017, p. 2). Sendo assim, neste conjunto, incluímos a já costumeira referência das identidades (lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual) mas também nos preocupamos com as sexualidades e os gêneros que se manifestam além dos binarismos, que caminham rumo à desconstrução das normas e da frequente afirmação identitária e que levam em consideração que uma série de pessoas prefere ficar nos trânsitos e/ou fora das fronteiras quando se trata de sexo, gênero e desejo. Falar de múltiplas sexualidades e gêneros é, por exemplo, saber que este mesmo universo abriga pessoas não binárias, meninos afeminados, mulheres lésbicas masculinizadas, mulheres com pênis, homens com vaginas, não homens/mulheres, mas também aqueles que ressignificam nomenclaturas como “bambi”, “baitola”, “viado”, “sapatão”, “caminhoneira”, “sapa”, “boneca”, “barbie” – só para citar algumas – e carregam estes termos de potência afirmativa.

O objetivo geral, dada sua magnitude, desdobra-se em questões mais detalhadas, sendo elas: 1) identificar como os atores sociais desobedientes à cis-heteronormatividade são representados no jornalismo contemporâneo; 2) observar as vozes autorizadas e silenciadas nos discursos produzidos sobre o gênero e a sexualidade não-normativa; 3) produzir dados sobre como o jornalismo impresso do Ceará integra o sistema de pedagogias e saberes sexuais e 4) Identificar aspectos de regionalização e a importância da regionalidade nos textos do jornal que tematizam as identidades que transitam pelas fronteiras do “sistema sexo-gênero”.

Nesta investigação, estudamos como as práticas sociais das dissidências sexuais e de gênero são tematizadas por determinada prática discursiva – a jornalística. Em nossa análise exploratória, mapearemos os conteúdos para então construir uma análise discursiva.

Não partimos necessariamente de pressuposições, mas de questionamentos. Sendo assim, perguntamos: como o jornalismo local, produzido no Ceará em um grupo tradicional de mídia, organiza compreensões renovadas sobre identidades híbridas que questionam as subjetividades inertes e ordenadas? Como são construídas as “imagens” relacionadas aos

gêneros e às sexualidades não-normativas? São registrados processos de estereotipação e/ou de produção de abordagens preconceituosas? Os textos ultrapassam a aposta exclusiva nas propostas dos marcos legais e o reforço às normas ou instituições consideradas disciplinadoras das sexualidades e dos gêneros? As narrativas elucidam as múltiplas sexualidades e gêneros para além dos binarismos? O jornal estabelece pensamento crítico sobre as perspectivas biologizantes, genéticas e normalizadoras? Até que ponto o jornalismo produzido pelo O Povo consegue distinguir os domínios das identidades que enfrentam a cisgeneridade e das orientações que sabotam a heterossexualidade? Ou ainda, entendem que as identidades são fluidas e que novas identificações são e podem ser criadas, recriadas e subvertidas permanentemente? E, por fim, há silenciamento de vivências e vozes da dissidência mesmo quando as narrativas são sobre estas?

Queremos nos aprofundar nas narrativas contemporâneas do jornalismo de referência produzido em solo cearense não para expor um discurso pré-concebido de que este seja, em alguma medida, palco de violações dos direitos dos sujeitos que vivem além das margens da cis-heteronormatividade. Longe disso, o nosso objetivo aqui é auxiliar na compreensão de suas engrenagens, amarrações e domínios e, dessa forma, se for o caso, tentar reorientá-lo.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Antes de mais nada, colocamos como fundamental para esta pesquisa, traçar algumas dimensões históricas, teóricas e conceituais em torno das dissidências sexuais e de gênero, do Jornalismo e da própria interface entre essas práticas sociais.

Por isso, recorreremos, neste capítulo, à definição de elementos que serão fundamentais para o nosso trajeto analítico e com isso construiremos as bases da nossa problematização.

Trata-se, assim, da definição de perspectivas epistemológicas que colocam os alicerces para a averiguação de como as narrativas jornalísticas tecem representações presentes sobre as subversões do gênero e da sexualidade normativa.

3.1 Despindo sexo, gênero e sexualidade

Ao refletir sobre a ordem sexual contemporânea, Butler (2000) afirma, em diálogo com Jacques Lacan, que, ainda no processo de geração biológica, nós, sujeitos ocidentais, passamos pela ação de significação sexual de nossos corpos. Mas tal atribuição não seria colocada como uma possibilidade de escolha deste indivíduo, e sim fruto da imposição de um aparato regulatório, um sistema de poder que produz, de forma forçosa, o sexo, que seria, por assim dizer, produto de um constrangimento desde o início.

O sexo seria então entendido como uma construção idealizada, que é forçosamente materializado através do tempo e que possui normas regulatórias fabricadas através de um conjunto de “performances” que se corporificam e assim produzem o que vai se chamar de diferença sexual. Esta exageração da diferença atua a serviço do imperativo heterossexual.

Enfrentando as explicações sobre sexo, gênero e sexualidade, que supõem a mulher e o homem a partir de atributos fisiológicos e papéis sociais, que devem se relacionar afetivo e sexualmente entre si e nunca com seus semelhantes, Butler (2019) elabora o entendimento de que a classificação por gênero – masculino e feminino – não seria uma essência, mas sim algo temporal e social, que nasce de um processo histórico de construção de uma identidade fincada na estetização dos corpos. “Como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado” (BUTLER, 2000, p. 163).

A autora destaca que a produção destes suportes, que leva a uma “falsa estabilização dos gêneros” (BUTLER, 2017, p. 234), é feita com o fim de permitir a construção e regulação heterossexuais da sexualidade, que, por sua vez, tem fins de dominação e reprodução social. “A

regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (BUTLER, 2017, p. 47).

Esta estrutura conceitual é denominada pelos cientistas sociais feministas como “sistema sexo-gênero”. Ainda que os significados possam mudar em cada sociedade, a partir de postulados culturais, tal modo de operação estaria acoplado a fatores políticos e econômicos. Lauretis (1994) descreve que este sistema funciona junto aos mecanismos de sustentação da desigualdade social.

O capitalismo ampararia o gênero com o fim de causar insatisfação, por meio da distribuição de valores e hierarquias sociais. “O gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa o indivíduo por meio de uma classe” (LAURETIS, 1994, p. 211).

A operação desta “ideologia de gênero” (LAURETIS, 1994) se dá através do que Butler (2017) chama de “heterossexualidade compulsória”, imposta pelas instâncias reguladoras do poder, ou seja, pelo discurso hegemônico.

Ao empreender uma crítica radical, Butler (2017) busca contestar as próprias reificações do gênero e da identidade produzidas na política e na teoria feminista, propondo a transição de um modelo “genderificado” do feminismo, para outro “que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo” (BUTLER, 2017, p. 25).

Execrando a solidez moderna, Butler questiona os padrões do que vem a chamar “heteronorma”, um agente violento, pois impõe sanções e restrições àqueles que o subvertem. Ou seja, a materialização desta norma na formação corporal e comportamental de quem não se enquadra na cis-heteronormatividade⁶ produz um domínio de “corpos abjetos”, que sofrem os efeitos deste processo que os despe de humanidade, formas de viver que não contariam como vidas, que não valeriam a pena proteger, salvar e prantear (BUTLER, 2000).

Trazendo como exemplo a performance *drag queen*⁷, a autora vai destacar que esta experiência expõe o mecanismo de fabricação dos gêneros, já que debocha do próprio mito de originalidade imposto por esta ordem generificada. “Ao imitar o gênero, a *drag* revela

⁶ Conceito que faz referência a um conjunto de relações de poder que normaliza, regulamenta, idealiza e institucionaliza o gênero, o sexo e a sexualidade, criando uma linha ilógica e estritamente horizontal. Nesta matriz normativa, estabelece-se como prisma existencial ser uma pessoa heterossexual, ou seja, sentir atração afetiva/sexual somente pelo sexo/gênero diferente do seu e ser cis, que significa estar em total acordo com o “gênero biológico” atribuído no nascimento.

⁷ Experiência onde um artista representa uma imagem unificada de mulher, com direito a curvas corporais salientadas, seios fartos, cabelo longo e muita maquiagem, de forma a criar uma ilusão, baseada em uma essencialidade feminina (BUTLER, 2017).

implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como a sua contingência” (BUTLER, 2017, p. 237).

Ao desconstruir a “generificação” produzida no âmbito do regime hegemônico do capitalismo ocidental, a filósofa Judith Butler é uma das pesquisadoras responsáveis por criar o terreno de desenvolvimento de uma Teoria *Queer*, um promissor campo de estudos, que, como afirma Lauretis (2019), é nomeado por ela em 1990, surgindo, naquele momento, como meio de “resistir à homogeneização cultural dos estudos de gays e lésbicas” (LAURETIS, 2019, p. 398).

3.2 O teorizar *Queer*

Os Estudos *Queer*, compreendidos dentro de um campo de atuação teórico, metodológico e ativista, como adiantado, começam a ser elaborados ainda nas décadas de 1980 e 1990, mas só ganham ressonância no Brasil em fins do século XX (BANDEIRA, 2019).

Palavra de origem inglesa, *queer* é originalmente um xingamento, uma injúria contra a população não-heterossexual, que pode ser traduzido por: estranho, esquisito, ridículo, algo análogo a “bixa”, “viado”, “baitola” e “sapatão” para os brasileiros, mas que foi alvo de uma apropriação linguística que levou a palavra a ser usada como fonte de orgulho e para expressar formas de vida em desacordo com as normas socialmente aceitas. Assim, como coloca Spargo (2017), *queer*, reivindicado como expressão da transgressão, agindo como oposição à norma e à normalização, nomeia um conjunto populacional com desejo de romper as amarras do projeto de poder regulador que as heterossexualidades construíram. *Queer* foi também captado por pesquisadores pós-estruturalistas para dar título a um campo científico que demanda uma nova mentalidade em torno dos corpos, faz a exigência de existência e aceitação de grupos subalternizados pelo sistema sexo-gênero e ainda denuncia a imposição de comportamentos.

De acordo com Bento (2014), e como pudemos observar nas contribuições de Butler (2017), os Estudos *Queer* ajudam a “desnaturalizar” os processos de formação das orientações, identidades e expressões sexuais e de gênero, e, também, a enxergar a possibilidade de uma “não-identidade”.

Para Bento (2014), as teorias/ativismos deste campo possuem alguns eixos, como a não naturalização das “bioidentidades” coletivas e individuais; a denúncia das relações de poder que são funcionais para as estruturas da diferença sexual; a problematização das binaridades; o

reforço da dimensão humana; e a crítica das polarizações produzidas no gênero (masculino x feminino) e na sexualidade (homossexual x heterossexual).

Portanto, antes mesmo de adentrar nos espaços universitários, a abordagem *queer* já era forte elemento de ativismo e militância de gays, lésbicas e pessoas trans nos Estados Unidos (BANDEIRA, 2019, p. 6).

Bento (2014) acrescenta que uma originalidade da perspectiva *queer* é a relação que passa a estabelecer com os insultos que funcionaram como dispositivos discursivos, que produziram horror, medo profundo, e que de alguma forma organizaram as subjetividades homossexuais e transexuais, em meio ao enfrentamento de um “homoterrorismo reiterado” (BENTO, 2014, p. 248).

Tal contexto colaborou para que esses sujeitos nominados como anormais produzissem, nas instâncias da vida, o desejo de serem amados, respeitados e incluídos, mesmo que por meio da inclusão via “assimilação, silêncio e invisibilidade”. A autora afirma que o *queer* propõe “que se interrompa a reprodução das normas sociais através da incorporação política do outro-abjeto” (BENTO, 2017, p. 248).

Esta ordem *queer*, portanto, indica a ruptura da gramática do desejo, da sexualidade e da vida do outro tido como normal.

Acredito que o “pulo do gato” que os estudos/ativismo queer inauguram é o olhar para o “senhor” e dizer: “Eu não desejo mais teu desejo. O que você me oferece é pouco. Isso mesmo, eu sou bicha, eu sou sapatão, eu sou travco. E o que você fará comigo? Eu estou aqui e não vou mais viver uma vida miserável e precária. Quero uma vida em que eu possa dar pinta, transar com quem eu tenha vontade, ser dona(o) do meu corpo, escarrar no casamento como instituição apropriada e única para viver o amor e o afeto, vomitar todo o lixo que você me fez engolir calado (BENTO, 2017, p. 248).

Neste momento, a personificação da norma – o homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão – é levada a acertar as contas com o “abjeto”, que, por sua vez, rejeita a posição fantasma, vergonha e lixo social, para enfrentar a lógica societária que lhe atribuiu valor, estabeleceu divisões e que, “de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina” (LOURO, 2000, p. 12).

Neste sentido, Preciado (2011) recupera uma série de pressupostos para apontar a ação de uma “sexopolítica”, quando o sexo entra no cálculo do poder, fazendo com que discursos sobre o sexo e tecnologias da normatização das identidades sexuais e gênero ajam no controle da vida.

Assim, mais do que uma prática social, a heterossexualidade seria um regime político, destinada a produzir corpos *straight*, ou seja, “em linha reta”, corpos “lineares”, em

tradução direta. “Ao regular a reprodução da vida, esse sistema produz uma “divisão do trabalho da carne, segundo a qual cada órgão é definido por sua função. Uma sexualidade qualquer implica sempre uma territorialização precisa da boca, da vagina, do ânus” (PRECIADO, 2011, p. 12).

Neste ponto, podemos nos perguntar se o pensamento *queer*, de alguma forma, não viria a propor um regime político do não normativo. Neste caso, pensando “regime político” como a construção de uma série de estruturas, quadros de autoridades e normatizações, diríamos que a proposição *queer* – por excelência antissistema – tende a dismantelar a pretensa estabilidade social e cultural que acompanha os sistemas de poder que conhecemos.

Ainda que dê conta deste “império sexual”, que produz uma governabilidade sobre o sexo, Preciado (2011) compreende que os corpos e identidades que quebram essa linha, os “anormais”, são potências políticas e não simples efeitos dos discursos sobre o sexo. “As minorias tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer” (PRECIADO, 2011, p. 14).

Quando fala de “multidões *queer*”, Preciado (2011) destaca, em consonância com Lauretis (1994), existências que produzem identificações estratégicas, que desviam das tecnologias do corpo, e atuam na “desontologização” do sujeito da política sexual. Este emprego específico de “multidão” aponta, então, uma “multiplicidade de anormais”, uma força que o “Império Sexual” se esforça em regular, controlar, normalizar, mas não consegue. Ao passo que destacamos essa construção, problematizamos o próprio termo “minorias”, comumente usado em referência a grupos sociais excluídos e/ou oprimidos – jogando numa mesma “caixa” segmentos sociais negros, jovens, pessoas com deficiência, mulheres e dissidências sexuais e de gênero. Mas estas minorias – provavelmente empregadas enquanto “minorias em direitos” – não são exatamente minorias, no sentido referencial e numérico populacional, e o termo, no sentido figurado, pode configurar uma avaliação de valor (uma maioria em detrimento de uma minoria), dando margem a práticas de invisibilidade e acobertamento de suas demandas, só pra citar duas questões. “Minorias” não só sub-representa sujeitos, como é impreciso, vago e polissêmico e, pensando em operações de análise do discurso, tende a ser observado em contextos de reafirmação do projeto hegemônico.

Voltando a destacar as “multiplicidades contestatórias”, acrescentamos que elas têm a possibilidade de intervir nos mecanismos de produção da subjetividade sexual, minando as bases da heterossexualidade, agindo, inclusive, frente às tecnologias que produzem corpos normais ou de normalização dos gêneros, entre elas o jornalismo.

Tal “desidentificação” e produção de identificações estratégicas, que resistem à normalização, são algumas das táticas das “multidões *queer*”. Rejeitando a guetização, os movimentos e teorias *queer* propõem ações “hiperidentitárias” e “pós-identitárias”: sapatas que não são mulheres, bichas que não são homens e trans que não são nem homens e nem mulheres, porque questionam a própria validação do ser homem e do ser mulher. São identidades atentas ao poder totalizante dos apelos de universalização.

Portanto, enfrentando a “dialética binária” (BENTO, 2014), *queer* produziu no próprio movimento homossexual e transgênero a crítica a um ativismo político que mira o paradigma da igualdade – inclusive que se colocava na posição de “minorias”.

Em diálogo com Félix Guattari, Preciado (2011) evidencia que os Estudos *Queer* empreendem o desenho de uma revolta epistemológica, ao fazer uma apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexopolíticas específicas de produção de corpos normais e desviantes, não só “dando a palavra” aos sujeitos interessados, mas criando as condições para o exercício total desta enunciação.

3.3 As identidades dissidentes

Ao passo que questionamos as construções sociais sobre gênero e sexualidade caminhamos para a discussão das próprias dinâmicas identitárias e suas manifestações. Isto porque, como adverte Vieira (2018), a partir do pensamento de Donna Haraway, “as identidades são tecnologias sociais que operam sobre os corpos para a manutenção deste ou daquele sistema mundo” (VIEIRA, 2018, p. 362).

Bauman (2005) percebe esse conjunto de pensamentos contemporâneos como produto da globalização e das transformações vividas pela sociedade pós-moderna, que pauta com mais constância a contestação de identidades dominantes – muitas vezes prescritas pela família, o Estado, a Igreja – e abre espaço para as identidades líquidas e fluidas – acessíveis a um toque pelas conexões provocadas pelas mídias, especialmente as digitais, por exemplo. Um contexto em que as identidades são profundamente sentidas e estão no cerne da atenção dos indivíduos, que muitas vezes abdicam de arranjos herdados. O autor considera que várias das formatações compostas contemporaneamente são resultado de exclusões de toda ordem, que criam comunidades de excluídos. “A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluto a ser devorado” (BAUMAN, 2005, p. 84).

Por assim dizer, a afirmação das identidades e a marcação da diferença implicam processos de inclusão e exclusão. Este “nós e ele”, como destaca Silva (2000), cria posições de sujeito, ou seja, um processo de classificação social. Um itinerário que passa pela fixação de determinada formatação social ou de vida como norma, que absorve todas as características positivas possíveis ao passo que relega a outras identidades atribuições negativas.

É o caso das distinções construídas a partir “do sexo verdadeiro, do gênero distinto e da sexualidade específica” (BUTLER, 2017, p. 222) operadas na sociedade moderna ocidental, denunciadas pelas abordagens pós-estruturalistas que trabalham as identidades e as diferenças como questões políticas e entendem estes suportes como produtos de uma série de mecanismos e instituições diretamente envolvidos na fixação de determinado ordenamento social.

Mas é preciso ser dito que “a força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua instabilidade” (SILVA, 2000, p. 83). Ao estabelecer a ideia de normalidade, também se admite que há uma anormalidade a ser contraposta. Nestes termos, a identidade hegemônica passa a ser “assombrada” por um “Outro”, que, se não existisse, não a confirmaria como preceito.

Fica, portanto, evidente que a diferença é parte ativa da formação de identidades subversivas, que, por sua vez, enfrentam os atos performativos que reforçam as identidades dominantes, interrompendo a repetição incessante da norma e abrem a possibilidade de instauração de identidades que não representam simplesmente a propagação das relações de poder existentes.

E é aqui que começamos a pensar sobre este conjunto de jornadas que se alinham, que se aliaram, uma constelação de fluxos sociais e de signos relacionados a *performances*, afetos e desejos que enfrentam o peso de rígidas convenções hegemônicas. São as aqui nomeadas “dissidências sexuais e de gênero”. Vivências que historicamente resistem aos sistemas de poder, normatização e classificação e que subvertem as próprias convenções controladoras. Por isso, não vamos, como alertou Trevisan (2018), especificar conceitos fechados sobre as expressões, orientações e identidades além das margens da cis-heteronormatividade.

Vamos falar, entretanto, de “artefatos identitários” construídos em nossa sociedade e cultura, seja por sujeitos de cores desviantes da heteronormatividade ou pelos sustentadores das posições de opressão e poder. Nesta arqueologia da diferença, encontraremos terminologias usadas para ressignificar ou desintegrar o “cis-tema” e também outras empregadas com o objetivo de dicotomizar ou excluir e, assim, reforçar as muralhas da cis-heterossexualização.

Isso porque as identidades não são essências e muito menos fixas, estáveis, coerentes, unificadas, permanentes. Não são também homogêneas, definitivas, acabadas, idênticas e transcendentais. As identidades são construções, efeitos, processos de produção, são relacionais e produzidas em várias esferas da vida, são formadas a partir de atos performativos – como vimos em Butler (2017) – e assim instáveis, contraditórias, fragmentadas, inconsistentes e inacabadas. O fato é que estamos falando de uma questão diretamente “ligada a estruturas discursivas, narrativas, a sistemas de representação, que têm estreitas conexões com relações de poder” (SILVA, 2000, p. 99).

Exemplo deste processo de disputa discursiva, social e política no campo das dissidências é a luta contra uma série de discursos sociais sobre a sexualidade produzidos a partir do século XVII. Conforme Foucault (1988), diversas entidades discursivas, como a Medicina, a Pedagogia, o Direito e as Religiões passaram a impor prescrições à sexualidade e ao sexo, que se tornam alvo de avaliações de ordem moral, de criminalização e de patologização, por exemplo.

Nesse contexto, entendidas a partir da ordem do “desvio”, as pessoas que não atendiam aos padrões heterossexuais foram classificadas como praticantes do “homossexualismo”, sendo o sufixo de origem grega “ismo” usado para indicar condição patológica, doença.

Tal classificação, segundo Carvalho (2012), foi, ao longo da história recente, acompanhada de discursos – inclusive no jornalismo de então – que propunham a “cura do homossexualismo”, a criação de leis que proibissem e punissem a homossexualidade e a profusão de falas religiosas, sobretudo na fé cristã, objetivando a moralização do sexo.

Trevisan (2018) atribui às elites, sobretudo no caso brasileiro, a reorganização desta “moldura” da repressão sexual, que se desenvolveu de maneira ora sutil, ora copiosa na vida brasileira. “Para tanto, utilizaram-se até mesmo de distorções na história do país, recontada de acordo com ditames moralizantes e preconceituosos” (TREVISAN, 2018, p. 155). Juntaram-se contra as homossexualidades, transexualidades, travestilidades, transgeneridades, bissexualidades, lesbiandades etc. vários sistemas de controle e repressão. No século XX, era tênue a fronteira entre a intervenção jurídico-psiquiátrica e a ação da polícia, inclusive.

Todas essas pressões e violências, como sinalizamos acima, serão, em alguma medida, os catalizadores de processos de resistência e afirmação política dos grupos marginalizados. Horrorizados com o holocausto nazista, que também assassinou em massa homossexuais, vítimas de espancamentos, estupros e assassinatos, e motivados pelos

movimentos feministas e contraculturais que se espalharam a partir da década de 1960, corpos dissidentes robustecem a reação (CARVALHO, 2012).

Em uma operação de “recorte e colagem” no campo da linguagem (SILVA, 2000), construções originalmente usadas para atacar as subversões do gênero e do sexo são recolocadas em ação. Retirados de um determinado contexto e reinseridos, performaticamente, vocábulos são ressignificados.

Nesta “deriva antinormativa”, mas que criava parâmetros dentro das bases conceituais do sistema sexo-gênero, são edificadas, com o apoio de movimentos sociais formados por essas identidades subversivas, e, em algum momento, com suporte de setores da academia, definições como “orientação sexual”, que dá conta da capacidade de cada pessoa ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero. Nesta conceituação, as orientações sexuais preponderantes seriam: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade). Em paralelo, há também as “identidades e expressões de gênero”, sendo “a identidade de gênero uma experiência interna e individual de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos” (REIS, 2018, p. 25). Por meio desta definição, a identidade de gênero leva em consideração a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação/ausência dos dois, independente do intitulado “sexo biológico”. Por sua vez, a “expressão de gênero” é como a pessoa se manifesta publicamente, incluindo fatores como nome, roupas, corte de cabelo, comportamentos, voz, características corporais etc.

Nesta teia de produção identitária, o termo mais difundido na história recente sobre o campo das sexualidades e gêneros diversos possivelmente seja “gay”. A palavra de origem anglo-saxã, cujo significado inicial estava vinculado a “alegre, jovial, brincalhão”, foi ao longo dos séculos associada à devassidão, práticas sexuais e promiscuidade, até difundir-se no século XX como alcunha ofensiva direcionada a homens homossexuais, sobretudo aqueles mais efeminados, de identificação supostamente mais “visível”. Contudo, o autodeclarar-se gay, a apropriação linguística pelos sujeitos apontados como tal, elevou a palavra à unidade representativa, captada em uma “citacionalidade” (SILVA, 2000) paralela.

Outra referência apreendida pela resistência à norma e que levou mais identidades a cruzarem a fronteira da ofensa rumo ao protesto da diferença é “lésbica”. A palavra, que passou a ser usada por mulheres homossexuais, vem do latim “lesbius” e referia-se,

nomeadamente, às habitantes da ilha de Lesbos, na Grécia, onde viveu a poetisa Safo (séculos VI e VII a.C.), muito admirada por seus poemas sobre amor dirigidos às mulheres (REIS, 2018). Na história recente, o termo foi inicialmente empregado pela medicina para designar, de forma pejorativa, o que chamavam de sodomia⁸ entre mulheres, atividade afetivo-sexual então reconhecida como “desvio”.

Mais títulos foram criados para dar a dimensão de diferentes exigências identitárias, “em territórios só recentemente habitados” (TREVISAN, 2018), como bissexual, que seria a capacidade de relação afetivo-sexual por dois ou mais gêneros; travesti⁹, uma das identidades possíveis entre as pessoas trans, quando um corpo dentro da normatividade definido como masculino passa a se identificar e construir o gênero feminino; transexual, que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento; e intersexual, que descreve pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos (REIS, 2018).

A pauta não normativa, portanto, “se desdobrou em diferentes formas identitárias, que foram se abrindo a um leque de letrinhas para abranger não apenas as siglas de cunho sexual, mas também as de gênero” (TREVISAN, 2018, p. 509). No Brasil, por força dos embates feitos inclusive dentro do próprio movimento social, avança-se de um ativismo e marcação representacional “guei”, para uma ação gay e lésbica, que, também por força dos processos de amadurecimento da luta/vivência rompe este binarismo genérico para variações cada vez mais complexas, que acionam o universo transexual e travesti como parte deste “devir”. Assim, de GL vamos à GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Depois, com os debates no campo das políticas públicas e pelo fortalecimento do ativismo, no mundo e no Brasil, que têm como ponto alto as Conferências Nacionais do segmento, realizadas pelo Governo Federal, em parceria com a sociedade civil e governos estaduais e municipais, sendo a primeira concretizada em 2008, o acrograma geral passou de GLBT para LGBT, posicionando as lésbicas no início da sigla, com o objetivo de não só valorizar as mulheres no contexto da diversidade sexual e no combate ao preconceito, como para aproximar o termo local ao que era predominante em outras culturas.

⁸ Normas jurídicas, que capitavam noções eclesiais interpretativas exageradas do livro sagrado dos cristãos, trataram as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo como sodomia, termo que se refere ao relato bíblico de Sodoma e Gomorra. A sodomia seria, nesta leitura fanática, um crime horrendo que provoca a ira de um Deus punitivo.

⁹ Atualmente, a construção da identidade travesti adquiriu um teor político. Representa flanco de resistência de existências que, muitas vezes, não se enquadram em uma certa “passabilidade” social.

A sigla LGBT – e suas variações – de caráter principalmente político, diferencia-se de outras designações, de cunho meramente mercadológico, como GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes, que caíram em desuso. Atualmente, o “S”, de “simpatizantes”, vem sendo sepultado em nome do conceito de “aliado”, ou seja, “pessoas que, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero, tomam ação para promover os direitos e a inclusão” (REIS, 2018, p. 19).

Embora explicitadas aqui com o objetivo de demonstrar o hibridismo, o movimento de fronteira e os sistemas de significação contemporâneos sobre essas marcações identitárias, precisamos levar em consideração, como advertiram Leal e Carvalho (2012), a necessidade de não essencializar e, também, não naturalizar essas dinâmicas, que são ainda fortemente marcadas por concepções biologizantes do sexo e posições, aparentemente, não cambiantes.

Isso porque a própria luta discursiva rompeu com o universalismo de sexo, de gênero e de sexualidade, apontando o caráter ficcional destas estruturas. É neste terreno que entra o conceito de *queer*, não apenas a partir do movimento teórico que já narramos, mas por meio de sua política, que, arriscamos dizer, é supra-identitária, tendo em vista que, ao adentrar no campo das “sexualidades líquidas” (TREVISAN, 2018, p. 509), reivindica uma posição acima das binaridades, alheia ao feminino e masculino, por exemplo.

É preciso considerar também que *queer* é acionado a partir de uma semântica da degradação – o viado, a bicha, a sapatão, os abjetos – e é então recontextualizado como o estranho que não deseja ser integrado nem tolerado (LOURO, 2000), mas almeja subverter e desestabilizar a produção estetizada e performativa das identidades (SILVA, 2000, p. 84).

Mas enquanto construção de potência e aberto a significações, *queer*, tem outras tantas aplicações, está associado ao já exposto rompimento das definições dominantes de masculinidade, feminilidade e sexualidade, mas é muitas vezes associado a um sinônimo para as identidades LGBTI+, pintado para assinalar aqueles que vivem uma fluidez de gênero e desejo sexual, ou ainda para marcar todos os que são alheios ou desarmônicos às prescrições normativas presentes na sociedade (GONÇALVES, 2018).

A tomada de expressão pelos ativismos *queer* acontece também como desenvolvimento da “crítica ao sujeito unitário do feminismo, colonial, branco, proveniente da classe média alta e dessexualizado” (PRECIADO, 2011, p. 17). Um pensamento pós-feminista, mas resultado reflexivo do feminismo.

Assim, considerando que não podemos servir aos objetivos de normatização através do uso de conceitos fechados que, de alguma forma, só marcam uma posição de gueto, “numa

discriminação às avessas” (TREVISAN, 2018, p. 35), entendemos esses elementos provisórios como possibilidades de comunicação, de enunciação. As denominações, que se espalham nos discursos, podem, precisam e devem ser levantadas para os estudos desta visibilidade, para operações de análise dos mecanismos de controle social, para o levantamento dos vestígios dos “desejos incômodos, que florescem de modo subjacentes” (TREVISAN, 2018, p. 57).

Toda esta elucidação é importante para que se possa compreender quem são os sujeitos políticos dessas identidades em processo, corpos múltiplos e diversos, vistos sobre variadas dimensões, para então entender como as identidades e as diferenças são promovidas, produzidas, interpretadas, fixadas. Identificações que são não só “fontes de existência”, mas suportes que indicam desigualdades, vulnerabilidades e opressões de segmentos populacionais (GONÇALVES, 2018).

3.4 Um estudo transviado e decolonial

Optar por uma abordagem *queer* envolve também examinar essa matriz de pensamento. Dentro desse debate, Bento (2014), assim como outros autores, vem produzindo uma crítica à leitura local – do Sul, do Brasil, do nosso lugar social – sobre essa teoria. Partindo de uma proposta de descolonização do pensamento centrado nas produções estadunidenses e europeias, a pesquisadora reflete sobre a possibilidade de conversão de uma teoria nominada como *queer* para a construção do que vai chamar de Estudos Transviados. Para ela, no Norte global, é inegável a leitura de *queer* como ferramenta de luta política ou agressão, mas no Brasil poderia ser um termo despovoado – até suave. “Ser transviado no Brasil pode ser ‘uma bicha louca’, ‘um viado’, ‘um travesti’, ‘um traveco’, ‘um sapatão’” (BENTO, 2014, p. 249).

Neste campo de negociação, autores estão construindo suas próprias ressignificações e apropriações, como ao fornecer uma visão decolonial – perspectiva crítica da colonialidade do poder – para a Teoria *Queer*.

E o que vem a ser decolonial? Nada mais é o pensamento que critica a estrutura conceitual, política, ética e de gestão das esferas sociais que se forjou desde o século XVII nos principais centros hegemônicos, então localizados na Europa, onde foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo e que justificava o poder colonial, submetendo diversos povos nas Américas e na África, por exemplo, à dominação como colônias. Tais estruturas de poder e definição dos modos de ser e saber, reflexo do processo de colonização, têm eco até hoje e permanecem fortes na materialidade e na subjetividade contemporâneas (QUIJANO, 2009).

A perspectiva decolonial vem alertando sobre certo direcionamento das teorias construídas pelo eurocentrismo e, hoje, por extensão, outras regiões do Norte Global, como os Estados Unidos, que, apesar de um dia terem sido colônia, estão na linha de frente de um projeto imperialista contemporâneo. Assim, este pensamento que ultrapassa a colonialidade aponta a existência de uma “geopolítica”, que dá continuidade às formas coloniais de dominação mesmo após o fim das administrações colônicas, ou seja, a continuidade da matriz colonial de poder, que se manifesta na transformação da diferença cultural em valores e hierarquias: políticas, raciais e de gênero. "O conceito de colonialidade possibilita compreender essas classificações e hierarquizações, sugerindo que a diferença colonial é cúmplice do universalismo, do sexismo e do racismo" (PEREIRA, 2015, p. 415).

A colonialidade do poder pode ser entendida, conforme Quijano (2009), como o sistema mundo em que o capitalismo funciona, um sistema não só econômico, mas que carrega diversas formas de opressão, como o controle do gênero e da sexualidade, ou seja, a colonialidade do poder sobre o corpo e o conhecimento. Assim, o conhecimento majoritário operado a partir da colonialidade – eurocentrado, no Norte – é visto como totalitário, pois generaliza pressupostos e assuntos, sem dar conta de uma ordem pluridentitária, situada. Daí a emergência de uma teoria do Sul, que “desconfia” do pensamento vindo do Norte. Uma proposta teórica que enfrenta o colonialismo, inclusive científico, um embate que leva à interdição da lógica que impõe a condição de subalternizados. A decolonialidade seria assim uma resposta à problemática da identidade subalterna e do eu do Sul, sem criar fundamentalismos terceiro mundistas.

Por conseguinte, a fim de refletir sobre as lógicas produzidas dentro do empreendimento colonial, “o pensamento decolonial procura desvendar como as construções de gênero e sexualidade se cruzam e são produto da colonização” (PEREIRA, 2015, p. 416).

E o que os Estudos Transviados têm a ver com essa história? O enlace entre os campos *queer* e decolonial acontece, segundo Pereira (2015), quando pesquisadores do Sul Global viajam ao Norte e encontram a “estranha-teoria” (PEREIRA, 2015, p. 414). Conhecem os pressupostos de um setor de estudos que tem como característica se abrir para outras lógicas, que reivindica a importância de pensamentos outros e que aposta na multiplicidade de teorias e corpos. Todo esse aparato conceitual se aproxima do pensamento decolonial.

Assim como no *queer*, o decolonial troca do cânone eurocêntrico, hétero e branco das Teorias e da universalidade pressuposta, assim como enfrenta a cis-heteronormatividade. No entanto, com a decolonialidade, o pensamento *queer* se expande para então compreender que o sistema sexo-gênero guarda particularidades no Sul, evidenciando as configurações em

torno da sexualidade e do gênero como ainda mais latentes e parte do projeto colonial. Pereira (2015) acrescenta que, por não serem proposições fechadas, mas fluidas, os dois universos podem se afetar, se inter-relacionar.

A diferença colonial manifesta-se nos corpos. Os corpos não são apenas corpos-tempo, mas corpos-espaço – os corpos estão entranhados nos espaços (...) A teoria queer é também uma política da localização – queer e pensamento decolonial são teorias corporificadas. (...) Não preconizam a simples rejeição das teorias do Norte global: são ideias e práticas, corporificados e localizados, que denunciam e fustigam essas divisões geopolíticas, e se movimentam de forma a romper e recuperar as Teorias, produzindo com isso algo novo (PEREIRA, 2015, p. 418).

Levando em consideração todas estas contribuições, podemos assim falar de um “queer decolonial” (PEREIRA, 2015) enquanto movimento de eliminar a distância entre essas epistemologias da diferença para falar sobre os corpos que transitam, translocalizam, derivam e enfrentam formas sofisticadas de controle, formando um movimento teórico que expande a capacidade de compreensão e percepção. “Pensar como sudoca, como bicha, pensar com uma ‘teoria cu’ e no ‘cu do mundo’ (...) muda a textura do pensamento e a forma de pensar, altera as perguntas, as indagações e os problemas” (PEREIRA, 2015, p. 427).

3.5 As tecnologias que procriam o gênero

Se, de um lado, constatamos que as opressões do império sexual e as normas de gênero são produzidas e acionadas em diferentes estágios da história, com destaque para a intensidade conferida no capitalismo colonial, por outro Zanello (2018) destaca que a ideia/teoria de uma diferença sexual substantiva binária e oposta entre homem e mulher nem sempre existiu, predominando socialmente o pressuposto de que entre os corpos ditos masculinos e os femininos havia apenas uma diferença de grau, muitas vezes representada no esforço de demonstrar a semelhança dos órgãos sexuais. Antes do século XVIII, o sexo não seria uma questão ontológica, mas sociológica.

O tal sexo oposto, produto da construção de uma diferenciação dos corpos e da paulatina incursão de papéis sociais atribuídos a cada um dos polos, deu-se por motivos ideológicos, pautados pela consolidação do capitalismo com a Revolução Industrial.

O capitalismo moderno desenhou espaços de divisão e mobilidade social e a distinção entre público e privado, mas precisou justificar porque esse sistema funcionava para “todos, e não para todas” (ZENELLO, 2018, p. 41). Assim, uma parte da população, feminina e branca, foi paulatinamente designada para o trabalho privativo ao lar, por meio da afirmação

de uma diferença física colocada como foco. Nasce assim a família nuclear, responsável por consolidar, no chamado lar burguês, um modelo de feminilidade que sobrevive ainda hoje.

Para este empreendimento funcionar a contento, Louro (2000) destaca que diversas instâncias sociais, como a mídia, a igreja, a escola e a justiça, desenvolveram na história recente uma “pedagogia da sexualidade” que legitima determinadas identidades e práticas sexuais, enquanto reprime e marginaliza tantas outras. Para a autora, práticas e linguagens constituíram e constituem sujeitos femininos e masculinos, ao passo que deturpam as possibilidades de compreensões homossexuais e cis, trans e agêneros. Ao produzir marcas, gravam comportamentos e modos de ser em histórias pessoais. “Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam desta produção” (LOURO, 2000, p. 16).

As pedagogias seriam articuladas, reiteradas, fixadoras de práticas hegemônicas e que subordinam, negam e recusam outras manifestações e realizações. Noutras vezes, contudo, tais instituições podem disponibilizar representações divergentes, alternativas e contraditórias.

Se múltiplas instâncias sociais (...) exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos (LOURO, 2000, p. 17).

Louro (2000) acrescenta que, entretanto, as instituições e os indivíduos que sustentam a “sexualidade padrão” precisam das identidades subjugadas, inclusive visibilizada ou tornada discurso na condição de subalterna, o que reafirma as identidades hegemônicas, que, nesta contraposição, se declaram e se sustentam. Tal realidade é observada contemporaneamente, quando “renovam-se os apelos conservadores, buscando formas novas, sedutoras e eficientes de interpelar os sujeitos e engajá-los ativamente na recuperação de valores e de práticas tradicionais” (LOURO, 2000, p. 22). E, ainda que invada os espaços, a visibilidade das sexualidades dissidentes não se exerce sem dificuldades.

Lauretis (1994) vai afirmar que a representação e a autorrepresentação do gênero são produtos de diferentes tecnologias sociais e de práticas da vida cotidiana, como brinquedos e brincadeiras, xingamentos, músicas, etc. As tecnologias de gênero são, assim, não somente o retrato destas diferenças, mas também a esfera de produção delas. Partindo das contribuições de Michel Foucault, ainda que reconheça que o autor não entendia a sexualidade como gendrada, a autora fala de um conceito que define um conjunto de técnicas desenvolvidas pela burguesia para assegurar a sobrevivência da classe e a continuação da hegemonia. Neste cenário

androcêntrico¹⁰, opera-se o poder de controlar o campo do significado social e a promoção de representações de gênero que produzem discursos hegemônicos e instalam um contrato social heterossexual. Esta categoria destaca ainda que existem práticas micropolíticas que também contribuem para a construção do gênero, porém fora do tratado que aprisiona a multiplicidade dos corpos e vivências.

Por sua vez, Butler (2017) destaca que tamanha pressão e força criam reinserções colaterais, formas que não se enquadram nesta territorialidade tradicional definida e passam a formar novas linhas culturais fora das fronteiras impostas aos corpos. Logo, ao mesmo tempo em que determinada alteridade, determinada diferença sexual é conspurcada, sujeitos ejetam-se da norma e transbordam, transvalorizam essa identidade. A “operação de repulsa pode consolidar ‘identidades’ baseadas na instituição do ‘Outro’, ou um conjunto de Outros, por meio da exclusão e da dominação” (BUTLER, 2017, p. 231).

3.6 A normatização do jornalismo

Genro Filho (1987) situa o jornalismo, tal como foi estabilizado e popularizado no século XX, como também produto da sociedade burguesa e, por assim dizer, inscrito na rede de práticas difundidas ainda na modernidade e que narramos acima.

Neste contexto, o chamado “jornalismo informativo” se desenvolve e ganha vulto como o modelo do próprio conceito de jornalismo, o “modo mais claro e distinto” (CORREIA, 2009, p. 4) dos traços jornalísticos, que, por sua vez, é praticado, por exemplo, na notícia e na reportagem.

Traquina (2005) relaciona o desenvolvimento do jornalismo, tal como o conhecemos hoje, à emergência da democracia como sistema de governo, que tem suas raízes no século XIX. O poder emergente, contextualizado pelo desenvolvimento do capitalismo, da alfabetização de cidadãos e a constituição de centros urbanos, provocou a expansão da imprensa, que se associa a novos valores, como liberdade e autonomia, em consonância com as responsabilidades sociais demandadas pela democracia. Tudo isso leva a uma diferenciação primordial: a missão do jornalismo seria deste então fornecer informação e não propaganda. As notícias seriam baseadas em fatos e não opiniões, sendo, portanto, papel do jornalismo a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço público. “Assim, os

¹⁰ Assumir o masculino como único modelo de representação coletiva, sendo os comportamentos, pensamentos ou experiências, associados ao sexo masculinos, os que devem ser tidos como padrão.

jornalistas inventaram novas formas, novas práticas, novas técnicas, e uma série de valores que contribuíram para uma identidade profissional” (TRAQUINA, 2005, p. 74).

Alguns marcadores deste processo foram a crescente comercialização, o crescimento do número de pessoas que ganham a vida trabalhando em jornais, a expansão da divisão do trabalho no jornalismo e a aceleração da especialização na profissão emergente. Traquina (2005) explica que há um “empacotamento” do jornalismo e que as notícias passam a ser tratadas como produtos de uma indústria, que, para ser legitimada, tem que ser mais potente que uma simples opinião e ser sinônimo de verdade. Do mesmo modo, o setor se estruturava economicamente e fazia a cisão com o processo anterior, marcado pelo financiamento político do jornalismo. Emergia assim a publicidade como via de subsídio econômico do periodismo.

Em um processo que se inicia primeiro nos Estados Unidos, chega à Europa e, ainda que, mais tardiamente, coloniza o Sul global, o formato do texto jornalístico se modifica fortemente, com a substituição do chamado registro cronológico do acontecimento por uma “estandardização”, com o nascimento do modelo da “pirâmide invertida”, ou seja, quando o texto passa a ser estruturado a partir dos eventos mais importantes para os menos importantes, enfatizando o parágrafo de abertura, o chamado “lead”, que precisa responder às questões fundamentais: o que, quem, quando, onde, como e por quê.

Traquina (2005) fala de uma ideologia profissional que emerge e que passa a classificar a produção jornalística como espelho da realidade. Neste contexto, é dado um novo valor à função de repórter, o “ideal mítico e mesmo romântico da profissão” (TRAQUINA, 2005, p. 52), o profissional responsável por montar os fatos e que desempenha, dentro da cultura profissional, uma função comparável ao ofício de cientista, explorador, historiador.

Nesta perspectiva, se desenvolve também o desejo de profissionalização do jornalista, com a criação de clubes, associações e sindicatos, organizações que cumpriam a função de ajudar a construir uma coesão profissional e que foram primordiais para o desenvolvimento da educação formal em jornalismo no ensino superior.

Ao passo que caminha na perspectiva de compor técnicas, linguagem específica e, portanto, reivindicar um monopólio de saberes, o jornalismo deixa de ser um ofício que recrutava profissionais de outras profissões e passa ele mesmo a compor uma identidade profissional. Os valores sociais deste grupo começam a ser edificados já na virada para o século XX, com a constituição de códigos deontológicos – normas de conduta que deverão ser seguidas pelos profissionais que pertencem a um determinado setor ou área de atividade. Traquina (2005) destaca que a cultura profissional estabelece modos de ser, estar, agir, falar e ver o mundo enquanto jornalista. Um saber específico, com técnicas especializadas, que coloca o jornalismo

como serviço público e as notícias como elemento fundamental para os cidadãos poderem exercer os seus direitos democráticos.

3.6.1 O postulado da objetividade

E a partir do momento que reivindica para si esta autoridade, o jornalismo construiu um postulado que passou a marcar o rigor, a exatidão, a honestidade e a equidistância, pressupostos consagrados no conceito de objetividade. “Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram a fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa” (TRAQUINA, p. 138).

Tuchman (1999), por sua vez, vai classificar a objetividade jornalística como um “ritual estratégico”, que protege os jornalistas de potenciais críticas e sugere rotinas profissionais definidas pelos limites da racionalidade. “Um ritual é analisado aqui como um procedimento de rotina que tem relativamente pouca relevância ou relevância tangencial para o fim procurado. A adesão ao procedimento é frequentemente obrigatória” (TUCHMAN, 1999, p. 75). A autora avalia tal postulado como impregnado de noções de ciência e de profissionalismo.

Ainda que o tempo de processamento de uma notícia – no contexto atual produzida sob a égide do “em 20 minutos tudo pode mudar” (*slogan* da rede de rádio Band News FM) não possibilite uma análise rigorosa, jornalistas fazem uso do discurso da objetividade para evitar o eventual descrédito do conteúdo – feito na urgência e suscetível a imprecisões – pela audiência e pelas chefias.

Conforme Tuchman (1999), os procedimentos estratégicos deste ritual comportam a apresentação de possibilidades conflituais relacionadas ao fato; a apresentação de provas auxiliares, que corroborem ou não afirmações levantadas; o uso “judicioso” de aspas, quando as opiniões de outras pessoas são apresentadas no texto de forma literal; e a estruturação da informação em sequência apropriada, quando o jornalista define o que é mais importante e o que é menos importante e monta a pirâmide invertida e o *lead*.

Para a autora, todo este entrecruzado de ações é frágil para a afirmação de uma objetividade real, tendo em vista que muitas vezes uma notícia, antes de representar uma discussão, pode se tornar um “pântano de opiniões” (TUCHMAN, 1999, p. 80), assim como, ao selecionar e publicar as aspas de uma fonte e o que é mais importante na sua inversão da pirâmide, o jornalista de alguma forma realiza um processo de manifestação de determinado ponto de vista e seleção dos fatos, o que a autora destaca como sendo a maneira do jornalista,

pelo discurso dos outros, refletir a sua opinião. Além dos atributos formais, o processo de produção das notícias é marcado por decisões baseadas nas relações interorganizacionais e no senso comum. Ou seja, o que a maioria considera como verdadeiro, dado ou adquirido – o majoritariamente aceito – é o que baliza o conteúdo noticioso.

Nessa lógica, ao atualizar os postulados sobre as rotinas jornalísticas, Silva (2010) renova a noção de que a objetividade é muito mais uma liturgia do que um dado. Ao destacar o papel da subjetividade e das visões de mundo do jornalista sobre as notícias como um dos elementos fundamentais da análise da cultura profissional, a pesquisadora descreve como esta ideologia que rege o jornalismo atua na normalização do binarismo de gênero. Em uma análise com foco nos profissionais, percebe o cruzamento entre valores sociais dominantes, dos quais os jornalistas como membros da cultura participam, e os valores-notícia, ou seja, os elementos significantes que tornam um fato social notícia. Ainda que consideremos o caráter localizado desta análise, os dados obtidos são úteis para a compreensão do jornalismo *mainstream*.

O caráter subjetivo das escolhas resulta em representações parciais da realidade, e fazer a crítica sobre a presença da subjetividade expressa nos valores notícia impregnados de concepções de gênero, de classe e raça, por exemplo, não significa defender a neutralidade do jornalismo. Ao contrário, revela efetivamente a notícia como uma construção social de uma realidade que é parcial, e a importância do jornalista nesse processo complexo que resulta nas formas como esta realidade é construída e representada, assim como sua incidência na cultura (SILVA, 2010, p. 199).

Colocar que o jornalismo industrial convencional se baseia em uma ideologia que valoriza o masculino, em uma pesquisa empírica que dialoga com os estudos de gênero, é levar em consideração que este é produzido por sujeitos “generificados” a partir de relações firmes de saber e poder, que estabelecem o âmbito de produção do conteúdo jornalístico e refletem convenções hegemônicas por sua relação direta com estas instâncias, bem como através das influências diretas dos sujeitos promotores das notícias.

Apesar disso, a objetividade, código que traçava os estágios anteriores, nos parece continuar sendo utilizada como parâmetro de condução do jornalismo convencional – e até mesmo por jornalismo dissidentes. Traquina (2005) irá lembrar que o paradigma da objetividade é associado, pela esmagadora maioria dos cidadãos, ao ofício de jornalista, sendo identificada como padrão de comportamento do profissional de jornalismo, estando “no centro de toda uma mitologia que representa os jornalistas em diversas narrativas que ocupam um papel central na cultura profissional” (TRAQUINA, 2005, p. 143).

Mas é preciso considerar que existiram e existem “linhas de fuga” deste postulado, que reverberaram com mais força em determinados períodos, como a importância, por exemplo,

dos periódicos liderados por gays e lésbicas durante a Ditadura Militar (1964 – 1985) no Brasil, época marcada pela força de jornalismo alternativo que produziu forte oposição à orientação generalista da objetividade. Contemporaneamente, temos uma profusão de veículos, de diversos arranjos econômicos, sobretudo, digitais, que atuam na promoção de (des)identidades jornalísticas, que resistem à normatização do setor e seus postulados. Neste quesito, Garcez (2021) capta os postulados de Chris Atton para falar de um jornalismo ligado a noções de impacto social, que despotencializa a ideologia da objetividade e, de forma geral, vai se opor às hierarquias e ao privilégio das elites, que regem, na maioria das vezes, o jornalismo negócio.

É neste sentido, mas longe de uma oposição binária, que enxergamos as possibilidades de uma subjetividade, diferente do que vemos no entendimento tradicional do jornalismo, que é possibilitada por vários fatores que pressionam os modos de fazer da área, entre eles o ativismo LGBTI+, feminista e negro, e os movimentos teóricos provocados, entre outros, pelos estudos *queer*, decolonial, de gênero e do próprio jornalismo. Tudo isso vem abalar estruturas, com efeitos, inclusive, no jornalismo tradicional. Garcez (2021) destaca que esta reconstrução da produção induz o jornalismo a fazer perguntas mais críticas e a buscar mais pressupostos, antes não considerados, que influenciam os contextos de busca de conhecimento. Uma operação desta natureza parte, por exemplo, das perspectivas de pessoas e grupos marginalizados.

Podemos dizer que caminhamos rumo a uma “percepção dinâmica dos jornalisismos que estão sendo praticados” (ALMEIDA FILHO; SILVA, 2019, p. 185) e, nestes termos, nos afastamos de uma “perspectiva estanque de compreensão” e apostamos, também, no “vir-a-ser”, que tem consciência de que “a imprensa convencional, seja local ou nacional, já não tem o exclusivo da mediação informativa” (AMARAL, 2012, p. 1) e que pode ser impactada cada vez mais por uma conjuntura em que multiplicaram-se as vozes e as narrativas “pós-jornalísticas” – o que não deve ser considerado uma ameaça para a imprensa. Esses movimentos são verdadeiras oportunidades para outras dinâmicas de ação comunicativa descentralizada e participativa, acionando outros modelos dialógicos e encontrando pluralidades e sujeitos dispostos a romper com paradigmas hegemônicos.

3.6.2 Jornalismo e construção social

A noção de que o jornalismo integra o processo de construção social da realidade, ao invés de ser um simples espelho desta é, conforme Traquina (2005), também destacada em

diversos estudos, como o da socióloga norte-americana Gaye Tuchman. Tal hipótese é levantada dentro da teoria do *newsmaking*.

O *newsmaking*, que pode ser traduzido por “fazedores de notícia” ou a “criação da notícia”, estabelece relações entre a produção e os produtores da notícia, para estudar a influência da rotina produtiva na representação dos acontecimentos.

Esta abordagem, que é liderada por Tuchman, marca a força dos estudos etnometodológicos dentro das análises sobre o jornalismo. Ao levantar as condições de produção jornalística, com o acompanhamento das rotinas de redações de jornais impressos e televisuais, a autora se inclui entre os postulantes construcionistas no universo das teorias do jornalismo.

Levando em consideração a rotina industrial de elaboração das notícias, os estudos desta linha de compreensão vão colocar que o conteúdo noticioso seria resultado de diversos fatores, tais como a ação pessoal, social, ideológica, cultural, do meio físico e histórica – como demonstramos acima ao abordar o paradigma da objetividade e suas tensões. Esta abordagem argumenta que os jornalistas vivem sob a tirania do fator tempo, o que obriga os profissionais a imporem uma ordem no espaço e no tempo, o que, por sua vez, implica a forma como lidam com os acontecimentos, a matéria-prima preponderante do ofício.

Traquina (2005) destaca que tal interpelação contribuiu fortemente para a compreensão do jornalismo, ao mostrar a importância da dimensão trans-organizacional do processo de produção e as conexões com os membros da comunidade profissional; o reconhecimento do peso das rotinas no processo de produção das notícias; e o questionamento às teorias da ação política e todas as análises que apontavam uma distorção intencional das notícias, marcando-as como produto de uma conspiração dos agentes sociais.

Partilhando do arquétipo das notícias como construção social (e vice-versa), as teorias estruturalista e interacionista reforçam o papel desempenhado pelos processos de interação social entre agentes sociais dentro e fora da organização jornalística.

O desafio colocado para o estudioso do jornalismo, sopesando estes quadros, passa a ser o de levar em consideração que as notícias são narrativas baseadas no real, marcadas pela cultura de uma tribo – dos jornalistas – e pela cultura da sociedade onde estão inseridos. Isso tudo pressupõe a aprendizagem da linguagem jornalística, ou o domínio do inventário do discurso jornalístico para então entender a aparência que assume a realidade para o jornalista (TRAQUINA, 2005, p. 174).

Para a teoria estruturalista, notícias são produtos sociais que reforçam e se desenvolvem a partir dos “mapas culturais”, os “valores comuns” estabelecidos na sociedade,

sendo assim, “o processo de produção das notícias pressupõe a natureza consensual da sociedade como sublinha o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual” (TRAQUINA, 2005, p. 177). Logo, as notícias contribuiriam para a manutenção das ideias dominantes.

Nessa lógica, a busca pela objetividade e as pressões produtivas levam ao exagerado acesso estruturado de fontes privilegiadas às notícias. De tal modo, possíveis distorções do noticiário não seriam fruto da vontade deliberada dos profissionais da imprensa com os dirigentes da classe hegemônica, mas, na verdade, uma subordinação às opiniões das fontes que têm posições institucionalizadas, ou seja, os “definidores primários”. Pessoas como governadores, prefeitos, presidentes de empresas, delegados de polícia, entre outros, funcionariam como sujeitos legitimados ao depoimento, segundo a lógica do jornalismo. No entanto, Traquina (2005) chama a atenção para a necessidade de pensar no papel dos definidores primários longe de um determinismo excessivo, tendo em vista que “encarado como um espaço de reprodução da ideologia dominante, o campo jornalístico perde o seu potencial (...) como recurso para todos os diversos agentes sociais” (TRAQUINA, 2005, p. 180).

Por sua vez, a proposta interacionista da compreensão do jornalismo ressalta, entre outros aspectos, o valor do imediatismo no jornalismo, que, de alguma forma, define esta prática como relatos atuais sobre acontecimentos atuais, o que teria como consequência a ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas. Além disso, essa proposta de análise destaca o papel de três categorias de agentes sociais, posicionadas de forma diferente no processo de organização do trabalho jornalístico, sendo eles os promotores das notícias, os profissionais que trabalham na elaboração destas e os consumidores – todos esses entendidos como forças que podem incidir simultaneamente. Por esse pressuposto, o campo jornalístico é percebido também como um lugar estratégico da luta política de diversos agentes sociais, que atuam junto às necessidades de acontecimentos dos profissionais do jornalismo. Tal proposição reconhece, todavia, que “um agente social com menos recursos (...) poderá ganhar uma batalha numa polêmica. No entanto, (...) o campo do jogo está inclinado a favor dos mais poderosos” (TRAQUINA, 2005, p. 189).

Essa problematização segue nas abordagens de Tuchman (1999), que salienta que a noticiabilidade legitima o *status quo* e que grupos sociais fora do consenso seriam vistos como marginais. Neste quesito, Silva (2010) nos dá algumas pistas. O jornalismo, enquanto instância, acaba por narrar o mundo a partir do lugar social que ocupa. Considerando, mais uma vez, o gênero como categoria analítica, observaremos que pairam sobre o jornalismo convencional não apenas o masculino, mas também a classe média, a geração (inscrita na meia idade), e os

valores brancos, heterossexuais (p. 199). Conforme a pesquisadora, envelopado neste mundo, o jornalismo *mainstream* também acredita que fala para esse público: masculino, de classe média e geração (meia idade), branco e heterossexual. Este conjunto de valores está associado a uma profissão e a uma indústria, como lembra Christofolletti (2019), que sempre esteve sujeita à instrumentalização das classes dominantes, sejam elas políticas, econômicas ou religiosas, e que hoje em dia tem no capital financeiro um papel de liderança nas corporações do setor, muitas vezes sendo administrado sob a perspectiva do valor de mercado das empresas controladoras e outras pelo peso ainda importante da publicidade que advém deste universo.

Por este aspecto, outro vetor importante no Brasil para a manutenção do funcionamento de empresas jornalísticas é o Poder Público, sendo, especialmente, os Executivos nacional, estaduais e municipais importantes fontes de recursos. Um efeito colateral forte dessa realidade tende a ser o afastamento “de preocupações com responsabilidade social” (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 74) e uma propensão à homogeneização, haja vista que o mercado do jornalismo, levando em consideração o seu modo de sustentação, não responde somente às demandas do público, “as redações oferecem às audiências mais do que elas desejariam receber” (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 75).

(...) fazem declinar o localismo, recorrem ao trivialismo e ao sensacionalismo, favorecem o desaparecimento da linha que separa jornalismo do comércio, promovem a autocensura, e se veem diante de conflitos de interesse, privilegiando os seus e deixando de atender os do público ou da coletividade (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 77)

Tecido este diálogo com os dados sociais da realidade presente, é preciso considerar ainda que, tal como a teoria estruturalista, de alguma forma, a interacionista defende que as notícias são aliadas das instituições legitimadas e as fontes provêm sobretudo, das estruturas de dominação estabelecidas. Porém, ao contrário de encarar as relações deterministas entre os definidores primários e os jornalistas, os interacionistas supõem que o papel dominante das fontes oficiais não é automático e sim resultado de ação estratégica deste grupo. No fim das contas, fica reconhecido o papel do jornalismo industrial como uma “força conservadora” (TRAQUINA, 2005, p. 200), embora haja o reconhecimento que este pode ser palco para agentes sociais que contestam o sistema e os valores dos poderosos.

Joga peso ainda neste processo a “comunidade profissional” que forma o jornalismo. Ao lado do estabelecimento de valores notícia, ou seja, da edificação de critérios de noticiabilidade, e outros condicionantes que definem o processo industrial de produção noticiosa, é construído um grupo que passa a partilhar hábitos, modos de agir, falar, ver e narrar,

de tal forma que “não é possível compreender as notícias sem uma compreensão da identidade e a cultura dos profissionais do campo jornalístico” (TRAQUINA, 2005, p. 203). No nosso exemplo particular, é possível inclusive avaliar como a transformação contemporânea provocada pela profusão das identidades pode incidir sobre essa comunidade, levando em consideração o crescente número de jornalistas que se envolvem, dentro e fora deste grupo profissional, com ideias que desafiam estas estruturas tradicionais.

Posto tudo isto, acrescentamos, ao fim deste tópico, que as abordagens supracitadas sugerem que “as notícias são uma construção social onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias” (TRAQUINA, 2005, p. 204) e refletem os constrangimentos organizacionais; as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que orientam o trabalho; os processos que condicionam toda a atividade jornalística; e as identidades das fontes de informação com quem falam e dos próprios operários da notícia.

3.6.3 Jornalismo regional e local

Peruzzo (2005) destaca que historicamente, o jornal, o rádio e a televisão, ao nascerem, atingem somente um raio de abrangência local e regional. Já com o desenvolvimento da globalização da economia e as mudanças tecnológicas que atingiram diretamente a comunicação, chegou-se, num primeiro momento, a falar do fim da comunicação local. No entanto, em seguida constatou-se o contrário: essa mesma realidade, que tem como marca principal o processo de quebra das fronteiras, demandava a necessidade de revalorização da perspectiva local.

No Brasil, com grande influência da Ditadura Militar (1964-1985), o desenvolvimento das comunicações, principalmente por meio do que veio a se chamar “redes de televisão”, foi marcado pela prioridade dada à centralização da produção das mensagens nos grandes centros urbanos, marcadamente São Paulo e Rio de Janeiro, responsáveis por distribuir conteúdo para todo o país. Peruzzo (2005) destaca, entretanto, que a produção local e regional não esteve ausente nos jornais, rádios e TVs, haja vista que todos reservavam espaços para os conteúdos locais. “Os jornais de circulação nacional (...) destinam grande parte de seu espaço para assuntos da cidade-sede e para anúncios publicitários captados na região” (PERUZZO, 2005, p. 71).

De outro lado, o jornal impresso local, ainda que produzido com uma dose forte de conteúdo nacional, não se distanciava das questões territoriais, sendo, pelo que diz, como diz,

ou pelo que não diz sobre a região, de alguma forma, sustentado, haja vista a força do poder local e dos interesses econômicos diretos.

Peruzzo (2005) enfatiza outrossim que, já na segunda metade da década de 1990, a mídia regional e local passa a chamar a atenção pelo interesse de públicos locais e regionais, ganhando força questões relacionadas às identidades histórico-culturais e de proximidade de interesses tão importantes como a posição física. Tais elementos alimentam uma segunda dimensão do localismo para a mídia, que vai além do território geográfico e estabelece como imprescindíveis aspectos culturais e comunitários.

Caminhando nesta perspectiva, Camponez (2012) sustenta que a imprensa regional se articula em torno de questões como território, comunicação e comunidade, assumindo uma dimensão simbólica. Assim, o autor define o jornalismo regional como:

Um pacto comunicacional realizado no contexto de *comunidades de lugar* – isto é, comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriado localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada – e onde intervêm critérios como o espaço geográfico de implantação do projeto editorial; o lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados; o espaço privilegiado de difusão da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informação disponibilizada; enfim, a definição dos públicos (CAMPONEZ, 2012, p. 36 e 37).

Atualizando essas definições, Volpato (2020) vai além e sustenta que o local não permite propriamente a demarcação de fronteiras físicas e sim possui a particularidade de carregar sistemas de valores, o que, nas palavras do pesquisador, são “sentidos de ordem cultural, ideológica, social, de circulação de informações” (VOLPATO, 2020, p. 140), assim como elos resultantes dos vínculos de ordem sanguínea, de idioma, de território, de história partilhada.

As contribuições de Volpato (2020) são importantes também na medida em que confirmam, que, na atual configuração da sociedade, é impossível definir o local como um espaço bem delimitado e de contorno preciso. Embora a geografia seja relevante em alguns casos – a exemplo da percepção de como o jornalismo local se configura como empresa e estabelece relações com a esfera do mercado da região em que se insere – ela não é determinante. Em uma sociedade tomada pela atuação das novas tecnologias, marcada pela força da comunicação digital, as noções de espaço, local e região ganham dimensões outras, que podem ser compartilhadas independentemente das marcações geográficas e territoriais.

É neste sentido que passamos a falar de uma “regionalidade”, ou seja, a ideia de que a localidade é contaminada pelos objetos de identidade, como a religião, a cultura e a etnia.

“O local é um lugar privilegiado para a manifestação de identidades” (VOLPATO, 2020, p. 141). É aqui que podemos acionar a discussão de “informação de proximidade”, mas agora definida além de marcadores como vizinhança e território, ou associada à noção de “autêntico”, em contraposição ao distante.

Camponez (2012) propõe, por sua vez, ampliar o conceito de proximidade no quadro de especialidades do jornalismo local e regional. Entendendo-a como um dos valores centrais do jornalismo, ele vai destacar que, para além da questão física e geográfica, a proximidade inclui “dimensões temporais, psico-afetivas, socioprofissionais e socioculturais” (CAMPONEZ, 2012, p. 36).

Como um dos valores-notícia, a proximidade é apontada por van Dijk (2017) em duas vertentes principais, a local, que possibilita mais “conhecimento e relevância”, possibilitando assim mais interação comunitária, e a ideológica, que trata do compartilhamento de interesses e concepções.

Corroborando com essa observação, Volpato (2020) ilustra que a noção de proximidade para o jornalismo se dá de forma complexa, remetendo a “geometrias variáveis”, muito mais imbricada a questões de “familiaridade” e “singularidade da localidade” do que a restrições espaciais, apesar da inegável importância significativa destes últimos.

Camponez (*apud* VOLPATO, 2020, p. 145 e 146) explica que esta geometria variável seria “uma geometria da identidade”, levando em consideração as operações de criação e recriação, mais “do que uma identidade geográfica”, uma vez que a proximidade “já não se mede em metros” e a noção de proximidade pode ser observada até mesmo em “conteúdos que, embora longe de nossas casas, nos são próximos”. Temos aí, conforme Volpato (2020), a noção de que públicos são o resultado de laços de proximidade, sejam geográficos, psicoafetivos, sociais ou temporais.

Ainda sobre estes públicos que hoje incidem de forma diferente na cena social e discursiva, Amaral (2012) faz uma analogia com as teorias do jornalismo e aponta que, contemporaneamente, se desenvolve uma ruptura do monopólio do *gatekeeping* do jornalismo. “O público tem agora o poder de dispensar os ‘Cães de guarda’. A conversação de natureza informativa nos media sociais – para o bem e para o mal – empresta novas matizes à leitura das realidades” (AMARAL, 2012, p. 7). Diversificam-se as variantes de acesso, emissão, recepção e interação, pois, neste contexto, “o indivíduo é ator sem deixar de ser espetador [sic]” (AMARAL, 2012, p. 7). Os leitores transformam-se em produtores e consumidores ao mesmo tempo – na analogia do autor, “prossumidores”.

É por meio destas hipóteses que Camponez (2012) capta outra tendência, a informação local seria mais pluralista, pelo menos potencialmente, pois tem a oportunidade de representar mais diretamente os grupos ou entidades sociais que cada vez mais reivindicam acesso e potencializam suas vozes em espaços comunicacionais.

Mas o autor destaca que o jornalismo regional segue, na maioria das vezes, alinhado com os princípios normativos do jornalismo *mainstream* do que propriamente com o jornalismo de proximidade. Entre os fatores que colaboram para a esta situação, está a esfera mercadológica (publicidade, convênios para a produção de matérias pagas, contratos de serviços com instâncias do poder público e privado, entre outros). Desta situação, derivam posicionamentos político-editoriais presos aos grupos em exercício do poder local e regional, o que compromete a autonomia e a qualidade da informação.

Sobre este elemento, Camponez (2012) destaca que o jornalismo foi um dos setores mais moldados para responder aos princípios de mercado, que tem seu grau de importância na configuração de proximidade. Diante disso, é proposto a intervenção de uma “ética da proximidade”, que abre espaço para o desacordo e à pluralidade, retirando o jornalismo do distanciamento e do positivismo que marcaram os valores sociais e profissionais do periodismo moderno, tanto no Norte como no Sul global. Trata-se da redescoberta do jornalismo de proximidade como uma estratégia, que tem potência ainda maior na mídia local, e que pode incidir na reaproximação dos públicos.

Dizemos isso tendo em vista que “mesmo no cenário de tecnologias móveis e ubíquas, o interesse das pessoas pelo conteúdo de proximidade, seja ela física ou psicoafetiva, continua forte” (VOLPATO, 2020, p. 149). Sendo assim, entre os nossos esforços, procuramos conhecer como se realiza o paradigma da proximidade em um jornal de circulação local/regional. Mais exatamente, acionamos a proximidade como valor, não só pela questão geográfica propriamente, mas por “seus aspectos sociológico, psicológico, político e cultural quanto mercadológico” (FERNANDES, 2004, p. 15). Assim, propomos analisar a “multidimensões” de produção das regionalidades presentes nos textos que tematizam as dissidências sexuais e de gênero a partir de geografia de aproximação situacional dos indivíduos, em que o “local rapidamente passa a global e o global mais facilmente invade o local” (AMARAL, 2012, p. 7). Um processo que leva em consideração uma “dialecicidade” entre a localidade e a globalidade, retiradas de uma posição única de oposição. Portanto, em um contexto internacionalizado de vida, relativizamos a busca da proximidade e, por conseguinte, a inferência das regionalidades – uma força afetiva, cultural, social, ideológica, identitária, mais que um dado territorial.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Fundamentos metodológicos

4.1.1 *Análise de Conteúdo no jornalismo*

Como estratégia para a detecção de menções às dissidências sexuais e de gênero, é utilizada a técnica da análise de conteúdo em jornalismo (HERSCOVITZ, 2010). O procedimento nos permite a investigação do que é apresentado sobre determinado tema, num determinado lugar, num determinado espaço.

Enquanto método centrado em codificações, a análise de conteúdo é usada para o tratamento de grandes períodos de observação e permite deduções lógicas mais complexas e organizadas. Aplicada a discursos diversificados, tem-se em mãos um recurso que pode ser usado para compreender as aceções que são produzidas no trabalho jornalístico.

A técnica é fundamental para este estudo, que opta pelo apontamento da estrutura comportamental comum aos textos, ao observar se existem registros das discussões sobre gêneros e sexualidades, para que possamos, de posse desse mapeamento, compreender até que ponto as dinâmicas identitárias de sexo e gênero são apresentadas de forma complexa, crítica, aprofundada e efetiva.

Sendo assim, o presente trabalho elabora um mapa do tratamento jornalístico sobre os temas em análise, com a constituição de uma tabela de dados com o material recolhido e uma intervenção analítica em relação ao mundo *queer*.

Como destaca Bardin (2010), com a exploração do material, pode-se realizar a definição das categorias, a classificação dos elementos constitutivos dos conjuntos reunidos e o reagrupamento por analogia, por meio de critérios definidos previamente, no sentido de propiciar a realização da inferência.

Na avaliação do material, vamos identificar as unidades de registro com o objetivo de fazer a categorização e a contagem frequencial do universo narrado no jornal, sempre tendo em mente a conceituação inicial sobre os artefatos examinados.

Dentro desta proposta, faremos ainda uma avaliação de caráter subjacente, considerando se o conteúdo é, potencialmente, positivo, negativo ou indiferente (BARDIN, 2010) em relação ao mundo *queer*.

4.1.2 *A Análise Crítica do Discurso em uma perspectiva Queer*

Este estudo é fundado na necessidade de analisar a função do discurso jornalístico produzido no Ceará na construção de representações contemporâneas sobre um conjunto de existências historicamente subalternizadas: os sujeitos da subversão do gênero e da sexualidade dominantes no sistema de poder em que sobrevivemos.

Escolhemos o estudo do discurso tendo em vista que este, como avalia Fairclough (2001), contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social, que diretamente o moldam e o restringem. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Fairclough (2001) aponta que o discurso produz três principais efeitos: atua na construção de identidades sociais e posições de sujeitos, contribui para a construção de relações sociais entre as pessoas e age na edificação de sistemas de conhecimento e crença. Assim, nos interessa entender como os textos produzidos no jornalismo impresso de referência atuam nos aspectos “identitário”, “relacional” e “ideacional” da narrativa sobre as sexualidades não normativas. Queremos compreender até que ponto a prática discursiva estudada é “convencional” ou “criativa”. Ou seja, se “contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença)” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92) ou para transformá-la.

Para tanto, escolhemos como perspectiva principal de análise as contribuições da Análise Crítica do Discurso (ACD) – van Leeuwen (1996), Fairclough (2001), Resende e Ramalho (2011) e van Dijk (2017) – uma perspectiva crítica na posição do saber científico que se centra em problemas sociais e no papel do discurso na reprodução e produção de regimes de poder ou de dominação.

A ACD tem composição multidisciplinar e estabelece como elemento fundamental para a apreciação dos “problemas complexos do ‘mundo real’” (VAN DIJK, 2017, p. 37) o casamento com uma abordagem histórica, cultural, socioeconômica, filosófica, etc.

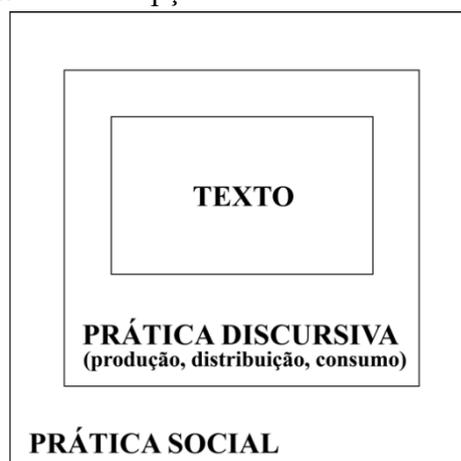
A ACD não oferece um método de pesquisa pronto a ser aplicado em geral, mas frisa sim que para cada estudo é necessário efetuar uma análise teórica exaustiva de um assunto social, de forma possibilitar a seleção das estruturas discursivas e sociais que serão analisadas e relacionadas (VAN DIJK, 2017, p. 38).

Usaremos a metodologia de análise também por uma questão de identidade. Como estudo de oposição às estruturas e às estratégias do discurso das elites, a ACD parte da compreensão de que a linguagem contribui para a dominação de grupos sociais sobre outros.

Assim, a consciência sobre as formas de organização do discurso constitui um dos passos para a emancipação e uma estratégia de contrapoder e contra-ideologia em situações de opressão.

A análise de discurso de linha crítica, portanto, considera que existem “ordens de discurso” que seriam as facetas discursivas de “ordens sociais”, que se articulam (FAIRCLOUGH, 2001). Por isso, nesta análise dos processos sociocognitivos do jornalismo, nos preocupamos com a especificação das ordens de discurso jornalístico, assim como com outros recursos sociais, denominados recursos dos membros – os jornalistas, os donos das empresas de jornalismo, os financiadores dos negócios, entre outros – em que se baseiam a produção e a interpretação dos sentidos e como isso ocorre. “Ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100). Nestes termos, enquanto práxis da realidade, o discurso é construído dentro de um quadro tridimensional, qual seja: texto, prática discursiva e prática social. Observe na figura:

Figura 1 – Conceção tridimensional do discurso



Fonte: Adaptado de Fairclough (2001).

Assim, partindo da compreensão de que as mensagens dos veículos de comunicação são “tipos específicos de texto e fala” (VAN DIJK, 2017, p. 61), queremos compreender como sistemas nada abstratos de desigualdade social, como a sexualidade, são nomeados “através de crenças, ações e discursos dos membros do grupo” (VAN DIJK, 2017, p. 57).

Considerando que uma parte considerável do conhecimento social, político e crenças sobre o mundo derivam dos relatos noticiosos, analisar esta prática discursiva nos permitirá compreender as próprias mudanças discursivas no jornalismo em função das mudanças sociais e culturais relacionadas às questões de gênero e sexualidade. “A mudança envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções

existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente as proíbem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 127). Dessa forma, pretendemos observar em que momentos o jornalismo de referência reproduz, reestrutura ou desafia a hegemonia existente em torno da sexualidade, provocando estruturas que balizaram o jornalismo tradicionalmente produzido por grandes corporações de mídia.

Mas se “a exploração de tendências de mudança nas ordens de discurso pode trazer uma contribuição significativa aos debates atuais sobre mudança social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 130), também pode apontar os motores desta transformação, destacando os interesses colocados neste processo de inclusão.

Se a democratização do discurso e a personalização sintética podem ser ligadas à democratização substancial da sociedade, também estão ligadas de maneira controvertida aos processos de marquetização e especificamente aparente mudança no poder dos produtores para os consumidores, que é associada ao consumismo e às novas hegemonias a ele atribuídas. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 130)

Para esta pesquisa, o foco será o estudo da representação, a fim de perceber os modos de apresentação das identidades de resistência ao sistema sexo-gênero e suas intervenções na sociedade. A análise textual para a produção de uma análise social do discurso é uma operação válida, tendo em vista que tais narrativas são “resultado textual de escolhas entre modos alternativos de dizer” (VAN DIJK, 2017, p. 68).

Resende e Ramalho (2011) destacam que discursos são realizados em traços específicos em textos, tais como vocabulário, relações semânticas, gramaticais etc. “Isso implica que maneiras relativamente estáveis de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais são materializados nos textos” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 112).

É importante, adicionalmente, ressaltar que não intentamos realizar apenas uma operação descritiva desta realidade. É por isso que acionamos aqui o conceito de performatividade de Butler (2017) para enxergar esses dados a partir de um movimento, que considera a produção de narrativas sobre identidades e diferenças dependente de enunciados performativos alvo de incessante repetição – tanto os que produzem o horror, como os que tratam com empatia determinada identidade.

Nesse cenário, incluímos as propostas compartilhadas pela Teoria *Queer*. Por meio desses elementos, realizamos incursões baseadas na hipótese de que os enunciados são performativos, o que nos leva a problematizar as questões de gênero e sexualidade a partir dos atos de representação.

4.1.2.1 Representação e Performatividade de Atores Sociais

Um dos principais elementos da análise é o mapeamento da presença dos “atores sociais” que subvertem o gênero e da sexualidade nos textos jornalísticos. Para tanto, recorreremos à Teoria da Representação dos Atores Sociais (RAS) em van Leeuwen (1996), que apresenta uma discussão sociossemântica detalhada ao colocar que as maneiras como os atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades.

Interessa-nos analisar como as práticas sociais das sexualidades dissidentes do cis-heteropatriarcado¹¹ são transformadas em discursos no jornalismo “e isso tanto no sentido de quais meios temos para fazê-lo, quanto no sentido de como realmente fazem-no em contextos institucionais específicos que têm relações específicas com as práticas sociais das quais produzem representações” (VAN LEEUWEN, 1996, p. 35).

Van Leeuwen (1996) parte da investigação de quais opções foram escolhidas em quais contextos institucionais e sociais e por que essas escolhas foram tomadas, assim como coloca como determinante a busca dos interesses atendidos por estas. Por conseguinte, de acordo com esta perspectiva, determinados atores sociais podem ser ofuscados ou enfatizados em textos, podem ser representados por suas atividades ou vozes e podem ser referidos de modos que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem.

Esse sistema parte de duas categoriais gerais: a “exclusão” e a “inclusão” dos atores no discurso. “As representações incluem ou excluem atores sociais de acordo com seus interesses e propósitos em relação aos leitores aos quais se destinam” (VAN LEEUWEN, 1996, p. 38).

Os atores são “excluídos” quando os agentes dos processos descritos não são explicitados. Tal mecanismo pode se realizar por meio da supressão ou do encobrimento. Van Leeuwen (1996) assinala duas razões para se suprimir atores sociais e atividades: quando os leitores já sabem quem é o ator social ou para bloquear o acesso a uma prática que não é desejada ser representada. Já o encobrimento é a efetivação parcial da eliminação: deixa-se o ator em segundo plano, pois não se acha relevante explicitar a sua presença ou quando é possível localizá-lo em qualquer outra parte de textos anexos. A exclusão de determinados atores sociais

¹¹ Este neologismo cunhado pela comunidade LGBTI+ visa denunciar o sistema sociopolítico em que o gênero masculino e a heterossexualidade têm supremacia sobre os demais gêneros e sobre outras orientações sexuais. Ressalta que a discriminação exercida tanto contra as mulheres quanto contra as pessoas de sexualidades diversas segue o mesmo princípio social sexista.

em algumas narrativas é significativa por encobrir a agência e responsabilidade ou por destituí-los de uma identificação. De modo geral, a exclusão tem significações potenciais na construção de narrativizações identitárias particulares e na sustentação de relações de poder que envolvem o contexto político-ideológico em torno delas.

Leal e Carvalho (2012) chamam atenção para silenciamentos parciais das identidades em situações desta natureza e que ocorrem a partir de cada angulação e da abordagem específica dos conteúdos jornalísticos, que podem ser observados a partir dos modos de composição narrativa/argumentativa.

Tabela 3 – Sistema simplificado de exclusão de atores sociais

Exclusão	Supressão	Quando leitores já sabem quem é o ator ou para bloquear acesso à prática que pode ser contestada
	Encobrimento	Quando é deixado em segundo plano

Fonte: Elaboração do autor.

Por sua vez, o arcabouço criado em torno da categoria “inclusão” é bastante complexo. Esse sistema dá conta das diversas maneiras e dos diferentes papéis que os atores sociais podem ocupar na representação, que pode acontecer por meio da personalização ou impersonalização, da ativação ou passivação, entre outras categorias que formam o conjunto que apresentaremos a seguir.

Van Leeuwen (1996) lembra que estes aspectos têm sido importantes para a Análise Crítica do Discurso, tendo em vista que, por exemplo, atores sociais podem ser incluídos em textos, mas terem sua agenda ofuscada ou enfatizada, podendo ser representados por suas atividades ou enunciados, serem referidos através de julgamentos do que são ou do que fazem ou simplesmente negados, atacados, subjugados.

Quando são incluídos, os agentes dos processos podem ser personalizados ou impersonalizados. Na personalização, são determinados, indeterminados, generalizados ou especificados. A determinação – quando sua identidade é, de uma forma ou de outra, explicitada – pode se dar através de dois tipos de categorização: por funcionalização, quando os atores sociais são referidos em termos de uma atividade, em termos de algo que fazem, por exemplo, uma ocupação ou papel, e por identificação, quando os atores sociais são definidos, não em termos do que fazem, mas em termos do que eles são ou da forma como se definem, como orientação sexual, idade, classe social, etnicidade, religião (VAN LEEUWEN, 1996, p. 54-55). Entre os processos de determinação, há ainda a nomeação. A Teoria da Representação coloca que nomear atores sociais seria representá-los de forma particularizada, pessoal. Estas formas

de identidades são apresentadas mediante, principalmente, o emprego de substantivos próprios, o que pode ser considerada uma estratégia ideológica poderosa, levando em consideração que por meio da nomeação é possível inferir os diferentes modos pelos quais percebemos e diferenciamos os atores e as vozes presentes nos textos, assim como se funcionam como forças políticas disciplinadoras ou organizadoras.

Já na indeterminação, os sujeitos são representados como indivíduos ou grupos não especificados, “anônimos”, tipicamente realizada por pronomes indefinidos (“alguém”, “alguns”, “algumas pessoas”) usados em função nominal.

O processo de personalização abriga também a escolha entre referências genéricas e específicas, outro fator importante na representação dos atores sociais, que podem ser significados como classes ou como indivíduos específicos e identificáveis.

A diferença pode ser observada, por exemplo, na forma como os atores sociais são representados por diferentes setores da imprensa. Em jornais orientados para a classe média, agentes governamentais e especialistas tendem a ser referidos especificamente, e 'pessoas comuns' genericamente: o ponto de identificação, o mundo em que as especificidades existem, é aqui, não o mundo dos governados, mas o mundo dos governadores, os 'gerais'. Em jornais voltados para a classe trabalhadora, por outro lado, 'pessoas comuns' são frequentemente referidas de forma específica (VAN LEEUWEN, 1996, p. 47).

Dentro deste processo de especificação, a RAS vai falar de situações de individualização, onde atores sociais podem ser chamados de indivíduos, e de assimilação, caso em que se fala de grupos. Em outros termos, pode-se dizer que a individualização é realizada por singularidade e a assimilação por pluralidade.

Já quando os atores são impersonalizados, ocorre o que o teórico chama de “representação por outros meios”, por exemplo, por substantivos abstratos. A impersonalização pode ser distinguida em dois tipos: abstração e objetivação. A abstração ocorre quando os atores sociais são representados por meio de uma qualidade atribuída a eles pela representação. Um exemplo é a maneira como membros da população LGBTI+ são referidos por meio do termo “minorias” no linguajar do senso comum. E a objetivação ocorre quando os atores sociais são representados por meio da referência a um lugar ou coisa intimamente associada à sua pessoa ou à atividade em que são representados como estando envolvidos. Em outras palavras, a objetivação é realizada por referência metonímica. Maneiras bastante comuns de objetivação são por: espacialização, autonomização do enunciado, instrumentalização e somatização. Em processos desta natureza, inclusive, podem ser moldados os discursos com o objetivo de descredibilizar existências. Exemplo de uma representação impersonalizada de atores sociais é

uso da expressão “ideologia de gênero” no discurso político contemporâneo brasileiro, por exemplo. A construção não nomeia o grupo social ao qual se refere e é muitas vezes empregada como forma de deslegitimar a agenda e a existência de sujeitos de formas de vidas que rescindem com o regime sexopolítico.

As representações discursivas podem dotar os atores sociais com papéis ativos e passivos em determinados discursos. O ator social é ativo quando possui forças dinâmicas em uma atividade, quando desencadeia a ação representada no processo, e passivo quando sofre a ação ou quando é o receptor final dela. Van Leeuwen (1996) marca a relevância dos papéis gramaticais nas representações. “Uma forma frequente disso é a ‘possessivação’, o uso de um pronome possessivo para ativar (por exemplo, ‘nossa entrada’) ou passivar (por exemplo, ‘meu professor’) um ator social” (VAN LEEUWEN, 1996, p. 44).

É importante considerar que, para este trabalho, optaremos por acrescentar o levantamento de conotações negativas ou positivas a uma atividade ou enunciado protagonizado por um ator social de forma ativa. Assim, observaremos como o ator social é explicitado, a fim de evidenciar situações como a narrada por Santana (2018), no estudo sobre a representação LGBTI+ em jornais baianos, em que, em um dos materiais analisados por ele, o ator ativado era modalizado a partir de uma polaridade negativa: “Engenheiro abre apê para matador (...) Engenheiro leva assassino para casa” (SANTANA, 2018, p. 147). Na manchete do periódico popular Massa! os elementos de edição direcionavam a culpa à própria vítima, assassinado a facadas dentro do seu apartamento por um suposto parceiro sexual. O texto analisado evidencia que a ativação do personagem do texto atendia a uma escolha editorial de atribuir práticas sexuais de risco a homossexuais – negatizando, por sua vez, a homossexualidade.

Noutra via, a passivação do ator social pode se realizar por sujeição ou beneficiação. Na sujeição, o ator é tratado como uma entidade que sofre o efeito de alguma ação (sujeito/paciente/vítima) enquanto na beneficiação, o ator social é favorecido ou prejudicado por algum bem ou serviço; portanto, é uma ação que resulta de algum proveito ou prejuízo.

É preciso considerar que uma representação passiva pode ser marcada também pelo desagenciamento do ator social narrado, ou seja, quando ocorre a desvalorização ou negatização deste sujeito da representação. Exemplo de passivação negativa manifestado no texto noticioso vem do estudo de Resende e Silva (2019) sobre os modos de representação de Rafael Braga no site do jornal O Globo. As pesquisadoras avaliam o discurso jornalístico produzido na cobertura do veículo sobre o caso do catador de materiais recicláveis que foi preso em abordagem policial controversa e sem testemunhas, com suspeita, inclusive, de flagrante forjado e provas plantadas.

Seu processo judicial, acompanhado por movimentos sociais, se tornou símbolo da seletividade penal. O estudo conclui que a narrativa sobre o julgamento de Rafael ativava a voz da justiça (e da polícia) ao passo que passivava o discurso do réu, além de silenciar as fontes de sua defesa. “Assim como vozes preferidas nos textos são as vozes da justiça, são também da justiça as ações quando se trata de representá-lo localizado passivamente no contexto de sua condenação” (RESENDE; SILVA, 2019, p. 242).

Tabela 4 – Sistema simplificado de inclusão de atores sociais

Inclusão	Personalização	Determinação	Categorização	Funcionalização
				Identificação
		Nomeação		
		Indeterminação		
	Generalização			
	Especificação	Individualização		
		Assimilação		
	Impersonalização	Abstração		
		Objetivação		
	Ativação			
Passivação	Sujeição			
	Beneficiação			

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Resende & Ramalho (2011) e van Leeuwen (1996).

Tabela 5 – Categorias de inclusão de atores sociais

Personalização (Determinação e Indeterminação)		
Determinação	Categorização por funcionalização	Referidos por meio de um substantivo ou grupo nominal referente a um papel ou atividade institucional. Ex: “A Coordenadora LGBTI+”; “a Drag Queen”
	Categorização por identificação	Definidos não em termos do que fazem, mas em termos do que eles são, uma identidade mais ou menos fixa, como orientação sexual, idade, classe social, etnicidade, religião
	Nomeação	Representá-lo por sua identidade única, ou seja, por seu nome próprio. Exemplos de nomeação de pessoas LGBTI+: Silvero Pereira; Daniela Mercury
Indeterminação	Representados como indivíduos ou grupos não especificados, anônimos, tipicamente realizada por pronomes indefinidos (alguém; alguns; algumas pessoas)	
Personalização (Generalização e Especificação)		
Generalização	Definidos como membros de classes maiores, em que a ênfase é direcionada às classes, e não aos participantes em si. Ex: “O perfil de homens homossexuais com vida sexual ativa”	

Especificação	Individualização	Quando são chamados de indivíduos; realizada por singularidade. Ex: “Roy Cohn (...), embora fosse gay”
	Assimilação	Caso em que se fala de grupos; realizada na pluralidade, com substantivo que denota grupo de pessoas e quantificação (maioria, grande parte, minoria, etc.)
Impersonalização		
Abstração	Delineados por meio de uma qualidade atribuída a eles pela representação. Um exemplo é a maneira como membros da população LGBTI+ são referidos por meio do termo “minorias”.	
Objetivação	Representados por meio da referência a um lugar ou coisa intimamente associada à sua pessoa ou à atividade em que são representados como estando envolvidos (referência metonímica). Ex: “A Coordenadoria LGBTI+ afirma que é o Gabinete do Governador”	
Ativação		
Representado como um agente, uma construção dinâmica e ativa. Ex: “Erick Rianelli (...) se declarou ontem para o marido”		
Passivação		
Sujeição	Ator é sujeito/paciente/vítima da ação. Ex: “Ali foi tocado pelo HIV”	
Beneficiação	Positiva	O ator social é favorecido em relação a alguma ação ou atividade. Ex: “pediu para que rezassem por ela”
	Negativa	O ator social é desfavorecido em relação a alguma ação ou atividade. Ex: “Ele foi classificada como campeã de críticas”

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Resende & Ramalho (2011) e van Leeuwen (1996).

Dessa forma, serão analisados para efeito desta pesquisa quatro subsistemas de inclusão, englobando as variantes acima referidas da personalização, da impersonalização, da ativação e da passivação.

De forma geral, a RAS aponta efeitos potenciais sobre a construção de narrativas e sobre modos de identificação específicos para certos agrupamentos coletivos. A principal qualidade desta metodologia é a possibilidade de pensar as diversas maneiras que os discursos podem acionar representações sobre sujeitos, enxergando as posições diversas que estes podem ocupar na narrativa e até contradições que possam existir dentro de um mesmo discurso.

Mas é preciso dizer que a Teoria da Representação de Atores Sociais não responde sozinha por nossa análise, tendo em vista que é preciso considerar o suposto binarismo levantado por muitas das suas categorias (passivo x ativo; personalização x impersonalização; generalização x especificação). De alguma forma, estas referências não deixam evidente a capacidade de articular outras possibilidades de compreensão, que possam dar conta de relevantes deslocamentos discursivos.

É neste sentido que propomos a anotação de aspectos discursivos das representações identitárias de atores sociais intercambiados aos postulados da Teoria da Performatividade de Gênero (e das identidades em geral), acionada por Butler (2000, 2017; 2019).

A Teoria da Performatividade aponta que a construção de sujeito é um efeito-de-verdade de tramas de poder, saber e discurso que são cultural e historicamente desenvolvidas, ou seja, performances repetidas que reatualizam discursos histórico e culturalmente determinados.

Sendo assim, incluir a performatividade como elemento de análise do discurso é enfatizar que a linguagem é uma das condições que possibilitam performances identitárias. É reconhecer que noções de gênero e sexualidade são constituídas na e pela linguagem, o que significa que não existem determinações precedentes, ou, em outras palavras, não há gênero e sexualidade (ou qualquer outro atributo) anterior a sua interpelação linguística.

A articulação entre representação e performances identitárias nos permitirá não só enxergar sujeitos, suas posições nos discursos e a força de suas vozes (de acordo com o que está previsto na RAS), mas também atentar à vida linguística que indivíduos produzem, na qual estão imersos e pela qual são realizados.

Fazer isso é atentar aos deslocamentos dessas performances e se esses incorporam, no nosso caso, questões como as regionalidades. É observar a ressignificação linguística, que, segundo Borba (2014), Judith Butler denomina de “inversão performativa da injúria” ao discutir o alargamento do campo semântico de palavras e expressões usadas para atacar as dissidências sexuais e de gênero, mas que podem ser tomadas como mecanismo de resistência, deboche, de criação de um espaço político de transformação e desafio da lógica dominante.

Falamos então de aspectos mais profundos dos fatores emocionais e de produção das identidades, que caminham ao lado das posições ocupadas pelos atores sociais que devem ser considerados nesta estrutura das representações. “Levar em consideração o nível subjetivo permite compreender uma função importante das representações” (JODELET, 2009, p. 697).

Além disso, analisar estas ordens discursivas é sempre levar em consideração que estamos falando de corpos que desviam e escapam de sustentáculos de opressão e, por essa situação, transitam entre e luz e sombra. Sendo assim, um olhar mais atento para além das categorias já narradas pode nos levar a compreender, por exemplo, as noções de beleza que emanam da prática discursiva. Geralmente, a referência cisgênero, com modelos determinados de ser homem e ser mulher, é o padrão para todas as demais orientações e identidades, o que podemos entender como “uma forma de colonizar todos os corpos, sobretudo os corpos trans

(...), de modo que, em dado momento, começa-se a se pensar que o corpo trans ‘saúdável’, ‘curado’, é aquele que tomou forma cisgenderizadas” (VIEIRA, 2018, p. 361).

Perceber outros meandros é, como na alegoria descrita acima, olhar para elementos como a “ciscolonialidade”. É perceber a presença de forças como a “sexopolítica” (PRECIADO, 2011), ou seja, a regulação dos órgãos sexuais, práticas sexuais e códigos de masculinidades e feminilidades. O que propomos é analisar até que ponto o gênero discursivo se abre à insurgência. Como aponta Santos Filho (2017), é considerar que práticas discursivas devem ser vistas como objetos complexos.

Queremos, nestes termos, levantar também em que proporção o jornal é capaz de “mobilizar representações transsubjetivas diferentes, que o situam em horizontes variáveis” (JODELET, 2009, p. 699), permitindo compreender e problematizar as inteligibilidades normativas, assim como suas subversões, que ganham vida na cultura heteronormativa. Para tanto, é necessário ter em mente as relações estabelecidas entre “sujeito, linguagem, significado e identidade” (SANTOS FILHO, 2017). Propomos isso tendo em vista que as relações estabelecidas nos discursos precisam ser estranhadas e problematizadas, pois, se partem de processos de produção de identificações e diferenças performáticas, são dotadas de “citacionalidade” e “prescritividade”, além de objeto de disputa de significação.

Por isso, neste trabalho, levamos como primordial levantar os registros de “desidentificação com a cultura da negação” (SANTOS FILHO, 2017, p. 168), além de considerar que, quando investigamos performances identitárias, não podemos deixar de contemplar as possibilidades oferecidas e as limitações impostas pela linguagem em sua construção. Vamos, ainda, destacar ocasiões de acolhimento das dissidências sexuais e de seus modos de ser e viver. Nesta recorrente metáfora teatral dos modos de representação transviada, olhamos os enunciados como atos performativos.

Também voltaremos nossos olhos para a “representação visual” (VAN Leeuwen, 2008) de atores sociais, sendo aqui a inscrição da existência do diferente à norma heterossexista em imagens, assim como questionamos as motivações de textos jornalísticos que não são acompanhados por estas.

Nesta contribuição ao processo analítico de “retratação de pessoas”, lançamos o questionamento da capacidade de ressignificação, de postura *queer*, crítica, cínica agenciadas. Até que ponto são provocadas, nos vários jornais que formam o jornal, situações de “desidentificação da cultura heteronormativa e a identificação com o script cultural queer” (SANTOS FILHO, 2017, p. 173)?

4.1.2.2 *Análise da intertextualidade e da interdiscursividade*

Outras categorias de análise que corroboram com a representação dos atores sociais, a intertextualidade (vozes articuladas ou não nos textos, assim como as maneiras como são articuladas) e a interdiscursividade (discursos articulados ou não nos textos), são aplicadas neste trabalho.

Através da intertextualidade, que dá conta da presença de outros textos dentro dos textos analisados, é possível sinalizar o posicionamento de determinado discurso em situações específicas. “Em textos específicos, a ausência ou a presença de vozes provenientes de textos diversos, assim como a natureza da articulação dessas ‘vozes particulares’, permitem explorar práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas” (RESENDE & RAMALHO, 2011, p. 133). Essas relações intertextuais são divididas entre discurso direto, discurso indireto e relato de ato de fala.

A intertextualidade é a combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas. Essas vozes podem ser articuladas não apenas em discurso direto, quando se atualizam as palavras exatas do texto anterior, mas também em discurso indireto, parafraseando, resumindo, ecoando. O relato de ato de fala, outro caso de intertextualidade, acontece quando não se explica o conteúdo do ato de fala (por exemplo, quando se afirma ‘ele gritou’. (RESENDE & RAMALHO, 2011, p. 134-135).

Resende & Ramalho (2011) destacam que, entre as questões apontadas para o estudo da intertextualidade, estão: Quais textos e vozes são incluídos ou excluídos? Como outras vozes são incluídas e atribuídas? As vozes atribuídas são relatadas diretamente ou não? Como outras vozes são tecidas em relação à voz do autor e em relação umas com as outras?

Por meio da interdiscursividade, por sua vez, pode-se identificar os diferentes discursos articulados e a forma como são articulados em um texto (FAIRCLOUGH, 2001). Partindo do princípio de que os modos de representação dependem de interesses particulares e de práticas e posições enfatizadas na apresentação dos intérpretes, é oportuna a análise de como discursos específicos associam-se a campos sociais, interesses e projetos particulares. Com isso, podemos identificar diferentes discursos observando as diferentes maneiras que são “lexicalizados” os aspectos do mundo (RESENDE & RAMALHO, 2011).

Isso porque, para Fairclough (2001), “elementos diferentes do significado potencial da palavra são deslocados em tipos diferentes de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 233) e “qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 81). Para o autor, os discursos de jornais, por exemplo,

são constituídos por meio da articulação particular de tipos de discurso e processos particulares de tradução entre eles, com uma tendência dominante de combinar os tipos de discurso público e privado.

Sendo assim, o estudo da interdiscursividade deve responder à identificação de “que discursos são articulados no texto e como são articulados? Há uma mistura significativa de discursos? Quais são os traços que caracterizam os discursos articulados?” (RESENDE & RAMALHO, 2011, p. 115).

Essa percepção dos discursos que pairam sobre determinada prática, no caso a jornalística, nos leva a problematizar também em que setoriais temáticos do jornal, em que campos discursivos desta cobertura, há uma apresentação mais densa das formas de vida fora das “caixas” de gênero e sexualidade. Tal esforço nos leva a considerar ambientes de observação. Por isso, destacaremos como o jornal expõe as dissidências sexuais e de gênero nos conteúdos publicados em cada um dos focos, ou seja, em meio a interdiscursos da cultura, da política, da economia, da violência etc.

Noutra via, ainda assentados nas contribuições de Fairclough (2001), avaliamos, através da análise da intertextualidade manifesta, se a representação discursiva é direta ou indireta, de forma a entender como está contextualizado o discurso representado. Assim, podemos compreender se a temática das dissidências sexuais e de gênero era questão principal ou acessória nos textos.

Entendemos por representação “direta” a ocasião em que determinado discurso montado está protagonizando o texto, quando está demarcado claramente e/ou captado junto ao seu contexto, estilo e significado ideacional.

Já no caso da feição “indireta”, observamos os atores discursivos, dentro desta metáfora teatral da produção textual, de forma coadjuvante, delineado de forma secundária.

Tabela 6 – Interpretação dos modos de representação

Direta	Quando determinado discurso é representado como questão central no texto
Indireta	Quando certa manifestação discursiva assume o papel secundário em dada narrativa

Fonte: Elaboração do autor

Esse quadro pretende ser ferramenta para reflexão do posicionamento do jornal em relação em relação ao evento discursivo e foi adaptado de forma a atender a demanda desta pesquisa.

A partir destas conexões e inferências, Fairclough (2001) vai dizer que “(...) a intertextualidade e as relações intertextuais constantemente mutáveis no discurso são centrais para a compreensão dos processos de constituição do sujeito” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 170). Estas proposições são fundamentais para o estudo dos atos performativos das dissidências sexuais e de gênero, pois nos faz, também, avançar para além das categorias basilares de representações sociais.

Nesta interpretação do discurso, pretendemos ainda avaliar qualitativamente o nível de aprofundamento e contextualização nas matérias a respeito. Sendo assim, realizaremos uma avaliação de caráter subjacente, considerando se o conteúdo é capaz de realizar a discussão embasada do “mundo *queer*”.

Por meio desta validação de sentido, afere-se o nível de complexidade das narrativas, ou seja, se estas tratam o assunto com superficialidade ou se consideram problematizar a discussão, de alguma forma penetrando os debates sobre as dissidências sexuais e de gênero.

A nossa intervenção inter-relaciona a prática social-discursiva das pessoas de gênero e sexualidade disruptivas com a prática social-discursiva jornalística de forma a mensurar até que ponto os obstáculos colocados pelas rotinas do jornalismo e pelas limitações estilísticas e funcionais são superadas em nome do aprofundado de investigação, de forma a aproximar o leitor do acontecimento e dos atores sociais.

Portanto, referenciados pela ACD e através do escrutínio do discurso, que é linguisticamente analisável, constituiremos esta interpretação do embasamento dos conteúdos jornalísticos, estabelecendo-o como elemento chave para a avaliação do nível de mediação da realidade das dissidências presente nos textos. Tal empreitada tem, como toda esta proposta de pesquisa, caráter transdisciplinar, ao acionar os estudos do jornalismo, a Teoria *Queer* e os demais instrumentais metodológicos de nossa matriz questionadora.

“A análise do discurso é assim simultaneamente uma análise cognitiva, social e política, mas incide sobre o papel do discurso na sociedade nas estruturas sociais, tanto local como globalmente” (VAN DIJK, 2017, p. 58). Esta perspectiva interpretativa crítica da realidade casa com a nossa finalidade de entender a representação de subjetividades não normativas no jornalismo, tendo em vista que este conjunto social é protagonista de ações que vêm desestabilizando as estruturas hegemônicas.

A promoção do acesso, interdição, ativação, passivação, entre outros atributos, revelam-se eficazes estratégias na construção das representações sociais, sobretudo no jornalismo, de grupos sociais envolvidos no processo na luta por cidadania.

Tal caminho metodológico busca, portanto, “dar conta de estágios ora orientados à análise da conjuntura em que o discurso a ser analisado está incluído, ora à análise do discurso propriamente dita” (MELO, 2017, p. 141).

Com tais instrumentos nas mãos, o presente estudo parte da compreensão do jornalismo impresso como prática discursiva específica, na qual podemos analisar a problemática levantada, tendo os gêneros discursivos opinativo e informativo como objetos de investigação. Como ordem de discurso selecionada desse tipo de jornalismo, o jornal O Povo. Para tanto, foram caracterizados os traços estruturais do discurso jornalístico a fim de entender como eles auxiliam no processo de representação discursiva de pessoas secularmente à margem.

4.1.3 Regionalidade como elemento de análise

Levando em consideração a força integrativa e identitária do jornalismo de proximidade, evidenciamos essa variável dentro do processo de identificação da trama noticiosa do jornal O Povo.

Dessa forma, propomos que o estudo dos “marcadores físico-simbólicos das regionalidades” (ALMEIDA FILHO; SILVA, 2019) seja acrescentado aos nossos elementos de análise.

Compreender e analisar as regionalidades é um empreendimento multidimensional, que aciona as várias nuances culturais, ideológicas, afetivas, territoriais, etc que formam as perspectivas regionais. Assim, a partir do cruzamento de associações simbólicas do local/da região (no nosso caso a cidade de Fortaleza, o estado Ceará, a região Nordeste), dos atores sociais, das dinâmicas estruturais, históricas, econômicas e sociais, “uma construção resultado de interesses e agentes diversos”, reforçamos o nosso instrumental de observação. Questões que também atribuem identidades, que partem da compreensão que “as representações de um lugar ou de uma região são erigidas sob interesses de grupos diversos” (BARBALHO *apud* ALMEIDA FILHO; SILVA, 2019, p. 191).

Tal problematização permite perceber como esses marcadores regionais impactam ou se inter-relacionam com as inclusões discursivas sobre as dissidências sexuais e de gênero, ou seja, até que ponto as regionalidades afetam as representações dessas identidades e, também, como contagia o próprio jornalismo praticado no veículo analisado.

Importante destacar que levamos em consideração a definição de que o discurso regionalista é performativo (BOURDIEU *apud* VOLPATO, 2020), tendo em vista que é entendido como uma construção fabricada, racional e abstrata. Portanto, determinada

identidade territorial, por exemplo, é antes de tudo uma atuação discursiva, que produz enunciações e visibilidades e, em última instância, tenta se sobrepor às práticas que tradicionalmente dominaram a região ou oprimiram determinados grupos de sujeitos que nela vivem. Como toda performance acionada em práticas discursivas, tais identidades têm a sua eficácia na elaboração reiterada, no compartilhamento de valores defendidos por membros desta “tribo”, que aderem, creem e compartilham dessas propriedades.

Entre os esforços para alcançar este desafio, observamos o título principal, o corpo da notícia/artigo, as imagens, como são explorados os elementos básicos – o que aconteceu, quando, onde, como e porquê – e como são exploradas as circunstâncias que aparecerem – onde e quando.

Analisar a cobertura regional passa também por detectar a quantidade de vezes que determinado fonte ou tipo de fonte, inclusive pronunciando a sua localização, surge e a posição que ocupa na cobertura, levando em consideração ainda os aspetos de fontes locais ou ligadas àquela “sócio-espacidade”.

Isso porque, ao proceder à análise da organização temática, procura-se salientar se a construção da regionalidade é um relevante critério na estruturação das notícias e dos demais conteúdos estudados nesta pesquisa.

Levamos em consideração ainda que o jornalismo, enquanto espaço múltiplo, organiza-se e reorganiza-se constantemente “em busca de novos significados para si e para os sujeitos” (ALMEIDA FILHO; SILVA, 2019, p. 187), o que interfere fortemente na nossa proposta de análise.

4.2 O Jornal O Povo

O Jornal O Povo é o veículo jornalístico impresso mais antigo em circulação no Ceará. Constituído em 1928, o periódico chegou, em 2021, aos 93 anos. Foi fundado pelo político Demócrito Rocha, seguindo a trajetória do jornalismo local, que surgiu influenciado por ideais políticos e “também, oficial e sob censura” (SÁ, 1982). O Povo nasce pouco mais de 100 anos depois da publicação do primeiro jornal a ser produzido no Ceará, o “Diário do Governo do Ceará”, editado em primeiro de abril de 1824, como veículo da então deflagrada Confederação do Equador (JERONIMO, 2019), e que foi encerrado violentamente pelas mãos do Império (1822-1889).

O veículo de Demócrito Rocha é criado, como atesta Sipriano (2017), em um período que os jornais eram o principal meio de informação em Fortaleza. Nas décadas de 1920

e 1930, o rádio – cuja primeira emissora do Ceará, a Ceará Rádio Clube, é inaugurada em 1934 – ainda não havia se popularizado. Na época de sua fundação, existiam os jornais Unitário (1903-1976), um dos mais longevos do estado, O Nordeste (1922-1967), Correio do Ceará (1915-1982) e Gazeta de Notícias (1927-1973).

Ressalta-se ainda que, nas primeiras décadas do século XX, o jornalismo cearense era marcado pelo paradigma opinativo, tendo em vista a já enumerada forte ligação com os grupos político-partidários (SIPRIANO, 2017).

Não houve político influente no Ceará que não dispusesse de uma rádio ou um jornal como porta-voz dos seus interesses. (...) Essa realidade remonta aos primórdios do surgimento da imprensa no Ceará. Até a sua fase empresarial, já em plena década de 80, a imprensa servirá de alavanca para os mais diversos interesses. Em comum, o fato de que os meios de comunicação vão sempre estar nas mãos da elite cearense. (LIMA JÚNIOR, 1997, p. 42).

Mas, diferentemente de outros veículos contemporâneos, O Povo aporta no cenário estadual com um discurso avaliado como modernizador e progressista, tornando-se porta-voz das elites cearenses que contestavam as oligarquias dominantes. “O jornal surgiu fazendo forte oposição ao então presidente do Ceará, Moreira da Rocha” (SIPRIANO, 2017, p. 147). Com tom crítico, político e liberal, somada à efervescente conjuntura e em uma Capital que comportava pelo menos 50% da população alfabetizada, o periódico foi alçado ao grupo dos mais influentes de Fortaleza.

No Ceará, em meados da década de 1920, a classe média, a intelectualidade e militares compunham o grupo dos chamados “revolucionários”, que lutavam contra a República Velha, representativa do domínio das tradicionais oligarquias agrárias. O jornal O Povo aparece como um dos porta-vozes da reação ao velho regime. É bastante significativo que inicialmente, no logotipo do jornal, a letra “P” formasse a imagem de um chicote, que representaria a luta contra as injustiças, o poder dos coronéis, “o chicote que iria ferir as oligarquias dominantes” (SIPRIANO, 2017, p. 148).

Figura 2 – Capa da primeira edição do O Povo



Fonte: Arquivo do Jornal O Povo.

Além de Demócrito Rocha, O Povo passou pelas mãos de outros políticos, como Paulo Sarasate, que ingressou no jornal em 1929, então no posto de redator-secretário. Mais tarde, sucedeu o fundador na direção do periódico, assumindo o cargo a partir de 1943 e mantendo-se na posição até o ano de sua morte, em 1968.

No paralelo, Sarasate desenvolvia longa carreira política. Como nota a própria descrição institucional no site do jornal (O POVO, 2021), o político transitou em diferentes grupos ideológicos, para então migrar, de um crítico de um regime autoritário (República Velha) a aliado de outro (Ditadura Militar).

Carvalho (2006) descreve a trajetória política do jornalista, que foi deputado estadual Constituinte (PSD, 1935-1937), depois deputado federal por quatro mandatos (1946-1951/1951-1955/ 1959-1963/1963-1967) e Governador do Estado (1955- 1958) pela União Democrática Nacional (UDN), organização partidária de linha conservadora. Nos anos de chumbo da Ditadura Militar no Brasil, esteve organizado na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido político que representava os militares durante o regime autoritário. Através da organização partidária, exerceu o cargo de senador, de 1967 a 1968.

Assim, durante a Era Paulo Sarasate, o jornal O Povo esteve em consonância com os posicionamentos políticos do seu líder, o que levou a ser um dos primeiros jornalísticos a aderirem à Ditadura Civil-Militar do Brasil (1964-1985), como destacou a Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas. Em editorial veiculado na capa da edição do dia três de abril de 1964, sob o título “A paz alcançada”, o veículo dizia “a vitória da causa

democrática abre o País à perspectiva de trabalhar em paz e de aceitar que essa perspectiva seja toldada, que os ânimos sejam postos a fogo. Assim o querem as Forças Armadas, assim o quer o povo brasileiro e assim deverá ser, pelo bem do Brasil” (SANTOS, 2013, p. 11).

O Povo alinhava-se, incondicionalmente, com os postulados autoritários, por conta da ligação de um dos fundadores do jornal, Paulo Sarasate, com Castelo Branco [também cearense], o primeiro dos militares a governar o país (1964-1968). Tal situação começou a se reverter, paulatina e timidamente, quando Demócrito Dummar assumiu o controle da empresa e sacudiu o mofo acumulado em anos de convivência com o autoritarismo. (CARVALHO, 2006, p. 2).

Ao longo de sua história, o jornal não foi só meio de difusão de interesses, mas, foi financiado pelo aparato político estatal, que era a principal fonte de recursos para a manutenção do periódico. Conforme Vidal (1994), que pesquisou a relação entre o Estado e a imprensa, através do estudo do papel do jornal O Povo no projeto político de Virgílio Távora, quando o mesmo foi governador (1963-1966; 1979-1982), pelo menos 60% do faturamento de O Povo vinha de receitas publicitárias do executivo estadual e, especificamente no segundo mandato do oligarca, o jornal consumia de 50 a 70% da verba de comunicação da administração pública. Essa influência se desdobrou de 1961 até 1981.

Ironicamente, O Povo transitou de opositor dos poderosos a instrumento de poder de grupos sucessores. Além de ser caixa de ressonância dos interesses da elite local, “o jornal político convivia muito bem com o jornal empresa, quando correligionários do partido a que seu proprietário pertencia estavam no poder” (VIDAL, 1994, p. 92).

O grau de adesão à ditadura só varia, em determinado grau, na segunda metade da década de 1970. Teófilo (2016) reproduz editorial publicado no ano de 1977, intitulado “Novos caminhos”, em que o O Povo faz certa crítica ao regime, ainda que legitime a sua existência:

Há treze anos está em vigência o regime revolucionário que foi desejado pela maioria da população brasileira em um momento crítico de nossa história, quando todos nos sentimos ameaçados pela irresponsabilidade política e pelo caos. Todavia, em tão largo período de experimentos novos e de correções de erros, o regime não se institucionalizou. Ainda há a excepcionalidade requerida pelos tempos iniciais de ajustamento, ainda há o arbítrio considerado instrumental e representado pelo AI-5.24 - Novos caminhos. Jornal O Povo, 02/07/1977. (TEÓFILO, 2016, p. 215).

A despeito de narrativas populares presentes sobre a imprensa local, que afirmam que o jornal se convertera na década de 1970 em um contumaz crítico do regime, Teófilo (2016) nota, a partir dos editoriais da época, a reafirmação de uma perspectiva “salvacionista” defendida pelos militares golpistas em relação aos atos de 1964 e, mais grave, a aspiração,

colocada pela empresa jornalística, de que seja incorporado “ao texto constitucional os poderes excepcionais contidos nos atos institucionais” (TEÓFILO, 2016, p. 215).

Em se tratando de uma conjuntura política permeada pela questão da abertura política, (...) era de se supor a existência de críticas ao regime, contestações ou mesmo ponderações aos resultados do golpe e o percurso político que ele traçou uma década depois. Temos aí, um posicionamento legitimador, colaboracionista, de alinhamento aos postulados autoritários, e não de crítica ou contestação, tampouco de bandeira de luta em prol da redemocratização do país e, conseqüentemente, fim da ditadura. (TEÓFILO, 2016, p. 217).

Vidal (1994) evidencia que só no início da década de 1980 são observadas mudanças mais significativas, quando O Povo se consolidava definitivamente como uma empresa, o que levou os interesses políticos, em certa medida, serem submetidos mais fortemente às questões econômicas, que se colocavam em primeiro lugar.

Mas mesmo estabilizado como empresa, ao fim do ciclo do coronelismo, contexto que se estendeu até 1983, O Povo continuou a representar os interesses majoritários, dos políticos aos econômicos (LIMA JÚNIOR, 1997).

Já no período de transição da Ditadura para a Democracia, relatos dão conta que a mudança de perfil político-editorial frente à conjuntura nacional foi uma reivindicação da própria redação. Em entrevista realizada em 2004 e reproduzida no livro "Vozes da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil" (INTERVOZES, 2006), o jornalista Blanchard Girão, que era editor-chefe do jornal O Povo na época do movimento das Diretas Já, afirma que o periódico só assumiu a causa das eleições diretas quando a efervescência nacional tomou grande proporção. Conforme o jornalista, a viúva do senador e ex-presidente d'O Povo, Albaniza Sarasate, permitiu a mudança de linha editorial após ouvir as suas ponderações, passando então a autorizar o amplo apoio à campanha pela redemocratização. Girão acrescenta que só neste momento as fotografias das multidões defendendo as eleições diretas, por exemplo, passaram a ocupar lugar privilegiado na cobertura, chegando até na capa do jornal, que era “de propriedade de um grupo político intimamente ligado ao golpe de 1964, em especial enquanto viveu o deputado Paulo Sarasate” (INTERVOZES, 2006, p. 208).

O processo de fortalecimento empresarial e o aumento da influência da publicidade no jornalismo é acompanhado, segundo Belmino (2018), por uma grande mudança na relação entre jornalistas e o Governo Estadual, sobretudo a partir do primeiro governo Tasso Jereissati (1987-1991). “O envolvimento de jornalistas com o clientelismo se configurava em virtude do segundo emprego, ou seja, da ocupação de cargos de assessoria nas secretarias governamentais concomitantemente com a função de repórteres” (BELMINO, 2018, p. 47).

É uma época também marcada por tensões trabalhistas nos principais jornais locais. A Constituição Federal de 1988 trouxe mais liberdade à organização popular, um dos ingredientes da greve dos jornalistas cearenses daquele ano. “Foram 15 dias de paralisações de atividades em vários setores da imprensa local” (CUNHA, 2010, p. 8). Os profissionais apresentavam reivindicações por menor jornada de trabalho, melhoria de salário e diminuição de acidentes, além de reajuste salarial. Ao fim do movimento, apesar das vitórias trabalhistas obtidas, os quatro jornais – O Povo, Diário do Nordeste, O Estado e Tribuna do Ceará – aplicaram uma “retaliação brutal” contra os grevistas. Segundo relatos colhidos por Cunha (2010), foram em torno de 70 profissionais demitidos “e uma empresa não contratava um que tivesse sido demitido de outra empresa” (p. 27). Nesse interim, destaque para o jornal O Povo, que tentou “manobrar” o movimento, quando a jornalista Adísia Sá colocou o dono do veículo, Demócrito Dummar, em uma assembleia do sindicato laboral, uma iniciativa avaliada como “traição” pelo jornalista Carlos Alencar. Nilton Almeida, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Ceará (Sindjorce) na época da greve, deixa claro, em entrevista a Cunha (2010), que o O Povo foi a empresa que reagiu mais “violentamente”, com a aplicação de demissão em massa.

Sob o comando de Dummar (1985-2008), o jornal familiar passa por mudanças mais acentuadas, sobretudo na década de 1990. Uma delas é a criação da função de Ombudsman no O Povo, em 1994, responsável por representar os interesses dos leitores dentro do jornal e produzir uma crítica semanal em formato de coluna. Já em 7 de janeiro de 1997 o primeiro site do O Povo entrava no ar. A década é marcada ainda pela criação do Conselho Consultivo de Leitores, “um canal de diálogo entre a sociedade e as mídias da empresa” (O POVO, 2018), em 1998.

Atualmente, o jornal impresso integra o Grupo de Comunicação O Povo, que além do diário conta com emissoras de rádio (a primeira de 1982) e TV (de 2007), revista, o citado portal de notícias online, O Povo Online, e a Fundação Demócrito Rocha, uma instituição cearense privada sem fins lucrativos criada em 1985, entidade esta, inclusive, mantenedora da estação de televisão, que tem concessão pública de caráter educativo.

Rebouças (2018) avalia que a configuração do Grupo O Povo pode ser encaixada como de propriedade cruzada e concentração multimídia, pois possui diferentes plataformas de mídia sob o domínio de um grupo empresarial ou família – que é o caso em particular. O autor, destaca, entretanto, que diferentemente de outros grupos, como os Sistemas Verdes Mares e Jangadeiro, O Povo é o único grupo empresarial essencialmente de comunicação. Os demais são caracterizados por terem empresas em diversos setores da economia, tornando os veículos

de mídia parte de grandes conglomerados empresariais. As demais organizações midiáticas do estado também têm, contemporaneamente, forte ligação com políticos que, muitas vezes, são até acionistas.

Tabela 7 - Estrutura dos grupos midiáticos do Ceará e a influência política-midiática

Grupo Cidade de Comunicação	Acionistas: Família Dias de Souza. Obs: Ex-presidente do grupo, Miguel Dias de Souza (falecido), foi suplente do ex-senador Eunício de Oliveira
Sistema Jangadeiro de Comunicação	Acionista: Tasso Jereissati (senador)
Sistema Verdes Mares de Comunicação	Acionistas: Família Queiroz; Renata Queiroz Jereissati (esposa do senador Tasso Jereissati)
Grupo O Povo de Comunicação	Acionistas: Família Rocha Dummar
Rádio Assunção (Fortaleza)	Acionista: Moésio Loiola (Prefeito de Campos Sales; cinco vezes deputado do Estado);
Rádio: Tempo FM (Juazeiro do Norte); Canal de TV: Fundação Cultural Vicentina Lucena (Maracanaú)	Acionistas: Gaudêncio Lucena (ex-vice-prefeito de Fortaleza); Guadêncio Lucena Júnior; e Mônica Paes de Andrade de Oliveira (esposa do ex-senador e presidente do Senado Eunício de Oliveira)

Fonte: Elaboração do autor. Adaptado de Rebouças (2018)

A ligação com a política, característica presente desde a fundação dos jornais, perdeu força n’O Povo, mas caracterizou o desenvolvimento das rádios e televisões locais, “principalmente depois da ditadura militar, quando houve a abertura dos canais locais e uma expansão das emissoras para grupos de nível local nas federações” (REBOUÇAS, 2018, p. 334). Apesar de, em grande parte de sua trajetória, manter forte ligações políticas, O Povo não tem atualmente nenhum político como acionista.

Importante notar que, no quesito jornal impresso, O Povo divide o mercado em Fortaleza com o minúsculo O Estado e com O Otimista, o diário mais recente da Capital e que agora também possui um canal de TV a cabo – estes últimos veículos presididos e registrados oficialmente em nome do colunista social Adriano de Gois Nogueira.

Outro dado da história recente é que até fevereiro de 2021 o Diário do Nordeste, que compõe o conglomerado de mídia Sistema Verdes Mares (SVM), possuía edições impressas, sendo, inclusive, o maior concorrente comercial d’O Povo. Agora, o periódico, fundado há 39 anos pelo empresário Edson Queiroz, existe unicamente como veículo digital. A decisão da Editora Verdes Mares surpreendeu o mercado e a concorrência. Além da pandemia

de Covid-19, iniciada em 2020, avalia-se que a interrupção da impressão do jornal “se deve a falhas de gestão, equívocos no conhecimento da audiência” (TESSLER, 2021), sobretudo após uma série de transformações editoriais mal sucedidas.

Hoje em dia sob o comando de Luciana Dummar, que assumiu as empresas de comunicação da família após a morte do pai, Demócrito Dummar, em 2008, O Povo tem passado por uma série de mudanças gráficas e editoriais por ocasião dos 90 anos do periódico, completados em 2018. As propostas implementadas produziram um “redesenho” da versão impressa do jornal e também o lançamento de novas iniciativas e parcerias (O POVO, 2018). De acordo com o jornal, a transformação seria baseada em cinco pilares: furo, análise, síntese, conhecimento e prazer, que passariam a orientar o novo jeito de reportar. “Essas são as arestas do pentágono que sustentarão a produção jornalística do grupo” (ZARANZA, 2018).

“Um dos desdobramentos desta mudança foi a nova postura do jornal em face da cobertura regional, que passou a ser tomada como um elemento norteador das rotinas produtivas do veículo de comunicação” (SANTOS & LIMA, 2019, p. 4). Assim, em maio de 2018, surge a Rede Nordeste, parceria de conteúdo formada entre os jornais O Povo (CE), Correio (BA) e o Jornal do Comércio (PE), como produto desta nova identidade. Formada por três dos maiores veículos de comunicação do Nordeste, a Rede opera uma estratégia de compartilhamento e troca de produção jornalística entre os periódicos, que também possibilita maior aproximação entre os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia na produção de um jornalismo de impacto regional. Em matéria publicada em 13 de maio daquele ano, O Povo defende que a parceria permite “a quebra de uma lógica da divulgação de informações que, por muito, limita as vozes regionais, sejam elas de cunho social, econômico ou político” (O POVO, 2018). A proposta é defendida pelas empresas também como a possibilidade de fortalecer a coberturas das mais diversas áreas. “Juntos, somos o maior ‘hub’ de informações jornalísticas do Nordeste brasileiro” (O POVO, 2018). Apesar de alardear a iniciativa, é preciso ainda conhecer as repercussões desta mudança efetivamente na postura do jornal em face da cobertura regional e se esta teria sido tomada como um elemento norteador das produções do veículo de comunicação.

O jornal dos Dummar integra ainda o Projeto Credibilidade, secção brasileira do The Trust Project, rede global de organizações noticiosas que se utilizam de uma série de indicadores com o objetivo de garantir transparência e credibilidade ao leitor.

A redação do jornal passou, ao mesmo tempo, por grandes mudanças nos últimos anos. Em um processo que se repetiu em outros grupos de comunicação em todo o país, os diretores do O Povo contrataram consultorias externas para preparar transformações que

afetariam várias dimensões. Entre elas, a inauguração da chamada “redação integrada” – conexão física e funcional de jornalistas de um grupo de comunicação, que são retirados de um modelo especializado de produção e passam a criar conteúdos para todos os veículos do grupo ou convergem os materiais produzidos por meio de troca em diferentes plataformas (COSTA, 2015) – que não só alterou o processo jornalístico, mas que também tem modificado a percepção dos trabalhadores sobre a profissão de jornalista. Spremolla (2017) explica que, no jornalismo, este cenário é reflexo da aceleração das transformações possibilitadas e demandadas pelo avanço da digitalização, quando novas tecnologias da informação impõem alterações na própria organização social. Christofolletti (2019) acrescenta que estas situações, que se repetem em veículos de todo o país e são acompanhadas por demissões em massa, redução do número de empregados fixos, contratação crescente de estagiários para a substituição de profissionais e reforço da multifunção entre os trabalhadores remanescentes, são fruto da crise do modelo de negócio do jornalismo impresso, marcada pela queda de assinantes, de publicidade e de circulação. Diante de todos esses fatores, podemos caracterizar a composição, atualmente, de uma redação de perfil mais jovem, com menos profissionais do que em períodos passados e com uma carga concentrada de trabalho, tendo em vista as várias bases – impresso, online, TV e rádio – que demandam a um grupo cada vez mais limitado de jornalistas¹².

Ironicamente, ao mesmo tempo em que as empresas de mídia, entre elas O Povo, faziam editoriais e campanhas colocando que o jornalismo seria atividade essencial na frente à crise da Covid-19 e os ataques contra à imprensa impulsionados desde o Planalto, as organizações produziam violações aos direitos da categoria. “No *front* da batalha contra a desinformação, jornalistas, cinegrafistas e radialistas enfrentam condições de trabalho difíceis, ditadas pelo risco de contágio e pelo isolamento social e, ainda, suspensões de contratos e cortes de salário em todo o Brasil” (DOLCE; MACIEL, 2020). Dados levantados pelo Sindicato dos Jornalistas do Ceará dão conta de que as demissões, em 2020, em diversos setores e funções d’O Povo, podem ter chegado a 150 – entre eles pelo menos nove jornalistas notificaram a situação à entidade laboral no citado ano. Os demitidos sofreram, inicialmente, o não pagamento de suas rescisões contratuais e, após negociações jurídicas com o sindicato, tiveram as pendências quitadas de forma parcelada. Além disso, até a conclusão desta pesquisa, os profissionais do impresso estavam há dois anos sem reajuste salarial (SINDJORCE, 2020).

¹² Tais informações são acessadas com mais facilidade por este pesquisador, tendo em vista que neste momento ocupa o cargo de presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Ceará, com mandato de julho 2019 e a julho de 2022.

E assim, considerando as contradições enquanto empresa, O Povo “se vende” para a sociedade. O jornal anuncia que é, segundo a pesquisa Anuário Datafolha Top of Mind 2020, encomendada pelo próprio Grupo de Comunicação ao Instituto Datafolha, a marca mais lembrada pela população cearense na categoria jornal, sendo líder com 45% das respostas, mantendo esse marco desde o surgimento da pesquisa, há 18 anos consecutivos (ANUÁRIO DO CEARÁ, 2020).

Acrescenta-se, de acordo com dados informados aos IVC (Instituto Verificador de Comunicação) em dezembro de 2019 pelos veículos que contratam os serviços da entidade, que a tiragem média diária d’O Povo é de 10.695 exemplares impressos, fazendo do jornal a nona publicação jornalística diária de maior circulação impressa no país. Em vertiginosa queda, a circulação variou negativamente 45%, considerando o período de 2014 a 2019 (PODER 360, 2020).

Tabela 8 – Jornais: tiragem média diária impressa

Veículo	Média de exemplares (dezembro de 2019)
Super Notícia (MG)	139.882
O Globo (RJ)	101.182
Estado de São Paulo (SP)	96.752
Folha de São Paulo (SP)	81.918
Zero Hora (RS)	73.779
Valor Econômico (SP)	25.997
Correio Braziliense (DF)	19.356
Estado de Minas (MG)	15.390
O Povo (CE)	10.695
A Tarde (BA)	10.309

Fonte: Adaptado de dados oficiais do IVC (2020).

Tabela 9 – Jornal O Povo: evolução da circulação impressa

Veículo	Média de exemplares
Dezembro 2014	19.273
Dezembro 2015	16.759
Dezembro 2016	15.496
Dezembro 2017	13.844
Dezembro 2018	12.337
Dezembro 2019	10.695

Fonte: Adaptado de dados oficiais do IVC (2020).

No entanto, conforme o IVC, a realidade nacional é cada vez mais marcada por assinantes digitais e menos por impressos, embora, é importante registrar, o O Povo não consigne os dados de assinantes digitais.

A publicação, que em 2020 chegou a mais de 31 mil edições, conforme é registrado nas suas páginas, tem preço de banca de R\$ 3,00 e é uma das empresas de comunicação tradicionais que mais investiram no contexto digital. Esse percurso começou em 1997, quando foi criado um site para a divulgação do material do jornal impresso. Em 2001, começou a criar conteúdo específico para a internet, através do portal NoOlhar.com, e em 2006 foi criado o “O Povo Online”. Em 2020, espraia-se ainda mais na internet e vira plataforma digital, com a criação do chamado *multistreaming* “O Povo+”, ou simplesmente “OP+”, recurso “que reúne reportagens multimídia interativas, documentários, livros, séries, podcasts, cursos e palestras, além do conteúdo do jornal. A iniciativa seria a primeira da América Latina” (OLIVEIRA, 2020).

Embora sem revelar os dados totais, em entrevista para a Associação Nacional de Jornais (DIEB, 2020), a diretora-executiva de jornalismo do O Povo, Ana Naddaf, afirmou que, no contexto da pandemia do novo coronavírus, que levou ao aumento no consumo de mídia online, o jornal cresceu e passou a ter 71% mais assinantes digitais de abril para maio de 2020 – meses iniciais e mais críticos da crise sanitária. Também neste *interview*, Naddaf reforçou a necessidade dos jornais regionais e destacou esta nova transição vivida pela empresa, que migraria “do print-centric para o digital-centric – ou seja, estratégica com foco no digital, mas sem abandonar o impresso” (DIEB, 2020). A situação descrita tem a ver, logicamente, com a citada plataforma *multistreaming* “O Povo+”, que é avaliada como uma via para uma futura “estabilidade” e, eventualmente, de “crescimento a longo prazo”.

4.3 Definição do *corpus* de análise

Neste trabalho, mapeamos e analisamos as representações construídas pela cobertura referente às identidades sexuais e de gênero dissidentes no jornal O em 2018 e 2020. Em cada ano, analisamos as produções dos meses junho, agosto, setembro, outubro e novembro. No total, são analisados 10 meses, em anos diferentes. Destaca-se que julho, em ambos os ciclos, não foi incorporado ao estudo, tendo em vista que não pudemos acessar, diante das circunstâncias relacionadas à Pandemia de Covid-19, as edições do sétimo mês de 2018 – infelizmente não arquivado no único local que manteve catalogado exemplares mais recentes do periódico.

Como se pode observar, optamos pela realização de uma análise diacrônica (2018 e 2020), para estudar a questão a partir de seu desenvolvimento neste espaço de tempo. Entendemos que assim podemos identificar se houve transformações na maneira como o jornal aborda o assunto na atual conjuntura – onde a violência contra a população LGBTI+, por exemplo, não é mais objeto somente de negligência do Estado, ela agora integra as suas políticas, haja vista o fortalecimento do que vem se chamando de “cis-hétero-bolsonarismo”. Tal recorte permite também verificar as construções discursivas em torno das identidades de resistência sexual e de gênero na contemporaneidade, na nossa história recente, em busca de perceber os eventuais pequenos ou grandes movimentos discursivos em torno do assunto produzidos em nossa época.

O período de apreciação possibilita a inclusão de algumas das principais datas da agenda do movimento pela diversidade sexual, entre elas o 28 de junho, Dia Internacional do Orgulho LGBTI+, calendário em que acontecem as Paradas pela Diversidade Sexual, e grandes mobilizações sociais, como as eleições de 2018 e de 2020. Esse marco temporal nos permitirá analisar como o jornal se comporta também quando a agenda pública chama a atenção para a temática e será fundamental para a apreensão de um eventual processo de mudança discursiva.

Como gêneros jornalísticos estudados, foram definidos o informativo e o opinativo. No caso do primeiro, utilizaremos notas, notícias, reportagens e entrevistas, excetuando-se as colunas temáticas. No segundo grupo, utilizaremos apenas os artigos de opinião, veiculados na editoria de Opinião, excluindo os demais conteúdos argumentativos que residem em colunas temáticas ou em espaços como o “jornal do leitor”.

A opção de se pesquisar dois gêneros textuais se deu porque o objetivo é entender como a temática é apresentada nas matérias noticiosas e nas opiniões permitidas pelo jornal, inclusive do ponto de vista comparativo entre estes dois setores. Entretanto, é sobre o conteúdo noticioso que aprofundamos algumas categorias específicas propostas em nossa discussão, quando verificamos como os discursos sobre os atores sociais emergem através da enunciação eminentemente informativa.

Já como mídia escolhida para a pesquisa, a impressa, e, como veículo desta, o jornal. E por que estudar o jornalismo impresso? De largada, afirmamos que não é uma demanda colocada simplesmente pelo protagonismo deste tipo de mídia, que, mesmo no passado, era relativa, pois o consumo direto era limitado a uma pequena quantidade de pessoas alfabetizadas e, portanto, leitoras de jornais.

Hoje, mais do que nunca, com a concorrência com outras tecnologias da informação, poderíamos pensar que seria obsoleto avaliar um setor que é acessado por 32% dos

brasileiros e não é visto como o principal canal de informação da população, estando atrás da televisão, da internet e do rádio, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada pelo Governo Federal em 2016 (BRASIL, 2016), último ano em que foi realizada. Mas optamos por fazer uso da análise da mídia jornalística impressa por esta ainda representar o próprio “modo de ver” do jornalismo, a sua construção discursiva mais basilar. Além disso, os textos do jornal ultrapassam suas páginas e ganham corpo na internet, circulam nas plataformas de conversa instantânea, ganham as redes sociais e pautam o rádio e a televisão. Ou seja, serve de referência e fonte aos outros órgãos jornalísticos, sendo imprescindível a todo o sistema narrativo. Tudo isso faz do jornalismo impresso, até hoje, um dos principais informantes ou coletores de informações – seja o consumo de seu conteúdo direto ou não.

Portanto, o jornal é, sem dúvidas, uma tecnologia que resiste ao tempo – e que também se aperfeiçoa. Presente desde a pré-história da imprensa, o jornal faz uso das mudanças trazidas pelas tecnologias, especialmente a digital. Nesse sentido, o jornalismo impresso mantém-se como potência cultural, atuante na maioria das sociedades e, apesar de ser apenas um dos veículos de comunicação na diversa realidade de hoje, tem sua relevância reconhecida socialmente.

Podemos assim dizer que o jornalismo produzido por grandes veículos tradicionais da imprensa comercial brasileira concebe o chamado “jornalismo de referência”. Tem como características se desenvolver a partir de uma matriz racional iluminista, calcada nos conceitos já apresentados aqui de objetividade e imparcialidade, e evocar elementos como a mediação social, divulgação de fatos e compromisso com o interesse público (ZAMIN, 2015, p. 922).

Também classificada de imprensa dominante, essa forma clássica do jornalismo é reiterada no imaginário de políticos e outros atores sociais. O jornal de referência “se constitui em uma espécie de guardião e porta-voz da democracia” (ZAMIN, 2015, p. 930), referendado, sobretudo, em tempos que se combate a desinformação em massa, as chamadas “*fake news*”.

O jornal de referência serve à hegemonia social, assim como também atua na formação das posições desta. “A tradição, a hierarquia da informação, a diagramação sóbria, a sofisticação estilística, o apelo cosmopolita, o interesse por assuntos internacionais (...) e a capacidade de influir sobre a agenda pública” (ZAMIN, 2015, p. 932) marcam a relevância destas mídias.

Vidal Baneyto (1986), da mesma forma, contribui para a definição do que denomina ser “jornal de referência dominante” ao indicar como suas atribuições básicas: ser imprescindível para os outros meios de comunicação; possibilitar a presença e a expressão de grandes líderes políticos, de instituições sociais e associações

representativas, e servir externamente de referência sobre a realidade do país (ZAMIN, 2015, p. 932).

Dentre os jornais de grande circulação do Ceará, foi selecionado O Povo por ser o mais antigo em circulação no local. Veículos quase centenários – de fato, constituídos no tempo – são acionados como espaços de confiança, por terem tradição, prestígio, credibilidade e influência sobre a opinião pública.

Além disso, o jornal tem uma vocação de imprensa regional, sendo potencial para apreciação de uma realidade que muitas vezes escapa à grande imprensa generalista nacional. O Povo é assim elevado como um objeto que pode dar impressões sobre a compreensão do jornalismo local sobre as dinâmicas das diferenças sexuais e de gênero.

Por último, levando em consideração as indicações metodológicas propostas por Bardin (2010) e Herscovitz (2010) e os conjuntos analíticos determinados pela Análise Crítica do Discurso, realizamos a seleção dos textos que são estudados nesta pesquisa. Primeiramente, capturamos os artigos e matérias que contassem com pelo menos uma das diversas palavras ou expressões-chave que dão conta do universo de discussão criado em torno das orientações sexuais e identidades e expressões de gênero. Vocábulos e locuções como “homoafetividade”, “diversidade sexual”, “homossexualidade”, “LGBTI+” (e suas variações) e “pessoas trans” foram considerados, assim como fizeram parte do levantamento os verbetes empregados com o propósito de marginalizar as dissidências, seja de forma direta ou perspicaz. Tal relação foi construída com base nas formulações defendidas pelo movimento social e a partir da vasta discussão teórica sobre as identidades produzidas neste campo de disputa social. Mas também seletamos conteúdos que traziam unicamente manifestações de atores sociais das dissidências sexuais e gênero, mesmo quando suas identidades não eram explicitadas, e também pinçamos produções discursivas que abordavam o tema de forma implícita, contextual ou sutil, muitas vezes “narrativizando” as subversões da sexualidade e do gênero dominante, mas sem classificar estes movimentos.

5 AS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NO JORNAL O POVO

A presente seção objetiva apresentar e discutir os resultados da pesquisa realizada nos textos publicados nos meses de junho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2018 e de 2020 pelo jornal O Povo.

Realizamos aqui a exposição e o comentário dos dados do mapeamento das representações das dissidências sexuais e de gênero no discurso jornalístico deste veículo regional.

Como explicamos ao longo deste trabalho, levamos em consideração que dissidentes sexuais e de gênero são aqueles e aquelas que caminham além do sentido heteronormativo, em outras palavras, da suposição de que o “normal” é ser heterossexual, bem como ser cisgênero.

Sendo assim, analisamos os sentidos produzidos sobre estas concepções identitárias, assim como observamos os binarismos, as hierarquias, as posições de sujeitos, entre outros aspectos produzidos nas páginas do jornalismo impresso.

Neste estudo, produzimos as nossas impressões sobre todos os elementos que formam os textos, seja em que formato ou gênero jornalístico for. Logo, essa análise discursiva leva em consideração as diversas facetas da narrativa jornalística. Em uma notícia, por exemplo, produziremos dados não só sobre as manifestações do jornalista/veículo, mas também das declarações de fontes e como todos esses ingredientes relacionam-se na construção de processos de representação.

5.1 Representações e performatividades dissidentes em 2018 e 2020

A seleção de materiais veiculados no jornal referentes à cobertura noticiosa e a produção de artigos de temas ligados às dissidências sexuais e às dissidências de gênero se deu através da busca realizada com base em palavras ou expressões-chave que dão conta do assunto, recursos linguísticos que foram incorporados com o objetivo de celebrar determinada identidade ou mesmo para atacá-la. Vale ressaltar que além desta estratégia de coleta, operamos a leitura completa do material para tentar também selecionar os textos que incluíam o debate de forma mais sutil, muitas vezes narrando situações de homoafetividade, por exemplo, ou através do uso de evasivas como a construção “pauta de costumes” para tratar do tema.

Sendo assim, nos extratos selecionados de 2018, encontramos 545 menções de termos e expressões do nosso universo de apreciação, sendo 141 delas vinculadas a artigos e

404 a textos informativos. Em 2020, são 526 alusões, com 103 incluídas via conteúdos opinativos e 423 incorporados através dos escritos noticiosos. São quantidades, portanto, equivalentes, com uma tendência menor, registre-se, em 2020. Essas colocações ocorrem em 219 unidades textuais de 2018 (63 opinativos e 156 informativos) e em 181 de 2020 (41 opinativos e 140 informativos).

Entre as manifestações mais notáveis acionadas no gênero opinativo em 2018, a palavra gay (9,93%), a sigla LGBTI+ e suas variações (7,80%), o vocábulo homossexual (6,38%), a referência a pessoas trans/transsexuais (6,38%) e à homofobia (5,67%). Além destas, há um conjunto de referimentos que aparecem pontualmente, mas que juntos representam opções acionadas para sub-representar os indivíduos ou mesmo empregos generalizantes difundidos pelo senso comum e por certa experiência científica sobre a área.

Destaque para as construções precárias “indivíduos minoritários”, “condições de gênero”, “escolha sexual”, “idiosincrasias sexuais”, “indivíduos diferenciados”, “micro-opressões”, “microagressões” e “opção sexual” presentes nos artigos deste período. Algumas delas usadas, inclusive, para menosprezar, atacar ou desagenciar a importância da batalha por cidadania de atores sociais que vivem além das normas da sexualidade (re)produtora. Este conjunto, em particular, responde por 18% das menções.

Figura 3 – Nuvem de palavras: Textos Opinativos de 2018



Fonte: Elaboração do autor com recursos do site <https://infogram.com/>

Nas inserções informativas de 2018, predomina a construção LGBTI+ (20,54%), seguida de gay (13,61%), travesti (7,43%), trans/transsexuais (5,94%), sexualidade (4,21%), homofóbica/homofóbico (4,21%), homofobia (3,47%), homossexual/homossexuais (2,97%), minorias (2,48%), orientação sexual (1,98%), lésbica (1,98%) e ideologia de gênero (1,98%). Além das menções mais recorrentes, inclusive considerando o uso forte de “ideologia de gênero”, que será objeto de crítica nos próximos tópicos, é importante citar as admissões mais intrincadas, como o conjunto viado/viadinho/“v...” (quando o jornal contextualiza, mas não cita o uso entendido como pejorativo), que aparece pelo menos seis vezes (1,49% do total) empregado em narrativas sobre casos de violência contra as dissidências sexuais. Há ainda a incorporação de “kit gay” e “baitola”, agregados dentro da discussão política, a menção à “bicha” junto à nomeação de sujeitos e projetos culturais, a introdução, uma única vez, de “queer”, também no contexto de uma narrativa política, e o uso de rodeios/precariedades como “pautas mais ligadas à esquerda em escolas”, “pauta moral”, “pauta ideológica ligada aos costumes”, “discurso de esquerdista”, “costumes” e “atos homossexuais”. Desta vez, termos e expressões “precários” respondem por 6,68% do total, três vezes menor que o percentual encontrado no campo opinativo daquele ano.

Figura 4 – Nuvem de palavras: Textos Informativos de 2018



Fonte: Elaboração do autor com recursos do site <https://infogram.com/>

Como pode ser observado, entre os textos opinativos e informativos de 2018 há modos distintos de apresentação das identidades. Nos conteúdos produzidos por articulistas, o termo “gay” – categoria que exprime uma orientação sexual e que faz menção a uma identificação específica, o homossexual masculino – lidera as aparições no formato e, diga-se, empregado no sentido de generalizar a discussão sobre o conjunto das dissidências sexuais e de gênero. Enquanto nos relatos noticiosos prevalece a sigla LGBTI+ e suas variações, que efetivamente exprime as orientações e as identidades de gênero, sendo, por assim dizer, mais adequada, quando comparada com a outra terminologia, além de referendada pelo movimento social organizado do grupo. Basicamente, a construção textual, já na escolha de palavras, é mais fragilizada no campo opinativo do jornal e, levando em consideração os termos pinçados, produtora de processos de estigmatização. Noutra via, ainda que guarde problemáticas, sobre as quais teremos a oportunidade de debater, a fatia informativa é, de uma forma genérica, mais adequadamente construída, e será o espaço que, em alguma medida, emergirá a identificação de outras formas de existência, além dos tradicionais “heterossexual” e “homossexual”. Uma das prováveis causas para esta variação entre os gêneros está no fato de que o jornalismo informativo é mais cobrado do que a variável opinativa e personalizada. É no cenário informacional que o jornal, por exemplo, chega mais próximo de valores que a cultura profissional venera, como a exatidão e empatia, além de ser quando aciona elementos de seu ideário democrático, como a “defesa das causas populares”, posição muito forte na Carta de

Princípios (O POVO, 1989), que marca o caráter assumido pelo jornal no período da redemocratização do Brasil, documento que segue como parâmetro para a redação d'O Povo até hoje.

Voltando-nos para 2020 e começando pelos conteúdos do caderno de Opinião, veremos que neste ano preponderam as menções a LGBTI+ (17,48%), sexualidade (7,77%), gay (6,80%), homofobia (6,80%), homossexuais (4,85%), lésbica (4,85%) e transexuais (4,85%) como as terminologias mais incluídas. No grupo das escolhas mais imprecisas/polêmicas, temos “costumes”, “ideologia de gênero” e “kit gay”. Este tipo de elaboração marca 4,85% das manifestações gerais. Realce ainda para as oito vezes (7,77%) que variadas estruturas tentam dar conta da formulação “união civil homoafetiva”, usando expressões como “união de pessoas do mesmo sexo”, “união entre homossexuais”, “união estável homoafetiva”, “união homoafetiva” e “união homossexual”.

Figura 5 – Nuvem de palavras: Textos Opinativos de 2020



Fonte: Elaboração do autor com recursos do site <https://infogram.com/>.

Na camada noticiosa de 2020 o cenário é de uma concentração ainda maior, quando comparado com 2018, das aparições relacionadas à sigla LGBTI+ e seus derivados, com 27,19% das alusões. As demais palavras e expressões principais em destaque são: trans/transexuais (12,06%), travesti (11,35%), sexualidade (4,73%), homofobia (4,26%), minorias (3,31%), orientação sexual (2,60%), gay (2,36%), mulher trans/transsexual (2,36%) e homossexuais (2,13%). Em menor grau, mas destacado aqui no campo do que não era comum

na narrativa, temos as elaborações “pessoas não binárias”, “corpos dissidentes”, “transcestrais”, “transmasculino”, “não-binárias”, “pessoas transmasculines”, “queer”, “sapatão” (utilizado em tom afirmativo), “trans não-binária”, “transfeminicídio” e “transfeminista”. Por sua vez, na verborragia de instituições que não reconhecem os direitos da variedade de orientações, expressões e identidades e na boca de fontes, tais como assassinos, torturadores e do presidente Jair Bolsonaro, aparecem os termos: “homossexualismo”, “bicho” (nesta exata grafia, empregado para eliminar o caráter humano do ator social que subverte a norma), “boiola”, “maricas” e “viado”, todos na menor proporção identificada neste estudo, apenas 2,36%.

Figura 6 – Nuvem de palavras: Textos Informativos de 2020



Fonte: Elaboração do autor com recursos do site <https://infogram.com/>.

Entre os relatos de opinião e de informação de 2020, encontramos cenário diferente do período anterior, tendo em vista que as antagonias mais agudas – sobretudo do contexto político – arrefecem. Tanto nos artigos como nos materiais noticiosos temos como principal citação a sigla LGBTI+. No gênero opinativo, o acrograma sai de 7% (2018) para 17% (2020) dos registros, um aumento de 142%. Por sua vez, o termo gay, neste intervalo de tempo, cai de 9% para 6% – uma redução de 50%. No informativo, a sigla do movimento cresce de 20% para 27%, acréscimo de 35%, e gay sai de 13% para 2%, redução de 650%. Notadamente, há uma variação da abordagem no discurso em um curto intervalo de tempo, embora no caso das notícias, notas e reportagens as transformações sejam mais representativas.

Outro aspecto de 2020 é que a variedade de nomenclaturas apresentadas pelos articulistas se mostra escassa quando confrontada com a abundância oferecida pela teia informativa. E, avaliando os dois anos, perde força particularmente neste período a lógica binária e os essencialismos conservadores que são comumente manifestados em palavras e expressões. São menos artigos com pontuações reducionistas e de interdição das dissidências da heteronormatividade, da mesma forma que os demais cadernos avançam de modo a definir os copos transviados de acordo com as suas próprias recomendações.

Fazendo um balanço do que testemunhamos até aqui, vemos que a análise quantitativa evidencia, desde já, a subalternização de determinadas orientações e identidades. Isto porque, é importante notar, entre as dissidências, há aquelas ainda mais à margem. Se nos permitirmos construir uma analogia, podemos dizer que estão não só no gueto, mas também na sombra e isso pode ser atribuído às convenções cisheteronormativas, que acionam os contextos homossexuais e transgêneros nas identidades históricas previamente acessíveis, o que leva a uma dificuldade de “desnaturalização e mobilização das categorias de gênero” (BUTLER, 2017, p. 66). Acrescenta-se que neste movimento de construção, negociação e desconstrução de identidades, registram-se processos de subalternização dentro do próprio universo das dissidências. É inegável que o apelo à naturalização, manifestado até por vozes da diferença, produza, de alguma forma, o efeito de repulsa a subjetividades fora do binarismo e perpassadas por uma série de outras intersecções identitárias, como as raciais, de origem e de classe social. É muito mais “acessível” para a ordem heteronormativa – que “democraticamente” atinge a todos nós – introduzir uma dissidência lésbica, branca, urbana e monogâmica aos seus espaços de sociabilidade do que uma pessoa não binária, pansexual, indígena e poliafetiva, por exemplo.

Feito estes apontamentos, voltamo-nos agora para a apreciação mais detalhada dos textos que os mecanismos de seleção desenvolvidos nesta pesquisa nos levaram a coletar. Temos um total de 400 textos informativos e opinativos. Deste universo, 219 foram produzidos em 2018 e outros 181 em 2020. Por gênero jornalístico, temos um conjunto de 104 produções opinativas e 296 informativas, sendo 63 artigos de opinião apanhados em 2018 e 41 em 2020, além de 156 materiais noticiosos captados em 2018 e 140 em 2020. A Tabela abaixo resume os dados e traz a mensuração por mês e o quanto esta é representativa percentualmente no quadro geral:

Tabela 10 - Textos coletados por mês

Quantidade de textos opinativos						
	Junho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Total

2018	12	19,05%	6	9,52%	7	11,11%	28	44,44%	10	15,87%	63
2020	8	19,51%	7	17,07%	8	19,51%	10	24,39%	8	19,51%	41
Total de Opinativos											104
Quantidade de textos informativos											
	Junho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Total
2018	42	26,92%	16	10,26%	30	19,23%	38	24,36%	30	19,23%	156
2020	33	23,57%	20	14,29%	26	18,57%	31	22,14%	30	21,43%	140
Total de Informativos											296
Total de textos											400

Fonte: Elaboração do Autor.

De saída, temos a informação de que no ano de 2018 o jornal produziu 38 textos a mais que em 2020, tanto de caráter opinativo como informativo. A diferença principal se deu justamente em dois meses importantes para a leitura dos dados: junho, período do chamado “Orgulho LGBTI+”, e outubro, que, nos dois anos em questão, compôs o calendário eleitoral brasileiro, embora a votação do pleito de 2020 tenha se dado em novembro, em decorrência da crise de saúde provocada pela pandemia de Covid-19¹³. Neste enredo, é preciso acrescentar que em outubro de 2018 houve uma acentuada produção de artigos que tematizaram o nosso objeto de estudo, o que não se repetiu em nenhum outro mês, nem neste ano e nem em 2020. Este dado, em particular, claramente associado à narrativa político-eleitoral.

Ainda entre os fatores que precisamos considerar, ressaltamos que a produção do jornal (e do jornalismo) foi duramente afetada no pico de desenvolvimento da crise de saúde, com a adoção, por exemplo, de medidas de isolamento social como estratégia de contenção da disseminação da doença e o fechamento de estabelecimentos diversos. Neste contexto, o jornal O Povo saiu com menos páginas, menos anúncios, com funcionários em regime de teletrabalho¹⁴ e outros tantos despedidos e sem pautar uma diversidade maior de

¹³ O nome Covid é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados. O novo coronavírus é chamado cientificamente de SARS-CoV-2, sendo SARS uma abreviação de "Severe Acute Respiratory Syndrome", que é traduzida como Síndrome Respiratória Aguda Grave. CoV é uma abreviação de coronavírus, a família de vírus que ele pertence e, por fim, o número 2, é por se tratar de uma segunda espécie de coronavírus. A primeira, o SARS-CoV, quase virou uma pandemia em 2002. No Brasil, o primeiro caso da doença foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020 (FIOCRUZ, 2021). Rapidamente, o vírus expandiu-se a todo o país. À medida que as infecções aumentam, estados e municípios, mesmo contra a vontade do chefe do Executivo nacional, entraram em isolamento - uma situação, registre-se, sem precedentes. Empresas, escolas e locais públicos foram fechados para abrandar a propagação do vírus e evitar o colapso do sistema de saúde. A calamidade, até meados de julho de 2021, já havia matado 541 mil pessoas no Brasil.

¹⁴ Forma de trabalho realizada em lugar distante do escritório e/ou centro de produção, que permite a separação física e que implica o uso de tecnologias da informação e da comunicação para a realização das atividades laborais. No contexto da pandemia, jornalistas, sobretudo de sites e de jornais impressos, realizaram suas produções diretamente de suas residências, com eventuais idas às ruas para coberturas determinadas e que justificassem o

acontecimentos, haja vista que setores inteiros da vida social, como o cultural e o produtivo, por exemplo, brecharam em um primeiro momento. Noutra via, a pauta coronavírus e todos as suas “variantes” contextuais monopolizaram, em certa medida, a produção noticiosa. Daniela Nogueira, então Ombudsman d’O Povo, narrava essa situação no jornal:

Se o leitor acompanha os jornais pela edição de papel, já percebeu que o impresso está com menor quantidade de páginas. (...) As páginas destinadas aos esportes se reduziram. Os cadernos no formato tabloide (como os Populares) se transformaram em páginas no modelo standard. Algumas seções e colunas não estão sendo publicadas por ora. (...) A quantidade de anúncios também caiu e, com isso, a receita das empresas. (NOGUEIRA, 2020).

Acrescenta-se que certo arrefecimento da “pauta dissidente”, sobretudo em junho de 2020, nos dá pistas de que a ausência das movimentações e protestos característicos deste período, como as Paradas pela Diversidade Sexual ou LGBTI+, que não puderam acontecer devido à pandemia, também tiveram impacto na cobertura, além do já mencionado foco narrativo na situação de emergência nacional e internacional.

Ainda neste contexto pandêmico, as fontes de informação tornaram-se principalmente eletrônicas, o jornal foi produzido cada vez mais longe das ruas, mas, enquanto mercadoria, também foi reafirmado enquanto necessidade coletiva, seja ocupando o espaço de porta-voz da ciência ou como meio de conhecimento sobre as medidas de segurança e saúde e dos discursos das autoridades públicas que enfrentam esta crise. O ano de 2020, inclusive, marca a criação da plataforma OP+, o *paywall*¹⁵ d’O Povo, que oferece produções em diversas mídias, mas fundamentalmente reúne o conteúdo de assinante do periódico. A criação da plataforma é mais um passo, como podemos desconfiar, para a peremptória digitalização completa do jornal, assim como uma solução para a grande dificuldade que foi a distribuição da versão impressa em 2020. Pela primeira vez, salientamos, brasileiros foram submetidos a um isolamento social severo. No Ceará, além de todos os espaços de convivência serem fechados, de comércios serem cerrados, havia o chamado “toque de recolher”, ou seja, quando as autoridades literalmente obrigam as pessoas a permanecerem em suas casas e a desocuparem as ruas. Nesta lógica e, com medo de um vírus desconhecido e fatal, que poderia, de acordo

risco. Neste período, popularizou-se o uso de ferramentas de videoconferência, que substituíram os encontros presenciais para entrevistas com as fontes, sobretudo no telejornalismo, que tem o imperativo do áudio e do vídeo.
¹⁵ O sistema *paywall* é um método de cobrança de assinatura para conteúdos digitais de portais de notícias. O termo da língua inglesa traduz-se, literalmente, como “muro de pagamento”. A alcunha é usada em referência ao aviso que o internauta recebe quando adentra um site de conteúdo cujo acesso é restrito, o qual precisa fazer uma assinatura para acessar.

com os discursos da época, mas parcialmente descartados atualmente, ser transportado por objetos contaminados, o consumo impresso perde ainda mais potência.

Apanhando ainda o aspecto geral, salientamos a presença, de acordo com os procedimentos propostos pela Teoria da Representação de Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 1996), de 669 inclusões discursivas da temática das dissidências de gênero e sexualidade. Ou seja, essa abordagem considera as diferentes aparições dentro dos 400 textos, tendo em vista que um só ator social, por exemplo, pode ser representado de diferentes formas em um mesmo conteúdo, assim como uma variedade de situações pode ser narrada em determinado escrito.

Destas 669 inclusões, 384 se deram em 2018, sendo 94 em conteúdos opinativos e 290 em informativos. As inclusões em 2020 chegaram a 285, com 63 em materiais opinativos e 222 em informativos. Uma diferença de 99 inserções, 34,7% de redução entre os dois períodos.

Tabela 11 - Quantidade de inclusões de atores sociais nos discursos

Quantidade de inclusões de atores - Opinativos											
	Junho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Total
2018	17	18,09%	7	7,45%	9	9,57%	43	45,74%	18	19,15%	94
2020	14	22,22%	12	19,05%	12	19,05%	14	22,22%	11	17,46%	63
Total de Opinativos											157
Quantidade de inclusões de atores - Informativos											
	Junho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Total
2018	86	29,66%	25	8,62%	47	16,21%	69	23,79%	63	21,72%	290
2020	47	21,17%	33	14,86%	38	17,12%	54	24,32%	50	22,52%	222
Total de Informativos											512
Total de inclusões											669
Total de inclusões em 2018											384
Total de inclusões em 2020											285

Fonte: Elaboração do Autor.

Essas informações são importantes também para a compreensão geral de nossa jornada de análise, pois, nas apreciações que seguem, apresentaremos tanto dados relativos aos textos de forma geral, como também, em um segmento específico, penetramos as características das chamadas inclusões.

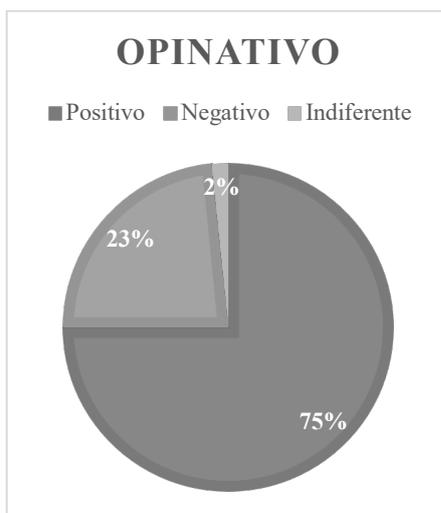
5.1.1 Valência das identidades não normativas

No nosso primeiro ambiente de observação examinamos o material segundo as “atitudes de avaliação subjacentes” (BARDIN, 2010, p. 57), tendo em vista destacar se as abordagens foram favoráveis ou positivas, desfavoráveis ou negativas ou simplesmente indiferentes em relação às demandas políticas e sociais das identidades de gênero e orientações sexuais diversas.

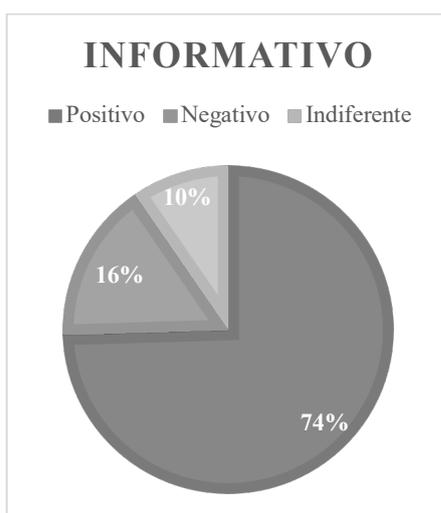
Após o exame do conteúdo, esta análise da valência conclui que 75% dos textos de articulistas de 2018 possuem apresentação positiva das questões que movem esta comunidade discursiva, enquanto outros 23% constroem aspecto desfavorável. De perfil neutro, uma parcela microscópica: 2%. Ou seja, um quarto das produções opinativas deste período reproduz de alguma forma ressalvas, críticas ou ataques ao campo *queer*. Exemplo destas aparições segue abaixo. O autor exprime a hostilidade a esses indivíduos os quais a identidade confunde os parâmetros sócio-sexuais:

A esquerda pautou seu projeto no envolvimento com grupos sociais, focando na homoafetividade e no poliamor, além da luta para aprovar amplamente o aborto no Brasil e na criação de leis como a de criminalização da chamada “homofobia” (“Bendito aquele que tem família” – Marcos Duarte – Artigo – O Povo – 09/10/2018).

Nos conteúdos informativos, ainda de 2018, a maioria (74%) segue positivando a pauta geral das identidades que transgridem as “fronteiras” do aparato sexo-gênero, mas os demais elementos deste quadro se alteram quando comparados à camada opinativa. Agora são 16% de materiais desfavoráveis, com direito à avaliação de ordem moral, política ou pessoal em relação a este grupo populacional, seguido de 10% de casos de impassibilidade.

Gráfico 1 - Valência dos Textos Opinativos de 2018

Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 2 - Valência dos Textos Informativos de 2018

Fonte: Elaboração do autor.

No caso dos textos de opinião, o mês com maior movimentação negativa da pauta foi outubro, que foi responsável por 40% dos posicionamentos contra as corporalidades da alteridade. Já nos noticiosos, outubro e novembro, cada um com 36%, lideraram as reações de repúdio à diversidade sexual. Em comum, os conteúdos de repulsa às dissidências têm como marcador o interdiscurso político principalmente e, neste ano em particular, estão associados ao marcador do bolsonarismo e ao processo eleitoral brasileiro, cujas votações (primeiro e segundo turnos) ocorreram em outubro e resvalaram em debates até novembro.

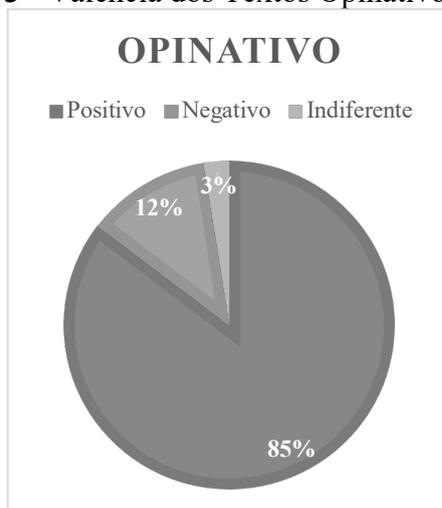
Exemplo deste tipo é o discurso do então presidente do PSL no Ceará, Heitor Freire, em matéria do dia 18 de outubro de 2018: “Defendemos a família, no modelo de Jesus, Maria

e José. O resto é arrumação”. Neste texto em particular, assinado por David Moura, portanto da equipe de reportagem local, não houve veiculação de opinião divergente a do político citado.

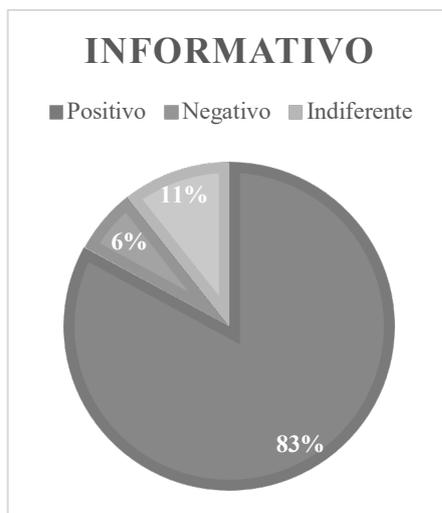
Com os dados contemplados acima, apreendemos, desde já, que a divisão opinativa do jornal, quando comparada com a informativa, está mais propensa à produção de representações negativas da pauta. Uma das explicações para esta questão é que o jornalismo informativo, afeito ao acontecimento imediato, apegado aos acordos que se constroem na sociedade e de produção pragmática, caminha com mais cuidado, contemporaneamente, na discussão de problemáticas que entram em debate na esfera pública, como as questões relacionadas à gênero e à sexualidade. Por sua vez, trilhando as bases ideológicas de seus autores, que se posicionam nas diversas polaridades de pensamento, e trazendo para o jogo narrativo as interpretações e argumentações destes, os artigos tendem a ser palco de manifestações de aversão às dissidências. Diante disso, já nesta fase, nos perguntamos: é adequado o jornal, mesmo em seu caderno de Opinião, ser espaço para a composição de mensagens de óbice a este grupo populacional? É mesmo necessário, de acordo com o que aqui debatemos sobre o jornalismo impresso, abarcar esta “angulação”?

Mas, olhando para 2020, vamos observar o arrefecimento geral da quantidade de textos desfavoráveis. 85% dos artigos e 83% dos informativos são caracterizados como positivos, 12% dos escritos de articulistas e 6% das construções noticiosas possuem caráter negativo, e, por fim, 3% e 11%, respectivamente em cada gênero jornalístico, têm feição “indiferente”. Ainda assim é possível observar que permanece existindo uma propensão maior de artigos de opinião trazerem discursos contrários às pessoas LGBTI+ e às outras identidades que caminham além da sigla.

Gráfico 3 - Valência dos Textos Opinativos de 2020



Fonte: Elaboração do autor.

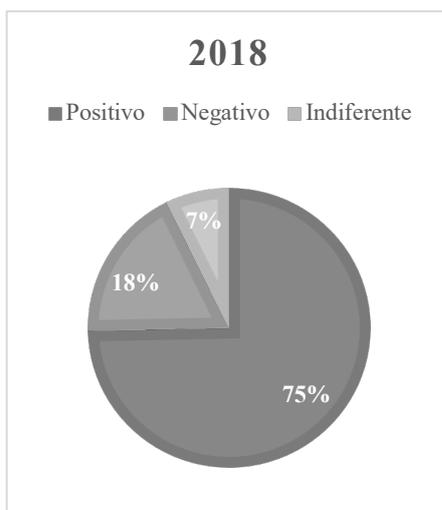
Gráfico 4 - Valência dos Textos Informativos de 2020

Fonte: Elaboração do autor.

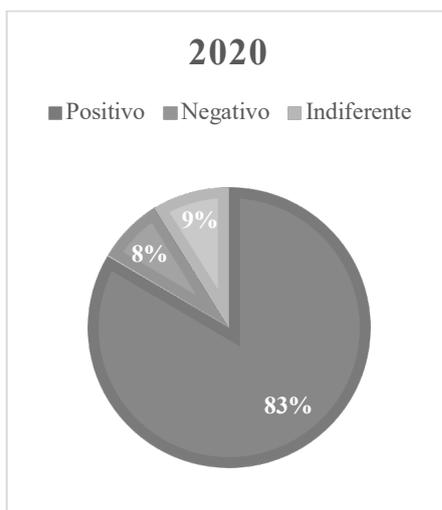
Na percepção por mês, concluímos que todos os materiais opinativos com o viés negativo foram publicados unicamente em outubro (40%) e novembro (60%) daquele ano, enquanto a concentração de produções deste perfil nos relatos informacionais foi distribuída principalmente nos meses de setembro (33,33%) e novembro (33,33%). Tanto nos textos da editoria de opinião como nas notícias e outras criações do gênero que rejeitam a humanidade *queer*, os discursos ainda estão associados ao campo político em torno do já presidente Bolsonaro.

Ao fim deste tópico, trazemos a aferição geral das atitudes de avaliação subjacentes por ano, unindo, portanto, os relatos informacionais e opiniosos de cada ciclo¹⁶. Os dados estão organizados de modo bastante sucinto no gráfico a seguir:

¹⁶ Indispensável minutar que tais compilações, que condensam os dados dos dois gêneros jornalísticos estudados por ano, são realizadas junto a maioria dos marcadores de análise que comportam esta dissertação, mas sem deixar de lado a especificação e a avaliação dos comportamentos encontrados nos dois formatos. Fazemos isso tendo em vista que, como se autodefine, o jornal O Povo é um “veículo de informação e órgão de opinião” (O POVO, 1989), e, portanto, precisa ser explorado, adicionalmente, em seu caráter global. Ao tomar esta decisão, levamos em consideração também que a palavra final sobre o que vai impresso nas páginas é do próprio jornal, tendo este responsabilidade com as opiniões e informações que veicula.

Gráfico 5 - Valência dos Textos – Plano geral 2018

Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 6 - Valência dos Textos – Plano geral 2020

Fonte: Elaboração do autor.

Percebe-se que majoritariamente – 75% no primeiro ano e 83% no segundo período – o jornal não ataca as identidades subversivas, sendo espaço, de determinada forma, para acolhimento de narrativas que pautam as reivindicações políticas e de combate ao preconceito dirigido às dissidências, ressaltando, logicamente, todos os demais apontamentos que registramos por meio da análise microscópica que empreendemos nesta dissertação.

Uma segunda linha diz respeito à somatória de estigmatizações. É perceptível que posições que confrontam as existências transviadas, por meio de atributos negativos e de estratégias de desqualificação, perdem força de 2018 (18%) para 2020 (8%). Se pudermos lançar impressões sobre essa mudança em processo, diríamos que é consequência de

resistências, presentes tanto no plano individual, a exemplo dos posicionamentos de jornalistas do O Povo, que chegam a se manifestar nas páginas do jornal em 2020, quanto no plano coletivo, onde cresce a crítica ao reacionarismo que costuma crivar conflitos a partir das normativas de gênero e com apelos políticos, religiosos e morais.

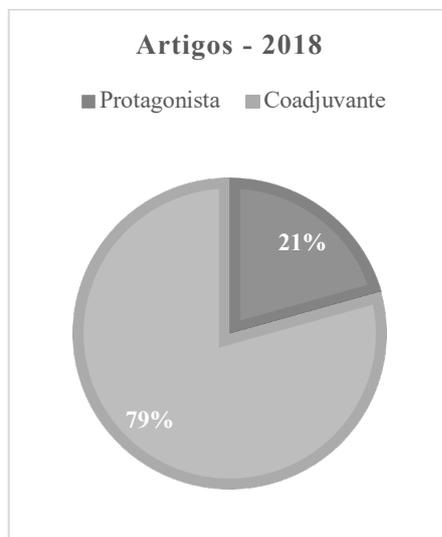
Esse nível de observação é salutar para que tenhamos uma impressão mais direta de como falas/afirmações favoráveis e contrárias às dissidências ganham peso no cotidiano do jornalismo. Tal recorte, no entanto, precisa ser apreciado junto aos demais marcadores elaborados nesta pesquisa, de forma a apoiar o conjunto das reflexões em trânsito, tendo em vista que, é necessário colocar, a abordagem da valência, apesar de útil para a exposição de determinada nuance da ação da imprensa em questões específicas, não é o mais elaborado método para a crítica de sistemas de ideias, como o que perpassa o jornalismo. Conforme Miguel (2015), o recurso à valência muitas vezes mutila a complexidade do processo comunicativo, a fim de adequá-lo à sua escala de favorável, desfavorável e indiferente. Tal aparato também tende a diminuir a complexidade da interface entre mídia e a prática social alvo de representação – no nosso caso, bastante complexa, por sinal. “Não há substituto para a valência e o jeito é abandonar o fetiche da matematização e trabalhar com um instrumental mais complexo para a compreensão do discurso do jornalismo e sua relação com os conflitos políticos” (MIGUEL, 2015, p. 166). Sendo assim, suas mensurações e operações têm, aqui, caráter suplementar.

5.1.2 Discurso sobre as dissidências sexuais e de gênero direciona os textos?

Na observação geral dos textos também aferimos se a abordagem sobre dissidentes de sexualidade e de gênero era questão central, o que chamamos de representação direta da temática, ou secundária, isto é, representação indireta nos textos.

Captando este vetor por gênero jornalístico, vemos que em 2018, na expressa maioria dos materiais opinativos, 50 (79%) dos 63 textos, o foco narrativo não é o campo das orientações sexuais e/ou das identidades de gênero, enquanto nos 13 demais (21%) o assunto protagoniza os conteúdos.

Por sua vez, nos artigos de 2020, o contexto é muito próximo: em 32 dos 41 (78%) escritos o tema é posicionado como coadjuvante e em 9 (22%) abordado como protagonista. Com variação percentual ínfima, a lógica discursiva se mantém.

Gráfico 7 - Destaque dado às dissidências – Gênero Opinativo 2018

Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 8 - Destaque dado às dissidências – Gênero Opinativo 2020

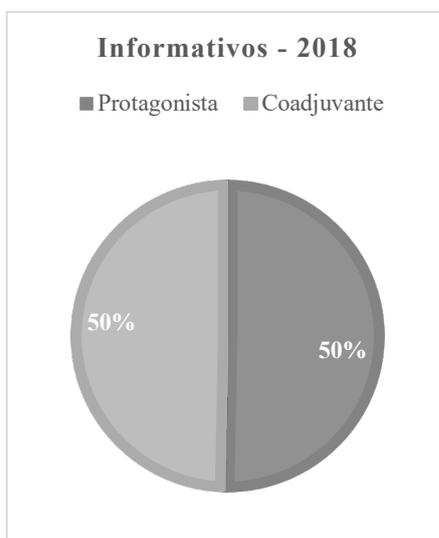
Fonte: Elaboração do autor.

Com base nestes dados, a característica principal do campo opinativo do jornal é introduzir o assunto apensado a outros debates ou como parte de discussões gerais. Refletindo a conjuntura social e política da época, o falar sobre as dissidências acontecia em meio a uma mistura de acontecimentos. Nesta lógica, são poucas as oportunidades em que enxergamos uma atenção direcionada. Vejamos um destes exemplos de discussão em curtas linhas e sobreposta a raciocínio de outro domínio:

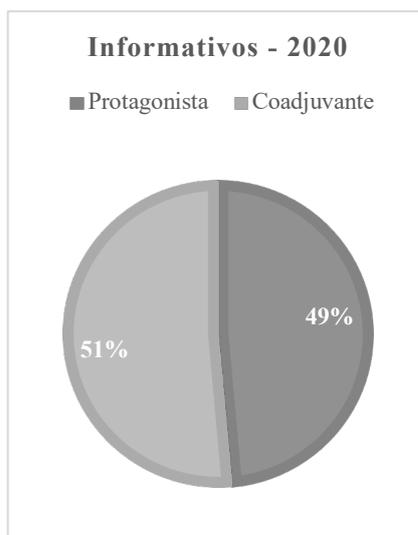
No Brasil, estamos diante de um cenário preocupante, onde a política se movimenta no sentido do ataque às mulheres, negras/os, quilombolas, indígenas, LGBTI, em uma ofensiva dentro do Congresso Nacional, do Judiciário e do Executivo, que se configura por um lado como esvaziada de conceito e sentido, mas que se sustenta em slogans políticos visando a retirada e revogação de direitos (“Carta de uma brasileira para as hermanas argentinas” – Luanna Marley – Artigo – O Povo – 16/06/2018).

Voltando-nos para as produções informativas, mais uma vez constatamos certo equilíbrio entre os dois períodos estudados, haja vista que tanto em 2018 como em 2020 a proporção de abordagens centrais e secundárias são equivalentes neste gênero textual. Em 2018, 78 dos 155 textos, ou seja, 50,32% tratam o campo das dissidências como assunto principal de suas narrativas, em detrimento dos demais 77 (49,68%), que tangenciam o objeto. Por sua vez, em 2020, 72 (51,43%) dos conteúdos não focam a questão e nos 68 (48,57%) demais é tema principal. Embora com posições invertidas, os dados praticamente se equiparam, divergindo, é preciso destacar, do perfil observado no campo opinativo do jornal. Considera-se ainda que a tendência de abordagem permanece nestes dois anos analisados.

Gráfico 9 - Destaque dado às dissidências – Gênero Informativo 2018



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 10 - Destaque dado às dissidências – Gênero Informativo 2020

Fonte: Elaboração do autor.

Apesar de não conjecturar majoritariamente representações textuais que protagonizem a tematização das expressões existenciais de gênero e seus modos de subjetivação às normas, o estilo textual mais característico do jornalismo, o informativo, situa-se numa posição mais avançada que o opinativo. Pesa aqui a finalidade editorial da face informacional, que registra diretamente os acontecimentos, inclusive os relacionados à nossa temática. Assim, indubitavelmente, a costura narrativa deve se afetar mais, levando em consideração que tal prática discursiva é por natureza mais atenta à sacralidade das ocorrências. Mas, justamente por essa característica, chama atenção o fato desta manufatura da informação não apresentar as pautas relacionadas aos movimentos transviados de forma mais explícita.

Com base nestas primeiras informações, podemos considerar que, relativamente, as colunas erguidas em torno da identidade cisgênero e heterossexual despotencializam o acesso à cena discursiva das identidades subjugadas. Isso acontece principalmente nas discussões propostas desde o caderno de Opinião, que, por sua vez, pesará na consolidação da avaliação geral. Em 2018, juntando opinião e informação, constatamos que 127 registros (58%) trazem o nosso debate de forma secundária e 91 (42%) centralizam a questão. Em 2020, a tendência permanece com 104 (57%) situações de representação secundária da temática e 77 (43%) de forma central.

Como afirma Louro (2000), “presentes” na condição de subalternas, as formações “alternativas” à norma reafirmam a identidade hegemônica – para se ter o “certo” é preciso saber o que é “errado”.

Mas a emergência pública das sexualidades da alteridade – mesmo em caráter secundário – desestabiliza e mostra a fluidez das formatações tradicionais. A narrativização, portanto, destas entidades discursivas tem o potencial de eclodir novas possibilidades de existencialização, ou seja, de permitir a experiência, em alguma medida, da própria cidadania, da emergência de sujeitos.

5.1.3 A capacidade de produção de discussão embasada sobre as dissidências

Continuando a incidir na análise geral dos documentos, vemos que os textos, tanto os de opinião com os noticiosos, são marcados pela ausência de aprofundamento das discussões relacionadas às representações e identificações objetos deste inventário do discurso jornalístico.

Ao avaliar se as narrativas foram capazes de produzir embasamento, ou seja, uma discussão elucidativa sobre as questões vivenciadas pelos sujeitos dissonantes dos padrões de sexo, gênero e desejo, constatou-se que em 58 (92%) dos 63 artigos de opinião de 2018 faltava algum tipo de explicação, contextualização, investigação, elucidação ou aprofundamento, enquanto 138 (88%) dos 156 produtos informativos também não possuem embasamento.

Nas produções de 2020, 34 (83%) dos 41 textos ocupantes do caderno de Opinião não produzem discussão elucidativa do tema e nos noticiosos esse marcador está presente em 111 (79%) dos 140.

Antes de debater certos elementos da narrativa informativa, mais uma vez vemos a fragilidade do conteúdo opinativo, que, particularmente aqui é menos predisposto a uma lógica de discussão fundamentada. Porém, sua estruturação tradicional, diferentemente dos enunciados noticiosos, não exige esse nível de abordagem e é, ele mesmo, prejudicado pela quantidade fixa de caracteres disponível (n’O Povo, aplicam-se três tamanhos de artigos: 1.800, 2.400 e 2.800 caracteres – sendo este último de uso muito mais restrito). No nosso exemplo particular, vemos, nestes 10 meses, como destacamos no tópico anterior, a propensão a um debate simplista, que pode vir a ser um marcador comum da linguagem de articulistas.

Passando então à sequência informativa, podemos apontar que as notícias alusivas às sexualidades dissidentes da cis-heterossexualidade são apresentadas na maior parte das vezes carentes de elucidação e contextualização. Deixar de fazer a anotação sobre o emprego do universo, ou mesmo o significado de siglas que dão conta deste segmento, foram algumas marcas da produção do jornal neste período. Uma lógica de estruturação que frequentemente opta por fórmulas de consumo fácil, calcada na cronologia dos acontecimentos, com o fim de recomposição da realidade e baseada na soma de uma sequência de informações. Prevalece, por

este ângulo, o que Medina (1988) denunciava como experiência comum do “jornalismo industrial”, uma produção calcada na racionalização e fortemente montada para a ótica do consumo – uma “conquista” da fase liberal de desenvolvimento desta divisão do conhecimento.

Produzir informação sem “seus antecedentes, suas significações indiretas e seu contexto” (MEDINA, 1988, p. 70) tem sido um “lugar comum” no jornalismo convencional, pouco afeito à especialização temática, à análise e à investigação de profundidade – exceto quando se tratam de reportagens especiais e séries investigativas, que estão longe de representar a “rotina” dos diários.

Tal tendência do jornalismo nos leva a perceber que a visualização das identidades subversivas, quando acontece, é de alguma forma “reinstrumentalizada” (FAIRCLOUGH, 2001), podendo até ser avaliada como esvaziada de sentido ou limitada, ainda que determinada discussão das ciências do jornalismo chame a atenção para a necessidade de uma produção que opere o aprofundamento crítico/investigativo.

Colabora para isso o fato da imprensa de referência (ZAMIN, 2014) ser uma engrenagem que procura tornar legítima a ordem que imprime via mediação simbólica. Enquanto propagandeia-se como uma espécie de guardiã e porta-voz da democracia, a mídia empresarial estabelece-se como uma instância de mediação social e, assim sendo, assume parte da função política das instituições responsáveis pelos mecanismos que asseguram a regularidade das dinâmicas sociais, cabendo a ela servir como espaço público de produção de consensos.

Esse *modus operandi* acaba por gerar, de forma genérica, uma abordagem estilizada, que interpela as questões de gênero suprimindo, na maior parte das vezes, o debate sobre o tema.

Este contexto pode ser relativamente explicado pelo fato de, como tecnologia de gênero, o jornal de referência é levado a interpelar *scripts* culturais (ZANELO, 2018) já validados, secundarizando abordagens que levem em consideração a subjetividade destas problemáticas.

Afinal, embasar um texto noticioso, por exemplo, vai além de apenas narrar que morrem muitas travestis e mulheres trans no Ceará em uma observação curta e superficial, que, quando muito, consegue apenas deixar a impressão de que a vítima se submetia a situações de violência. Não é apenas produzir o “datas e fatos para a história do Ceará” – capturando aqui o título de obra tradicional da história e do periodismo cearense, produzido por intelectuais da elite alencarina do início do século XX, entre eles Barão de Studart, e que marca uma perspectiva positivista para o relato histórico (ou mesmo jornalístico). Embasar – e isso vale

para outros temas e problemáticas sociais – é buscar, como alfineta Moraes (2015), produzir um jornalismo que “não se contente em trabalhar a superfície dos fatos” (p. 180), que dialogue mais com a realidade concreta dos acontecimentos, com o ambiente que produz de forma macro e micro essas situações. Afinal, como lembra/critica a forte letra da música “Onze Fitas”, da cantora e compositora Fátima Guedes, imortalizada na voz de Elis Regina, “quantas vezes se leu só nesta semana, essa história contada assim por cima”, no que conclui a canção em sete repetições fortes e marcantes: “a verdade não rima”. O ano era 1978, mas as afirmações da música seguem bastante atuais.

Mas, para além do já dito, é conveniente acrescentar que tivemos mobilidades dentro do intervalo de inspeção. Atentos ainda a eventuais processos de mudança discursiva registrados, é significativo notar que houve, entre 2018 e 2020, avanço na capacidade do jornal de produção de discussão embasada sobre as dissidências, embora o “não-embasamento” permanecesse “reinando” com somas acima de 70%. No Caderno de Opinião, ao passo que se reduziu a quantidade de conteúdos não contextualizados, a vertente fundamentada progrediu de 8% para 17% – um crescimento de 112,5%. Na camada informativa, o embasamento foi de 12% (2018) para 21% (2020) – uma ascensão de 75%.

Para selar este tópico, acrescentamos que, dentro do nível geral das mensagens difundidas pelo O Povo, perfilando conjuntamente os relatos noticiosos e opinativos, em 89,5%, 196 das 219 produções de 2018, não há avanço na contextualização. Por sua vez, em 2020, 80%, 145 de 181 textos, não produzem embasamento.

Ainda que não tenhamos nos debruçado sobre a análise do conjunto da produção discursiva do jornal, essa característica apontada no plano global, arriscamos dizer, é uma tendência da narrativa jornalística e não um atributo específico da discussão sobre identidades e orientações sexuais e de gênero. Na nossa avaliação superficial do todo, conjecturamos que produções científicas que venham a analisar outros vetores, como as relações étnico-raciais ou desigualdade social, por exemplo, teriam conclusões semelhantes às nossas.

5.1.4 A inclusão discursiva das identidades dissidentes

Entendendo que as performances sociais são discursos, como já expusemos nos segmentos precedentes desta narrativa, trabalhar as representações discursivas sobre as performatividades não normativas no jornalismo exige um aprofundamento das características deste processo.

Sendo assim, passamos a problematizar esta textualização a partir do sistema de inclusão de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1996), tendo em vista as possibilidades de reflexões críticas colocadas por esse procedimento metodológico, que evidencia como as relações linguísticas expressam relações sociais e, por sua vez, posições e papéis de sujeitos incluídos na cena discursiva.

Seguindo tal percurso, iniciamos pela apreciação se este processo de inclusão foi caracterizado pela personalização ou pela impersonalização dos sujeitos desobedientes das hegemonias constituídas em torno do gênero e da sexualidade. Importante reforçar, como destaca van Leeuwen (1996), que a personalização ocorre quando é feita a opção por apresentar estes atores como humanos. Do contrário, estes seriam impersonalizados, ou seja, incluídos por meio de substantivos abstratos ou concretos sem traços de humanidade. Nesta elaboração, consideramos como instrumentos da personalização não só indivíduos e identidades, mas também coletivos, grupos ou organizações que personifiquem a subversão às normas de sexo/gênero/desejo/práticas sexuais.

A nossa análise evidencia que a tendência nos cinco meses estudados de 2018 nos textos opinativos foi de acentuada impersonalização, característica de 57 (60%) dos eventos, sendo 36 (38%) casos de impersonalização por objetivação, que se dá através da reprodução dos atores por meio da referência a um lugar ou coisa associada à pessoa ou à atividade, e 21 (22%) impersonalização por abstração, que ocorre quando os atores sociais são representados por meio de uma qualidade atribuída a eles pela representação. Tudo isso em detrimento de 37 (40%) situações de personalização. Exemplo de objetivação temos a seguir:

Até o julgamento do chamado mensalão, as pautas 'sociais' eram mais presentes, como nos julgamentos da **união homoafetiva**, das pesquisas com células-tronco etc”, aponta (“O Supremo como guardião”- Artigo- Jornal O Povo- 05/10/2018).

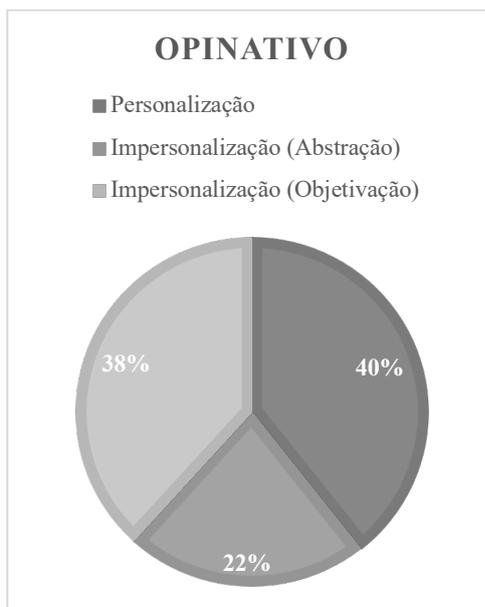
O panorama muda quando se tratam dos conteúdos informativos de 2018, onde prevalece a personalização em 64% (187) dos episódios, seguido de 36% (103) de inclusões impersonalizadas – sendo 21% (60) formada por objetivações e 15% (43) abstrações. Amostra de personalização está em trecho de nota publicada pelo O Povo:

A cearense **Yakira Queiroz** ganhou o Miss Brasil Gay 2018. Representante do Estado, a transformista foi escolhida pelos jurados e pelo público em votação online na 38ª edição do concurso (“Cearense Yakira Queiroz vence Miss Brasil Gay 2018” – Nota - Jornal O Povo - 20/08/2018).

E, neste próximo exemplar, tipo de abstração que foi muito comum nas matérias jornalísticas:

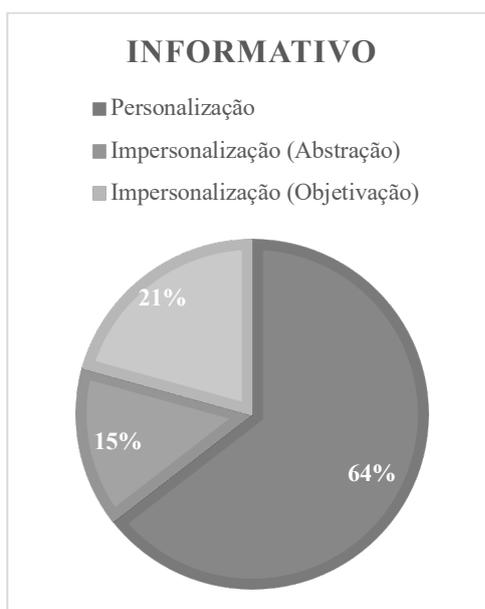
“Qualquer discriminação baseada na **sexualidade** equivale a uma violação dos direitos fundamentais”, acrescentou. (“Em decisão histórica, Índia descriminaliza a homossexualidade” – Notícia – Jornal O Povo -07/09/2018).

Gráfico 11 - Personalização e Impersonalização – Gênero Opinativo 2018



Fonte: Elaboração do Autor.

Gráfico 12 - Personalização e Impersonalização – Gênero Informativo 2018



Fonte: Elaboração do Autor.

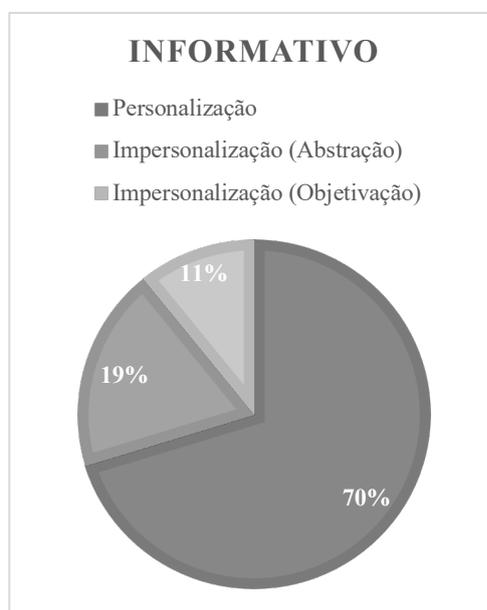
E o que levaria os artigos a serem principalmente produtores de representações não personalizadas? Se olharmos para outubro de 2018, mês das votações das eleições estaduais e nacionais daquele ano, veremos que a discussão sobre as dissidências sexuais e de gênero é feita no bojo do debate político, capitado, muitas vezes, por vozes heterossexuais e cisgêneras e empregado em discursos que rebaixam ou mesmo atacam as identidades não normativas. Esse representar pode ser entendido como próprio do gênero opinativo, com textos assinados, por exemplo, sobretudo em 2018, por atores que empregam uma noção do tema longe da sua força insurgente.

De alguma maneira, poderíamos supor que há certo enviesamento do debate na produção textual dos articulistas do O Povo, que pode ser provocado pelo próprio plano ideológico a qual estes autores fazem parte, notadamente pessoas que manifestam, em maior ou menor grau, os interesses das elites, seja ela política, econômica, cultural ou acadêmica, em vez de representantes de grupos subalternizados, entre eles raciais, de imigrantes, de mulheres, de sexualidade dissidente e assim por diante. Tudo isso acaba por refletir certos padrões de apresentação da temática. Neste sentido, nos 13 casos de impersonalização de novembro de 2018 tivemos objetivações acionadas por termos como “ideologia de gênero”, “estudos de gênero”, “homofobia” e “uniões homoafetivas” e abstrações vocalizadas a partir das expressões “orientação sexual” e “diversidade sexual”. Neste quesito, é preocupante que construções, como a citada “ideologia de gênero”, ganhem protagonismo no discurso. Em novembro, pelo menos três artigos traziam a expressão e, em todas as abordagens, faltou a denúncia contumaz de que, contextualmente, a elaboração é propagandeada por setores (ultra)conservadores e fundamentalistas sob o pretexto de negar a igualdade de direitos e o respeito às mulheres e à ordem *queer*. Os defensores da “ideologia de gênero”, em sua significação “atualizada”, alegam que há uma corrente ideológica que age por meio da indução da destruição da “família tradicional”, da legalização da pedofilia, do fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros. O fato é que, muitas vezes, o campo da impersonalização é construído a partir de discursos falaciosos sobre as dissidências. Mais adiante, no acompanhamento das vozes presentes nos textos, avaliaremos estas manifestações com mais detalhes.

Mas, comparada a 2018, a tendência à impersonalização perde força em 2020. Nos cinco meses estudados daquele ano, nos conteúdos opinativos, as inclusões personalizadas ocupam 54% (34) das posições, enquanto as impersonalizações são 46% (29) das inserções, portanto, quase equiparadas. No campo noticioso, quando comparamos com o ciclo anterior, vemos que ascende ainda mais a personalização: 70% – 156 das 222 situações. Impersonalizam-se, logicamente, 30% das representações, com 19% (42) abstrações e 11% (24) objetivações.

Gráfico 13 - Personalização e Impersonalização – Gênero Opinativo 2020

Fonte: Elaboração do Autor.

Gráfico 14 - Personalização e Impersonalização – Gênero Informativo 2020

Fonte: Elaboração do Autor.

Como acompanhamos, as personalizações saltam de 39% (2018) para 54% (2020) nos artigos (um crescimento de 38,5%) e há também aumento (8%) de representações personificadas na vertente noticiosa. E o que muda? O fator principal é o acionamento de mais vozes aliadas – não necessariamente de identidades dissidentes – ao campo de produção textual.

Detalharemos esse tema, mas é importante citar desde já que certa adesão a um movimento de ataque às orientações sexuais e identidades de gênero diversas perde a potência que tinha em 2018, mas sendo ainda uma força a ser notada. No ano em questão, esse artifício de abjeção era inflado pela reverberação sistemática do “ignoródio ao gozo do outro” (QUINET, 2018) – segundo Quinet (2018), referenciado nas construções do psicanalista Jacques Lacan, o ato de destituir a humanidade do “outro”, que tem se acentuado, faz parte de uma estratégia política que age através do acoplamento da “ignorância” e do “ódio”, produzindo o “ignoródio”. O “cis-hétero-bolsonarismo”, arquitetaria, assim, o ódio ao gozo do outro, a repugnância a quem se relaciona afetivamente diferente do paradigma heteronormativo. Tal elemento invadia os campos político e social a partir da reprodução de ideais necroliberais¹⁷, que intensificam a propaganda e a imposição de uma ordem estética, epistemológica, ética e política que se irrompe contra os saberes e vivências subalternas. É valioso notar que, de alguma maneira, o jornalismo é “dragado” pelo debate político de então, que tem, entre os protagonistas, Bolsonaro e o aparato que se forma ao seu redor, mas é por causa do “jornalismo declaratório”, feito nos gabinetes e nas redações, assim como outros vícios do ofício, que a narrativa se rende ao plano discursivo do cis-hétero-bolsonarismo. O principal problema aqui é acolher a informação do modo como ela vem, seja através de releases, reproduções de agências ou das manifestações diretas de fontes, e passá-la adiante. Como alerta Castilho (2013), por meio da técnica declaratória e sua falsa impressão de imparcialidade, alegações, muitas vezes, flagrantemente falsas ou distorcidas, ganham visibilidade, sem que o consumidor do jornalismo seja alertado no texto. “Tudo isso configura uma clara omissão de grande parte das redações, que preferem seguir procedimentos burocráticos” (CASTILHO, 2013). Se todas e todos temos que ter responsabilidade com o que dizemos, temos ainda mais quando nos tornamos vitrines do ódio. Como em um rótulo de frasco de veneno, é preciso trazer as devidas advertências, eventuais desmentidos e até mesmo enfrentar certos discursos, de modo a desconstruir imprecisões. O que o jornalismo não pode, em essência, é induzir, ainda que colateralmente, a sociedade ao erro. Causa estranheza que um campo produtivo que reforça a necessidade de “checagem”, que debate o “fato ou fake” no momento presente, se apequene no dia-a-dia do jornal e da notícia – quando seria mais necessário se avultar. A imprensa erra quando, presa a determinados valores, inclusive alguns que não param de pé no século XXI, ajuda a tirar os tiranos do “armário”.

¹⁷ Neologismo que dá conta da lógica da morte (necro) que acompanha, em determinados momentos da história, o desenvolvimento do Neoliberalismo, doutrina econômica capitalista que impõe, entre outras coisas, a lógica de um Estado voltado para os interesses econômicos em detrimento de uma administração apontada para a promoção de políticas públicas e de direitos sociais (MELO, 2021).

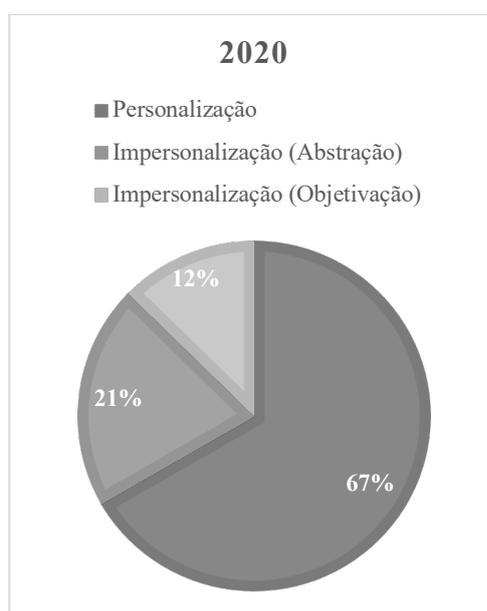
Já as personalizações, que se tornaram mais frequentes nos artigos de 2020, por exemplo, permitiram que os sujeitos “não-normativos” passassem a ter expressão de fato nos textos, mesmo aqueles não escritos por eles e inclusive em abordagens superficiais do assunto. Construções como “outra novidade nestas eleições foi a maior diversidade nas Câmaras Municipais, com aumento do número de travestis e transexuais”, presente no artigo do jornalista Plínio Bortolotti de 25 de novembro de 2020, permitem, como destaca Gomes e Barbara (2011), tornar as ações e atividades do ator social explícitas para o leitor. “Ao especificar, nomear o ator social, a mídia pode estar chamando atenção da sociedade para os fatos que se referem às ações políticas, competências, habilidades dos atores políticos, ora para elogiá-las, ora para denunciá-las” (GOMES; BÁRBARA, 2011, p. 324).

Por fim, quando adentramos na feição total deste processo, observamos que das 384 inclusões das identidades disruptivas do ano de 2018 (unindo conteúdos opinativos e informativos), em 58% dos casos, ou seja, 224 vezes, o grupo social foi personalizado. Aqui, nota-se, as personalizações dadas nos informativos “puxam” pra cima o estado de personalização geral. Nas demais situações, 42% (160) das ocorrências de 2018, os sujeitos foram impessoalizados. Dentro deste universo particular, em 25% (96) dos eventos ocorreu a objetivação e em 17% (64) dos casos a abstração.

Em 2020, vamos encontrar, no panorama geral, a promoção do formato personalizado de representação. Das 285 inclusões discursivas do tema, em 190 (67%) ocorrem personalização – um crescimento de 15% em relação ao ano anterior. Nas demais ocasiões, 95 (33%) inclusões, ocorrem, obviamente, a impessoalização, com 59 (21%) casos de abstração e 36 (13%) episódios de objetivação – um decréscimo de 21,4% em relação à época precedente.

Gráfico 15 - Panorama geral da Personalização e da Impersonalização – 2018

Fonte: Elaboração do Autor.

Gráfico 16 - Panorama geral da Personalização e da Impersonalização – 2020

Fonte: Elaboração do Autor.

Como notamos, é progressiva a produção de apresentações personalizadas das dissidências sexuais e de gênero. Nesta lógica, fazer emergir publicamente as várias identidades não normativas também merece destaque e valorização, tendo em vista que o passado da história

da imprensa foi marcado pela reprodução direta dos regimes falocêntrico¹⁸ e heteronormativos.

Contudo, é preciso questionar até que ponto esta visibilidade é “essencializada” (BANDEIRA, 2019), ou seja, desvaloriza aspectos mais diversos desta pauta, que, como sabemos, envolve forte luta social. Até que ponto as particularidades marginais das vivências são negligenciadas em benefício de um agenciamento assimilacionista à lógica cis-heteronormativa, que trabalha por meio da criação de identidades fixas? É o que ponderaremos adiante, avançando no inventário proposto pelo estudo da personalização, que se desdobra em algumas subcategorias.

5.1.4.1 Os modos que as dissidências sexuais e de gênero foram personalizadas

Dentro do processo de personalização podem ser avaliadas diversas subcategorias, que nos ajudam a esmiuçar a política de identidades que emerge do jornal. Sendo assim, passamos a mensurar a determinação, que ocorre quando os atores sociais são representados com identidades explicitadas, e a indeterminação, característica do acionamento de indivíduos ou grupos não-especificados e anônimos. Sendo assim, nas 414 representações personalizadas, sendo 37 artigos e 187 textos informativos – um total de 224 – em 2018 e 34 conteúdos opinativos e 156 informacionais – que somam 190 – em 2020, observamos que, em todas elas, ocorreu a “determinação”. Exemplo disso vem na notícia:

A maioria deles diz respeito à presença de grupos étnico-raciais minoritários, mulheres, **peçoas LGBTQ+** e peçoas com deficiência não somente nas tramas dos filmes, mas também em funções como atuação, direção, chefias de áreas, funções técnicas e até entre as equipes das distribuidoras, financiadoras e agências de publicidade das produções. (“Um novo capítulo?” - João Gabriel Tréz – Jornal O Povo - 12/09/2020).

Importante notar que é no campo da determinação que a interpretação da inclusão de atores sociais encontra cenário mais próspero para a avaliação das escolhas que atuam na ação seletiva e propositada de produção textual. Sendo assim, abraçando a avaliação dos sujeitos determinados, a determinação por nomeação surge como a opção mais diligente de

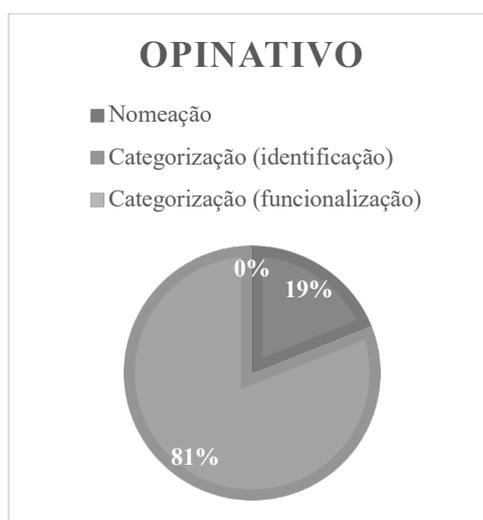
¹⁸ Sistemas falocêntricos são caracterizados por uma lógica da identidade fundada na exclusão e polarização binária da diferença. “O falocentrismo é um termo forjado por Derrida em 1965 a partir da junção de falocentrismo e logocentrismo, para designar a primazia que a filosofia ocidental concede ao logos platônico e ao simbolismo fálico” (SMID, 2015).

definir um ator social, em detrimento da determinação por categorização, que pode se dar por funcionalização ou identificação.

Olhando para o nosso objeto, entre os casos de personalização por determinação registrados em 2018, em 81%, 30 das 37 inclusões presentes nos artigos, houve a caracterização por identificação, quando os atores são apresentados pelo que eles, supostamente, são, uma identidade, a exemplo da orientação sexual, idade, classe social, etnicidade e religião. É exemplo disso a textualização da sigla LGBTI+ (e suas variantes) ou a construção “gay”, recorrentemente adicionadas neste universo e marco temporal. Por sua vez, só em 19% (7) das ocasiões são operadas nomeações, que acontece quando a apresentação dos sujeitos é feita por meio de uma identidade única, como nomes próprios. Não encontramos neste tipo de texto registros de categorização por funcionalização, quando os atores sociais são referidos em termos de uma atividade, em termos de algo que fazem, por exemplo, uma ocupação ou papel.

Já nos informativos de 2018, em 49% (91) desenvolvem-se nomeações. É o caso da produção de nove de outubro daquele ano, do caderno Vida & Arte, que nomina “Jefferson Rocha”, identificado como “jovem gay e negro”. Em outros 48% dos momentos, vemos a categorização-identificação, contexto onde os atores sociais são determinados pela posição que ocupam no campo social, ora lembrados em episódios de disputa política, ora acionados como representantes de segmentos que passam a pautar novas estéticas e ações culturais, ou mesmo como vítimas da violência que os abjetam do seio da sociedade. E, especificamente neste gênero textual, encontramos sete casos (4%) de categorização-funcionalização. Arquétipo de inclusão “funcional” encontramos na frase “Tem protagonista gay, romance e muita violência”, de matéria de 13 de junho de 2018, quando “gay” é funcionalizado na narrativa.

Gráfico 17 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado – Opinativo 2018



Fonte: Elaboração do Autor.

Gráfico 18 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado – Informativo 2018

Fonte: Elaboração do Autor.

No cenário descrito, o que distingue as notícias, notas, reportagens e outros dos textos opinativos é que este segundo campo opera certo encobrimento das identidades não-normativas, com a preponderância de linhas que identificam, mas não nomeiam os atores sociais. Noutra via, o processo narrativo se altera no jornalismo informativo, quando a estrutura de apresentação é quase equitativa – comparando as determinações nominadas e identificadas.

O enredo de 2018 é próximo ao de 2020. O Caderno de Opinião segue majoritariamente marcado pelas situações onde os sujeitos são categorizados por identificação, realidade de 74% (25) dos conteúdos. Temos ainda 26% (9) casos de manifestações nomeadas, não sendo registrados episódios de funcionalização. Na abordagem informativa, em 52% (81) acontece identificação, 46% (72) incide nomeação e 2% (3) funcionalização.

Gráfico 19 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado – Opinativo 2020

Fonte: Elaboração do Autor.

Gráfico 20 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado – Informativo 2020

Fonte: Elaboração do Autor.

Distinguimos que, entre 2018 e 2020, enquanto as nomeações acendem e as categorizações por identificação recuam nos artigos, nos escritos noticiosos temos pequeno retrocesso da nomeação e leve avanço da identificação.

Nos blocos integrais (somando as performances opinativa e informativa), por ano, em 2018, na maioria das vezes aconteceu a categorização-identificação – 53% (119). Houve ainda 98 nomeações (44%) e apenas 7 (3%) casos de caracterização-funcionalização.

Em 2020, o perfil do pleno das realizações discursivas permanece próximo ao do circuito precedente. 56% (106) das determinações são por categorização por identificação, enquanto 43% (81) manifestam nomeação. Só em uma pequena parcela – 1% (3 situações) – ocorre a chamada categorização por funcionalização.

Gráfico 21 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado - Contexto geral 2018

Fonte: Elaboração do Autor.

Gráfico 22 - Funcionalizado, Identificado ou Nomeado - Contexto geral 2020

Fonte: Elaboração do Autor.

Nos dois períodos, portanto, há a prevalência da identificação e da nomeação nos artigos e nos textos noticiosos. Notemos, entretanto, que ainda sobreleva, por uma pequena margem de diferença, a estratégia de não nomear as dissidências sexuais e de gênero.

Avançando na análise dos principais modos pelos quais os atores sociais são personalizados no discurso chegamos ao estudo da generalização e da especificação dos sujeitos personificados.

Nos artigos produzidos nos cinco meses do primeiro ano de diagnóstico, notamos um movimento de generalização – quando os atores sociais são referidos como classes, uma referência genérica, como “travestis” e “pessoas LGBTI+” – presente em 78% das produções,

relegando a especificação – quando os representados aparecem como indivíduos específicos e identificáveis – a somente 22% dos conteúdos. Nos materiais informativos de 2018, por sua vez, prevalece a especificação (56%) em detrimento da generalização (44%).

Gráfico 23 - Generalizado ou Especificado – Opinativo 2018



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 24 - Generalizado ou Especificado – Informativo 2018



Fonte: Elaboração do autor.

Na generalização dos atores sociais nessa amostragem do discurso, há uma inclinação às dissidências perderem o seu estatuto individual a favor de representações que notam, muito mais, a pertença a um determinado grupo, numa relação que tende a manter estereótipos e um suposto consenso de um agrupamento estável, como nas aparições marcadas pelo uso da sigla LGBTI+.

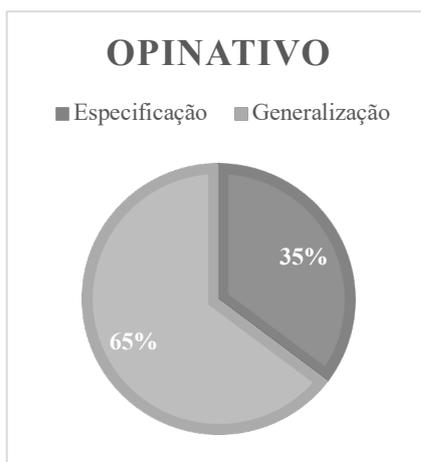
O processo de especificar dá aos sujeitos a possibilidade de serem vistos em suas particularidades, não à toa o relato informativo caminha muito mais sobre essas linhas. É característico das matérias noticiosas a edificação de personagens e, considerando o ritmo narrativo comum às grandes reportagens, por exemplo, a especificação de indivíduos funciona como um elemento de fortalecimento da captação da realidade descrita. Neste sentido, é inteligível, muito mais pela abordagem estilística, que o caráter informativo contemple mais a especificação. Mas, ainda assim, chama atenção que a presença desta característica não seja maior no noticiário. Isso porque, considerando inclusive os atores da representação que aqui estudamos, especificar as subversões do sistema sexo-gênero também significaria identificar demandas exatas destes sujeitos, ou denunciar determinadas violações da cidadania, que exigiria, por conseguinte, respostas específicas e diferenciadas da sociedade.

Seguindo nossa peleja e olhando para o cenário esboçado em 2020, encontraremos certas mudanças. Generalizações continuam a preponderar nos escritos opinativos, mas caem para 65% das situações processadas – um recuo de 17%. Este contexto, leva, logicamente, ao avanço das posições personalizadas neste período, quando comparado com o turno anterior, chegando a 35% dos casos – um avanço de 59%. Já nas construções informacionais, as posições relacionadas a estes marcadores quase se nivelam: são 79 (51%) especificações e 76 (49%) generalizações. Comparada a 2018, vemos aqui uma inversão de posições, com o aumento da generalização (elevação de 11,36%) e o retrocedo da especificação (redução de 8,9%). Ou seja, enquanto a angulação opinativa esboça abertura a mais componentes na produção de narrativas sobre as identidades transviadas, contornos específicos e diferenciados nos conteúdos informativos estagnam. Dois fatores colaboram para esse estado de coisas. Os relatos argumentativos passam a refletir mais diretamente as formações englobadas dentro das subversões identitárias, que, sobretudo nos últimos meses de 2020, era embalada pela presença de pessoas trans na política e a crítica à violência LGBTIfóbica. Nos materiais noticiosos consideramos mais uma vez o peso da pandemia, cujo impacto produtivo na redação e na sociedade interfere no desempenho desta ordem discursiva. Sim, a capacidade de produção de personalizações, textos direcionados e o avanço em uma eventual diversidade de domínios estava condicionada e limitada. Ao passo que a maioria do conteúdo era destinado à cobertura do novo coronavírus e “as editorias passaram por um rearranjo” (NOGUEIRA, 2020), profissionais jornalistas eram atingidos pela redução de salário e de jornada, assim como pela suspensão do contrato de trabalho¹⁹ durante, especificamente, todo o segundo semestre daquele

¹⁹ Situação provocada pela Medida Provisória 936/2020 do Governo Bolsonaro, que foi convertida na Lei 14.020/2020.

ano. Até julho de 2020, só no jornal O Povo, de acordo com dados levantados por este pesquisador para levantamento da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), 42 jornalistas eram atingidos por essa situação, com pelo menos oito demissões (JERONIMO, 2020). Tudo isso, adiciona-se, somado às condições de uma empresa que passou a operar, por conta das contenções sanitárias, basicamente em teletrabalho. São fatores que transformam sobremaneira as condições e relações de trabalho, assim como a efetiva realização jornalística.

Gráfico 25 - Generalizado ou Especificado – Opinativo 2020



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 26 - Generalizado ou Especificado – Informativo 2020



Fonte: Elaboração do autor.

Encerrando o arrolamento desta métrica, no balanço por ano do conjunto narrativo dos gêneros textuais contemplados no exame, concluímos que os quadros de especificação e generalização se equiparam em 2018. Há 112 personalizações especificadas e 112 generalizadas. No segundo ano de pesquisa, o desenho permanece próximo. Notamos que

pouco mais da metade, 98 (52%) dos 189 episódios de personalizações, se dá por generalização. Por conseguinte, em 91 (48%) dos registros houve a especificação.

Esmiuçando ainda mais os modos de personalização, dirigimos o nosso olhar ao destaque, de que, junto ao ato de especificação, é avaliado também se houve o que se chama de individualização, onde atores sociais podem ser chamados de indivíduos definidos, ou se aconteceu a assimilação, caso em que o texto recorre a substantivos coletivos.

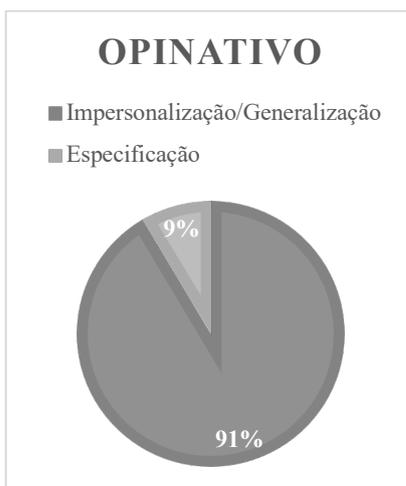
Nos artigos de 2018, constata-se que 100% (8) dos episódios são de individualização, não havendo casos de assimilação. Nas produções informativas, a expressa maioria caminha sob a perspectiva da individualização, 102 dos 104 (98%) conteúdos especificados, e anotando, por fim, duas situações (2%) de assimilação.

Em 2020, o movimento é análogo. Em 100% (12) dos textos opinativos com o marcador narrado acima os atores são incorporados como indivíduos. Nos noticiosos, em 97,5% (78) há individualização e em apenas 2,5% (2) ocorre assimilação.

A individualização comumente aconteceu por meio da inclusão de artistas, populares ouvidos pelo jornal, entidades do setor e ativistas nos escritos e a assimilação através da pluralidade ou de um substantivo que denote um grupo de pessoas, como na construção: “O coletivo promove hoje, às 16 horas, live”, presente em nota d’O Povo de 16 de junho de 2020.

Para fechar, carecemos argumentar que a análise do processo de inclusão discursiva, e mais especificamente o estado de personalização e impersonalização dos atores sociais de sexualidades e identidades de gênero não normativas, mostra que é considerável a tendência de narrar as dissidências sexuais e de gênero por meio de referências abrangentes. Essa situação colabora para a redução da abertura da discussão sobre as identidades e suas especificidades, incluindo também o espaço dedicado no jornal ao assunto, como vimos anteriormente.

Evidência disso é colocada quando somamos os casos de personalização generalista e impersonalização. Começando por 2018, incidindo esse recorte nos conteúdos da editoria de Opinião, veremos que 86 (57 impersonalizações somada a 29 generalizações), ou seja, em 91% das 94 inclusões de atores sociais neste modal, prevalece a impessoalidade e a generalidade. Esse marcador é também evidente nos informativos daquele ano, embora 29% menor: são 186 (64%) inclusões generalistas (83) e impersonalizadas (103), a frente de 104 (36%) personalizações.

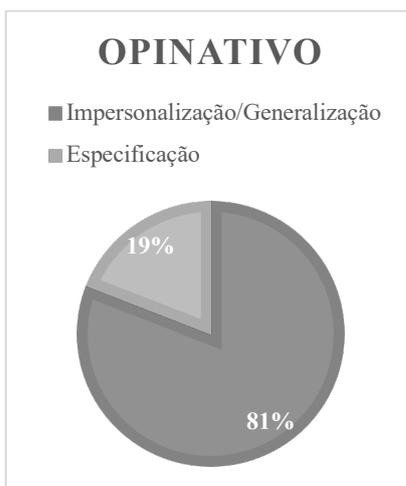
Gráfico 27 - Prevalência da impessoalidade e da generalização – Opinativo 2018

Fonte: Elaboração do Autor.

Gráfico 28 - Prevalência da impessoalidade e da generalização – Informativo 2018

Fonte: Elaboração do Autor.

Na série seguinte, nos artigos, as representações que generalizam (22) e impersonificam (29) os atores alcançam 51 (81%) das 63 inserções. Nos informativos, a estatística da impessoalidade (66) e da generalização (76) transita para 64% dos casos – 142 das 221 admissões. Enquanto nos relatos produzidos por articulistas decaiu o fenômeno em questão, nas elaborações de jornalistas repete-se em 2020 o perfil do marco temporal precedente.

Gráfico 29 - Prevalência da impessoalidade e da generalização – Opinativo 2020

Fonte: Elaboração do Autor.

Gráfico 30 - Prevalência da impessoalidade e da generalização – Informativo 2020

Fonte: Elaboração do Autor.

O fato é que representações abrangentes ou que despersonalizam os atores tendem a deixar o discurso furtivo ou impreciso. Este fenômeno é analisado em uma perspectiva classista por van Leuwen (1996), que destaca que o atributo à personalidade é sinônimo de acesso e poder de determinadas esferas da sociedade. O autor exemplifica a situação colocando que jornais orientados para a classe média tendem a individualizar as pessoas da elite e a despersonalizar as “pessoas comuns”, o que essas narrativas institucionalizadas na imprensa comercial e de referência chamam, majoritariamente, de “minorias”, alcunha aplicada também às identidades subalternizadas pelo sistema sexo-gênero por algumas vozes do jornalismo, por fontes e por articulistas que ganham espaço no setorial de opinião. É preciso inclusive tencionar

esta escolha, tendo em vista que “minoría” carrega consigo uma negatização dos agrupamentos que tenta dar conta, além de impor a estes personagens um artifício de subordinação.

5.1.5 Ativação, passivação e precarização das vidas dissidentes

Continuando a observar o conjunto das inclusões discursivas presentes nos textos, passamos a examinar a ativação ou a passivação dos atores sociais, características que podem ser identificadas por meio dos papéis gramaticais associados ao discurso.

Definimos que o ator é ativo quando tem função de agente nos processos descritos e passivo quando aparecer como submetido ou beneficiário. Tal incursão permite perceber, por meio da representação da identidade, os sistemas de poder presentes nas narrativas.

No aparato, consideramos também se conotações negativas ou positivas são associadas à forma ativa e, no caso específico da enunciação passiva, observaremos as estratégias discursivas presentes, de modo a inferir se houve deslegitimação do agente passivo.

Dessa forma, a depender do intento do emissor, certa ocorrência pode ser pintada de maneiras diversas, através de engenhos discursivos de acionamento ou subordinação de atores, incorporados por meio de estratégias linguísticas.

Em face do exposto, percebemos que, nos textos de articulistas, em 2018, em expressivas 92% das representações, 87 das 94 das posições, os atores sociais são, de alguma forma, passivados. Mas é preciso acrescentar que em 68 destas ocasiões, 72% do total geral, há passivação por sujeição, que se dá quando os sujeitos da representação são tratados como entidades que sofrem o efeito de alguma ação. Já em 19 situações, 20% do montante, registra-se a passivação por beneficiação, com formações textuais que criam relações que os beneficiam de alguma forma. No caso da função ativa, esta está presente só em 8% (7) dos eventos – e em todos os casos de forma positiva.

Por sua vez, nos relatos noticiosos deste ano, 74% (213) das inserções são passivas, com 48% (137) sujeições e 26% (76) beneficiações. Ativados nas notas, notícias, reportagens etc., temos 26% (74) e todas elas são positivas.

Gráfico 31 - Ativação ou Passivação – Opinativo 2018

Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 32 - Ativação ou Passivação – Informativo 2018

Fonte: Elaboração do autor.

Como podemos observar, tanto a passivação como o reforço de situações de sujeição, são confirmados na apreciação por gênero jornalístico, mas é mais evidente ainda nos textos opinativos, com a ressalva de que a forma passivada domina quase a totalidade dos textos do caderno de Opinião d'O Povo. Tal formato induziria, de certa forma, a esta situação, haja vista que acolhe conteúdos quase sempre assinados por uma única pessoa, que, como veremos, muitas vezes não pertence ao agrupamento social sobre o qual comentamos. Além disso, os dados coletados demonstram que a teia opinativa é marcada por comentários de nível pessoal,

sofre a influência de formas típicas de posicionamentos (entre eles, discursos jurídicos, sociológicos, reacionários) e, embora abra espaço para a crítica social, é caracterizada, sobretudo, pelo tradicionalismo.

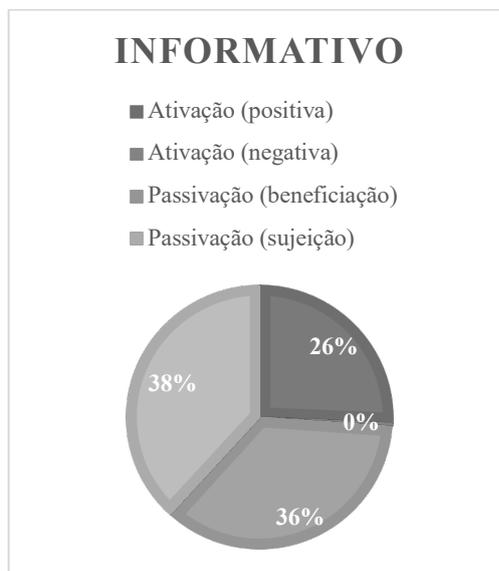
Quando observamos 2020, voltamos a encontrar nos artigos um protagonismo da passivação, presente em 48 (76%) das 63 inclusões. Neste universo, há 34 (54%) assujeitamentos e 14 (22%) beneficiamentos, conservando as posições majoritárias em vigor no marco cronológico anterior, embora com uma variação negativa de 18,28%, nos levando a crer que certo tensionamento localizado em 2018 vai perdendo ímpeto, a exemplo do que mencionamos nas aferições anteriores. As ativações nos opinativos deste período são 15 (24%) e notam 12 (19%) situações positivas e três (5%) negativas.

E, chegando ao mundo da informação, encontramos 74% (164) de representações passivas, com 38% (85) de situações de sujeição e 36% (79) de beneficiação. Por fim, o processo de ativação ocorre em 26% (58) das inclusões presentes nos informativos de 2020, com 57 positivações e apenas uma negatificação nesta fatia. Os dados evidenciam que se mantém, estatisticamente, exatamente o perfil encontrado em 2018, nos levando a considerar que, neste aspecto, não houve mudança no desempenho discursivo do jornal e nem certa abertura que se desenvolveu na angulação opinativa neste exato ano.

Gráfico 33 - Ativação ou Passivação – Opinativo 2020



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 34 - Ativação ou Passivação – Informativo 2020

Fonte: Elaboração do autor.

É preciso notar que tanto a ativação como a passivação de um ator social em um dado discurso é muito transparente. Enquanto na passivação o ator é associado como a finalidade dos processos, na forma ativa é demonstrada a capacidade deste de agir, de mobilizar ações e processos:

Vladimir Libério é organizador do concurso Top Gay Ceará, juntamente com seu companheiro Irvan Simplício, e **corrobora** com a situação apresentada pelos demais (“Falta espaço para a montagem?” – Notícia – Teresa Monteiro – Jornal O Povo – 18/09/2018).

Entidades representativas da comunidade LGBTQI+ entraram com apelação contra a revogação do vestibular voltado para pessoas trans e intersexuais na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). (“Entidades buscam volta de vestibular para trans” – Nota – Jornal O Povo - 25/11/2020).

Nesta acepção, incorporar o enfoque de gênero e de sexualidade de forma passiva acentua a subordinação do temário a situações diversas. Exemplo disso encontramos quando são narrados episódios de violência contra a população não-cis-heterossexual.

É marcante que os episódios de passivação por sujeição nos artigos e nos informativos de 2018 estejam principalmente relacionados ao vetor violência. Esse fator é encontrado em 75% dos textos de articulistas (51 dos 68 casos de assujeitamento) e 69,34% dos conteúdos produzidos por jornalistas (95 dos 137). Este aspecto se reproduz em 2020, apesar disso acontecer em uma proporção menor que no andamento anterior, estando presente em 21

(61,76%) dos 34 casos de assujeitamento dos textos opinativos e em 56 (65%) dos 85 materiais informativos com o carimbo da sujeição.

Nestes artigos e matérias, observam-se principalmente narrativas sobre a denúncia da homofobia empregada por atores políticos e a própria abjeção social produzida contra as orientações sexuais e identidades de gênero, com destaque para as declarações relacionadas a Jair Bolsonaro e os seus ataques; a reprodução de discursos preconceituosos, algumas vezes em tom de deboche e ironia, que aparecem nas vozes de fontes e articulistas, situações que beiram ao discurso de ódio, que são viabilizados, principalmente, no setorial de artigos e nos textos do caderno de Política; e, por fim, há amplo espaço para a narrativa sobre as violências verbal e física, com destaque para as mortes e torturas a que são submetidas as dissidências, especialmente as mulheres trans e travestis.

Nas narrativas informativas com o timbre sujeição/violência, encontramos a predominância da narrativa policial, muitas vezes reproduzindo na íntegra o argumento das notas das assessorias de imprensa das forças de segurança, o destaque a um conjecturado comportamento social de risco, e apresentações que não mostram, na maioria das vezes, a problemática que leva às situações de violência. Esta tendência de colocar a vítima em uma situação de exposição ao crime leva ao que Butler (2019) chama de “apagamento por meio da própria representação”.

Em discussão sobre o valor hierárquico de determinados grupos sociais, Butler (2019) chama atenção para a problemática da representação do “Outro” em tempos midiáticos, quando frequentemente a vulnerabilidade é ampliada, em detrimento do reconhecimento da humanidade. São vidas veiculadas não a partir de suas “virtudes”, mas especialmente do que as leva à condição de precárias. Em outras palavras, a vedação da possibilidade de evidência do conhecimento sobre o “Outro” e as maneiras como estabelecemos afinidade por determinados tipos ou segmentos, colocam dadas existências como mais aptas à destruição. Discorrendo sobre a estrutura do discurso, a filósofa aponta que “passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária quando esse discurso falha em nos convencer” (BUTLER, 2019, p. 15).

Nos casos abaixo, observamos as características recorrentes nas situações de sujeição a partir do vetor violência:

Poucos quilômetros de distâncias e poucas de diferença separam os **homicídios de duas travestis em Maracanaú**, na noite do feriado de Corpus Christi. Nayra Matos e Patrícia **foram mortas com vários tiros** nos bairros Pajuçara e Luzardo Viana. (“Duas travestis são mortas em Maracanaú” – Jornal O Povo – 02/06/2018).

Registrado o **sétimo homicídio contra pessoas trans no Ceará** em 2018, confirme levantamento da Rede Trans. A travesti Paloma (sobrenome não informado) **foi morta com vários disparos** na noite da última segunda-feira, 6. (“Travesti assassinada a tiros no centro de Fortaleza – Jornal O Povo –09/08/2018).

Uma adolescente de 16 anos foi espancada pelo pai em Ipiaú, Sudoeste da Bahia. O crime ocorreu na tarde dessa quarta- feira, 9, e teria sido motivado por conta da orientação sexual da jovem, que é lésbica. (“Pai espanca filha de 16 anos por ela ser lésbica” – Jornal O Povo - 11/09/2020).

Definitivamente, os textos precisariam ir além da revelação das situações violentas – argumento que vale para tanto para o opinativo, como para o campo informativo, todavia este último tem à sua disposição mais componentes que lhe seriam úteis para reversão deste quadro, como o próprio caráter investigativo da narrativa noticiosa. O fato é que, sem problematizar as possíveis causas da homo-lesbo-transfobia, o discurso jornalístico narra como marginal o que é uma questão identitária. Mas é preciso considerar que as “verdades” sociais sobre o gênero, a afetividade e o corpo estabilizam certas posições de desigualdade. De acordo com Vieira (2018), tal natureza “ontológica”, presente nas relações de poder, retira de outras formas de existência a “agência humana”, um *script* que não é rompido na rotina do jornalismo industrial convencional. A posição social das vítimas também é um elemento imprescindível para a compreensão destes modos de veiculação. O lócus da pobreza, da vulnerabilidade econômica, acompanha a realidade das narrativas deste perfil, o que nos leva a pensar que as escolhas também sejam abalizadas por marcadores de classe. “Sair dessa lógica será uma missão árdua se o próprio jornalismo não consegue dimensionar em seu discurso os impactos da histórica inferiorização dos LGBT” (SANTANA, 2018, p. 163).

A cobertura que assujeita sob o prisma da violência e da precariedade o universo dissidente é também resultado de um modelo comprometido com as hegemonias que nos governam, como a econômica. Não à toa, jornais *mainstream* abrem espaço para o predomínio dos interesses comerciais e do conservadorismo político, enquanto pautas alternativas ao modelo neoliberal, por exemplo, não são incluídas.

Esse padrão de jornalismo, que é recorrente na grande imprensa, gera despolitização de questões estruturais da sociedade. Na cobertura dos movimentos sociais de esquerda, a grande imprensa, de um modo geral, revela bastante preconceito e causa grande desinformação sobre as ideias e propostas desses movimentos (MARQUES, 2006, p. 38).

Mas, ao passo que a grande mídia, comandada por figuras da elite do dinheiro, transmite os fatos de acordo com a sua lógica preponderante, veículos alternativos a este aparato convencional, sobretudo no contexto de produções nativo-digitais, ou seja, aquelas que já

nascem digitalizadas, caminham na perspectiva contrária ao reverberarem discursos que se dão ao trabalho, em determinado grau, de preencher as lacunas aqui evidenciadas, dando condições sociais de existência a estes sujeitos e refletindo em suas páginas “o grito dos anormais violentados”, assim como a discussão dos “instrumentos da anormalidade” (SANTANA, 2018, p. 175).

A diversidade de opiniões e de perspectiva dos fatos, em cada veículo da grande imprensa, não é suficiente para abarcar ou representar todas as forças sociais que estão em conflito na sociedade capitalista. O confronto com a leitura dos fatos, opiniões e interpretação da chamada “imprensa alternativa” tende a aumentar o grau de consciência do leitor sobre estas forças sociais. (MARQUES, 2006, p. 51).

Não obstante destas questões, vale colocar que os ditos meios alternativos têm, muitas vezes, na abordagem de nicho, cenário mais potente ao desenvolvimento de aprofundamentos narrativos específicos. Sem ter que atender à ideia forjada de um “cidadão médio”, que nada mais é que o desenho da normatividade – um parâmetro para todos, mas, que no final não é nenhum – o jornalismo que se segmenta e se aprofunda dá aos sujeitos, oferece ao coletivo, perspectivas de intervenção na realidade, possibilidades reflexivas e, por que não, dissidentes, rompendo, de certa maneira, as fronteiras de um jornalismo que atua costumeiramente na “reificação da consciência” (LUKÁCS, *apud* MARQUES, 2006, p. 57).

Particularmente na nossa análise, o que está em destaque é a capacidade de ação ou não dos atores alvos do processo de inclusão discursiva. Como observaremos a seguir, a passivação estará fortemente associada ao contexto narrativo, em que, muitas vezes, o discurso sobre as dissidências sexuais e gênero, assim como a pauta deste segmento, é vocalizado por terceiros, que são os autores dos textos ou as fontes ouvidas pelo jornal, ou seja, nomes que não pertencem ao grupo sobre a qual tematizam, mas que mesmo assim são abarcados nas narrativas como os que, majoritariamente, entoam os discursos.

5.1.6 A atuação das agências de notícias na narrativa sobre dissidências

Ao longo desta análise, nos perguntamos qual o papel das matérias de agências de notícias na cobertura e se estes espaços contribuem especificamente com algumas das características que encontramos. Primeiramente, precisamos apontar que somente 21 (13,46%) dos 156 relatos informativos de 2018 e 22 (15,71%) dos 140 conteúdos noticiosos de 2020 são identificados como advindos de organizações de prestação serviços jornalísticos desta natureza. Uma participação, como se pode ver, pequena no plano geral.

O fato é que os conteúdos de agência divergem em alguns aspectos do perfil delineado no nosso levantamento total. No primeiro ano, estes são marcados principalmente pela personalização, com 65,91% (29 das 45 inclusões de atores previstas neste universo) e passivação, presente em 88,64% das inserções de sujeitos dissidentes (39 das 45 identificações). No segundo ano, no polo impersonalização/personalização, a situação se inverte, com 60% das inclusões caracterizadas como personalizadas (18 das 30) e 40% impersonalizadas. No outro vetor, o perfil de 2020 é semelhante ao marco cronológico anterior, com 86,67% casos de passivação em detrimento de 13,33% de ativação.

A impressão que tiramos é que se o ato de passivar sujeitos dissidentes no dado geral na camada noticiosa do jornal já era evidente (74% tanto em 2018, como em 2020), nos materiais “agenciados” a forma passiva acentua-se ainda mais.

Já quando se trata de dar personificação às existências diversas ao sistema sexo-gênero, os textos de agências de 2018 alcançam majoritariamente esta perspectiva, perfil análogo ao encontrado no plano total de nossa análise. No entanto, no segundo ano de coleta, enquanto o mapeamento completo indica taxa de 70% de personalização, os textos de agências estacionam em apenas 40% nesta categoria. Em todos os casos, nos dois anos, essa aparição personalizada se dá basicamente de forma generalizada, através, de vocábulos como LGBTI+, gay e homossexual.

Em 2018, os textos desta natureza se concentram no caderno de política, caso de 47,61% deles, logo após temos o caderno Farol, com 28,57% dos materiais com essa autoria, ETC com 9,52%, Vida & Arte com também 9,52% e, por fim, esportes com 4,76%. Em 2020, o plano se transforma. Farol passa a ser o espaço que mais traz os conteúdos de agências, com 36,36% das referências, seguido de perto pelo Vida & Arte, com 31,81%, Mundo, com 9%, e Política, Cidades, Economia e Esporte, todos com 4,54%.

O que podemos dizer da abordagem deste extrato é que estas companhias de cunho jornalístico, que se especializaram em distribuir dados e notícias no Brasil e no mundo, empregam o mais basilar da racionalidade jornalística, reverberando a ideologia dominante que permeia esta prática discursiva. A sua globalidade e agilidade no oferecimento de informações são considerados instrumentais para o processo produtivo das redações, ainda mais em tempos de jornalismo digital. Estes textos perfilam exatamente a universalidade e as estruturas do sistema-mundo capitalista, posto que, enquanto pacote generalista, são, basicamente, empacotados para o consumo e distribuição o mais abrangente possível.

Contudo, como fonte de alimentação do periódico que estudamos, percebemos que é um ator numericamente secundário, o que nos faz intuir que não é responsável sozinha pela

narratividade prevalente reproduzida nas produções do jornal e que este empreendimento epistemológico capta – embora o seu *modus operandi* seja “capitado” pelos setoriais mais identificados com a agenda factual, a exemplo dos cadernos Farol, Política, Mundo e Economia.

5.1.7 *Pode a dissidência falar? Estudo das vozes presentes nos textos*

Em Análise Crítica do Discurso, como notam Resende e Ramalho (2011), a polifonia – presença de muitas vozes em textos – e a intertextualidade – relação dialógica entre textos – são propriedades relacionadas e altamente relevantes.

Assim, passamos a medir a presença ou ausência de vozes das identidades não-normativas nos textos diversos e, especificamente nos conteúdos informativos, supostamente uma arena onde cabem mais vocalizações, apreciaremos a forma como se dá a articulação das vozes dissidentes com outros emissores.

Começando pelo levantamento dos artigos, notamos que (re)existências *queer* assumem a autoria de 23%, 12 dos 64 dos textos publicados nos cinco meses que analisamos em 2018. Já em 2020, essa presença é proporcionalmente muito menor, haja vista que cai para 7,9% (3 de 38) o percentual de materiais opinativos disponibilizados neste intervalo que são assinados por atores de identidades não-normativas.

Nos artigos, tanto em 2018, como em 2020, uma particularidade: jornalistas, geralmente funcionários do jornal, subscrevem a maioria dos textos desta natureza construídos por pessoas de sexualidade e gênero divergentes da norma. Com uma variedade e quantidade de produções maior em 2018, ainda conseguimos encontrar professores universitários e ativistas. Nos dois anos, aparece ao menos uma vez uma figura da política entre os autores. O inventário abaixo resume essa realidade.

Tabela 12 – Qualificações atribuídas às vozes dissidentes presentes nos artigos - 2018

Vozes Dissidências - Artigos 2018		
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Jornalista	8	66,67%
Professor Universitário	2	16,67%
Ativista	1	8,33%
Governo	1	8,33%

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 13 – Qualificações atribuídas às vozes dissidentes presentes nos artigos - 2020

Voices Dissidências - Artigos 2020		
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Jornalista	3	75,00%
Político	1	25,00%

Fonte: Elaboração do autor.

E qual o perfil desta maioria – 77% em 2018 e 92,1% em 2020 – que fala sobre as subversões identitárias no caderno de Opinião e que não exprime estas vivências? Percebemos, nos dois anos estudados, que quem fala principalmente são professores universitários, jornalistas, juristas, figuras do governo e sociólogos. Neste grupo, indivíduos de posição conservadora e outros com discursos que preveem a inclusão das dissidências, mas que, na maioria das vezes, tratam o assunto de forma superficial, monolítica ou inadequada, ou mesmo consideram que a pauta seria uma questão secundária frente às demandas atualizadas da sociedade.

Tabela 14 - Qualificações das vozes não-dissidentes presentes nos artigos – 2018

Outras Vozes - Artigos 2018		
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Professor Universitário	13	25,00%
Jornalista	10	19,23%
Jurista	10	19,23%
Sociólogo	4	7,69%
Psicóloga	3	5,77%
Artista	2	3,85%
Gestor ONG	2	3,85%
Político	2	3,85%
Arquiteto	1	1,92%
Empresária	1	1,92%
Pesquisadora	1	1,92%
Publicitária	1	1,92%
Religioso	1	1,92%
Religioso	1	1,92%

Fonte: Elaboração do Autor.

Tabela 15 - Qualificações das vozes não-dissidentes presentes nos artigos – 2020

Outras Vozes - Artigos 2020		
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Professor Universitário	15	40,54%

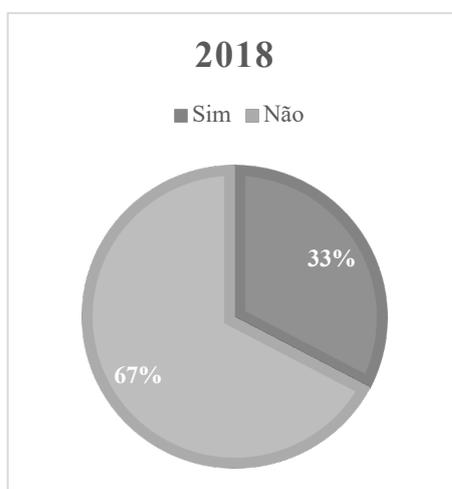
Jornalista	6	16,22%
Governo	4	10,81%
Jurista	3	8,11%
Empresária	2	5,41%
Psicóloga	2	5,41%
Gestor ONG	1	2,70%
Judiciário	1	2,70%
Médica	1	2,70%
Pesquisadora	1	2,70%
Religioso	1	2,70%

Fonte: Elaboração do Autor.

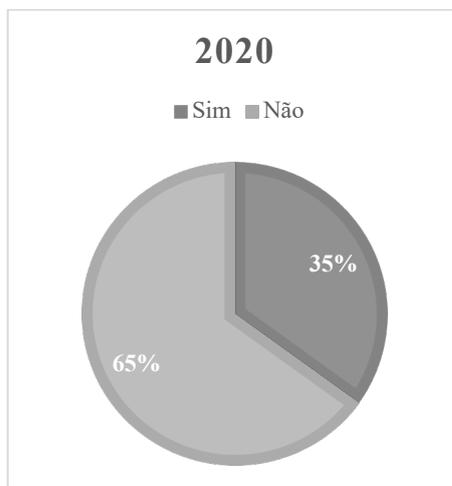
Basicamente, observa-se a prevalência de discursos institucionalizados, o que lança a dimensão de que quando há algum tipo de discussão do assunto no texto, esse é principalmente feito de forma oficial, ligado a competências, autoridade e posições de hierarquia na ordem social.

Seguindo para a apreciação da gama informativa, lançamos a primeira problematização: além da voz do jornalista, no conjunto dos 156 textos de 2018 há pelo menos 51 (33%) vozes dissidentes. Por sua vez, nos 140 conteúdos de 2020, encontramos ao menos 49 (35%) vocalizações das subversões identitárias. Como veremos no gráfico a seguir, um cenário muito correlato nos dois anos e um evidente indicio de fixação do perfil de emissores/fontes do discurso.

Gráfico 35 - Participação das subversões identitárias nos informativos – 2018



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 36 - Participação das subversões identitárias nos informativos – 2020

Fonte: Elaboração do autor.

Mas quem são essas vozes disruptivas introduzidas? Ao observar o campo de atuação ou a forma de habilitação e identificação citadas nos escritos, percebemos, no conjunto das produções informativas de 2018, a presença, principalmente, de artistas, populares ouvidos em situações gerais das narrativas, neste ponto incluindo vítimas de violência, eleitores, outros populares ouvidos, encontramos ainda entidades do movimento social LGBTI+, ativistas do segmento, representantes de pastas governamentais direcionadas ao grupo, jornalistas, professores universitários e estudantes.

Tabela 16 – Qualificações atribuídas às vozes dissidentes presentes nos discursos - 2018

Vozes Dissidências - Informativos 2018		
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Artista	24	34,78%
Popular	21	30,43%
Entidade	7	10,14%
Ativista	6	8,70%
Governo	4	5,80%
Jornalista	3	4,35%
Professor Universitário	2	2,90%
Acadêmico	1	1,45%
Editora	1	1,45%

Fonte: Elaboração do autor.

Nas admissões de vozes de 2020, o perfil principal varia em alguns aspectos, mais silhuetas aparecem, dando diversificação ao leque de fontes, comparado com a fase de

apreciação anterior. Ganham cena, logo após a artistas, políticos em posição de representação de instâncias partidárias ou mesmo em cargos eletivos, mostrando a entrada em evidência de uma força que passa a movimentar os discursos²⁰. Aparecem ainda entidades, pessoas LGBTI+ em postos da administração pública, estudantes, jornalistas, populares, entre outros pintados pelo menos uma vez.

Tabela 17 – Qualificações atribuídas às vozes dissidentes presentes nos discursos - 2020

Vozes Dissidências - Informativos 2020		
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Artista	20	37,04%
Político	8	14,81%
Entidade	6	11,11%
Governo	6	11,11%
Estudante	2	3,70%
Jornalista	2	3,70%
Popular	2	3,70%
Cientista Social	1	1,85%
Designer	1	1,85%
Empreendedora	1	1,85%
Escritora	1	1,85%
Estilista	1	1,85%
Jurista	1	1,85%
ONG	1	1,85%
Professor Universitário	1	1,85%

Fonte: Elaboração do autor.

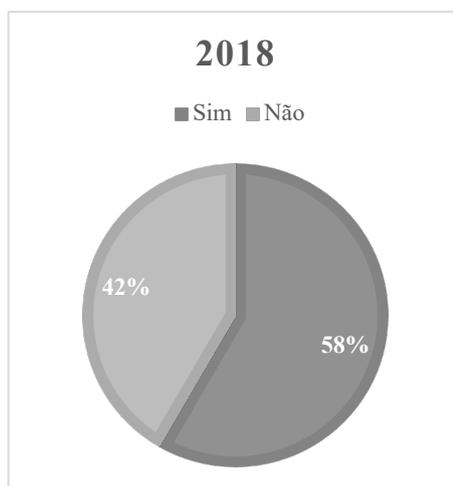
Considerando ainda as produções informativas, nas 51 oportunidades em que aparecem nos textos de 2018, em 46 (90%) delas as vozes dissidentes são articuladas em discurso direto, ou seja, quando se utilizam as palavras exatas emitidas pela fonte. Em outras quatro (8%) vezes são acionadas em discurso indireto, que se dá pelo ato de parafrasear, resumir, ecoar o discurso e uma única (2%) oportunidade de maneira direta e indireta, manifestando, portanto, as duas modalidades. Em 2020, fontes são ouvidas e citadas no texto, com a transcrição de trecho de sua manifestação verbal pinçada pelo profissional de imprensa, em 46 (94%) das 49 vezes em que vozes dissidentes são adicionadas. Neste ano, ocorrem ainda dois (4%) casos de discurso indireto e um (2%) de direto e indireto. Neste domínio, reflete-se,

²⁰ Embora não sejam produzidos dados oficiais da Justiça Eleitoral sobre o número de pessoas LGBTI+ eleitas, o GAY BLOG BR registrou que pelo menos 112 pessoas de identidade de gênero e orientação sexual dissidentes foram eleitas prefeitos/as ou vereadores/as nas votações municipais de 2020.

portanto, a exata conjuntura em que o jornalismo declaratório é meio para a manifestação das dissidências.

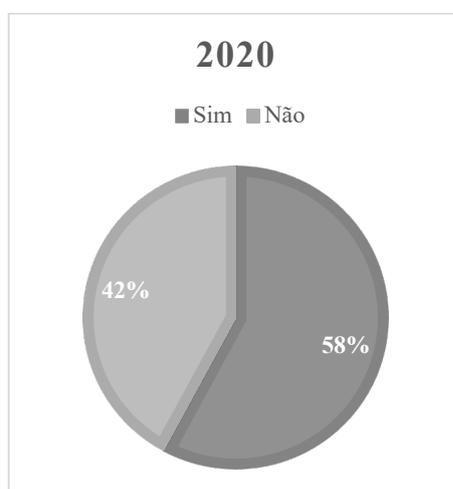
E quem são as demais vozes textualizadas? Outros atores falam sobre o assunto? Quais grupos são mais vezes incorporados aos textos, vivências *queer* ou as vozes externas a este segmento? Neste aspecto, a constatação que chegamos, a partir da verificação construída, é que, das 156 produções informativas de 2018, em 91 manifestam-se vozes não definidas na textualidade como LGBTI+ ou outra categoria do universo dissidente da normatividade relacionada a sexo, gênero e desejo, o que leva a concluir que este “grupo vocal” aparece em 58% dos textos. Nos 140 conteúdos de 2020, 81 vozes “normativas” se articulam – 58% do total. Nos dois ciclos, uma presença equivalente.

Gráfico 37 - Participação das vozes não-dissidentes nos informativos – 2018



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 38 - Participação das vozes não-dissidentes nos informativos – 2020



Fonte: Elaboração do autor.

Logo, em termos de presença, ainda sem observar o peso destes nas narrativas, notamos que sujeitos não representativos das dissidências são a maioria entre as fontes de notícias, notas, entrevistas e reportagens.

E como estes sujeitos se apresentam? Considerando inicialmente os textos informativos de 2018, as representações fora da população de orientação sexual e de identidade de gênero diversas que surgiram são personagens, principalmente, da política representativa, das artes e da cultura, da sociedade civil no geral, como populares ouvidos nas matérias, além de professores universitários, juristas, posições do judiciário, jornalistas e pesquisadores. O quadro abaixo detalha estas manifestações e o peso delas.

Tabela 18 - Qualificações das vozes não-dissidentes presentes nos Informativos - 2018

Outras Vozes - Informativos 2018		
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Político	35	26,12%
Artista	23	17,16%
Popular	16	11,94%
Professor Universitário	15	11,19%
Jurista	9	6,72%
Judiciário	6	4,48%
Jornalista	5	3,73%
Pesquisador/a	5	3,73%
Psicóloga/o	3	2,24%
Ativista	2	1,49%
Gestor de ONG	2	1,49%
Governo	2	1,49%
Jornal	2	1,49%
Psicanalista	2	1,49%
Autor/a	1	0,75%
Estilista	1	0,75%
Médica	1	0,75%
Organização	1	0,75%
Professora	1	0,75%
Publicitária	1	0,75%
Religioso	1	0,75%

Fonte: Elaboração do Autor.

Chegando a 2020, o perfil se altera um pouco. A presença de políticos permanece em destaque, assim como artistas, mas empresários/gestores de empresas ganham dimensão maior e outras posições se alteram, como a emersão de ocupantes de cargos de governos/serviço público. A relação a seguir detalha o que estamos explicando.

Tabela 19 - Qualificações das vozes não-dissidentes presentes nos Informativos – 2020

Outras Vozes - Informativos 2020		
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Político	30	26,32%
Artista	14	12,28%
Empresária	10	8,77%
Governo	8	7,02%
Pesquisador/a	5	4,39%
Popular	5	4,39%
Professor Universitário	5	4,39%
Escritor	4	3,51%
Jurista	4	3,51%
Psicóloga	4	3,51%
Gestor de ONG	3	2,63%
Judiciário	3	2,63%
Médico	3	2,63%
Religioso	3	2,63%
Educadora	2	1,75%
Empresa	2	1,75%
Jornalista	2	1,75%
Sexóloga	2	1,75%
Conselho	1	0,88%
Entidade	1	0,88%
Estilista	1	0,88%
Militar	1	0,88%
ONG	1	0,88%

Fonte: Elaboração do Autor.

Acrescenta-se que nas 91 manifestações das vozes não-dissidentes de 2018, em 82 (90%) vezes estas fazem uso do discurso direto nos textos, sendo, por conseguinte, citados nas matérias ou incluídos como autores dos relatos opinativos. Há ainda cinco (6%) situações de discurso indireto e quatro (4%) onde se manifestam declarações diretas e indiretas. Já em 2020, nas 81 aparições, em 77 (95%) confirma-se a tendência da alocação direta, com duas (2,5%) indiretas e duas (2,5%) diretas e indiretas.

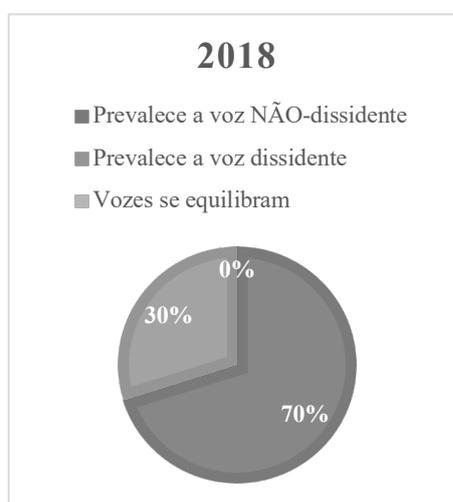
Mas efetivamente quem conduz a narrativa jornalística sobre os desobedientes do código cisgênero e heterossexual?

Ainda com base nos pressupostos da análise da intertextualidade, observamos como as vozes se relacionam nos textos, neste caso, considerando também os profissionais que assinam os textos e os diversos tipos de fontes trazidas para as narrativas, e, concluímos, a partir da leitura dos conteúdos informativos publicados em 2018, que os indivíduos não pertencentes às dissidências sexuais e de gênero conduzem os discursos em 70% (108) dos materiais. Dois anos depois, em 2020, o cenário conservar-se, com uma pequena variação. Mudam-se os atores, em alguns casos, mas o roteiro do espetáculo é quase o mesmo: 68% (95) das vocalizações que encaminham o discurso sobre as sexualidades não são vozes transviadas.

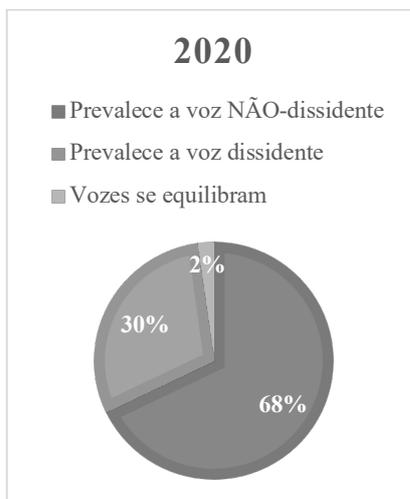
Mas como se define quem “manda” no texto? Tal remate foi mensurado a partir da observação das relações intertextuais dos “intérpretes”, que, na articulação narrativa tomaram a hegemonia. Nesta realidade específica, os sujeitos supostamente integrantes da “normalidade” são a maioria das fontes, suas vozes são destacadas em discurso direto e integram um domínio onde também prevalece a passivação e, dentro desta, a sujeição das subjetividades discordantes do “cis-tema”, como anteriormente evidenciado.

Acrescenta-se que identidades de resistência, por seu turno, comandam as narrativas em 30% (46) dos episódios, em 2018, e em 30% (42%) das situações de 2020. Destaca-se, por fim, que, de forma equitativa, coerentes e incoerentes à normatividade protagonizam conjuntamente o processo de apresentação do assunto em 2% (3) das ocasiões em 2020, não sendo registrado esse vetor de identificação em 2018.

Gráfico 39 - Quem conduz a narrativa nos textos noticiosos de 2018?



Fonte: Elaboração do autor.

Gráfico 40 - Quem conduz a narrativa nos textos noticiosos de 2020?

Fonte: Elaboração do autor.

Neste ponto, chegamos à conclusão que, de forma geral, observando a divisão informativa nos dois períodos da pesquisa, prevalece a voz do outro em relação às identidades desviantes.

Todavia, apontar que forças discursivas movimentam a temática não é necessariamente analisar a qualidade destas discussões. O que averiguamos neste ponto é unicamente a capacidade (ou não) daquele que se identifica como sujeito de uma identidade subalterna de fato conduzir a narrativa sobre este tópico específico, que, por sinal, diz respeito a sua existência.

Nota-se que somente em oito situações dos 108 conteúdos cujo discurso é liderado por vozes não-dissidentes em 2018 havia também vozes dos gêneros e/ou sexualidades que performam além dos muros do regimento da sociedade ocidental. Essa característica, por sua vez, não é registrada em 2020.

Compreendemos, neste sentido, que a narrativa jornalística d'O Povo, nestes dois períodos de seleção, é majoritariamente marcada pela ausência de uma diversidade de vozes nos textos. Como assinalamos, são microscópicas as situações em que fontes de dentro e de fora do segmento “conversam”. Nas demais ocasiões um ou outro fala, a ponto de evidenciarmos que, na significativa maioria, quando há alguma fonte, esta se posiciona de forma isolada no material. Percebe-se a importância dada ao jornalismo declaratório, preso às fontes oficiais e também a ligações com sujeitos detentores de posição de prestígio em nível local.

O questionamento se torna ainda mais pertinente levando em consideração que a maioria dos textos é de relatos de tamanho razoável, as notícias, que caracterizam 57,69% informativos de 2018, noventa 90 dos 156, e 46,43% dos textos desta natureza de 2020, 65 das 140 matérias. A forte presença de produções textuais mais densas é marcada também pela inserção de reportagens (10,90% de 2018 e 15% de 2020) e entrevistas (4,49% de 2018 e 5,71% de 2020), que ocupam a terceira e quarta posições, respectivamente, entre os tipos textuais de caráter informativo mais evidentes. Juntos, notícias, reportagens e entrevistas somam 73% dos conteúdos de 2018 e 67% dos de 2020.

Interessante acrescentar que, em segundo lugar entre os textos informativos, vêm, nos dois ciclos de pesquisa, as notas, neste caso, indubitavelmente, relatos curtos e que poderiam colaborar mais fortemente com a pouca diversidade de atores nos discursos justamente pela escassez de espaço. Esse tipo de texto é a marca de 24,3% dos conteúdos de 2018 e 29,29% dos de 2020. Por fim, temos ainda outros modelos de textos mais longos, seguidos de outros tipos de relatos curtos, mas que apenas “pingaram” em nossa realidade. Vejamos as tabelas.

Tabela 20 - Formatos de textos noticiosos em 2018

Informativos 2018		
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Notícia	90	57,69%
Nota	38	24,36%
Reportagem	17	10,90%
Entrevista	7	4,49%
Análise	1	0,64%
Fotolegenda	1	0,64%
Ponto de vista	1	0,64%
Resenha	1	0,64%

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 21 - Formatos de textos noticiosos em 2020

Informativos 2020		
Tipo	Quantidade	Porcentagem
Notícia	65	46,43%
Nota	41	29,29%
Reportagem	21	15,00%
Entrevista	8	5,71%

Ponto de vista	4	2,86%
Fotolegenda	1	0,71%

Fonte: Elaboração do autor.

Esses dados sobre quantidade de vozes, capacidade de produção de embasamento sobre o debate, tamanho dos textos – que possibilitariam um diálogo maior ou não – e condução da narrativa levantam o seguinte: se estamos pensando em um jornalismo aliado da democracia, como propagandeiam veículos comerciais como o jornal O Povo, que vêm reiterando este postulado em seus editoriais, difundindo o compromisso com a emancipação das amarras sociais que nos oprimem, então esse jornalismo não deveria incluir mais gente no debate, atraindo e sendo ocupado por todas as identidades e, neste caso, com mais profundidade?

Isso porque a forma como as vozes se relacionam e a prevalência dos discursos são questões muito relevantes para esta análise. Movimentos sociais destacam, com o lema “nada sobre nós, sem nós”, por exemplo, que a sociedade, em suas diversas práticas discursivas, costuma abordar as vivências de identidades específicas sem incluir no debate os sujeitos destas experiências. Isso também acontece com as dissidências sexuais e de gênero.

Em uma perspectiva crítico-social Spivak (2010) destaca que os subalternos não têm a condição de se autorepresentar. Quando isso acontece, delinea-se uma forma de silenciamento associada a uma falsa ideia de representação, tendo em vista que aqueles que deveriam ter o direito de expressão são calados por esse tal representante. Assim, a fala do subalterno é sistematicamente mediada por outro. Ao invés de narrador, é objeto da narrativa e, quando poderia ter oportunidade de mediar o discurso, convocado enquanto membro e imagem de um grupo social, é deixado de lado.

Deslocando a questão proposta por Spivak (2010) para este estudo do jornalismo, a partir dos dados de nosso trabalho investigativo, podemos avaliar que o ator social de sexualidade e gênero dissidentes tem sua voz limitada pelo discurso imperioso das diversas práticas sociais que se relacionam e incidem sobre o jornal impresso e os jornalistas.

Ainda nesta perspectiva, destacamos que a representação destes atores subalternos, apresentados de forma homogênea, como aconteceu na grande maioria das vezes em que a população foi alvo de generalização nos materiais do jornal, delinea uma tendência comum de apresentação frágil – com precisas exceções que destacaremos mais adiante. De acordo com a tese de Spivak (2010), grupos dissidentes, como as multidões *queer*, não são formações unidimensionais e lineares. Pelo contrário, compõem sim uma formação social múltipla e

complexa, enredamento este que é negligenciado por aparatos discursivos das hegemonias cisheteronormativas.

5.1.8 Os discursos que se interseccionam às dissidências

Quanto aos interdiscursos, ou seja, discursos associados a um campo ou a uma prática social específica que são acionados nas produções, percebemos, no conjunto dos textos de 2018, uma concentração de debates relacionados à política (28,85%) e, na sequência, mas mais distante, o acionamento de discussões sobre cinema (12,18%), violência (8,97%), justiça (5,13%) e música (5,13%) – os destaques desta safra.

Tabela 22 – 20 principais interdiscursos associados aos textos informativos de 2018

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Política	45	28,85%
Cinema	19	12,18%
Violência	14	8,97%
Justiça	8	5,13%
Música	8	5,13%
Educação	6	3,85%
Audiovisual	5	3,21%
Cultura	3	1,92%
Literatura	3	1,92%
Moda	3	1,92%
Religião	3	1,92%
Saúde	3	1,92%
Saúde mental	3	1,92%
Teatro	3	1,92%
Ativismo, Violência, Política	2	1,28%
Comportamento	2	1,28%
Concurso	2	1,28%
Feminismo	2	1,28%
Gênero	2	1,28%
Jornalismo	2	1,28%

Fonte: Elaboração do autor.

Além do relacionado ao campo político, quando reunimos alguns polos de produção interdiscursiva, que podem se reunir em um “guarda-chuvas” maior, como a cultura, neste caso ajuntando questões como cinema, música, literatura e audiovisual, alcançamos 31,41% dos

interdiscursos de 2018. Assim, concluímos que, neste período, as “questões dissidentes” seguem sendo enredo entrelaçado principalmente ao político e ao cultural. Chama atenção, todavia a pouca incidência do discurso ativista, microscopicamente alçado neste universo de representação, considerando que pesquisamos, neste marco temporal, o período da efeméride do Dia do Orgulho LGBTI+ que teve a sua inclusão, em quase todas as ocasiões, realizada em debates do interdiscurso político.

Contudo, em 2020, encontraremos particularidades nos conteúdos informativos. A política (29,71%) segue sendo o enlace discursivo mais associado ao nosso tema, mas algumas posições, comparativamente com o andamento anterior, se alteram. Em uma proporção bem menor que o líder, temos o interdiscurso da violência (7,25%), que passa a ocupar o segundo lugar nas discussões mais relacionadas. É preciso lembrar que em 2018 o assunto também vinha em destaque, com 8,97% das aparições e em terceiro lugar nas abordagens gerais daquela época, confirmando apontamentos anteriores, notadamente as discussões sobre o assujeitamento de identidades dissidentes, sobre a pré-disposição do jornal ao mote, mesmo sem possuir um caderno focado na cobertura policial. A temática da violência é seguida de perto pelos objetos do cinema (6,52%), das artes (5,80%), do ativismo LGBTI+ (5,07%) – que adentra a cena com mais relevância que na ocasião antecedente –, da literatura (4,35%) e da justiça (3,62%). Segue com peso, portanto, o conjunto que se forma em torno da cultura, com 30,43% dos interdiscursos.

Tabela 23 – 20 principais interdiscursos associados aos textos informativos de 2020

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Política	41	29,71%
Violência	10	7,25%
Cinema	9	6,52%
Artes	8	5,80%
Ativismo LGBTI+	7	5,07%
Literatura	6	4,35%
Justiça	5	3,62%
Audiovisual	4	2,90%
Cultura	4	2,90%
Música	4	2,90%
Empresarial	3	2,17%
Igualdade Racial	3	2,17%
Não se aplica	3	2,17%
Religião	3	2,17%
Saúde mental	3	2,17%

Saúde sexual	3	2,17%
Social	3	2,17%
Esporte	2	1,45%
Infância/Religião	2	1,45%
Cidadania	1	0,72%

Fonte: Elaboração do autor.

Quando se tratam dos artigos, tanto em 2018, como em 2020, o perfil tem proximidades, mas guarda grandes particularidades, principalmente no primeiro ano e quando comparamos com as estruturas enxergadas nos relatos noticiosos.

Os principais interdiscursos dos textos opinativos de 2018 são: Política (66,15%), que hegemoniza o espaço, seguido muito distantemente pelas temáticas da justiça (4,62%), da cultura (3,08%), do sexo (3,08%) e da violência (3,08%).

No ciclo seguinte, política segue à frente, com 34,15% das referências, mas bem menos significativo que no marco cronológico anterior. Temos ainda em relevo em 2020 os interdiscursos da justiça (9,76%), da religião (9,76%), da violência (9,76%) e do ativismo LGBTI+ (4,88%).

Notamos, além disso, que em 2020 o ativismo do segmento, que ganha cena nos relatos de informação e de opinião, recebe alguma atenção, sobretudo, no mês de junho, quando se dá, como já marcado, o principal calendário do movimento social das identidades de resistência.

Nesse contexto, se faz necessário dizer que, ao avaliar os interdiscursos associados aos textos que pautam as questões transviadas, buscamos definir o marcador principal, mais legitimado na ação discursiva, mas isso não elimina a possibilidade, como aconteceu em diversas ocasiões nesta pesquisa, dos textos oferecerem ao inventário mais de um interdiscurso, ou seja, um mesmo artigo ou uma única reportagem seriam capazes de trabalhar temas tanto da política como da educação, por exemplo. Nestes termos, o discurso político poderia incorporar o discurso ativista, assim como a pauta da violência pode ser atravessada pelas dinâmicas da cultura. Portanto, esta aferição levou em consideração as próprias situações oferecidas pelo *corpus*.

O perfil de distribuição dos textos nas editorias do jornal também é um marcador valioso a ser localizado. A temática dissidente ficou concentrada, em 2018, nos cadernos de Opinião, com 29,72% dos textos, e no suplemento de cultura e entretenimento do jornal O Povo, o Vida & Arte, com 26,42% dos registros, a frente de todos os cadernos de linha informativa do periódico. Na sequência, a editoria especial Eleições 2018 (15,57%), criada no contexto da

disputa eletiva nacional/estadual daquele ano, que acaba por substituir e fazer as vezes do tradicional caderno de Política. O assunto segue aparecendo com certo relevo nos cadernos Farol (7,55%), Cidades (4,72%) e Reportagem (4,72%).

Uma particularidade é que a intensidade do tema no caderno Eleições não é registrada quando a editoria volta a se chamar Política, que só responde por 2,83% dos conteúdos com alusão às dissidências sexuais e de gênero – caindo, logicamente, a frequência do tema, acionada no interdiscurso político, nos meses fora do calendário eleitoral.

Nota-se que outros espaços do jornal trazem o assunto em menor grau (Tabela 24), mas o bloco de Economia não traz o tema nenhuma vez, e os cadernos Aguanambi 282, Mundo e Páginas Azuis contém só um registro nestes cinco meses.

Tabela 24 – Editorias onde foram publicados os conteúdos em 2018

Editoria	Quantidade de conteúdos	Porcentagem
Opinião	63	29,72%
Vida & Arte	56	26,42%
Eleições 20218	33	15,57%
Farol	16	7,55%
Cidades	10	4,72%
Reportagem	10	4,72%
Política	6	2,83%
Frases da Semana	5	2,36%
ETC	3	1,42%
Ciência & Saúde	2	0,94%
Esportes	2	0,94%
Notícias	2	0,94%
Aguanambi 282	1	0,47%
Especial Festival Vida & Arte	1	0,47%
Mundo	1	0,47%
Páginas Azuis	1	0,47%

Fonte: elaborado pelo autor.

Olhando agora para 2020, encontramos ordenamento que diverge do ciclo de análise anterior, a começar pelo Vida & Arte, que, com 24,73% dos apontamentos, assume a liderança, tornando-se o caderno d'O Povo que mais pauta os agentes sociais que se encontram fora da normalização dos corpos. Logo na sequência, vem a editoria de Opinião, com 22,53%, que resiste como campo de produção de narrativas sobre os corpos que vivem além da

normatização social. Farol, o caderno de relatos curtos, basicamente de profusão de notas, tem 15,93% das produções, seguido do especial Eleições 2020 (8,79%), que desta vez pauta o processo de votação para representantes do Executivo e do Legislativo dos municípios, e, fechando o grupo, Cidades (5,49%) e Frases da Semana (4,95%), sacados em menor grau. Anotamos que a inclusão do assunto no temário eleitoral reduz consideravelmente, quando comparamos com 2018 – uma contra-evolução medida em 43,5%. Realce para a página temática Frases da Semana, que surge como espaço a ser considerado entre os de publicação de conteúdos dissidentes e que também se avanta frente à inércia de tratamento do assunto comum aos cadernos de Política e Cidade, por exemplo, e ao nos levar à exposição de outras identidades ou ao jogar luz para o que chamamos de discurso insurgente, ou seja, a prática linguístico-discursiva de ressignificação e de subversão. Depois, temos a Reportagem (3,85%) e Classificados do Ceará (2,75%), entre os últimos relevos. Neste ano, particularmente, há pelo menos uma abordagem do tema na editoria de Economia, o que não aconteceu em 2018, ainda que o enfoque seja muito sutil, vinculado a um debate maior sobre as “masculinidades”.

Assim como no ano de eleição presidencial/estadual, neste, de votação municipal, os dissidentes de sexualidade e de gênero voltam a ser capitados pelo campo político no contexto da eleição, mas se desvinculam nos meses em que não há o registro do aludido caderno especial, haja vista que a editoria, quando volta a se chamar “Política”, carrega apenas 1,10% das publicações destes meses de 2020. Observemos a distribuição dos textos:

Tabela 25 - Editorias onde foram publicados os conteúdos em 2020

Editoria	Quantidade de conteúdos	Porcentagem
Vida & Arte	45	24,73%
Opinião	41	22,53%
Farol	29	15,93%
Eleições 2020	16	8,79%
Cidades	10	5,49%
Frases da Semana	9	4,95%
Reportagem	7	3,85%
Classificados do Ceará	5	2,75%
Ciência e Saúde	4	2,20%
Páginas Azuis	4	2,20%
ETC	3	1,65%
Mundo	3	1,65%
Política	2	1,10%

Aguanambi 282	1	0,55%
Economia	1	0,55%
Esportes	1	0,55%
Notícias	1	0,55%

Fonte: elaborado pelo autor.

No campo do muito pouco ou quase nada temos, nos dois anos, pequenos registros nas editorias Esportes, Notícias, ETC, Aguanambi 282, Mundo e Páginas Azuis. Notícias, ETC e Aguanambi 282, inclusive, são cadernos publicados no jornal de domingo, que desde 2018, lançando dentro da comemoração do aniversário de 90 anos da periódico, sai com editorias diferenciadas dos demais dias da semana e transita do tradicional formato *standard*, de 600 x 750 mm, usado de segunda a sábado, para o *berlinense*, bem menor, com dimensão de 315 x 470 mm. Para efeito de entendimento, é bom citarmos que as editorias ETC e Aguanambi 282 trabalham com tendências, notas curtas, assim como a Notícias assume a ordem do dia e os assuntos da semana.

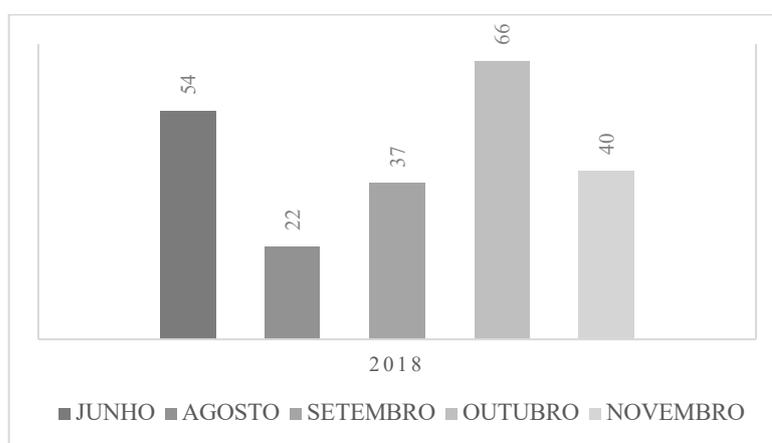
Outra consideração necessária é sobre o caderno de Esportes – totalmente monotemático, não podemos deixar de observar, quando se trata de abordar as diversas práticas esportivas e que seria mais honesto ser chamado de “Futebol” –, que só pautou as dissidências em situações quando debateu a homofobia “dentro e fora de campo”.

Noutra via, levando em consideração a localização contextual das produções e os dados sociais da realidade, chama atenção que algumas das editorias mais privilegiadas, como Política – quando não transmutada em Eleições – e Economia não conseguem se aproximar da discussão, que inegavelmente está na ordem do dia, seja pelos discursos promotores dos direitos de identidades corporais, afetivas e sexuais descolonizadoras, seja pelos que negam a pauta. Mesmo quando atores políticos, mais precisamente, voltam-se contra os atores não-normativos, acabam ganhando as páginas de outros cadernos, a exemplo de Farol e Opinião. Outro dado é que, quando o jornal, por exemplo, tematizou o empreendedorismo LGBTI+ e a inclusão de sujeitos deste campo no mercado de trabalho, não o fez nas privilegiadas páginas de Economia, como o enunciado demandaria, mas no caderno Classificados do Ceará, que, atipicamente, ganhou mais espaço editorial para abarcar o assunto, e na editoria Reportagem, também do bloco dos domingos.

Por sua vez, levando em consideração os acontecimentos sociais e as próprias referências da deontologia jornalística, avaliamos como a discussão do 28 de junho, Dia do Orgulho – que comporta características relevantes e, enquanto efeméride, por si só é uma questão de agendamento midiático – movimentou o jornal.

O primeiro destaque é que, embora sem muita presença do discurso ativista, os meses de junho de 2018 e de 2020 foram uns dos que tiveram mais informações/artigos e, conseqüentemente, mais inclusões de representações de atores sociais no curso de nosso inventário. Em termos de quantidade de textos, junho de 2018, com 54 escritos, só fica atrás de outubro daquele ano, com 66 produções – estes, por seu turno, puxados pela campanha eleitoral bolsonarista cunhada em torno do “kit gay” e outras falsidades que a imprensa gosta de tornar discurso via o famigerado jornalismo declaratório.

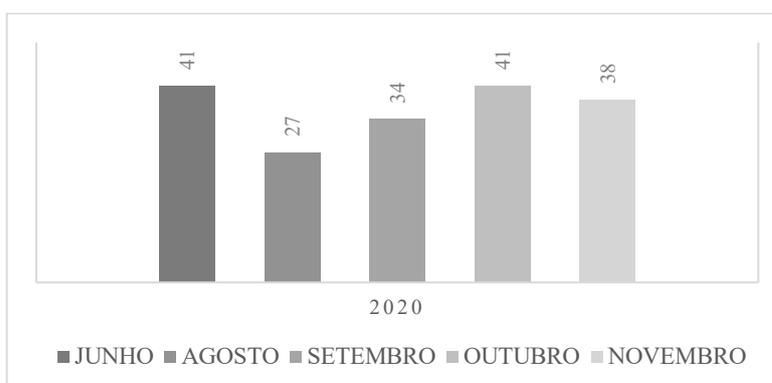
Gráfico 41 - Produções por mês - 2018



Fonte: Elaboração do autor.

Já junho de 2020, conquanto as Paradas pela Diversidade Sexual não tenham ocupado as ruas, liderou em número de textos, com 41 produções, empatando com outubro – mês que antecede a votação atípica daquele período, que ocorreu somente em novembro, devido ao caos instalado pela proliferação da Covid-19 – em quantidade de escrituras.

Gráfico 42 - Produções por mês - 2020



Fonte: Elaboração do autor.

No mês do Orgulho, crescia a quantidade de textos que delegava a aparição do tema à divulgação da agenda cultural do período, que era marcada pela realização de transmissões ao vivo pela internet e espetáculos exibidos em plataformas digitais – muitos deles em escola nacional e não local.

Mas um dado contextual ausente na narrativa do jornal é o aniversário de um ano da criminalização da LGBTIfobia. Em 13 de junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, até que o Congresso Nacional brasileiro aprove uma lei específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas²¹ podem ser igualadas aos crimes de racismo. A discussão dos impactos e a efetividade social da medida, em junho de 2020, passados 365 dias de sua instituição, foram ignoradas pelo jornal. Enquanto temática, a homofobia historicamente foi alvo de constante debate público e, por conseguinte, agendamento midiático (MELO, 2013). Dessa forma, determinados processos de isenção discursiva do assunto chamam a atenção, como destaca os pressupostos da ACD e também os próprios dados do que deveria, segundo a ideologia profissional campo jornalístico, ser objeto de atenção desta prática. No contexto cearense, esta problemática chama atenção também pelo fato de, mesmo depois da oficialização da LGBTIfobia como crime, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará não registrar as informações sobre a violência direcionada à população LGBTI+ local (VASCONCELOS, 2020) e considerando que esta exata questão chegou a ser tema de um conjunto de reportagens em 2018²².

Para além de junho, mas ainda em 2020, mesmo sem mobilizações públicas, dados sensíveis, como os estudos que diagnosticavam a situação de pessoas LGBTI+ na pandemia e uma reportagem especial sobre o fato de o Ceará despontar como um dos que mais matava pessoas de sexualidades e identidades não conformadas com o cis-heteropatriarcado, ganharam relevo, sobretudo entre setembro e novembro.

5.1.9 Gênero discursivo é aberto à insurgência?

Com base na Teoria da Performatividade de Gênero acionada por Butler (2000; 2017; 2019), passamos a avaliar a ressignificação linguística e a mobilização de representações transsubjetivas incorporadas. Com isso, pretendemos refletir se o gênero discursivo se abre à insurgência. Em outras palavras, avaliamos situações enunciativo-discursivas em que o discurso

²¹ A violência contra os corpos de orientação sexual diversa (homofobia) e contra os corpos dissidentes do gênero de nascimento (transfobia) são situações específicas de LGBTIfobia (REIS, 2018).

²² Recorreremos a este exemplo em mais detalhes na página 199.

transgride sua norma, seja pela narrativa de quem assina o texto argumentativo ou informativo, seja pelas fontes das notícias.

Iniciamos esta percepção pelo gênero informativo. Os dados apontam que 31 das 156 (19,87%) notas, notícias, reportagens etc. de 2018 se abrem à “rebeldia”, manifestando uma postura *queer* e sendo capazes de tecer críticas aos arranjos da cultura heteronormativa.

O fato é que a abertura do discurso às possibilidades de insurgência acontece nas ocasiões em que narradores driblam a realidade do mercado e se abrem a uma produção jornalística com foco na subjetividade, na busca de questões que dialogam com mais variações do humano, como diz Moraes (2015), ocasião em que o próprio jornalista vai ao encontro do Outro. Exemplo disso acontece quando as perguntas necessárias são feitas e as repostas urgentes são alcançadas, como neste relato da cantora Lineker Barros para o repórter Renato Abê:

Uma das protagonistas da atual geração de artistas brasileiros **cuja existência quebra padrões de gênero e sexualidade**, a paulista Lineker Barros foca nas próprias vivências para compor. "Às vezes me perguntam quando vou fazer músicas politizadas ou de protesto, mas **tem algo maior do que uma mulher trans e negra cantando o amor? É totalmente político em dias de tanto ódio**", afirma, convicta, em entrevista ao O POVO. (“O som do amor” –Jornal O Povo – 22/06/2018).

Ao questionar as relações excludentes, de modo simbólico, atitudes como a de Lineker, que se declara como anormal no centro da normalidade, sem que isso a envergonhe, vemos a produção da (re)contextualização de vidas que antes só poderiam esperar a margem. Com isso, ao vestir o próprio “corpo”, a cantora se engrandece e o seu discurso, tornado texto pelo jornal, potencializa o que poderia antes ser visto como ambiguidade, reconfigurando as materialidades que comumente nos vendem nos discursos.

Insurgir na narrativa é também inscrever, por exemplo, diferentes jeitos de ser pai e com isso revalidar a própria masculinidade, amarrada ao patriarcalismo. É isso que faz “Os amores de Gabriel”, perspicaz abordagem publicada em 12 de agosto de 2018. Na reportagem, o jornal narra as experiências do casal homoafetivo Silvio e Sandro com o filho adotado. Apelando à sensibilidade, a narrativa pretende provocar a aceitação, o acolhimento, ao invés do desprezo, reivindicando o respeito a estas vidas válidas, procurando fazer pensar diferente, em um ato enunciativo-performativo que nos interpela a partir de nosso próprio contexto histórico, social, cultural e ideológico, mas que produz o novo.

Mas há ainda manifestações que entram em cena com potencial não só insurgente, mas de combate narrativo. Desestabilizações desta natureza podem ser encontradas nas diversas

declarações da atriz Bruna Linzmeyer, dotadas de potencial subversivo e de ressignificação da linguagem. Em uma destas ocasiões, o jornal publicou:

“Você não vai me xingar dizendo o que eu sou. Pode buscar outra forma de lidar com seu preconceito” Bruna Linzmeyer, atriz, capa da edição de novembro da revista Glamour, **explicando porque a adora a palavra “sapatão”**. Ela namora a artista plástica Priscilla Fiszman e estará em O Sétimo Guardião, próxima novela da Globo. (Frases da Semana – Jornal O Povo – 04/11/2018).

Outras manifestações de Bruna Linzmeyer voltaram a marcar esse semestre. Em comum, a desidentificação com o discurso da violência e a adição de formas recicladas de identificações, que troçam, de forma cínica, frontal e visceral da injúria. Como destaca Silva (2000), interrompe-se determinada repetição – no nosso caso, a injúria “sapatão” – e, por meio da recolocação performativa, lança-se identificações de protesto.

No entanto, esse tipo de produção, que já aparecia pouco no marco temporal anterior, perde ainda mais pujança em 2020, quando apenas 20 das 140 produções noticiosas, 16,67% do total de textos, se abrem à insurgência. Ainda assim, é preciso reconhecer estas iniciativas que desfazem a crença do ser mulher, homem, lésbica, gay, travesti, entre outros, esperada pela regularidade linguística de um jornal padrão e uma sociedade padrão – que em certa medida, nem reconhece o direito destes atores viverem sob a luz do dia.

Exemplos dessa rebeldia são as diversas manifestações de fontes, seja em narrativas maiores, seja em frases ou notas das páginas que tematizam declarações de pessoas públicas. Como quando o ator Daniel Radcliffe, em declaração veiculada na editoria Farol, em 10 de junho 2018, afirma: “Mulheres trans são mulheres. Qualquer declaração ao contrário apaga a identidade e a dignidade de pessoas transgênero”. O que pode parecer uma manifestação simples tem o peso de instituir justamente o contrário do que vem sendo feito na narrativa corriqueira do jornal ao longo destes meses analisados, que alista a população trans recorrentemente como uma “heterotopia” (FOUCAULT, 2013), um “não lugar”, reservando às mulheres cis a “verdadeira” condição de mulher nos diversos agenciamentos sobre o gênero feminino produzidos nas falas do veículo.

Insurgir no texto jornalístico a partir da abertura à performatividade é também provocar empatia com as vidas antes vistas como precárias, como neste breve relato:

Erick Rianelli, repórter do Bom Dia Rio, **se declarou ontem para o marido** durante o programa da Rede Globo. **Ele é casado com Pedro Figueiredo**, também repórter da emissora. “Meu amor, meu marido. Eu te amo. **Feliz Dia dos Namorados** pra gente e para todos os casais apaixonados que estão nos assistindo”, disse. (“Repórter da Globo” – Jornal O Povo – 13/06/2020).

Em dado momento, podemos pensar que a manifestação de afeto entre homens no dia dos namorados seria uma veiculação admitida, mas, em nossa prática social, onde pessoas são violentadas ao vivenciarem trocas de carinho nas ruas, já é o bastante para produzir rombos na heronormatividade. Quantos meninos gays, criados em uma cultura na qual homens não podem se tocar, não teriam se sentido acolhidos com este texto? Discursos como esses são capazes sim de insultar a sexopolítica, ainda mais no curso atual de nossa história.

Neste período encontramos textos que questionam as relações excludentes, que citam questões como o enfrentamento da cis-heteronormatividade, que abrem o diálogo com o leitor sobre o corpo, que tocam na ferida de pensar que sociedade é esta que inclui e exclui pessoas baseada em *scripts* socioculturais, que interseccionam e aprofundam o debate sobre o sexismo e os contornos diante de fatores como pobreza econômica e discriminação étnico-racial, que denunciam a homo-lesbo-trans-bifobia e que já não podem mais conter a força social de sujeitos abjetos que saem consagrados nas urnas e já gritam, com a devida cobertura do jornal, que “vai ter travesti sim” na política.

Não obstante tudo isso, nos interessa também perceber como se manifesta o gênero opinativo diante das possibilidades de rompimento com as amarras culturais que relegam formas identitárias não-hegemônicas ao subalterno. Os dados apontam que a instabilidade joga ao favor das dissidências em 11 dos 63 artigos de 2018 (17,46%). Em 2020, nove dos 32 textos, 21,95% do total, são compostas por perspectivas *queerizadas*, notando-se uma elevação deste tipo de referência. Estes dados, comparados à faixa informacional, evidenciam que, no primeiro ano, a proporção de identificações desta natureza são muito próximas nos dois gêneros jornalísticos e que, em 2020, enquanto se esvai a perspectiva dissidente da narrativa informativa, a insurgência discursiva é um elemento em ascensão na fração opinativa do jornal – 31% maior que o registrado nos conteúdos noticiosos.

Mas apesar do avanço na capacidade de produção de discursos insurgentes, como registrado na editoria de Opinião, quando comparadas as duas séries cronológicas, são poucas as subversões das performances, mesmo em espaços mais abertos à manifestação pessoal, caso específico dos artigos – diante disso, inclusive, é preciso pensar certamente os portões de acesso a este espaço, que, desde já, sabemos, está vinculado à própria autoridade da fonte, não à toa a enorme quantidade de vozes da Universidade, da advocacia e de outros postos de poder ou campos de representação tradicional, como narramos anteriormente no estudo das vozes. Um vasto currículo, em um espaço de pouco caracteres (que é disponibilizado para a identificação do articulista) evidencia o apreço à defesa de uma suposta “qualificação” para ter direito a escrever naquele lugar definido. Mas mesmo aqueles com doutorado, mestrado e postos de

docentes no ensino superior comportam-se, algumas vezes, como as vozes mais odiosas para com os sujeitos subversivos.

O fato é que, em alguma medida, como acontece no artigo do sociólogo Márcio Pessoa de 29 de novembro de 2018, é preciso ter coragem para romper o rito, assim como o movimento que se dava neste ano em específico, cuja “lógica” era referendar o campo discursivo do então candidato a presidente Jair Bolsonaro, ainda que fosse para questioná-lo. Pessoa provoca um movimento pouco comum nestes 10 meses analisados, ao simplificar a linguagem para explicar que a sociedade cria e recria seus comportamentos e práticas. Com exemplos do cotidiano, introduzindo a persona de um colega contrário à suposta “doutrinação de gênero”, o autor faz um convite ao leitor: é preciso olhar ao redor e para si mesmo. Com isso, o articulista desconstrói a própria inteligibilidade dessa cultura que nega o Outro, o considerando abjeto, mas que está mais perto do que as vozes mais reacionárias possam imaginar.

Um exemplo: um colega meu, que se diz revoltado com a suposta "ideologia de gênero", enviou para um grupo de mensagens uma foto sua se preparando para uma festa: estava hidratando os cabelos. Há 20 anos, seria inconcebível um homem fazer um tratamento capilar como o citado. Hoje, é normal. Da mesma forma ocorre com a sexualidade, que passou por profundas transformações no mesmo período. (“Basta de ideologia de gênero!” – Artigo - Márcio Pessoa – Jornal O Povo - 29/11/2018).

Em alguma medida, ao amparar os discursos que podem levar os consumidores do jornalismo a desconfiarem do estabelecido, este arranjo expressivo e problematizador ajuda a descolonizar, dissimula a reprodução da colonialidade do poder, de relações de domínio e da atuação moral na vida coletiva.

Ou seja, ao mesmo tempo em que produz textos que propõem repetir – intencionalmente ou não – os desígnios do sistema sexo-gênero, como podemos acompanhar ao longo deste diálogo sobre a práxis do O Povo e sua relação com as dissidências sexuais e de gênero, o jornal – e muito menos o jornalismo – não é uma ilha e, nas muitas formas que foi feito o periódico, assim como nas muitas mãos que o publicaram, felizmente encontramos contrapontos aos imperativos “de ser somente aquilo que se espera, em forma, jeito, luz e cor” (GONZAGUINHA, 1969), de forma a aborrecer a cis-heteronormatividade.

5.1.10 Os discursos sobre as dissidências e as regionalidades

Tendo em vista discutir a importância que as regionalidades podem ter na montagem da cena discursiva produzida pelo jornal *O Povo*, passamos a identificar o acionamento de marcadores físico e/ou simbólicos do local/região nos textos que abordam as dissidências sexuais e de gênero. Atentando às performances textuais, estudamos se as regionalidades foram elementos que distinguiram a estruturação dos artigos e matérias nos dois períodos analisados.

Importante citar que os marcadores relacionados às regionalidades são enxergados aqui não só nos discursos situados geograficamente, ou seja, na base de produção do jornal – a cidade de Fortaleza, o estado do Ceará ou na Região Nordeste. A ideia é também perceber identificações de processos discursivos marcados pela presença de determinados valores.

Exemplo deste segundo ponto está quando se estabelece, por exemplo, o diálogo sobre o imaginário “masculinista” do nordestino ou do cearense, pauta da publicação de 24 de junho de 2018, na seção Frases da Semana, em que é colocado: “O feminino e o masculino, esse lugar do macho e da fêmea, são arquétipos que a gente criou e defende como dos dois únicos caminhos”. A declaração é de Jesuíta Barbosa, ator cearense, que teve trecho de entrevista veiculada no jornal.

Perceber as regionalidades é também permitir explorar vivências dos sujeitos dissidentes no território, inclusive em situações que “a globalidade perpassa a localidade”, e vice e versa. Neste sentido, em reportagem de 18 de setembro de 2018, a jornalista Teresa Monteiro narra as ações do grupo artístico Descoletivo, que, em meio ao fenômeno de popularidade vivido pela arte *drag queen*, impulsionada lá fora pelo *reality show* *Rupaul's Drag Race* e aqui no Brasil por artistas como Pabllo Vittar e Gloria Groove, destaca o genuíno transformismo cearense, que resiste nos palcos dos teatros locais e rememora o período dos shows de nicho, iniciados em boates cearenses, como a falecida *Divine*²³.

Sendo assim, levando em consideração suas especificidade e identidade, a cidade, o estado, a região e o cruzamento de associações psicoafetivas, sociais e temporais, vemos que nas produções informativas de 2018 a quantidade de publicações com e sem apelo às regionalidades se equiparam: 79 (50,76%) dos 155 textos ensartam a “informação de

²³ A boate *Divine* funcionou durante quase 15 anos em Fortaleza. Incrustada no coração da cidade, na Rua General Sampaio, no Centro da Capital, a casa de espetáculos era, até então, a mais antiga do gênero no município. Voltada ao público LGBTI+ e a única com espaço aberto para shows de transformismo, foi reconhecida como um espaço popular, principalmente para aqueles que não podiam pagar caro para curtir a noite, e plural, levando em consideração os preconceitos acionados contra as orientações e identidades insurgentes até no mercado noturno do nicho, notadamente gay, não afeminado, branco e de classe média.

proximidade”. Nos relatos noticiosos de 2020 o cenário é muito próximo: 68 (48,57%) dos 140 documentos.

No entanto, nos opinativos, há uma prevalência de conteúdos não marcados por regionalidades. Em 2018, apenas 7,94%, cinco dos 63 artigos, são caracterizados por este vetor. No ciclo seguinte, 2020, a prevalência de conteúdos do lado de lá das regionalidades se mantém, embora em uma proporção menor: 24,39%, 10 das 41 produções – observando-se, neste sentido, um avanço, entre os dois anos, de 207%

De forma geral, considerando inicialmente os dados sobre o gênero informativo, nos dois anos analisados, vemos que há presença marcante do elemento regionalidades nos textos, tendo em vista que pelo menos metade das produções é afetada pelos elementos físicos e simbólicos que suscitamos como parte deste arcabouço.

O panorama diverge – e muito – quando se trata do gênero opinativo. Aqui notamos especificamente a tendência de os escritos contemplarem episódios externos à nossa territorialidade ou debates de fundo nacional.

Nos dois casos, seja na baía noticiosa ou na veiculação de opiniões, vimos que os dispositivos que acionam a regionalidade, em maior e menor grau, de um gênero para o outro, estão presentes, mas não constituíram a configuração hegemônica do conteúdo do jornal. Diante disso, nos questionamos até que ponto os atores sociais locais conseguem, além do já constatado no material levantado, pautar a cobertura do jornal. Ou mesmo: o quanto o jornal é de fato sensível à ação destes coletivos e se estes têm, por exemplo, acesso ao caderno de Opinião do periódico.

Mas quais são as principais características dos textos informativos em que encontramos marcadores de regionalidades? Majoritariamente os conteúdos com este perfil são formados por narrativas que acionam os acontecimentos locais relacionados à violência e aos eventos culturais, dois pontos recorrentemente lembrados como polos de produção do jornalismo d’O Povo e a interface com as performances *queer*. Aparecem também, mas em menor grau, as atividades ocorridas no Ceará e que abordam as ações do movimento social LGBTI+. Há papel importante designado às regionalidades pinçadas a partir da cobertura política, basicamente incluídas por meio de declarações de candidatos, ocupantes de cargos públicos e dirigentes partidários e eventos desta natureza ocorridos em Fortaleza, em específico, e no Ceará, de forma geral, mas também fora de nosso território, quando as vozes regionais carregam para outros espaços as nossas referências simbólicas.

Personagens de nossa cultura ou território são outros importantes aspectos valorizados neste campo, a exemplo das recorrentes menções a Dandara Ketteley (que o jornal

chama de Dandara dos Santos, usando o sobrenome da família em detrimento da construção pela qual era conhecida na comunidade trans), travesti assassinada e torturada em 2017 em Fortaleza, cujo caso sacudiu a sociedade local, com impacto inclusive nacional e internacional. Na narrativa do periódico, o julgamento de seu assassinato, o peso político de sua morte, a memória e o uso simbólico de sua história percorrerão as páginas do jornal nestes 10 meses analisados, com mais intensidade nas veiculações de 2018.

A cena do assassinato bárbaro de **Dandara dos Santos**, 42, em fevereiro de 2017 correu o mundo, expôs a desumanidade com que se trata travestis e transexuais e pôs luz às inúmeras reivindicações por direitos de uma população. Emblemática, a morte de Dandara moveu algumas estruturas e trouxe avanços na tratativa das políticas públicas para esse segmento. (“Políticas públicas aguardam execução” - Jornal O Povo - 26/10/2020).).

Mas além do que se tornou Dandara, cearenses que ganham o Brasil e o mundo são identificados enquanto vozes e identidades dissidentes, não faltando oportunidades em que as narrativas também acionam esses atores a partir de setores como a cultura e a política. Sobre isso, é imprescindível destacar a força de personalidades que carregam consigo a “cearensidade”, apresentadas de forma marcante no campo artístico através da narrativa do O Povo. Desse modo, ganham proeminência as aparições relacionadas a coletivos artísticos que interseccionam expressões artísticas e diversidades, festivais de cultura e cinema locais que pautam a temática, produções audiovisuais e discursos de personalidades de nossa cultura que não deixam de manifestar-se pela liberdade de amar e de performar. Exemplo de expressão de relevo neste período é o ator, diretor e dramaturgo Silvero Pereira, criador do coletivo As Travestidas²⁴, que ganhava o Brasil com trabalhos na TV aberta e no cinema.

Outro aspecto relevante é o fato de que esta regionalidade é perpassada pelas precariedades das abordagens que já mencionamos em outros extratos desta análise, em que muitas vezes a narrativa sobre as dissidências privilegia o silêncio destes atores, mesmo quando os textos são sobre estes, que reforçam declarações daqueles que atacam as identidades subversivas e que não são capazes de produzir discussão elucidativa sobre os conflitos vividos por estes grupos.

²⁴ O coletivo artístico As Travestidas, grupo ativo em diversas áreas culturais, como teatro, dança, música, fotografia e audiovisual, se debruça sobre a temática de gênero e sexualidade no Ceará há mais de 18 anos. De acordo com os seus idealizadores, é resultante de pesquisas sobre o universo das travestis e transformistas brasileiras, tendo, nesta temática, produzido espetáculos de prestígio local e nacional como Uma Flor de Dama, Engenharia Erótica - Fábrica De Travestis, BR-Trans, Cabaré das Travestidas e Quem Tem Medo De Travesti. Foi por meio de um destes espetáculos que a roteirista de novelas Glória Peres conheceu o ator Silvero Pereira e criou para ele a personagem Notato/Elis Miranda, uma transformista que ganhou o “horário-nobre” da TV Globo, principal emissora de radiodifusão aberta do país, na telenovela A Força do Querer.

Além disso, esse marcador identitário regional também é “contaminado” por uma aparição “tímida”, ou seja, assim como alguns textos trazem as orientações sexuais e/ou identidades e expressões de gênero apenas como elemento assessorio do conteúdo informativo, as regionalidades aparecem também como margeamentos das discussões em diversas ocasiões.

Dito tudo isso, rematamos este ponto reforçando as advertências de Louro (2000, p. 13): se a heterossexualidade já é concebida como universal, natural e normal, representar os desacordos desta instância de forma distante da nossa vivência material e imaterial, coloca, cada vez mais, a homossexualidade e a transexualidade, por exemplo, na condição de peculiares, antinaturais e anormais, ou seja, estrangeiras a nós. Tendo em vista que o jornal é uma das tecnologias de reprodução do gênero, é preciso observar a forma como são forjados os sujeitos na sua cobertura e as referências oferecidas em todos os níveis.

5.1.11 A representação visual das dissidências

Elemento que não pode passar despercebido em nossa investigação é o processo de representação de atores sociais relacionados às imagens. Nesta abordagem, associamos o ordenamento performativo presente no arranjo de fotografias e ilustrações disponibilizadas pelo jornal nos textos selecionados, assim como questionamos a ausência destas em determinadas circunstâncias.

Relevante assinalar que avaliaremos registros iconográficos recolhidos unicamente do conjunto informativo do periódico, tendo em vista que os conteúdos argumentativos não possuem imagens ilustrativas nas ocasiões em que analisamos, pois o texto da editoria de Opinião é acompanhado, meramente, pela miniatura de foto do autor da produção.

Ao captar o que é retratado, submetemo-lo ao crivo da abordagem do universo das sexualidades e identidades de gênero, assim como indagamos a capacidade de resignificação, de postura *cuir*²⁵, crítica e “cínica” agenciadas.

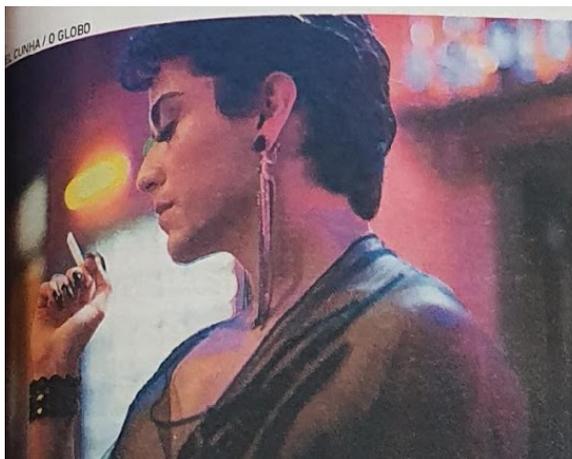
De imediato, notamos que em 110 textos de 2018, 70,97% do total, existem fotografias, ilustrações e demais registros imagéticos. Destas, 56,36%, 62 produções, possuem representação das dissidências sexuais e gênero nas imagens.

Em 2020, repete-se o perfil do ciclo anterior, com 102 textos, 72,82% do total, acompanhado de algum tipo de representação visual. Aqui, 50,98% delas, 52 obras, acionam identificações transviadas.

²⁵ Uma das construções/traduições sudocas para a teoria/ética *queer*.

E o que mostram? Por meio de fotografias, design e ilustrações encontramos personagens que caminham além da construção reguladora dos corpos, beijos homoafetivos, casais homoafetivos, erotismo, famílias com dois pais, duas mães, um pai trans, uma mãe trans e tantas outras, bandeiras do movimento, performances, “montação” *Drag Queen*, cenas celebrativas, corpos gays, trans, lésbicos e travestis, pessoas de diferentes gerações representadas e também uma pulsante iconografia *queer*.

Figura 7 – Nem feminino e nem masculino



Fonte: Reprodução de foto que acompanhou declaração do ator Jesuíta Barbosa - Jornal O Povo - 24/06/2018.

Assim, temos casos aqui contemplados que, mesmo quando o gênero discursivo textual não se abre à insurgência, a linguagem visual avança nesta perspectiva, nos levando a reconstruir as sinopses fornecidas pelo senso comum dominante em torno de gênero e sexualidade.

É marcante o caso específico de ilustrações que faremos destaque a seguir, que embaralham a lógica biologizante e toda a ontologia que se produz em torno do sexo, nos fazendo refletir sobre a inteligibilidade de homens sem pênis, mulheres com pênis, ou até mesmo a viabilidade de um sujeito que não seja “reconhecível” como masculino ou feminino, por exemplo.

A primeira foi publicada junto a texto que tratava de Colóquio promovido pelo Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará, evento que debatia o erotismo nas suas mais diversas implicações. Veiculada em 26 de junho de 2018, a ilustração, sem autoria na página diagramada, joga na instabilidade do corpo, inconformando a normalização.

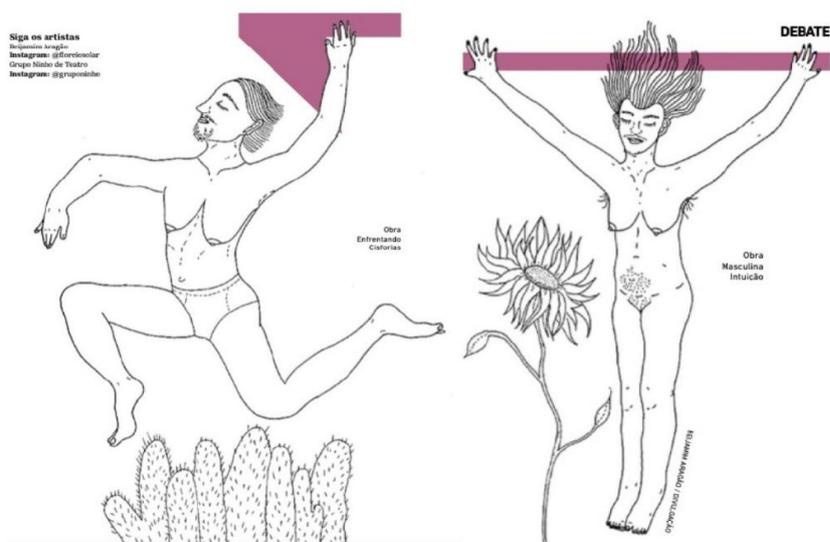
Figura 8 – O lugar do erótico



Fonte: Reprodução de ilustração que acompanhou a matéria "Deleite da língua" - Jornal O Povo - 27/06/2018.

Por sua vez, em 24 de agosto de 2020, são publicadas junto à matéria sobre os significados plurais das masculinidades no contemporâneo e o papel das artes nesta questão, as ilustrações do artista visual transmaculino Beijamim Aragão. De cara, o arranjo visual proposto choca com a percepção cisheterossexista de sujeito absolutamente coerente com o discurso estabelecido do que é ser homem e do que é ser mulher. O estranhamento é a porta de entrada nesta morfologia derivativa, em que a representação visual pronuncia a mobilidade cultural *queer*, redimensionando a marcação identitária comum.

Figura 9 – Outras masculinidades



Fonte: Reprodução de ilustrações que acompanharam a matéria "A questão homem" - Jornal O Povo - 24/08/2020.

Outro dado relevante sobre as imagens que veiculam as identidades tema desta pesquisa, é que prevalecem aparições positivas e, na maioria das vezes, mesmo quando se trata de acontecimentos trágicos, as imagens não exploram a cena de violência e não há registros de representações vexatórias – a única ressalva é a reprodução de *frame* do vídeo da tortura da travesti Dandara Kettley, que mostra a mesma com hematomas, mas ainda com vida sentada em um carrinho de mão.

De alguma forma, em tom afirmativo, como na foto a seguir, as imagens transitam entre o ativismo e a espetacularização, que ganha com o potencial performativo de algumas experiências dissidentes. Neste caso, nos parece que se escapa uma espécie de contestação *queer*, que pulsa nas ilustrações, tendo em vista que as cenas veiculadas abrem espaço para posturas divergentes do conjunto de normas generificadas (BUTLER, 2017).

Figura 10 – Beijo homoafetivo



Fonte: Reprodução de imagem que acompanhou a nota "De férias com o Ex" - Jornal O Povo - 15/06/2020.

Ao passo que narramos as características das imagens que tematizam as identidades e expressões de gênero e as orientações sexuais, precisamos fazer algumas inferências sobre os demais registros iconográficos trazidos junto aos textos selecionados em nossa análise.

Uma das primeiras características das fotos e das ilustrações que não foram caracterizadas pela representação visual das existências dissidentes é que fazem parte de contextos narrativos que já não protagonizavam a pauta e, por assim dizer, recorrem à reprodução de outros atores.

Noutra via, temos imagens associadas a discussões ligadas à política e à justiça, por exemplo, que optam por destacar os intérpretes destes campos narrativos e que não reivindicam a posição de identificações além da norma. Outra manifestação comum acontece quando

peças não-dissidentes ocupam o posto daqueles que vocalizam o debate e acabam tendo a própria imagem associada aos escritos.

Figura 11 - Atores não-dissidentes aparecem junto a textos que tematizam a pauta



Fonte: Reprodução de imagem que acompanhou a notícia "Novos vereadores serão 53% das cadeiras da Câmara" - Jornal O Povo - 16/11/2020. Em cena, Ronaldo Martins, vereador de perfil conservador, que foi eleito com mais votos em Fortaleza (CE) no pleito municipal daquele ano.

No final, falta tratar das situações em que não temos registros imagéticos acompanhando os textos. Ocorrências desta natureza incidem, recorrentemente, junto a matérias sobre casos de violência, em casos de notas publicadas nos cadernos Farol e Frases da Semana, considerando que este último teria, por seu projeto gráfico, restrições às imagens e ilustrações, somente incluídas por conveniência do processo de edição. Pequena inclusão iconográfica é também o perfil de publicações dos blocos Cidades e Política, que, estruturalmente, podemos acrescentar, têm modelos padrão de página que priorizam espaço para publicidade, o que nos faz informar que o espaço disponível para conteúdo editorial, em detrimento do ocupado pelo setor comercial do jornal, é um fator determinante para termos imagens ou não associadas às produções textuais.

A fabricação de conteúdos sobre dissidências em imagens contrasta, portanto, com este outro polo, marcado pela ausência de registros deste porte e que referenda, pela falta, o que já estava previamente estabelecido.

Mas a tese fundamental que levantamos é: corpos *transviados*, quando tematizados, têm campo aberto no registro iconográfico nestes dois anos estudados, onde germinam compreensões plurais do humano e em uma preponderância acima da narrativa escrita.

5.1.12 O protagonismo das querelas políticas e a reprodução da cis-heteronormatividade

Ao longo deste trabalho, acompanhamos que vozes do campo político, incluindo ocupantes de cargos eletivos do Executivo e do Legislativo, postulantes em embates eleitorais, dirigentes partidários e pessoas em postos da administração pública tiveram presença marcante nestes 10 meses de análise. São atores que apareceram nesta intertextualidade construindo discursos sobre as subversões sexuais e de gênero. Inclusive, nos textos informativos, em 2018, políticos lideraram a relação de vozes não-dissidentes acionadas, neste contexto, pelo jornal, com 26,12% das inserções, e em 2020 voltaram a ocupar esta posição, com 26,32%.

Além disso, o assunto não foi tematizado somente por membros desta esfera, aparecendo nas falações de professores universitários, juristas, sociólogos, jornalistas, figuras do judiciário, entre outros, o que levou a política a ser a principal temática introduzida tanto em 2018, característica marcante de 28,85% dos conteúdos informativos e 66,15% dos opinativos, como em 2020, presente em 29,71% dos textos noticiosos e 34,15% das produções do Caderno de Opinião.

Um dos setoriais que aborda o debate político, o caderno “Eleições”, título dado à tradicional editoria de Política durante o período eleitoral de cada ano, foi outro espaço característico, por conseguinte, de produção de discursos que trouxeram em seu interior questões relacionadas ao universo das sexualidades. Neste contexto, temos também o setorial de Opinião, que reflete fortemente os acontecimentos do período.

A mediação da interface política e subversões das identidades sexuais e gênero no momento em que as previsões mais catastróficas sobre o rearranjo político do Brasil, que tem como ponto alto a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, se tornaram realidade é uma particularidade a ser considerada. Uma época marcada pelo agravamento da violência contra as identidades transviadas e de disputas eleitorais, especialmente a de 2018, que foram distinguidas pelo embate de ideias sobre a existência ou não da “ideologia de gênero” e do “kit gay”, por exemplo. Uma situação que coloca como imperativo questionar até que ponto o jornalismo atuou na desambiguação dos conflitos vivenciados por aqueles que rompem com o regime sexopolítico vigente.

Portanto, para nos permitir avaliar mais concentradamente este universo, partimos rumo uma análise mais focada da cobertura política, que leva em consideração que atores característicos deste universo e seus aliados são as principais, e, muitas vezes, as únicas fontes de informação e de opinião presentes nos textos deste âmbito discursivo.

Para tanto, definimos duas categorias principais. Na primeira, consideramos o campo de discussão associado a Jair Bolsonaro, que aqui chamaremos de “cis-heterobolsonarismo político” – neologismo que dá conta da ligação umbilical entre o projeto

de sociedade defendido pelo sujeito citado e o sistema de poder e aprisionamento identitário relacionado a sexo, gênero e desejo. Em um segundo plano, discutimos o papel dos jornalistas e do jornal no processo de elaboração linguística, quando observamos o contexto narrativo, as escolhas lexicais, os significados associados e o nível de discussão elaborado.

Na cobertura de assuntos da política n'O Povo, o discurso sobre as orientações sexuais e identidades e expressões de gênero não normativas está fortemente associado, em 2018, direta ou indiretamente, ao então candidato à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL). Nos materiais informativos, esta orbe discursiva reúne 58 associações diretas, o que corresponde a 37,18% dos textos. Na editoria de Opinião esta frequência é ainda maior, com 43 artigos perpassados por essa característica, ou seja, impressionantes 67,19% do total dos cinco meses analisados.

Esmiuçando estes dados, ao distinguir, ordenar, contabilizar e fazer perguntas como “quem fala?”, percebe-se que o grupo que chamaremos aqui de críticos de Bolsonaro e sua “corrente de pensamento”, tais como artistas, jornalistas, professores universitários, pesquisadores, fontes, outros, surgem em 19,23% de todos os textos, já os sujeitos classificados por nós como “representantes do bolsonarismo” – incluindo o próprio Jair Bolsonaro e quem se alia direta ou ideologicamente ao seu plano discursivo – respondem por 12,82% das vocalizações dos conteúdos noticiosos de 2018 e adversários políticos de Jair e sua horda, como os então presidenciáveis Ciro Gomes e Marina Silva, que reagem ao discurso bolsonarista sobre as dissidências, são 5,13%.

No caso dos escritos do gênero opinativo, a crítica ao bolsonarismo segue à frente da produção de discursos, com 50% dos registros, seguida das vozes partidárias do projeto de Bolsonaro, com 15,63% e, em apenas 1,56%, manifesta-se o que foi definido como antagonista desta concepção.

Em suma, em 2018, quase a metade (45,91%) de todos os conteúdos, noticiosos ou opinativos, levantados por esta pesquisa estavam interligados ao candidato de perfil fascistoide de berço.

Esses dados nos mostram como o jornalismo, em seus campos informativo e opinativo, se rende às necessidades instintivas de ataque e contra-ataque. Distanciado do ângulo de observação da coletividade, a produção jornalística se deixa apanhar pelo “extraordinário”, “anormal”, o *fait divers* do espetáculo bolsonarista.

Isso acontece, porque, mitificado por seu aparato deontológico, o jornalismo convencional, como vemos neste exemplar, acredita que a cobertura eleitoral precisa se concentrar quase exclusivamente nos resultados das pesquisas, na repercussão de discursos de

candidatos e nas previsões do mercado financeiro, este “Nostradamus” inócuo. Ao fazer isso, a narrativa jornalística é excessivamente influenciada pelas estratégias de publicitários e marqueteiros de campanhas, em detrimento de organizações civis, da própria política partidária, ainda que estas sejam elementos de impacto no processo. Neste contexto, é deixado de lado “a relevância ou a legitimidade de conceitos ou programas políticos” (SANDANO, 2006, p. 67).

Tabela 26 - Cis-heterobolsonarismo político e o impacto na cobertura das dissidências sexuais e de gênero em 2018

Categorias	Quantidade	Porcentagem
Adversários políticos reagindo a discursos do bolsonarismo	9	4,09%
Bolsonarismo (Bolsonaro e aliados)	30	13,64%
Críticos de bolsonarismo (artistas, jornalistas, professores universitários, fontes, outros)	62	28,18%
Outro campo discursivo	119	54,09%

Fonte: Elaboração do Autor.

Ou seja, no contexto político, a temática dissidente está mais associada a Bolsonaro, seja como discurso do próprio, de seus aliados de campanha ou de adversários e críticos, que se contrapõem às ofensas dirigidas aos atores sociais pelo então candidato, partilhando de seu referencial linguístico, dando, de largada uma grande vantagem aos comendadores do ódio: o comando do campo discursivo. Prova disso, como dizem no popular, é o “palavreado” empregado e a falta de discussão quando determinadas construções são incorporadas aos textos.

Defendendo os **valores da família**, criticando o aborto e se contrapondo ao conceito distorcido da chamada “**ideologia de gênero**”, o parlamentar virou referência para muita gente (“O que explica a onda bolsonarista” – Artigo – Ítalo Coriolano – 12/10/2018).

Temos no trecho reproduzido acima um caso clássico do recorte dado, apontado para o cis-heterobolsonarismo, onde uma tentativa de crítica não avança rumo à desconstrução das “definições” de quem ataca as pessoas de identidades diferentes. Trazer, inclusive, este emprego específico de “ideologia de gênero”, dizer apenas que se trata de um “conceito distorcido”, mas sem apontar os elementos que a tornam, neste contexto, um discurso falacioso, é muito danoso. Aos poucos nos parece que o discurso do jornal, sobretudo nos cadernos informativos, chega a um momento que abraça a terminologia, sem se dar ao trabalho de explicar nada mais sobre esta ou outras expressões, que vão ser repetidas nas vozes de fontes

do bolsonarismo sem nenhum contraponto e, em algumas oportunidades, parte da narrativa do/a jornalista e do jornal.

Para o coordenador da campanha de Bolsonaro no Ceará e deputado federal eleito, Heitor Freire (PSL), o apoio dos cristãos a Jair é porque "se identificam com a nossa bandeira", além desses eleitores serem "o nosso carro-chefe". "O Brasil é uma nação cristã, a maioria é católica e evangélica", relata. Ele afirma que o pesselista defende valores conservadores como a defesa do **modelo de família tradicional** e contra a **ideologia de gênero**, por exemplo. "**Defendemos a família, no modelo Jesus, Maria e José. O resto é arrumação**", argumenta ("Bolsonaro e Haddad tentam atrair votos de eleitores cristãos" – Eleições 2018 - David Moura - 18/10/2018).

O caso acima é típico da ênfase em conteúdo declaratório, que é acompanhado pela carência de debate e embasamento, requisitos supostamente basilares para a prática jornalística, conforme o conhecimento sobre o setor, mas, repetidamente, negligenciados. É também comum que situações desta natureza aconteçam em meio à ausência de outras fontes divergentes, que poderiam, oportunamente, contrabalancear o debate. Mantido este aspecto, prevalece o discurso desfavorável à ideia de diversidade sexual e de gênero e que relega a opinião pública a acreditar nos postulados destes atores odiosos, afinal defender os "valores da família" deve ser uma coisa boa – "só que não".

Colabora para esta situação o processo produtivo do conteúdo sobre política no jornal. Como testemunhamos, as produções do jornalismo político em 2018 são mais impactadas por conteúdos gerados por agências de notícias nacionais e internacionais. Ademais, nos dois anos estudados, tem peso a padronização do discurso prevalecente no universo do periodismo comercial e tradicional e a obediência aos sistemas internos de controle que prevalecem na redação, assim como as idas e vindas dos projetos editoriais. Particularmente no nosso caso, há ainda toda uma ideologia do não-conflito com os atores políticos, que é adensada à característica de tornar o serviço noticioso pura prestação de comunicados.

Essa cobertura opera, ainda, o uso de fontes que legitimam o discurso político conservador, ao passo que vozes subversivas do gênero e da sexualidade são subalternizadas ou apagadas, a participação de fontes de coligações políticas, no contexto da narrativa eleitoral, são incapazes de incluir questões LGBTI+ como pauta de políticas públicas – a não ser a insistência do jornal de cobrir a tramitação do Projeto Escola Sem Partido, sobre o ponto de vista, palavras e argumentos daqueles que defendem a medida, que nada mais é que uma tentativa de cerceamento da liberdade de cátedra de professores, que seriam proibidos de levarem para as salas de aula assuntos relacionados à gênero e sexualidade, entre outros aspectos censuradores.

O projeto prevê a proibição do que chama de "**prática de doutrinação política e ideológica**" pelos professores, além do veto a atividades e veiculação de conteúdos que não estejam de acordo com as convicções morais e religiosas dos pais do estudante. (...) Além disso, a proposta bane de todas as escolas quaisquer atividades "que tendam a aplicar" a chamada "**ideologia de gênero**" e os termos "gênero" ou "orientação sexual". ("Após novo adiamento, deputados retomam hoje debate sobre Escola sem Partido" –Política - Com agências - 21/11/2018).

Em texto longo, que não se dá ao trabalho de contrapor os julgamentos falaciosos em torno do debate do "Escola sem partido", a notícia assume os marcos discursivos do que está presente na proposição do Legislativo nacional. Neste aspecto, a cobertura política passa longe da possibilidade de oferecer o contraditório, de analisar e prestar ao leitor dados relevantes que dizem respeito às disputas de aspectos ideológicos e de condições de vida de uma parcela da sociedade, ou, em uma leitura mais simples, podemos dizer que falta precisão, exatidão, coerência, assim como outros valores que o jornalismo cultua. Exemplos como este evidenciam que o aparato cientificista associado à noção de legitimidade e credibilidade do setor seguem sendo negligenciados em situações costumeiras na imprensa de referência.

Além disso, a repetição de declarações do candidato Bolsonaro como ponto de partida para as críticas nos parece, podemos acrescentar, mais um reforço do seu discurso do que propriamente um enfrentamento efetivo, o que acaba colocando a narrativa sobre as dissidências sexuais e de gênero em uma permanente situação de sujeição à violência.

Depois de já ter afirmado que "**porrada**" é a cura para um filho gay, que quilombola não serve "nem para procriar" e que não empregaria uma mulher com o mesmo salário de um homem, Bolsonaro declarou que vai acabar com o "**coitadismo**" do negro, da mulher, do gay, do nordestino ("Bolsonaro e seus arroubos autoritários" – Artigo - Ítalo Coriolano - 26/10/2018).

Há quem se identifique com o cis-heterobolsonarismo, inclusive com grande força nas páginas deste jornal. Há quem passe a se identificar só por aquilo que lê. Nossa vida contemporânea prova que as armas e armadilhas do ódio como projeto de poder contagiam e contagiaram muitos e muitas, por isso, reforçamos o que colocamos páginas atrás dentro das proposições de Butler (2000): introduzir subversões indetentárias na condição de abjetas e subalternas acaba por reforçar o domínio da cis-heterossexualidade, haja vista que o autoritarismo de criaturas como Heitor Freire²⁶, um dos bolsonaristas de carteirinha que

²⁶ Em 2018, Heitor Freire era candidato a deputado federal e presidente estadual no Ceará do Partido Social Liberal (PSL), a mesma legenda escolhida por Jair Bolsonaro para se candidatar naquele ano. Freire era, portanto, a principal voz da campanha do presidenciável, assim como um porta-voz do discurso de ódio que acompanha a

assombram o Ceará, além de muitas outras fontes e perfis que conservam a norma e o horror ao Outro, sequer são questionados nos textos.

Fontes contrárias ao bolsonarismo surgem nos relatos, na maioria das vezes, criticando o perfil homofóbico do discurso do político e de seus aliados de linha de pensamento. Serão comuns frases que vão apontar as condutas machistas, homofóbicas e racistas do militar, relembrar declarações preconceituosas do mesmo, assim como manifestações que fazem uso de palavras como “minorias”, “costumes” e “comportamento” para defender o campo dissidente frente aos discursos do cis-heterobolsonarismo político. Em diversas ocasiões, sem muito debate, expressões do vocabulário de ataque, como “kit gay” aparecerão nestas discussões, assim como outras manifestações que acionam muito superficialmente aspectos da sexualidade para contradizer algumas afirmações do campo conservador. Em geral, prevalece, como já apontado por este estudo, grande desinformação sobre as características e posicionamentos dos sujeitos que transcendem a normatividade de gênero e sexualidade, além de ser recorrente uma cultura de passividade e despolitização.

Mas, partindo agora para a miragem sobre 2020, percebemos algumas mudanças substanciais. Mesmo considerando ainda a força do embate discursivo provocado pelo campo bolsonarista junto às questões de gênero e sexualidade, encontramos um relaxamento deste tópico de agendamento, sobretudo no segmento informativo, o que é entendível quando observamos que o pico do assunto se deu justamente em meio às eleições de 2018. E, neste quesito, podemos acrescentar que por 2020 também ser um ano eleitoral, ainda que municipal, há certo combustível para debates desta natureza, afinal, o plano ideológico conformado como conservador ambiciona ganhar ainda mais força neste ciclo. É o contexto dos “candidatos de Bolsonaro”.

Traduzindo estas avaliações em dados, percebe-se que somente 9% dos conteúdos informativos de 2020 pautam o universo discursivo bolsonarista. Já junto aos artigos, a força do tópico se renova, alcançando 43,90% das situações textuais deste extrato. De modo geral, 18,54% dos conteúdos perpassam a esfera do cis-heterobolsonarismo.

Detalhando a compreensão dos atores e os modos de manifestação do temário, no gênero informativo os discursos são introduzidos por críticos de bolsonarismo em 5,45% dos textos deste perfil e em 3,64% são agentes do bolsonarismo a pronunciarem-se. No setor de opinião do jornal, a maioria das vozes que circundam a interface são daquelas que, de alguma forma, combatem o sistema opressor de pensamento citado, com 36,59% das aparições,

narrativa bolsonarista. Naquele mesmo ano, é eleito para a Câmara dos Deputados. Em 2020, por sua vez, o político é um dos candidatos, também pelo PSL, ao comando da Prefeitura de Fortaleza.

enquanto a outra ponta, partidária da morbidade, está presente em 7,37% do total de artigos produzidos naquele período.

Uma particularidade fundamental do cenário de 2020 é que há mudanças tanto na argumentação de articulistas, como na seleção de vozes nas matérias jornalísticas. Nos artigos, há o aumento do confronto com o bolsonarismo e com o próprio Bolsonaro. Obviamente, esta postura tem a ver com o fato de que já presidente renova-se a crítica ao indivíduo, sobretudo frente ao descambado de problemas que derivaram da chegada do mandatário ao poder, sensivelmente agravado pela pandemia de Covid-19, negligenciada por aquele a quem cabia liderar o enfrentamento da problemática. É nesta linha de “lá vai o Brasil descendo a ladeira”, especialmente em outubro e novembro, que acusações mais fortes adicionam-se ao vocabulário adverso ao governante máximo do Brasil na pauta informativa. Boa parte deste novo tipo de embate se dá por força da eleição de indivíduos LGBTI+, sobretudo travestis e transexuais, com o predomínio de mulheres trans, para cargos de vereadoras e vereadores. Com manifestação nas urnas, o jornal quebra, nesta fase, um tanto da falta de pluralidade característica. Não mais tão excluídos do debate que lhes dizia respeito, agora sujeitos da dissidência são, ao menos, colocados em inferioridade. No fim das contas, como critica Santana (2018), o jornalismo político, sobretudo este setorial, diga-se, retrata como a própria sociedade majoritariamente enxerga esses agentes sociais. Mas, o pesquisador pondera: “Se por um lado, os jornais são um meio de solidificar estereótipos e fortalecer preconceito, por outro, podem também ser espaço de debates e de fissuras dos padrões heteronormativos e da homofobia” (SANTANA, 2018, p. 36 e 37).

O jornalismo segue profundamente declaratório, e, se apresenta mais uma vez ausente de contraponto, mesmo quando Bolsonaro traz em seu discurso despautérios como quando diz que o Brasil precisa deixar de ser um País de “maricas” e enfrentar o novo coronavírus “com coragem” e não como “frouxos”, veiculados na edição de 19 de novembro de 2020, na editoria Farol. Neste quesito é interessante como o vocabulário do presidente está recheado de associações com gênero e sexualidades, demonstrando, de um lado, que ele não tira o afeto, o gênero e o desejo dos “diferentes” da boca e, de outro, que seu pensamento, tornado preleção pelo jornal, é sustentado pelos arranjos das masculinidades. Conforme Zanello (2018), as masculinidades são aparadas principalmente pelo chamado dispositivo da eficácia masculina, formado, por sua vez, por ideais de virilidade, de força, de embrutecimento, que colocam o gênero masculino acima de tudo que é feminino – a LGBTI+, a mulher, qualquer perspectiva de sensibilidade etc. –, que precisam ser provados mesmo em situações críticas, neste caso, a Covid-19, mas que representam, na verdade, uma lógica de domínio, de produção

do poder, de manutenção da força de um setor hegemônico que subalterniza muitos para que alguns alcancem posições de privilégio – mesmo que isso signifique a matança em massa de tudo que é Outro.

Mais elementos para esta percepção podem ser capitados se refinarmos ainda mais os dados das avaliações de caráter subjacente, que consideram se o conteúdo é positivo, negativo ou indiferente (BARDIN, 2010) em relação ao mundo *queer*. Já havíamos colocado que as produções consideradas negativas – marca de 23% dos artigos e 15,92% dos informativos de 2018 e de 12,20% dos materiais opinativos e 6,38% dos noticiosos de 2020 – estão fortemente associadas ao interdiscurso político, o que reforça que o tema, 44 anos depois da organização, em São Paulo, do Grupo de Afirmação Homossexual (Somos), organização pioneira na articulação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e marco fundador das lutas organizadas das dissidências sexuais e de gênero no país²⁷, segue sendo alvo de intensa polarização na sociedade.

Chama ainda mais atenção o fato de que 60% dos artigos e também 60% dos textos informativos considerados desfavoráveis às subjetividades identitárias em 2018 são marcados por discursos de articulistas e fontes enquadradas no que classificamos como “bolsonarista”, através de manifestações do próprio Jair Bolsonaro, seus aliados e sujeitos que compõem ideologicamente esta revoada. Em 2020 a proporção se repete. Embora tenhamos menos textos que abjetam as questões transviadas, 60% dos escritos do caderno de opinião e 66,67% das notas, notícias e reportagens com esse viés acionam o cis-hétero-bolsonarismo.

É preciso compreender a abjeção que se cria deste outro modo, profundamente pautada como energia política. Afonso-Rocha (2021) acusa que a movimentação de imagens de ódio aos sujeitos cis-hétero-dissidentes se dá, neste contexto exato, através da dinâmica de gerenciamento do medo, sob a estratégia de produção de determinadas corporalidades como ameaças sociais. São “cidadãos de bem”, “defensores da família”, “protetores das crianças”, etc. que produzem discursos e acontecimentos e, no meio de tudo isso, recebem a benevolência do jornalismo convencional, que abre espaço para suas falações raivosas.

Mas para entender ainda mais os meandros de construção do jornalismo político do O Povo e a narratividade sobre as dissidências do sistema sexo-gênero, é preciso questionar o

²⁷ No Ceará, o ativismo do segmento tem 32 anos. Em terras cearenses, esta contagem histórica principia com a criação, em 1989, do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), uma das primeiras entidades desta natureza e ainda em funcionamento. A ONG é também a organizadora da Parada LGBTI+ do estado e tem empreendido esforços para a criação de políticas públicas, assim como ações sócio-educativas e de intervenção social.

próprio itinerário discursivo dos textos, neste caso aqui, sobretudo os incluídos na camada informativa do jornal O Povo.

Em diálogo com Silva (2010), podemos afirmar que quando o jornalismo político opta por escolhas lexicais específicas, tais como “minorias”, “minorias sociais”, “minorias sexuais”, “gay” ou “homossexual” para generalizar o debate sobre as subversões outras, e introduz argumentos como “costumes”, “comportamento”, “pauta moral”, “guerra cultural”, “pauta ideológica e ligada aos costumes”, “questões comportamentais”, “causas sociais”, “pautas de costumes”, entre outras, que são compartilhadas por eles e pelos atores não-dissidentes na política *mainstream*, diga-se de passagem, o faz porque já decide que determinadas sexualidades são diversas do que ele compreende como normal.

Quando o jornalismo, o jornal ou jornalista decide, mesmo diante de largo debate sobre a ideia do “casamento igualitário”, por exemplo, ou mesmo ante a construções como “relacionamento homoafetivo”, “casamento homoafetivo” ou, vá lá, “casamento LGBT”, chamar a união contratual civil e/ou a celebração amorosa religiosa entre pessoas de dissidências sexuais e gêneros de “casamento gay” – repetida e sistemática vezes e, destaca-se, em muitas oportunidades por um mesmo autor – o faz por escolha resoluto, ainda que, convenhamos, pode ser inconsciente ou consequente: há um sistema de valores e crenças associado, onde o binarismo de gênero, as estruturas dominantes, majoritariamente, sequer são questões para eles – o que é ainda mais preocupante.

É preciso sublinhar que nestes dois anos estudados, que nos fornecem um total de 10 meses, o termo campeão de associações diretas e indiretas às subversões da identidade é “minorias/as”, algumas vezes com derivativos, como “minorias sociais”, “minorias em direitos” e outros. Tal marcador aparece 24 vezes, seja na boca de fontes, seja no texto de jornalistas, como no exemplo abaixo:

O objetivo é analisar aspectos como organização e tecnologia no pleito, participação política de **minorias**, financiamento de campanhas, liberdade de expressão e justiça eleitoral. (“OEA monitora eleições no Brasil pela primeira vez” - Eleições 2018 – Marcela Tosi - 04/10/2018).

Falamos aqui de formas impersonalizadas que abstraem os atores sociais objetos de representação por meio de uma característica atribuída a eles, que dizem qualquer coisa pra não dizer o nome do que não pode/deve ser dito. São, na verdade, subterfúgios discursivos, como “questões comportamentais”. Vejamos:

Talhada em cima das duas propostas e no confronto com o petismo, a agenda do governo Bolsonaro mistura receituário ainda pouco claro de cortes orçamentários e pulso firme em **questões comportamentais**. (...) No espectro político, Bolsonaro promete tocar pauta ideológica de direita e ligada aos costumes, sobretudo com temas como a ampliação do porte de armas e a **redução de pautas mais ligadas à esquerda em escolas**. Recém-eleita com 51 deputados federais, bancada do PSL na Câmara deve ser protagonista nesta agenda. (“Agenda une liberalismo econômico e conservadorismo” - Eleições 20218 - Carlos Mazza, com agências de notícias-29/10/2018).

É urgente perguntar: Faltamos todos a essa aula, que colocava que o jornalismo deveria produzir de forma tão não específica? É jocoso, até. A cobertura informativa não dá nome aos bois, o conteúdo opinativo não dá nome aos bois e, enquanto isso, eles “passam a boiada” – no estilo corrida de touros das ruas de Pamplona²⁸, deixando muitos pisoteados pelo caminho.

Neste ínterim, é preciso questionar a rotina produtiva – da pauta à edição – de forma a entender, como propõe Silva (2010), o caráter subjetivo das escolhas, que podem ser resultantes de valores impregnados, que incluem concepções sobre gênero, classe, raça, sexualidade. Na conclusão de pesquisa que observava o processo de produção de redações jornalísticas, a pesquisadora apontava que os

jornalistas apareceram caracteristicamente auto-referentes e pouco reflexivos sobre suas práticas, refletindo um certo etnocentrismo, na maioria das vezes relacionado aos valores da cultura hegemônica vigente. Demonstraram ser pouco afeitos à relativização e pouco abertos para a diversidade de valores que emergem da sociedade. Parecem indicar, portanto, o modo como o que “significa” o real para esses profissionais será, então, norteador do que é produzido e veiculado como “verdade” nos meios de comunicação (SILVA, 2010, p. 200)

Essa falta de exercício reflexivo e alteridade, além dos próprios ditames de todos os fatores que impactam na produção do periódico, levando em consideração os vetores que delineiam os vários “jornais que formam o jornal”, como o “jornal-da-família-Dummar”, o “jornal-empresa”, o “jornal-ator-político”, o “jornal-público-consumir-leitor”, o “jornal-jornalistas” e o “jornal-jornalismos”, podem explicar ou dar dimensão de como chegamos até esse diverso produto final: a edição encadernada e distribuída d’O Povo.

Estas forças e formações talvez possam nos ajudar a compreender como o jornal – que pelo menos quatro vezes neste ciclo de análise pintou sua capa com as cores do “Orgulho LGBTI+” e que transforma até a sua logomarca, elemento principal da identidade de uma

²⁸ Cidade da Espanha onde ocorre a tradicional corrida com touros pelas ruas e que integra as festividades de San Fermin.

empresa, com o arco-íris das dissidências – seja o palco de artigos que acatam, inclusive muito marcados pelo viés político e jurídico, a “ordem *queer*”.

Figura 12 – Arco-íris invade a capa do jornal



Fonte: O Povo - Capa da edição de 08 de julho de 2018.

Figura 13 – Logo nas cores do Orgulho LGBTI+



Fonte: O Povo - Capa da edição de 25 de junho de 2020.

Neste sentido, perguntamos: é coerente que o jornal abra espaços para posições tão contrárias a seu posicionamento médio, inclusive com assento no grupo de articulistas fixos e em posição de destaque na distribuição gráfica do caderno de Opinião?

Em um País de maioria cristã não se admite facilmente que nossa moral seja escarnejada dia a dia e que se imponha goela abaixo dos pais as idiosincrasias sexuais de pedagogos vitimados pela lavagem cerebral de um sistema educacional decadente (“A guinada à direita” - Artigo – Catarina Rochamonte - 08/10/2018).

O grito dos inocentes que compreende que ideologia de gênero é uma invasão do estado dentro da família (“Uma maioria silenciosa” – Artigo - Rev. Munguba Jr. - 28/11/2020).

Antes de respostas, nos restam mais perguntas, como: a supremacia da “diversidade de opiniões”, que pode vir a ser o esteio para “ideias” danosas ao gênero humano, está acima dos valores que a empresa definiu e que vende à sociedade? Do ponto vista editorial, o compromisso com determinadas questões, que o jornal declara publicamente, não deveriam ser valores invioláveis?

Ser homossexual no Brasil é um risco enorme (...) Por isso a necessidade de políticas públicas intersetoriais que garantam não só assistência social e oportunidades, mas a desconstrução de uma cultura homofóbica no País que se retroalimenta nos mais variados espaços, como se a diversidade sexual fosse um erro, um "pecado" a ser punido, e não algo natural, próprio da humanidade. (...) Quantas outras Dandaras, Sorayas e Letícias precisarão morrer para que nos demos conta dos equívocos cometidos e da ausência de ações efetivas em prol da população trans? Variados planos, projetos e estudos já foram elaborados. Leis garantem uma série de direitos. Mas falta tirar muita coisa do papel. Não nos furtamos dessa responsabilidade. Não sejamos direta ou indiretamente culpados por outras atrocidades. Avancemos do bom discurso à prática. (“Alerta para violência contra população trans” - Editorial - Jornal O Povo - 17/08/2020).

O trecho acima é de editorial do jornal O Povo de agosto de 2020, que, mais de uma vez, foi espaço para posicionamentos positivos e engajados às dissidências sexuais e de gênero. Embora este tipo específico de texto não componha nosso conjunto de análise inicial, a referência a ele tem, neste momento, papel importantíssimo. Diante disso, vejamos: se o editorial é mesmo “a voz do jornal”, se é por meio dele que a empresa manifesta sua opinião, forjando ajuizamentos de acordo com aquilo que julga apropriado, nestes termos, verificamos, portanto, contradições evidentes entre aquilo que a organização vislumbra e desenvolve em sua *práxis*. Reforça este questionamento a abordagem de toda esta pesquisa, que considera que o que é veiculado na editoria de Opinião, mesmo que muitas vezes produzido fora da redação d’O povo, é sim responsabilidade da empresa, posto que organiza um setorial com diretrizes, agenda e equipe responsável por selecionar este tipo de texto, acumulando todo um processo produtivo até a chegada destes materiais às páginas impressas. Afora isso, o jornal coloca-se em diversos posicionamentos institucionais, a exemplo de sua “Carta de Princípios”, como um “veículo de

informação e órgão de opinião” (O POVO, 1989), reforçando a tese de que a produção argumentativa é parte indissociável e relevante de sua proposta editorial.

5.1.13 Viadarte: As performatividades da editoria de Cultura

Há pouco mais de uma década, quando este pesquisador ainda debutava no ofício de jornalista, era comum ouvir nos círculos jornalísticos, que se estendiam das redações às mesas de bar, a proliferação de diversos epítetos relacionadas ao jornalismo local. Um deles era a palavra “Viadarte”, uma associação ofensiva entre o caderno de entretenimento e cultura do jornal O Povo, o Vida & Arte, e “viado”, termo, neste encadeamento, empregado pejorativamente para se referir a homens gays. Desde aquele momento, causava incomodo não só ouvir o vocábulo, mas também acompanhar os sorrisos descarados e injuriosos que seguiam a pronúncia do insulto. Um elemento importante desta situação, é que o discurso homofóbico, que obviamente se dirigia ao conteúdo e aos seus produtores do mesmo, vinha justamente de colegas d’O Povo e, destaque, de repórteres, homens e mulheres, do então setorial de Conjuntura, hoje editoria de Política do jornal.

Pesquisando sobre alguma discussão que tratasse da construção “Viadarte”, encontramos texto de 12 de dezembro de 2015, do blog do jornalista Victor Vasconcelos, que, em meio à narrativa sobre o falecimento do professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e jornalista Agostinho Gósson, debate o assunto. Entre as histórias com o veterano, Vasconcelos (2015) narra que com ele “aprendeu” o jocoso termo, então agregado pelo docente para se referir ao que chamava de “Caderno de Frescura”. Nesta visão, o Vida & Arte seria a antítese de um jornalismo “sério” e “praticado por pessoas sérias”.

Percepções distorcidas, parciais e LGBTIfóbicas são, como vemos, recorrentemente transmitidas na comunidade discursiva dos jornalistas e integram, sem sombra de dúvidas, a cultura profissional. O jornalismo sério seria, a partir deste imaginário, podemos supor, aquele que não trata de “viadagem” e que, certamente, não é feito por “viados” – aqueles que, sobretudo, já não vivem no obscuro armário.

Mas o Vida & Arte já nasceu, no mínimo, diverso, tanto em operação como em conteúdo. Desde a figura de um de seus criadores e primeiro editor, o jornalista Ivonilo Praciano, a jovens jornalistas que hoje constroem suas páginas, o espaço sempre teve a presença marcante de corpos dissidentes e progressistas, entre elas mulheres jornalistas que questionavam os papéis de gênero.

Em 2019, o caderno completou 30 anos da publicação de sua primeira edição no jornal O Povo, mostrando que falar de “frescura” não perdeu o sentido, pelo contrário, renovou-se em importância. A inclusão das expressões artísticas só ganhou peso no jornalismo desde então, desconstruindo argumentos contrários aos destaques dados à cobertura cultural.

Assim como os sujeitos das subversões de gênero e sexualidade, que se descobrem diferentes a partir, muitas vezes, da abjeção e das exclusões provocadas pelos outros, recobramos esse contexto colateral de significações construídas sobre o caderno, muitas vezes reproduzido por vozes dos colegas de bancada da redação, para, em uma evidente abordagem *queer*, ressignificar o próprio termo “Viadarte”, que aqui passa a ser empregado como a propriedade de inclusão discursiva das identidades que questionam a sexopolítica e se abrem à produção de outros sentidos, experiências e, sobretudo, performances sobre aqueles considerados “estranhos”, “frescos”, “esquisitos” e “exagerados”.

Nestes termos, falar de um jornalismo “viado”, entre os vários jornalisismos produzidos dentro de um jornal de referência, é reconhecer as dinâmicas que movimentam um espaço impactado pela ação de pessoas, situações e instituições. Uma circunstância que não é estática e sim múltipla, entrecruzada, diversa. Ser “Viadarte” é também encontrar mais espaço para o desenvolvimento de uma mídia que se abre à insurgência, como veremos.

No Vida & Arte, encontramos a presença mais forte de estratégias enunciativa-discursivas que transgridem as normas da esfera comunicativa preponderante no jornal. Diferentemente dos textos que tematizaram a política, nos materiais do suplemento de cultura foram acionados elementos que oferecem mais possibilidades de formação de identidades da diferença.

No caderno, por meio da narrativa sobre produções artísticas e culturais, há o esforço de diferenciação de questões como orientação sexual e identidade de gênero, entregando ao leitor a possibilidade de compreender com mais exatidão o universo temático e garantindo aos sujeitos que vivenciam as experiências cevas nos dois campos existenciais o direito a um retrato mais correspondente. Portanto, transexualidades, homossexualidades, bissexualidades são visibilizadas e, muitas vezes, explicadas, fugindo de categorias generalistas, impessoais e que não dizem muita coisa além de subalternizar como “minorias” ou “pauta de costumes”.

Por esses dois espaços, transitam suas vidas que, afinal, têm muito pouco em comum. Aliás, dificilmente seus caminhos teriam se cruzado não fosse por um fato: ambos **são homens trans**, em processo de adequação da aparência física à sua **identidade de gênero**. (“A leveza do encontro” - Vida & Arte - Ivig Freitas – Jornal O Povo - 14/11/2018).

Neste contexto, o percentual de produções de postura *queer*, ou seja, crítica, que provoca a desidentificação com a cultura heteronormativa, começa a crescer neste espaço editorial, tendo mais impacto neste extrato do que no jornal como um todo. Em 2018, cerca de 25% dos textos do Vida & Arte têm essa característica, enquanto o dado geral deste ano era de 19%, ainda uma diferença pequena. No entanto, em 2020, o perfil se prova ainda mais proeminente, com 28% das produções do caderno de cultura acionando a insurgência nos discursos, enquanto o relato geral do período era de apenas 16%.

Todavia, salientamos, como nos mostram os números, que a conquista de espaço da insurgência discursiva ainda não é uma característica majoritária mesmo neste tipo de produção do jornalismo, embora seja o discurso cultural o principal expoente dessa realidade.

Importante salientar que tais características, de abraçar o desalinhamento com o sistema que intenta produzir corpos *straight*, é capitada não só a partir do que escreve o jornalista/jornal, mas do que estes entes incorporam também como discursos das fontes, do conteúdo das obras artísticas, que são direta ou indiretamente ajuntados nos escritos e assim parte fundamental de toda a história.

"Nessa nação que mata e trata mal mulher e pobre, preto e jovem, índio e tal. Onde nem lésbica, nem gay, nem bi, nem trans são plenamente cidadãos ou cidadãs. **Não quero mais cantar meus versos mais amenos, a menos que antes seus direitos sejam plenos**", esbraveja numa letra tão gigante quanto a de Que Beleza, a Beleza. ("Um labirinto em linha reta" – Vida & Arte – Marcos Sampaio – Jornal O Povo - 22/08/2018).

Como se pode observar, são discursos que nos levam mais longe. Mais chegados às sexualidades periféricas, são agregados sentidos peculiares. Neste campo, temos notícias que incorporam o debate inclusive comum a esta pesquisa, como a discussão dos “padrões de gênero e sexualidade”, a negociação de sentidos travestis, transexuais, transmasculinos, não binários, intersexuais.

Construções como “sociedade cisgênera”, “falocentrismo”, “heteronormativo”, “binarismo de gênero”, “comportamento cis-heteronormativo”, “masculinidades”, “teoria queer”, “pluralismo identitário”, “corpos dissidentes” e “fluidez de gênero” (quando o indivíduo não se identifica com apenas um único gênero e, assim, “flui”, inquieta os códigos) são incorporadas e, algumas vezes, debatidas pelas narrativas.

É marcante quando o jornal, em uma das narrações, estabelece o prólogo sobre o que seria uma pessoa “trans não-binária” e aciona essas vozes em sua potência: “Como bem se

pode ver pela sociedade, quando a gente fala de pessoas trans sempre veem como figuras marginalizadas. Hoje, significa ser autossuficiente, empoderada”. As “aspas” são da cantora e compositora cearense Angel History, em matéria de uma página inteira do Vida & Arte de 24 de outubro de 2020. A personagem do texto destaca processos de autoafirmação enquanto trans não-binária.

O debate das interseccionalidades – interações e marcadores entre as opressões de gênero, raça, origem e classe social – aparece, assim como as expressões artísticas transformista e *drag queen*, além da presença das dissidências e suas estratégias de “(re)materialização” na dança, na música, na dramaturgia, na televisão, no cinema, no streaming etc.

Percebemos também a introdução, através de espaços como a moda e a música, de assuntos relacionadas às expressões de gênero, que vai além de definições de identidades de gênero, e trata da forma como o gênero humano, independente do que lhe é atribuído pela sociedade, se expande por meio de nome, vestimenta, corte de cabelo, comportamentos, características corporais e da interação que estabelece com as demais pessoas.

Juntando o universo da moda e introduzindo uma discussão crítica sobre as violências sofridas por aqueles que subvertem as identidades através de depoimentos e da proposta artística de estilista, o texto “Cicatrizes que vestimos”, de Iury Figueiredo, explica, de forma *sui generis*, como as violências se introjetam em vidas lésbicas, gays e trans, sem explorar a expiação, mas para embasar os vetores deste mal. Arelados aos “looks”, os relatos denotam que moda, arte e discurso são formas de resistir às coerções, às sequelas punitivas aplicada àqueles que são desobedientes ao “projeto” e à “estratégia” do sexo “natural” e do gênero “coerente”.

“A minha coleção seriam as vidas”, define Hércules. “A roupa, na sua própria forma de tecer, através do toque, do cheiro, conta histórias de si mesma”. É o caso, por exemplo, da camisa de Jefferson Rocha, jovem gay e negro espancado por extremistas no Benfica. Quem para de frente à obra pode nem perceber o tecido ainda rasgado, visível mesmo para quem toca e vira a camisa pelo avesso. “Ele me disse que, antes de me entregar, ainda tinha sangue na camisa”, revela Hércules. (“Cicatrizes que vestimos” – Vida & Arte - Iury Figueiredo – Jornal O Povo - 09/10/2018).

Discute-se os feminismos e as variações do feminino ultrapassando o muro da essencialização cisgênero e provendo o “ser mulher” como passível de uma não-binaridade, de uma intersexualidade, e, logicamente, de uma experiência trans.

Há a abertura ainda para a introdução de palavras como “bixa”, “bicha”, “sapatão” que são ensartadas como parte de nomes de sujeitos e obras artísticas, mais uma vez acionando

a citacionalidade, qual seja, a capacidade de, na performatividade, positivar aquilo que era usado para lançar mácula.

Com base nestes exemplos e situações, o que aqui chamamos de “Viadarte” é “um projeto discursivo-performativo (...), uma cena discursiva, de dimensão macro e microssocial, na qual sujeitos interagem, construindo-se e construindo seus corpos e suas vidas, situados na cultura, de modo a mantê-la ou subverte-la” (SANTOS FILHO, 2017, p. 163).

Espelho disso é que o cenário construído pelo Vida & Arte compõe, principalmente, representações personalizadas das dissidências, quando os atores sociais são identificados não só por suas identidades, mas também por seus nomes. A personalização alcança 72,67% dos textos informativos do caderno, enquanto o quadro geral dos textos noticiosos do jornal era de 61,88%.

Os dados reportados acima são da realidade tingida em 2018 e 2020, que unificamos nesta abordagem, tendo em vista que o perfil da editoria permanece idêntico nos dois anos de coleta.

Além de mais personalizados, do que impersonalizados neste contexto narrativo, corpos transviados são estatisticamente mais presentes na condução narrativa neste extrato do estudo. No Vida & Arte, 43% dos conteúdos são governados pelas vozes e sentidos *cuir*, enquanto no conjunto, contemplando todos os quadros da pesquisa, este dado era de apenas 25,13%. Optamos por evidenciar este quadro positivo de presença de vozes dissidentes dentro do caderno, em detrimento do mercado geral do jornal, para mostrar o desempenho que esta categoria tem especialmente neste espaço de produção. Dito isto, é necessário que registremos que o comando da narrativa por sujeitos *transviados* não é o marcador protagonista do Vida & Arte, mas é esta editoria, entre todos os espaços d’O Povo, aquela que mais consolida ou avança junto a esta peculiaridade.

Afora a capacidade de acionar os significados e ideais construídos sobre a temática, o campo cultural do jornal é responsável por incorporar mais fortemente o recurso imagético, o que era esperado, convenhamos, tendo em vista a especificidade da cobertura da área artística e do entretenimento. Dos 212 textos informativos de 2018 e de 2020 que possuem imagens, 91 estão no Vida & Arte – 43% do total. Deste universo, 69,57% dos registros iconográficos trazem a representação visual das subjetividades de gênero e sexualidade. Importante acrescentar que a inclusão de imagens é sempre algo que realça o conteúdo de determinada temática em um jornal e, nesta análise, é evidente que a representação visual caminha em um território de resistência, uma resposta estético-política aos dispositivos de extermínio, produzindo estratégias de identificação a partir desta linguagem.

Os “desvios da rota”, é justo dizer, também acontecem. Alguns conteúdos não corresponderam ao viés afirmativo que contemplamos na discussão acima e ocorreram em situações, registre-se, marcadas pela entrada em cena de redatores que fazem parte da equipe do jornal, mas que, rotineiramente, não escrevem no “Viadarte”. O resultado são textos que falam superficialmente de enredos culturais supostamente homoafetivos, mas que são narrados junto a expressões precárias como “beijo gay” e “casal gay”, quando o assunto faz referência a relações afetivas entre lésbicas. Esses dados reforçam o peso integrativo da comunidade discursiva que assina textos jornalísticos no setorial de cultura e entretenimento. Confirma, ainda, o que tematizamos sobre escritas originalmente de recorte político do jornal: a dificuldade em realizar a alteridade.

A nossa percepção delata que a presença maior de profissionais de outras editorias no Vida & Arte tem a ver com as próprias afinidades destes, que escrevem, eventualmente, sobre um tipo literário específico ou uma área do entretenimento em destaque contemporaneamente, a exemplo do mundo “gamer”, mas também vemos isso como resultado de um modelo de produção cada vez mais integralizado, fruto das transformações mais recentes das redações, como a do O Povo, que realizaram a convergência de mídias e processos produtivos.

As transformações e outras possibilidades narrativas que encontramos neste campo, é determinante colocar, são resultado, substancialmente, das mudanças que acontecem na prática social, a partir do ímpeto criativo e afirmativo de forças dissidentes que inquietam o território da cultura. A ação “fechativa”, como aponta Trevisan (2018), entra em diálogo com as novas linguagens e tecnologias, assim como com tendências internacionais de decolonialidade e rompimento de fronteiras. São movimentações que acontecem nas novas e velhas experiências culturais e mídias, acionam o cinema, o teatro, a literatura, a dança, a música, a televisão, as linguagens da internet, como as plataformas de *streaming*, entre outras. E assim, “evoluindo de acordo com as brechas permitidas pelas medições de audiência” (TREVISAN, 2018, p. 542), no caso de novelas, ou a partir da “saída do armário de cantoras do *mainstream*” e do aparecimento de “uma nova geração surpreendente”, que “emergiu na onda *queer* da ambiguidade de gênero” (TREVISAN, 2018, p. 547) no caso da música, por exemplo, o fenômeno cultural dissidente se produz para ser, por sua vez, multiplicado no jornal.

Outro fator, é que, declarados ou não, jornalistas de identidades não normativas tratavam de circunstâncias que, em certo grau, já lhes eram familiares. Por fim, é acertado acrescentar que, na maioria das vezes, entre todos os espaços do jornal, é no Vida & Arte que estes intérpretes encontram morada.

Mas nem tudo são flores. Temos que ressaltar que o detalhamento trazido acima e certa “pulsão” *queer* identificada no Vida & Arte é restrita ao conteúdo selecionado para esta pesquisa: notas, notícias, entrevistas, reportagens e outros produtos do jornalismo informativo. Como alertamos, deixamos de fora deste levantamento as colunas temáticas e assinadas, entre elas as que versam, dentro do caderno, sobre beleza, culinária, vinhos, maternidade e colonismo social. Carece colocarmos que este tipo de conteúdo, excetuando-se a coluna Cena G, que tematiza as orientações sexuais e identidades de gênero e que foi publicada até março de 2020, contradiz-se com o que apuramos sobre a editoria de cultura e entretenimento em seu segmento noticioso. Ao passar as páginas que intercalam os conteúdos que analisamos, percebemos que a maioria das colunas fala frontalmente, diretamente e sem rodeios (para e sobre) uma camada elitista, heterossexual, cisgênero e branca. Fazendo uma avaliação superficial (e portanto restrita) desse universo, afirmamos que atua no reforço da cis-heteronormatividade, “pasteurizada”, com corpos que nos parecem saídos da linha de produção da Mattel²⁹. É particularmente interessante olhar o quanto as fotos do colonismo divergem do âmbito informativo. Enquanto, de um lado, pessoas trans, não-binárias, corpos dissidentes, negros, periféricos etc. ganham espaço no que ressignificamos como “Viadarte”, do outro uma burguesia, que aparece em fotos em pares “heteroafetivos”, de dentes mais brancos que as nuvens, emoldurados por rostos “harmonizados”³⁰ artificialmente, recebem nome, sobrenome e filiação, sendo celebrados por serem o que são: os rostos da hegemonia social, os herdeiros do colonialismo. Diferentemente de mulheres trans ou travestis, por exemplo, que buscam a cirurgia plástica para adequar o corpo à identidade, ou mesmo para fugir de uma marcação cis, nossos “Ken” e “Barbie” são protótipos do gênero que performam: homens que buscam rostos mais “masculinos”, dentro das marcações fenotípicas do branco europeu ou greco-romano, e mulheres que se montam, estetizam, enlourecem, “chapam” os cabelos e “feminizam” suas formas e rostos, em busca da “mulher perfeita” comercializada pelo capitalismo que impõe o imperativo cultural de gênero – uma reedição diária do *The Stepford Wives*³¹.

É conveniente, adicionalmente, marcar a importância e os limites da Cena G, coluna semanal, publicada nas quintas-feiras dentro da encadernação de nosso “Viadarte”. Assinada

²⁹ Companhia de brinquedos fabricante das bonecas Barbie e outros produtos do gênero historicamente criticada pela falta de diversidade, especialmente ético-racial e de estética corporal.

³⁰ A “harmonização facial” é um procedimento estético que muda as formas do rosto através da técnica do preenchimento. Basicamente usada para modificar a formatação do fenótipo da face.

³¹ Livro do estadunidense Ira Levin (1929-2007), também autor de *O bebê de Rosemary*, *The Stepford Wives* foi publicado em 1972 e tornado filme em 1975 e em 2004. O drama retrata um grupo de habitantes masculinos da cidade de Stepford, na qual se associam por uma causa comum: transformar suas esposas em “perfeitamente” brancas, estetizadas, maquiadas, siliconadas, submissas, servis e belas.

ao longo de sua existência pelo jornalista Émerson Maranhão, o espaço editorial existiu de 2005 a março de 2020. Encerrada após a demissão do seu autor, a Cena G nasce como uma coluna escrita por gays para o público gay, com a abordagem de assuntos relativos à homossexualidade e, como defendia, numa tentativa de incluir a homossexualidade dentro da “normalidade” (CÂNDIDO, 2020). Criada em um período em que o movimento era GLBT, mas que as referências mais populares eram GLS, o espaço se conformou em um nicho editorial voltado para o público homossexual masculino. Até o seu penúltimo ano, quando o movimento já era “LGBT(XYZ)”, como brincava Maranhão, a Cena G não havia ainda perdido de vista o apelo ao público gay, vide a constante exibição de corpos masculinos “padrão”, um outro tipo de Barbie³², mas com um apelo mais amplo ao conjunto das identidades, expressões e orientações que, nesta década e meia, mais ascenderam do que retrocederam na atenção de suas demandas pela sociedade brasileira.

Como destacou o idealizador, “a coluna mostrou que era possível olhar para a diversidade sexual de igual para igual, e não apenas com o olhar de estranhamento habitual”, de alguma forma influenciando “abordagens jornalísticas outras” (CÂNDIDO, 2020). Na esteira desse processo, acreditamos que a Cena G, acolhida no imaginário de uma imprensa que ousa *performar* o que não é permitido, ofereceu um espaço de desenvolvimento preliminar sobre as subversões identitárias, acenando ao progresso de um jornalismo, provado neste estudo, que apôs concepções e políticas da sexualidade e dos corpos, caminhando além das controvérsias e acionando outras visualidades. Mas é oportuno declarar, adicionalmente, que a Cena G fez parte de uma construção segmentada, de imprensa gay, marcada pelo mercado de consumo, de festas a “estilos de vida” homossexual.

Dito tudo isso, reforçamos que exame mais dedicado e complexo sobre a realidade do colunismo lançaria impressões mais precisas. Portanto, nossos apontamentos sobre este campo de produção localizada são apenas parciais, mas que precisavam ser, de alguma forma, assinalados, para que possamos entender a cena discursiva e todos os contratos presentes no jornal.

5.1.14 Síntese dos marcadores da análise

³² Na gíria, Barbie seria o homem gay com o corpo musculoso e de abdômen definido, alvo de visibilidade e de comercialização do desejo antes mesmo do Instagram e dos aplicativos de “pegação”.

Ao fim desta pesquisa descritiva, de caráter exploratório, que buscou apresentar e examinar a abordagem dada pelo jornalismo impresso ao fenômeno social e político das dissidências sexuais e de gênero, trazemos uma síntese dos principais pilares da análise.

A partir desta miragem panorâmica, percebemos as dimensões apostas na produção jornalística, as correlações de força atualizadas nos discursos e onde identidades subversivas ganham expressão.

Tabela 27 – Balanço geral dos principais marcadores da análise

Marcador		Gênero Opinativo			Gênero Informativo		
		2018	2020	Comparativo	2018	2020	Comparativo
Valência	Positivo	75%	85,37%	Avançou	74,52%	82,98%	Avançou
	Negativo	23,44%	12,20%	Recuou	15,92%	6,38%	Recuou
	Indiferente	1,56%	2,44%	Avançou	9,55%	10,64%	Avançou
Força da temática nas narrativas	Protagonista	21%	22%	Avançou*	50,32%	48,57%	Recuou*
	Coadjuvante	79%	78%	Recuou*	49,68%	51,43%	Avançou*
Produção de discussão embasada sobre as dissidências		8%	17%	Avançou	12%	21%	Avançou
Modos de inclusão	Personalização	39%	54%	Avançou	65%	70%	Avançou
	Impersonalização	61%	46%	Recuou	35%	30%	Recuou
Subcategorias da Personalização	Determinação	100%	100%	Manteve-se	100%	100%	Manteve-se
	Indeterminação	0%	0%	Manteve-se	0%	0%	Manteve-se
Modos de Determinação	Nomeação	19%	26%	Avançou	49%	46%	Recuou
	Funcionalização	0%	0%	Manteve-se	4%	2%	Recuou
	Identificação	81%	74%	Recuou	48%	52%	Avançou
Subcategorias da Personalização	Generalização	78%	65%	Recuou	44%	49%	Avançou
	Especificação	22%	35%	Avançou	56%	51%	Recuou
Modos de Especificação	Individualização	100%	100%	Manteve-se	98%	97,50%	Manteve-se
	Assimilação	0%	0%	Manteve-se	2%	2,50%	Manteve-se
Prevalência da Indeterminação e da Generalização		91,50%	81%	Recuou	64%	64%	Manteve-se
Modos de inclusão	Ativação	7%	24%	Avançou	26%	26%	Manteve-se
	Passivação	93%	76%	Recuou	74%	74%	Manteve-se
Estudo das vozes	Presença de vozes dissidentes	18,75%	7,32%	Recuou	33%	36,84%	Avançou
	Presença de vozes não dissidentes	78,10%	95%	Avançou	58%	58%	Manteve-se
	Prevalece a voz dissidente	19%	7%	Recuou	30%	30%	Manteve-se

Marcador		Gênero Opinativo			Gênero Informativo		
		2018	2020	Comparativo	2018	2020	Comparativo
	Prevalece a voz não dissidente	81%	93%	Avançou	70%	68%	Recuou**
Gênero discursivo aberto à insurgência		17,46%	21,95%	Avançou	18,87%	16,67%	Recuou
Marcadores de regionalidades		7,94%	24,39%	Avançou	50,76%	48,57%	Recuou
Representação das dissidências nas imagens presentes		Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	56,36%	50,98%	Recuou
*Situações de avanço ou recuo não expressivo em termos percentuais.							
**Neste ano em particular, em 2% dos textos houve o equilíbrio entre as vozes							

Fonte: Elaboração do autor.

No mapa exposto acima, que resume as análises operadas neste capítulo como um todo, destacamos principalmente o processo de mudança discursiva neste espaço de tempo.

Vemos, inicialmente, que houve o incremento do artifício da positivação de representações das identidades de gênero e das orientações sexuais, observado tanto na camada argumentativa como na informativa.

Encontramos também o desenvolvimento de certa estabilidade quando estudada a força da temática nas narrativas e o crescimento, entre 2018 e 2020, tanto nos artigos (elevação de 112%), como nos materiais noticiosos (75%), da produção de discussão embasada sobre as dissidências.

Cresce, de um ano pesquisado para o outro, o número de inclusões personalizadas nos dois gêneros discursivos, com destaque para uma elevação de 38,46% no campo opinativo, anteriormente mais propenso à impersonalização, e de 7,69% no setor informativo.

Mais adiante, destaque para a variação negativa, ainda que pequena, nos casos de nomeação dos escritos informacionais de um ciclo para o outro. Nos relatos argumentativos, anteriormente escasso em nomeações, o crescimento deste vetor é de 36,84%. A categorização por identificação, por sua vez, enquanto recua nos artigos, ascende, embora timidamente, nos noticiosos.

Se, de um lado nos artigos, num ano para o outro, avança (59%) o processo de especificação de atores sociais, de outro, nos informativos, este elemento retrocede 8,92%.

Até aqui, importante frisar, notamos uma requalificação processual dos discursos no caderno de Opinião, enquanto desenvolve-se uma certa constância destas categorias no gênero informativo, quando eventual crescimento ou declínio de determinada métrica não é expressivo. Prova disso encontramos na representação ativa/passiva. Ao passo que a faixa informacional crava exatamente a mesma proporção em 2018 e em 2020, nos artigos

encontramos um avanço de 242% na ativação (com o conseqüente declínio, de 18,27%, da passivação) no intervalo de apreciação.

No estudo das vozes, enxergamos outras particularidades. Tendo em mente o desenvolvimento de alguns elementos da abordagem argumentativa, esperávamos que a presença de autorias dissidentes, que já era pequena, avançasse, mas acontece o contrário, ela cai 60,96% nos artigos. Com isso, a presença de articulistas que não manifestam as identidades transviadas salta de 78,10% (2018) para 95% (2020). Por sua vez, no noticiário, mantém-se o perfil de apresentação de vozes nos dois períodos, com a manifestação de brados subalternos em pouco mais 30% dos conteúdos e de fontes fora desta categoria em cerca de 60%. Na formulação geral, vamos nos deparar com o aumento da condução narrativa pelos discursos não dissidentes nos artigos, que varia de 81% para 93% de um ciclo para o outro. Nos informativos, esta marca se manterá próxima aos 70% nos dois intervalos de análise.

Outra perspectiva acionada, que caminha sobre as bases da Teoria da Performatividade de Gênero, foi o questionamento se o gênero discursivo, tanto no enlace argumentativo como no noticioso, estava aberto à insurgência. A conclusão é que esse aspecto progride entre os artigos, mas arrefece no gênero textual característico do jornalismo – o informativo.

De 2018 para 2020, o acionamento de marcadores físicos e simbólicos relacionados às regionalidades avança consideravelmente na ação opinativa, com uma ascensão de 207%. Já no seio da informação de proximidade, este vetor manifesta pequeno declínio.

Fechando esse bloco revisional, percebemos que a situação da representação das dissidências nas imagens veiculadas também retrocede, variando de 56,36% no primeiro período para 50,98% no marco temporal seguinte.

Se, de um lado, observamos processos de transformação nos discursos dos artigos, de outro notamos que este movimento não é acompanhado na maior parte das vezes pelo campo informacional do jornal. Entre os fatores já citados, que colaboram pela mudança da performance no primeiro universo, está o questionamento cada vez maior, no contexto social daquele ano, do conservadorismo que marcou a abordagem no primeiro ciclo de pesquisa, muito impactado pela conjuntura política. No segundo conjunto, é preciso considerar que as condições de produção do jornalismo e a própria sociedade estavam bastante afetadas pela pandemia de Covid-19, o que acaba sendo refletido na programação noticiosa. Como evidenciamos, ocorre, entre outras coisas, a diminuição do espaço editorial, a pauta de saúde rouba a cena e os acontecimentos públicos, do campo artístico ao do ativismo, por exemplo, são praticamente paralisados.

O que se observa é que o jornal, na constituição de narratividades sobre as dissidências sexuais e de gênero, é fortemente influenciado pela prática social em que está inserido e pela prática discursiva que lhe faz parte. Como aponta Fairclough (2001), é preciso pensar o discurso como este espaço, como vimos, de constante rearticulação de elementos. Neste caminho, “a mudança (discursiva) envolve formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente as proíbem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 127). O fato é: encontramos neste exato plano discursivo estudado mudança estrutural na ordem de discurso? Quiçá possamos delinear que este segue constituindo um incitamento.

Se “todos nascemos nus e o resto é drag”, como canta RuPaul Andre Charles na canção *Born Naked* (PIANE, 2014), se certas “verdades” constituídas nascem de “ilusões”, chegará o momento em que práticas discursivas, produtoras de pedagogias e saberes diversos, como a jornalística, caminharão rumo à compreensão de que o sexo e o gênero são elaborações discursivas e, por isso, podem ser criados, recriados e subvertidos permanentemente? Definitivamente, considerando os movimentos contemporâneos, é possível pensar/projetar a explosão desta outra discursividade?

6 APONTAMENTOS FINAIS

Escrevemos estas palavras finais exatos três anos depois do início desta caminhada. Nessa conta, levamos em consideração todo o processo seletivo, a construção do projeto de pesquisa e o período do curso, que foi estendido no contexto da pandemia de Covid-19.

Ao fim desta jornada, por sinal intensa, cheia de obstáculos, mas muita rica em aprendizagem e superação, entregamos as nossas contribuições às experimentações científicas sobre o jornalismo como espaço discursivo das dissidências de gênero e sexualidade. Proposições estas fruto de um conhecimento circunscrito e subjetivo, mas criterioso, que tem origem nas percepções de minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica e que se afeta pelo vasto conhecimento produzido nos campos que optamos por estudar.

Sendo assim, concluímos essa dissertação, fruto de uma análise multiperspectiva, que provocou o encontro de variadas miragens teóricas e metodológicas para a produção de um estudo do discurso do jornalismo contemporâneo, apontando alguns caminhos para a ressignificação da representação da sexualidade e do gênero considerados dissidentes, em uma perspectiva que se afaste da sexopolítica, que considere não reproduzir os padrões da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade, que entenda que, quando se tratam de identidades e existências, “não existem mestres nem padrões”, mas sim “sujeitos em estado de construção de suas singularidades” (TREVISAN, 2018, p. 577).

Esta análise nos permite apontar que mudanças consideráveis aconteceram desde outubro de 2012, quando o jornal O Povo publicou a manchete: “Primeiro parlamentar travesti do Ceará é eleito em Novo Oriente”. Embora o Brasil já tivesse realizado, até este período, pelo menos duas Conferências Nacionais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, a primeira em junho de 2008 e a segunda em dezembro de 2011, o periódico associava a palavra travesti, uma identidade inscrita no gênero feminino, ao universo masculino. Passados quase 10 anos, a publicação hoje reconhece expressões dissidentes diversas, mas ainda não emprega a força integrativa das identidades subversivas.

Dizemos isso baseados nos dados que colhemos neste processo, que considerou a concepção tridimensional do discurso – texto, prática discursiva e prática social – proposta por Fairclough (2001) e que se preocupou com a maneira como as subversões das identidades foram “performadas” na narrativa informativa e opinativa do jornal O Povo.

Em um primeiro aspecto, o nosso estudo exploratório evidenciou que, majoritariamente, na ação de articulistas, os atores sociais do grupo têm suas forças vocais e representacionais mitigadas, enfraquecidas. No gênero opinativo, predominam as veiculações

negativas, os textos não são na maioria das vezes capazes de produção de discussão embasada, as representações das dissidências são preponderantemente construídas de forma impersonalizada e generalista (marcador este que alcança mais de 80% nos dois ciclos analisados) e onde impera também a passivação, ou seja, a inclusão por meio de recursos gramaticais que levam a supressão ou encobrimento da agenda do grupo, que colocam em segundo plano um sujeito. A apresentação passiva das subversões das identidades abocanha quase a totalidade dos conteúdos opinativos de 2018 e pelo menos três quartos dos artigos de 2020, sendo ainda marcada pela sujeição e, neste caso, manifestada principalmente a partir do vetor violência – vidas narradas como precárias, conforme sugere Butler (2019).

O plano se transforma, de alguma forma, quando espelhamos a situação da cobertura jornalística informativa, ainda que algumas das problemáticas encontradas na editoria de Opinião sejam comuns a este espaço editorial. Na produção noticiosa, a representação das identidades, expressões e orientações sexuais e de gênero são potencialmente mais positivas que nos artigos, a força da temática nas narrativas chega a pelo menos 50% no período estudado, mas ainda é muito baixa a capacidade de promoção de discussão elucidativa sobre as questões vivenciadas pelos sujeitos dissonantes dos padrões de sexo, gênero e desejo. Embora constatemos que quase dobrou a proporção de conteúdos que produziram algum tipo de explicação, contextualização, investigação, elucidação ou aprofundamento, o embasamento, presente em somente 12% das produções de 2018 e apenas 21% das de 2020, segue sendo um desafio na abordagem do jornalismo sobre esta temática, uma questão que conflita com a própria deontologia profissional, que estabelece fatores como a elucidação e a exatidão como importantes para a narrativa jornalística. Essa realidade será comum a pautas, sobretudo, que tratam da política, violência e justiça. Ainda na camada informacional, se desenvolvem posições mais personalizadas de atores sociais, embora, quando captamos, dentro das personalizações, os casos de representações generalizadas e somamos com os processos de impersonalização, vemos que nos dois anos é latente a tendência de narrar as identidades transviadas por meio de referências abrangentes. É um jornalismo que ainda opta substancialmente pela passivação – marca de exatamente 74% das inclusões nos dois marcos temporais – e, neste caso, sobretudo, pela lógica do assujeitamento, que é mais uma vez associado à violência (69,34% das passivações por sujeição em 2018 e 65% materiais informacionais com este carimbo em 2020).

Ao longo desta detalhada investigação, nos perguntamos se o jornalismo dá poder de fala às dissidências e o que vemos, a partir do estudo das vozes presentes nos textos, é que essa participação é pequena e, em algumas ocasiões, acaçapada por outras manifestações

“vocais”. Na faixa argumentativa, percebemos que a maioria dos relatos – 77% em 2018 e 92,1% em 2020 – são assinados por pessoas que não se manifestam como de sexualidade e gênero dissidentes, o que nos leva a perceber que é pequena a participação de sujeitos *cuir* nas elaborações textuais sobre suas próprias vivências em um espaço que a autoria é o elemento central e esta é, fundamentalmente, heterossexual e cisgênera. Chegando ao seio de produção noticiosa, vemos que a problemática é, inclusive, mais latente. Vulgarmente, os textos jornalísticos desta natureza são pensados como ambientes onde, de acordo com a tradição, se manifestariam muitas vozes, mas a realidade que trazemos neste inventário do discurso é que não há uma polifonia e sim uma abordagem que podemos classificar como “monofocal”, com aparições reiteradas e até estáveis das identidades discordantes da norma relacionada a sexo, gênero e afeto. O fato é que, de forma geral, embora a presença de fontes de identidade subalternas aconteça no patamar de 30%, nos dois períodos da pesquisa, na divisão informativa prevalece a voz do outro em relação às subjetividades identitárias.

Mais um elemento constituinte a considerar é que os textos opinativos nos ofereceram – mais em 2018 do que em 2020 – uma compreensão deste plano discursivo sobre um ponto de vista mais conservador do que a camada informativa, ao passo que aquilo que era admitido como mais progressista nos artigos se apresentasse de forma mais obtusa e precária em terminologias e argumentos. Emoldurados a partir de ideias e valores inerentes às vozes que assinavam as produções, estes textos expressaram premissas ideológicas da cis-heteronormatividade. E mais: alguns posicionamentos, em nome do reacionarismo, distorcem fatos, o que na nossa avaliação contaminam o trabalho jornalístico do periódico e comprometem os valores e ética que a empresa jornalística defende em seus editoriais.

Consideramos que os conteúdos gerados, tanto em escala informacional como argumentativa, têm pouca habilidade de expor como o preconceito, por exemplo, é fruto de um processo marcado por questões sociais e culturais. Se nos artigos os juízos estão muito relacionados aos embates sociais, políticos e econômicos de determinada época, no caso do noticiário, especificamente, o encadeamento narrativo padronizado é centrado nos acontecimentos, sem necessariamente refletir sobre eles, o que consideramos um marcador problemático, sobretudo no caso da pauta política e, principalmente, quando esta se dá no contexto da cobertura eleitoral. E este, em particular, é um problema não só d’O Povo, mas do jornalismo convencional, o jornal dos grandes centros urbanos, que, como criticava há mais de 30 anos Medina (1988, p. 113), “a notícia descarnada e a bandeira da objetividade”, não vê com bons olhos um espaço narrativo “povoado de detalhes concretos”. Essa ortodoxia, entretanto,

encontra resistências, como notamos ao longo desta pesquisa, mas esta ainda é uma transposição a ser mais ventilada, demandada.

Nem em 2018 e nem em 2020 o jornal nos leva a debater a política a partir de um ponto de vista dissidente, que questione, por exemplo, os assuntos relacionados às políticas públicas, à garantia de direitos e à promoção da cidadania. O modelo que prevalece é o de abrir espaço para sujeitos da política tradicional, inclusive, no nosso marco temporal, com o protagonismo do que chamamos de cis-heterobolsonarismo – o polo produtor principal de discursos sobre os corpos transviados. Neste quesito, tanto na camada informativa, como na opinativa, o jornalismo foi “trampolim” de discursos LGBTifóbicos. A aparição das declarações do campo político bolsonarista, sem necessária mediação de suas inverossimilhanças, na nossa avaliação tornou, em alguma medida, as páginas do jornal em panfleto da propaganda desta corrente.

Entre as escolhas representacionais recorrentes, destacamos que as dissidências sexuais e de gênero foram apresentadas por meio de uma aparição típica, caracterizada pela exposição de uma minoria estável LGBTI+ e trans/travesti, mais recorrente nos textos informativos, e gay, presente sobretudo nos artigos, com uma tendência crescente à circunstancialização das identidades a estas nomenclaturas e à produção de certa conformidade de gênero. Drucker (2015) considera esta feição produto da expansão do mercado de consumo lésbico/gay/trans, uma permissão pontual da sociedade heteronormativa, que, por uma questão estratégica, opera o que vai se chamar de “homonormatividade”, ou seja, a captação de orientações e identidades que venham a ser usadas pela normatividade neoliberal, restando a contestação das “suposições e instituições heteronormativas dominantes” (DRUCKER, 2015, p. 199).

Existe ainda um verdadeiro agrupamento de palavras e expressões, como pudemos evidenciar anteriormente, que jogam, como no caso de “minorias”, os desobedientes das hegemonias constituídas em torno do gênero e da sexualidade num pacote único ou em outras ocasiões associam formas linguísticas que compõem o vocabulário de ataque e de subalternização destas existências, que trazem anacronismos simbólicos, evocando o discurso de ódio do passado e revelando interesses políticos e econômicos que se alinham na apresentação problemática da temática.

Noutra via, propostas discursivas que são percebidas como mais complexas, que avançam contra os limites da heteronorma, por exemplo, ganham espaço, sendo registradas principalmente no caderno de cultura e atravessam outros espaços menos canônicos do jornal, como a editoria Farol, o que nos faz questionar: experiências transviadas são mais aceitáveis

recreativa e artisticamente? Percebemos que, não à toa, representações e comportamentos fluídos, ausentes nas editoriais tidas como mais importantes na lógica comercial do jornal, são mais admitidas junto ao interdiscurso cultural e de relatos breves.

A partir deste dado, nos perguntamos: que lógica se instaura no jornal no caso da cobertura cultural e de personalidades? Pensando a partir da discussão de corpos possíveis e impossíveis de acordo com a dialética dominante e as posições que lhes são permissíveis, as vivências *queer*, tratadas como espetáculo, seriam, então, algo abstrato? Não seriam seres reais, que precisam de abrigo, comida, vida social, saúde, ou simplesmente tratamento na ordem da cidadania? Se essa construção hipotética se confirma, temos à nossa frente uma contradição: o jornal valoriza algo no caderno de cultura, por exemplo, que apaga nas demais editoriais da “vida real”, onde prevalece o válido, o sério e o correto? São algumas questões para esse debate que não se esgota.

O que sabemos é que cada vez mais movimentos e ações artísticas *queer*, em todo o mundo, apresentam propostas radicais que têm como fim tornar nossas vidas mais vivíveis. Neste sentido, são importantes a partir do momento que projetam a afirmação de nossos corpos, cultura e linguagem, nossa relação com o coletivo e com o ambiente. É quando abrimos a norma, de forma que ela passe a comportar os nossos desejos.

Mas, ao mesmo tempo, é neste ponto que sublinhamos que o jornalismo não deve ser olhado como um espaço monolítico. Isso é importante acrescentar. Assim, é preciso questionar os caminhos que levam um mesmo jornal a articular a coexistência de estratégias discursivas tão diferentes, que por um lado reproduzem a lógica colonialista tradicional da narrativa sobre o “Outro” e que, no extremo oposto denuncia e rejeita esta abordagem problemática.

É uma tarefa complexa, haja vista que pensar em um jornalismo que acolha as dissidências demanda suscitar outras fontes de saber, que sejam transgressoras às formas que prevaleceram até aqui, como os manuais de redação, a fim de promover uma produção jornalística – e uma cultura organizacional no setor – que atinja a subjetividade dos agentes sociais e não resulte, como nos mostram os dados desta pesquisa, em textos marcados pela passivação de intérpretes das subversões da normatividade em torno do sexo, gênero e desejo.

Ao longo desta pesquisa, nos desafiamos também a descortinar a capacidade de ativação do fator “regionalidades” nos discursos sobre as dissidências sexuais e de gênero. Com isso, nas abordagens opinativas, notamos que, na maior parte das vezes (92% em 2018 e 75,61% em 2020), as questões são veiculadas longe de um fator de regionalidade, considerando aí não só marcadores territoriais, mas também afetivos, culturais e ideológicos. Ou seja, a temática

queer na face argumentativa do jornal está preponderantemente fora de um contexto narrativo conexo aos valores da comunidade discursiva para a qual ele é, principalmente, distribuído – ainda que notemos um crescimento do fator no segundo ano, quando mais que dobra a participação este elemento. Depreendendo, por sua vez, o vetor “regionalidades” no aparato noticioso, vemos que o discurso jornalístico consegue apreender de forma mais potente esta característica, que vai chegar a até 50% das produções nestes dois intervalos de pesquisa. O peso desta característica recai ao que de fato é escrito e editado na redação, considerando que o conteúdo de agências de notícias não protagoniza a autoria dos textos e se localiza em locais determinados. É decisivo que vejamos esta aproximação dos textos, que podem ajudar a “localizar” nos planos ideológico, afetivo, comunitário etc. sujeitos que estariam, pelas barreiras colocadas pelo preconceito, à margem. Porém, a produção de “regionalidades” discursivas no jornalismo informativo se dá de forma lacônica, o que, de alguma maneira, despotencializa a associação de performatividades representacionais transviados aos valores da identidade socioterritorial.

Por sua vez, será a iconografia associada aos textos, presente em pelo menos metade das produções do setor informativo, a responsável por um dos elementos que mais colaborarão para a oposição dos essencialismos em torno dos corpos, provocando, muitas vezes, uma radicalização do molde biologizante e trazendo para as imagens a subjetividade existencial, afetiva e sexual proclamada pelas representações dissidentes, reunindo, entre elas, gays efeminados, *drags*, beijos entre lésbicas, homens com vagina, estéticas não-binárias, desenvolvendo, assim, uma potência *queer*.

Guardadas as devidas proporções, sobretudo às relacionadas a procedimentos teóricos e metodológicos, percebemos que os sentidos produzidos pelos discursos do jornal O Povo, neste período analisado, se aproximam das percepções levantadas por outros estudos sobre as representações das dissidências sexuais e de gênero em jornais de grupos empresariais, ainda que a nossa investigação guarde grandes particularidades nos resultados e nas intenções, sobretudo ao trazer, de forma inédita, a apreciação não só do gênero informativo, mas também da camada opinativa do jornal. Os trabalhos que fazemos menção compõem o Estado da Arte desta pesquisa e nos ajudam a compreender que algumas das transformações que vemos mais potentes, por exemplo, na narrativa noticiosa d’O Povo, já estavam em operação no jornalismo convencional de outros centros, mais uma vez, arriscamos dizer, refletindo as transformações da sociedade e do próprio ofício.

São trabalhos que já apontavam a problemática do jornalismo confundir e embaralhar o que seria identidade de gênero e orientação sexual, reproduzindo discussões

equivocadas sobre os temas, e, além disso, incorrendo em “constante silenciamento de vivências e vozes de pessoas trans (principalmente homens), mesmo quando as narrativas são sobre elas” (CAEIRO, 2016, p. 10). Um jornalismo que reproduz arquétipos, como vimos, ao representar pluralidades sexuais e de gênero a partir de formulações como ‘minorias sociais’, ‘vítimas de crimes homofóbicos’ ou como ‘militantes’ e ao caracterizar a prática homossexual como ‘opção’ ou ‘antinatural’, exemplos percebidos também por Guimarães (2017). Na análise do jornal cearense, avaliamos que o jornalismo trabalha com a hipótese de que heterossexualidade é algo “natural”, observação também pertinente à discussão feita por Gonçalves (2017) e que nos cabe destacar, para, igualmente, questionar.

Mas apesar de tudo isso, assim como propôs Francisco (2016), mesmo interpelado pelos discursos heteronormativos, o jornalismo *mainstream* apresenta mudanças nos enquadramentos dados às identidades subversivas, ao oferecer, presentemente, espaços discursivos de resistência e ruptura com a matriz hegemônica. “Já existe alguma mudança (mesmo que ainda tímida) e o potencial da transformação pode ser ainda maior nos próximos anos” (FRANCISCO, 2016, p. 155). E há sim, como disse Gonzatti (2017), a emergência de sentidos que rompem com o masculino que atravessa o jornalismo hegemônico e que desenvolvem, por que não, uma explosão de subjetividades.

6.1 É preciso decolonizar e transviadar

A prescrição de uma identidade ortodoxa, ou de identidades peculiares, é uma tática de poder, que limita os sujeitos e mantém uma hierarquia entre os gêneros, além de reforçar uma política de identidade. Por assim dizer o jornalismo – especificamente este ainda massivo, consagrado, industrial, burguês e capitalista – contribui para manter a prática discursiva que Fairclough (2001) chama de convencional, no nosso caso, fundada na heteronormatividade como regime político, produto da “colonialidade do poder”³³ sobre o corpo.

Logo, o projeto de reversão deste quadro, precisa levar em consideração que o jornal, o jornalismo e os jornalistas necessitam enfrentar o sistema de conhecimento e de crenças profundamente “racista, sexista e classista, além de positivista” (MORAES e SILVA, 2019) em que se encontram inseridos e assim captarem a possibilidade de desenvolvimento de uma “prática discursiva criativa” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). Pois, do contrário, o

³³ A colonialidade do poder refere-se a uma estrutura de dominação e de exploração, onde uma população determinada domina outra de diferente identidade. A colonialidade transforma assim a diferença em hierarquia. (QUIJANO, 2009).

jornalismo continuará a “encaminhar” sua cobertura para uma afirmação da cis-heteronormatividade, que acontece, na medida em que, como vimos, não é capaz de questionar, de provocar a inquietação dos fenômenos sociais movidos pelo masculinismo e pela LGBTIfobia, bem como as desigualdades provocadas por questões raciais e de classe.

É imperativo refletir sobre essa *práxis*, que é capaz valorizar algo na construção pictórica e junto a interdiscursos específicos, enquanto, de forma contraditória, hegemonicamente despotencializa – seja como vida precária, vulnerável, ou vítima de ataque discursivo de fontes e articulistas – nas editoriais da “vida real” (política, opinião, economia etc.). Um jornalismo que dá mais espaço para quem inventa mentiras sobre o que o que somos, dizemos e vivemos. Por isso, quando pronunciamos que pretendemos mudar o jornalismo (o que não é tarefa de um, mas de muitos), falamos que precisamos primeiramente derrotar o senso de supremacia que o governa e com isso reforçar determinadas propriedades que já se desenvolvem nas narrativas, como a veia investigativa do impresso, potência, que, quando explorada, requalifica até a própria função deste tipo de jornalismo. Exemplo desta feição está em reportagem assinada pelos então jornalistas d’O Povo Thiago Paiva e Jáder Santana. Enfrentando os posicionamentos institucionais do Governo do Estado, que em relatório sobre 2017 apontou que não houve morte por homofobia em Fortaleza, justamente no período que repercutia internacionalmente a tortura e o assassinato da travesti Dandara, os repórteres, em matéria de novembro de 2018, confrontam as autoridades públicas, reúnem dados de variadas fontes para comprovar a letalidade associada ao preconceito, convocam a audiência a compreender o fenômeno da LGBTIfobia e modificam a forma comum de apresentação narrativa das vítimas, dando voz às representações das dissidências, que, por sua vez, rebatem o perfil corriqueiro de apresentação do tema, que se dava a partir da precarização das existências. Revertendo tal lógica, o texto denunciava que precários são os valores soberanos da sociedade.

Quando dirigimos tais orientações, fazemos levando em consideração que, mesmo diante das transformações recentes, que levaram o jornalismo comercial a ser cada vez mais preocupado com o sucesso do negócio, regulado por metas e parâmetros de cunho mercadológico e referendado em algoritmos, este permanece mantendo os sistemas classificatórios tradicionais, baseados na noção de um sujeito universal – homem, branco, heterossexual, ocidental – e que toma as diferenças como desigualdades.

Diante de tal constatação, não queremos neste debate responsabilizar os jornalistas, como se agissem ativamente motivados, mas destacamos que eles reverberam, em alguma medida, uma rede de saberes e práticas assentados em valores que são produtos de um projeto

colonialista/capitalista, assim como enxergamos que estes profissionais são cotidianamente constrangidos por rotinas, processos de precarização – vide, inclusive, as demissões em 2020 no jornal – e engrenagens que incidem no campo.

Mesmo diante de todos estes postulados, entendemos que a prática jornalística realiza sim o esforço de incluir vidas não-cisheterossexuais, mas improvisa isso dentro de uma lógica hegemônica cisheteronormativa, que faz “circular sem mudar sua forma de uma estratégia a outra que lhe seja oposta” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 130).

Nesse sentido, considerando que a relação entre discurso e estrutura social deve ser considerada como dialética (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92), reforçamos que o jornalismo “que virá” não nascerá de modelos pré-estabelecidos, mas da abertura a diálogos e construções junto aos diversos agrupamentos sociais que formam a nossa sociedade.

6.2 *Transeducar o jornalismo, a formação e os jornalistas*

Como vimos, no projeto discursivo d’O Povo, nos dois anos analisados, foi possível produzir enunciados performativos insurgentes – conquanto este fator seja parte de uma minoria das produções.

A realidade apresentada pelo jornal também permitiu que refletíssemos sobre como os modos de aparição partidários de formas moralizantes, que têm força na feição geral da análise, poderiam ser descorporificados no jornalismo convencional, em nome de um periodismo que se afaste da condição de produtor de discursos que segregam.

Sendo assim, por esse ângulo, é possível pensar um jornalismo, mesmo comercial, que se converta em um instrumento de subversão, de enfrentamento das estruturas que violentam?

Pois, se o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero, que refletem o padrão heteronormativo (SILVA, 2010, p. 201), é imperativo o converter em dissidente. E como isso acontece? Arriscamos dizer que a partir do momento que nos permitimos questionar as normatizações associadas à prática, a enfrentar as “verdades” apreendidas na realização social e discursiva. O jornalismo tem que ser o lugar onde a narrativa rompa com a oferta do “Outro pronto”, revelando novas possibilidades de ser. Transgredir a colonialidade de um poder associado ao setor, se livrar do positivismo que o fundou e, por mais teleológico que possa parecer, reinventá-lo.

Dessa maneira, não se aceita mais discursos que simplificam o debate (e “complicam” a abordagem), tanto quanto é imperativo que as rotinas de produção do jornalismo

incorporem a discussão sobre os papéis de gênero, as questões relacionadas à sexualidade, inclusive considerando esses aportes como discursividades em processo, como possibilidades sociais.

Para essa marcha avançar, é preciso problematizar os preconceitos e as normas sociais hegemônicas a serviço de relações de domínio e questionar também os textos e a forma como são produzidos. É o caminho de um jornalismo emancipatório, que se dá com a disposição de construí-lo a partir de um ponto de vista crítico.

Um destes caminhos está na definitiva subversão dos modos de objetivação jornalística – o imperativo normativo do setor. “Um jornalismo que inscreva o sujeito como central nos processos cognitivos de leitura da realidade” (MORAES; SILVA, 2019, p. 14). Ou seja, ao invés de apassivar, desengajar, impessoalizar, estereotipar os atores sociais dissidentes, esta outra miragem demanda o desenvolvimento de uma prática discursiva (assim como social) que seja capaz de colocar estas pessoas na posição central da leitura cognitiva da realidade, que potencializa a voz das identidades dissidentes e dá espaço aos novos sentidos de corpo, gênero, sexualidade, afeto e desejo. Como destaca Gonçalves (2017), é mandatório prosseguir rumo a uma narrativa jornalística de solidariedade, de forma a produzir uma cumplicidade com as vozes não-normativas, assim como permitir que sejam parte deste diálogo.

Mas, para chegar lá, é necessário que cada vez mais debates, como o desta pesquisa, transbordem a esfera da científica e cheguem até às redações e salas de aula, que insurjam discussões, abalando as desigualdades e os sentidos dominantes dados ao gênero e à sexualidade na nossa profissão.

Por fim, assinalamos que mudanças significativas nos processos de produção discursiva das dissidências sexuais e de gênero perpassam não só o jornalismo, obviamente, mas também por outras práticas culturais promotoras de performatividades identitárias. Isso nos mostra que é preciso, aditivamente, que as universidades e os pesquisadores se debrucem sobre os processos de subjetivação relacionados a gênero e sexualidade e os impactos mais profundos nas vidas e nas experiências dos sujeitos. É necessário, outrossim, que sejam desenvolvidos trabalhos que produzam dados comparativos entre a narrativa das dissidências e a produção discursiva mais ampla do jornal, de forma a construir referências mais complexas sobre o comportamento de veículos de comunicação frente às várias nuances da cobertura da realidade social.

Feitos todos os aportes que consideramos importantes, encerramos esse ciclo acreditando termos contribuído para a decolonização deste dispositivo que é o jornalismo. De tal modo, esperamos que esta dissertação seja o ponto de partida para vários outros ensaios,

discussões, textos e aprendizados e que surjam mais inquietações, mais problematizações, mais desejos de transformação e mudança.

REFERÊNCIAS

112 LGBTs foram eleitos prefeitos ou vereadores em 2020. **Gay Blog BR**. 2020. Disponível em: <https://gay.blog.br/politica/108-lgbts-foram-eleitos-prefeitos-ou-veredores-em-2020/>. Acesso em: 14 de jul. 2021.

A evolução na circulação de jornais impressos e digitais no Brasil. **PODER 360**. Brasília, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/a-evolucao-na-circulacao-de-jornais-impressos-e-digitais-no-brasil/>. Acesso em: 29 out. 2020.

AFONSO-ROCHA, Rick. Cis-hétero-bolsonarismo. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/cis-hetero-bolsonarismo/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ALMEIDA FILHO, Edgard Patrício de; SILVA, Naiana Rodrigues. Territorialidade e ethos em iniciativas de jornalismo independente do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 4, p. 183-195, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4851>. Acesso em: 02 jul. 2021.

ALMEIDA, Marília de Almeida e. **A representação social das pessoas vivendo com HIV/AIDS na mídia impressa**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia: UFG, 2017.

ANUÁRIO Datafolha Top of Mind 2020. **Anuário do Ceará 2020-2021**, Disponível em: <https://www.anuarioceara.com.br/anuario-datafolha-top-of-mind-2020/>. Acesso em: 24 de jan. 2021.

AQUIAR, Lisiane Machado. Por uma epistemologia transmetodológica no campo da comunicação. *In: Encontro Anual da Compós*, 20., Porto Alegre, 2011. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. p. 1-13.

ARAUJO, Ana Claudia Condeixa de. O corpo transexual: o pontapé inicial na construção de uma cartografia que colabore na reflexão de como a transexualidade foi construída pela imprensa. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 41., Joinville, 2018. **Anais [...]**. Joinville: Universidade da Região de Joinville, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1941-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

AUGUSTO, Annelize Pires. **A representação simbólica de travestis na mídia: Uma análise do Período entre 2000 e 2014 no Jornal Folha de S. Paulo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru: UNIP, 2017.

AZEREDO, Diana de. A crítica da cobertura jornalística sobre minorias a partir das colunas de ombudsman. **RuMoRes**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 169-189, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/160825>. Acesso em: 29 out. 2020.

BANDEIRA, A. M. A teoria Queer em uma perspectiva brasileira: escritos para tempos de incertezas. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 13, n. 1[22], p. 34- 53, 2019.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654815>. Acesso em: 07 out. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARROS JUNIOR, Roldão Alves de. O tempo não para: resistência e jornalismo LGBTI+ no Brasil. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 17., 2019, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás (UFG), 2019. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/1986/1033>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BARROSO, Fernando Luiz. Balanço crítico das teses de doutorado produzidas no Brasil sobre a imprensa gay brasileira entre 2005 e 2014. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 15., São Paulo, 2017. **Anais [...]**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/526/459>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BAVARESCO, Marcionize Elis; LOCATELLI, Carlos Augusto. As identidades acionadas no jornalismo a partir da dicotomia entre proximidade e afastamento. **Contracampo**, Niterói, v. 38, n. 3, p. 110-129, 2019.

BELMINO, Sílvia Helena. **Sinta na pele esta magia: a propaganda turística do Ceará (1987-1994)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2018.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara (org). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.m

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 46-66, 2014.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 441–473, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645172>. Acesso em: 29 mai. 2021.

BORELA, Suzanne da Silva. **Jornalismo, Identidade e Gênero: desconstruções discursivas na revista Tpm**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2017.

BRASIL continua líder mundial em assassinato de pessoas trans em 2020. Sexuality Policy Watch. 21 nov. 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/brasil-continua-lider-mundial-em-assassinato-de-pessoas-trans-em-2020/11417>. Acesso em: 21 nov. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília:

Secom, 2016.

BRÍGIDA, Jessé Andrade Santa Brígida; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. Explorando a memória sobre a homossexualidade em jornais de Belém: estudo preliminar de 1901 e 1911 na Folha do Norte. *In: Encontro Anual da Compós*, 28., Porto Alegre, 2018. **Anais [...]**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018. p. 1-15.

BUTLER, Judith. Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.), Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 213-230.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". *In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-174.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CAEIRO, Rui Miguel Pereira. **Transexualidade(s) e travestilidade(s) no jornalismo: uma análise discursiva das notícias produzidas em Pernambuco pelo Aqui PE e Jornal do Comercio**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2016.

CAMPO, Amanda. Jornal do nuances: um estudo do ativismo LGBT gaúcho sob a perspectiva da Folkcomunicação. Trabalho apresentado no GP Folkcomunicação, Mídia e Interculturalidade. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 40., Curitiba, 2017. **Anais [...]**. Curitiba: Universidade Positivo, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1126-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

CAMPONEZ, Carlos. Jornalismo regional: proximidade e distanciamos. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. *In: CORREIA, J. C. (org.). Ágora - Jornalismo de proximidade: limites, desafios e oportunidades*. Covilhã: LabCom, 2012. p. 3-48.

CÂNDIDO, Jefferson. Jornalista Émerson Maranhão fala sobre LGBTI+ como pauta do jornalismo. **Mídia Bixa**. 2020. Disponível em: <https://mediabixa.com.br/entrevista-com-emerson-maranhao-sobre-a-coluna-cena-g/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CARTA de Princípios. **O Povo**. 1989. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/cartadeprincipios>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARVALHO, Carlos Alberto; AZEVÊDO, José Henrique Pires. Do AZT à PrEP e à PEP: aids, HIV, movimento LGBTI e jornalismo. **Revista Eletrônica de Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, p. 246-260, 2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1698/2269>. Acesso em: 29 out. 2020.

CARVALHO, Francisco Gilmar Cavalcante de. Trinta e sete anos de posfácio. *In*: NOBRE, Geraldo. **Introdução à história do jornalismo cearense**: edição fac-similiar. Fortaleza: Nudoc/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará/Arquivo Público do Ceará, 2006.

CARVALHO, Joana Margarida Gaspar. **A imprensa regional e local**: estudo de caso do jornal O Ribatejo. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa. Lisboa, 2013.

CASTILHO, Carlos. A praga do jornalismo declaratório. **Observatório da Imprensa**. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/jornalismo-declaratorio-esconde-omissao-na-apuracao-de-denuncias-de-corrupcao/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CASTRO, Avelina Oliveira de. A Sexualidade de Crianças e Adolescentes e os Casamentos Infantis: Uma Análise dos Discursos da Revista Veja. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42., Belém, 2019. **Anais [...]**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1037-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

CASTRO, Katarina Kelly Brito. **Uma análise das críticas online dos filmes O Segredo de Brokeback Mountain (2003) e Azul é a Cor Mais Quente (2013)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador: UFBA, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A Crise do Jornalismo tem solução?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

COLETTI, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia**: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

COLLING, Leandro (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

COLLING, Leandro. Artivismo das dissidências sexuais e de gênero. **Revista CULT**. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/artivismo-das-dissidencias-sexuais-e-de-genero/>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CORDÃO, Vinícius Ferreira Ribeiro. **Imprensa Homossexual Brasileira e Construções de Subjetividades (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso**: Notas sobre Jornalismo e representações sociais. Covilhã: Universidade da Beira Interior – LabCom, 2009.

COSTA, Mariana de Almeida. **Jornalismo, internet e os malabarismos de uma redação em transição**: os reflexos da convergência na produção de notícias em O Globo. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade

FederalFluminense, Niterói: UFF, 2015.

CUNHA, Natalie Caratti da. **A greve de 1988 dos jornalistas em Fortaleza e as estratégias de mobilização**. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza, 2010.

DARDE, Vicente; MORIGI, Valdir. Diversidade Sexual no Jornalismo Brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **SBPJor** / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, v. 8, n. 1, p.149-165, 2012. Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/396/368>. Acesso em: 08 nov. 2018.

DIEB, Daniel. Audiência alta mantém saldo positivo enquanto publicidade desaparece em tempos de COVID-19. **ANJ**, São Paulo, 9 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/leis/audiencia-alta-mantem-saldo-positivo-enquanto-publicidade-desaparece-em-tempos-de-covid-19.html>. Acesso em: 24 jan. 2021.

DRUCKER, P. A normalidade gay e a transformação queer. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10927>. Acesso em: 02 nov. 2020.

Editorial: Alerta para violência contra população trans. **O Povo**. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/colunistas/editorial/2020/08/17/alerta-para-violencia-contra-populacao-trans.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Especial O Povo 90 anos. **O Povo**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://especiais.opovo.com.br/90anos/90anoshistorias.html>. Acesso em: 23 jan. 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Isabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Revista Latinoamericana**, n. 32, p. 90-118, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sess/n32/1984-6487-sess-32-90.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

FEITOSA, Ricardo Augusto de Sabóia. Um jornalismo “Sui Generis”: visibilidade, identidades e práticas jornalísticas numa revista gay brasileira dos anos 1990. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, p. 76-101, 2018. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1046>. Acesso em: 29 out. 2020.

FERNANDES, M. L. A força da notícia local: a proximidade como critério de noticiabilidade. *In*: Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional - REGIOCOM, 9., 2004, Araçatuba. **Anais [...]**. Araçatuba: Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação; Faculdades Integradas Toledo, 2004. Disponível em: <https://tccunibrasil.files.wordpress.com/2010/06/a-forca-da-noticia-local.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2015.

FERREIRA, Gisllene Rodrigues; SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto; CAMPOS,

Raquel Discini de. Sexualidade em destaque: a representação dos gêneros feminino e masculino nas capas das revistas Women's Health e Men's Health. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 40., 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Universidade Positivo, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2937-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FRANCISCO, Eduardo Pereira. **Enquadrando a diferença: análise dos frames sobre identidades LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo** / Eduardo Pereira Francisco. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador: UFBA, 2016.

GARCEZ, Bibiana. Repensando a ética jornalística tradicional: posicionamentos editoriais no jornalismo feminista brasileiro contemporâneo. **Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito-Ecuador, n. 146, p. 199-216, 2021. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4392/3404>. Acesso: 04. out. 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GOMES, Maria Carmen Aires; BARBARA, Leila. Mulheres, política e mídia: algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff. **DELTA**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 311-335, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/WGLC5DVPPp8d8SkXmRbJV34B/?lang=pt>. Acesso: 04 out. 2011.

GONÇALVES, Gean Oliveira. **Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2017.

GONÇALVES, Gean Oliveira. Tendências queer nos estudos brasileiros de jornalismo e gênero. *In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (org.). Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo*. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. p. 172-192.

GONÇALVES, Gean Oliveira. O Ensino de Jornalismo diante dos 'Problemas de Gênero'. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 41., 2018, Joinville. **Anais** [...]. Joinville, SC: Universidade da Região de Joinville, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1958-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

GONÇALVES, Gean Oliveira. Teoria Queer: contribuições e diálogos para o Estudo do Jornalismo. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 15., 2017, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/947/340>. Acesso em: 24 abr. 2020.

GONZAGUINHA. **Mundo Novo Vida Nova**. UBC. Rio de Janeiro, RJ: Warner, 1969.

GONZATTI, Christian. **Bicha, a senhora é performática mesmo**: Sentidos queer nas redes digitais do jornalismo pop. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

GUEDES, Fatima. **Onze fitas**. UBC. Rio de Janeiro, RJ: Sony Music Publishing, 1978.

GUIMARÃES, Juliana Depiné Alves. **O campo jornalístico e a “Lei anti-homofobia”**: uma análise das categorizações de pertencimento sobre o projeto de lei da Câmara 122 nos jornais impressos brasileiros. Tese (Doutorado em Comunicação) – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2017.

GUSTAFSON, Jessica; NASCIMENTO, Fernanda. O jornalismo como prática discursiva de transformação social ou de manutenção das desigualdades de gênero? In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Universidade Positivo, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0192-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia; MACHADO, Marcia Benetti (org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010. p. 123-142.

INSFRAN, Adamo Antonioni da Silva. **Análise das fontes do Canção Nova Notícias por um prisma Queer**: Quando Gênero e Sexualidade se tornam matérias. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande: UFMS, 2017.

JERONIMO, Francisco Rafael Mesquita. LGBTI+ no Jornalismo Político: Representações do Eros Queer na Cobertura das Eleições 2018 do Jornal O Povo. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 17., 2019, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás (UFG), 2019. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/viewFile/2079/1031>. Acesso em: 24 abr. 2020.

JERONIMO, Francisco Rafael Mesquita. Primeiro Centenário do Jornalismo Impresso Cearense: Referências Documentais da Coleção Studart (1824 – 1924). In: Encontro Nacional de História da Mídia, 12., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/12o-encontro-2019/gt-historia-da-midia-impressa/primeiro-centenario-do-jornalismo-impresso-cearense-referencias-documentais-da-colecao-studart-1824-2013-1924/view>. Acesso em: 24 abr. 2020.

JERONIMO, Francisco Rafael Mesquita. Aplicação da MP 936 e outras questões relacionadas à Pandemia de Covid-19. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), 2020. Dados não sistematizados produzidos pelo autor.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, 2009.

JORNAIS se unem e criam rede de notícias do Nordeste. **O Povo**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2018/05/jornais-se-unem-e-criam-rede-de-noticias-do-nordeste.html>. Acesso em: 23 jan. 2021.

JORNAL O Povo dá calote nas verbas rescisórias de cerca de 90 trabalhadores. **SINDJORCE**. Fortaleza, 2020. Disponível em: www.sindjorce.org.br/jornal-o-povo-da-calote-nas-verbas-rescisorias-de-cerca-de-90-trabalhadores/. Acesso em: 24 jan. 2021.

KOLINSKI MACHADO, Felipe Vieiro. **Homens que se veem**: Masculinidades em Junior e em Men's Health Portugal. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

LAGO, Claudia Lago; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e Estudos de Gênero: e a interseccionalidade, onde está? *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41., 2018, Joinville. **Anais [...]**. Joinville, SC: Universidade da Região de Joinville, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1779-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heliosa Buarque de. (org.). **Tendências e Impasses**: O Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

LAURETIS, Teresa de. Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 397-410.

LAZARIN, L; RODRIGUES, A. Um levantamento dos estudos das homossexualidades nos Programas de Pós-graduação em Comunicação Social de 1992 a 2008. **Conexão - Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 13, n. 26, p. 207-226, 2014.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo e homofobia no Brasil**: mapeamento e reflexões. São Paulo: Intermeios, 2012.

LEAL, Bruno Souza; MENDONÇA, Carlos Camargos. Dilemas da visualidade jornalística das violências contra pessoas LGBTQ+ e contra mulheres heterossexuais no Brasil. **Revista Eletrônica de Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, p. 261-272, 2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1707/2272>. Acesso em: 29 out. 2020.

LEITE, Tatiana Clébicar; LERNER, Katia Lerner. Notícias sobre a nova classificação das identidades trans: uma análise das fontes citadas em reportagens publicadas no Brasil. **Revista Eletrônica de Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, p. 314-329, 2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1699/2273>. Acesso em: 29 out. 2020.

LEMES, Luiz Fernando Rodrigues. O preconceito no jornalismo brasileiro: critérios de noticiabilidade sobre a homossexualidade no G1.com. *In*: Encontro Nacional de

Pesquisadores em Jornalismo, 15., 2017, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/625/419>. Acesso em: 24 abr. 2020.

LENA, Fernanda Fortes; SILVA, Samuel Araujo Gomes da. Diagnóstico LGBT na Pandemia. **Vote LGBT**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://medium.com/@box1824/diagn%C3%B3stico-lgbt-na-pandemia-b71c41ca58c6>. Acesso em: 29 jun. de 2020.

LIMA JÚNIOR, J. M. **Primeira página, segundas intenções**: o jornal O Povo e a eleição municipal de 1996. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

LINS, Ivan; MARTINS, Vitor. **Aos Nossos Filhos**. Rio de Janeiro, RJ: Universal Music, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

MACIEL, Alice; DOLCE, Julia. Jornalistas arriscam a vida na crise do coronavírus em meio a demissões, cortes de salário e agressões do presidente. **Pública**, São Paulo, 11 de Maio de 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/jornalistas-arriscam-a-vida-na-crise-do-coronavirus-em-meio-a-demissoes-cortes-de-salario-e-agressoes-do-presidente/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

MARQUES, Fábio Cardoso. Uma reflexão sobre a espetacularização da imprensa. *In*: COELHO, Cláudio Novaes Pinto e CASTRO, Valdir de (org.). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006.

MATTOS, Maria Ângela; OLIVEIRA, Max Emiliano. Uma mirada no passado para projetar os novos rumos da metapesquisa (2011-2016). *In*: Encontro Anual da Compós, 27., 2018, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica, 2018. p. 01-20.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto a venda**: Jornalismo na Sociedade urbana e industrial. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, Iran Ferreira. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, v. 1, n. 11, p. 1-2, 2009.

MELO, Iran Ferreira. **Ativismo LGBT na imprensa brasileira**: análise crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP: USP, 2013.

MELO, Iran Ferreira. Mapa onto-epistêmico-metodológico de um estudo sobre a representação da população LGBT na imprensa brasileira. *In*: PEREIRA, Danillo; MELO, Iran Ferreira; CASTRO, Lorena (org.). **Dissidências sexuais e de gênero nos estudos do discurso**. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2017. p. 133-152.

MELO, João. Os necroliberais. **Rascunho**, 2021. Disponível em: <https://rascunho.com.br/liberado/os-necroliberais/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MENDONÇA, Eleonora Camargo de. Transgeneridade e telejornalismo: uma análise sobre a (não) representação nas reportagens da Rede Globo. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, PR: Universidade Positivo, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0885-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MENEZES, Renato Contento Freire de. **Entre a anormalidade e a abjeção dos corpos:** regularidades temáticas do discurso LGBTfóbico nos comentários da página do Facebook do Diário de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Quanto vale uma valência?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 17, p. 165-178, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2314>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy:** transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *In: Encontro Anual da Compós*, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica, 2019. p. 01-21.

NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jessica; PEDRO, Joana Maria. “Só eu sei quantas lágrimas derramei” Uma análise da recepção de pessoas trans sobre a série “Quem sou Eu?”. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Universidade Positivo, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1474-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

NODOS Argentina. Pesquisa latino-americana sobre assédio, violência e discriminação à diversidade no local de trabalho". 2020. Disponível em: <https://integradiversidade.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-Preliminar-Pesquisa-Regional-LGBTIQ-Portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

NOGUEIRA, Daniela. Pandemia e crise do impresso. **O Povo**. 2020. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/colunistas/danielanogueira/2020/04/19/pandemia-e-crise-do-impresso.html>. Acesso em: 14 jul. 2021.

OLIVEIRA, Ciro Martins Pires de; MORAES, Ana Luiza Coiro. Do horror à superação: fait divers nas representações das identidades da comunidade LGBT. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, PR: Universidade Positivo, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2830-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

OLIVEIRA, Ciro. A construção da realidade da comunidade LGBT através de fotografias: um

estudo sob a perspectiva de Boris Kossoy. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 15., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/view/797/423>. Acesso em: 24 abr. 2020.

OLIVEIRA, Flávia. O POVO+: plataforma multistreaming de jornalismo e cultura é lançada. **O Povo**. Fortaleza, 08 jul. 2020. Reportagem. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/reportagem/2020/05/13/o-povo+--plataforma-multistreaming-de-jornalismo-e-cultura-e-lancada.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. "Escrevivência" em Becos da memória, de Conceição Evaristo. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 621-623, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000200019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 fev. 2021.

OLIVEIRA, Max Emiliano Silva. **Lampião da esquina: à margem, ainda hoje**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte: PUC-MG, 2017.

OLIVEIRA, Sara. 20a Parada pela Diversidade Sexual reúne multidão na Beira Mar. **O Povo**. Fortaleza, 30 jun. 2019. Notícia. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/06/30/20---parada-pela-diversidade-sexual-reune-multidao-na-beira-mar.html>. Acesso em: 29 out. 2020.

OLIVEIRA, Wéber Félix de; BORGES, Rosana Maria Ribeiro Borges. Medias e visibilidade(s): a construção de sentidos sobre LGBTs nas narrativas jornalísticas goianas. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 17., 2019, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás (UFG), 2019. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2019/paper/viewFile/1988/1229>. Acesso em: 24 abr. 2020.

PATROCÍNIO, Sarah Evelyn Oliveira do. O que a Morte de Matheusa Passarelli tem a dizer sobre a mídia no Brasil? *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 16., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, SP: FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi, 2018. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2018/paper/viewFile/1266/688>. Acesso em: 24 abr. 2020.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. "Queer decolonial: quando as teorias viajam". **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 411-437, 2015.

PEREIRA, Raphaella Freitas Petkovic de Carvalho. **O universo trans e os jogos olímpicos: visibilidades e invisibilidades nas Olimpíadas Rio-2016**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo: UNIP, 2018.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2020.

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer? Tradução de Cícero Oliveira. **Revista Gení**, n. 16, p. 1-9, 2014.

PRESIDENTES. **O Povo**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/presidentes>. Acesso em: 21 jan. 2021.

PIANE, Lucian. **Born Naked**. California (US): RuCo Inc, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S.A., G. C. Gráfica de Coimbra, 2009. p. 73-116.

QUINET, Antonio. O ignoródio ao gozo do outro. **Revista CULT**. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-ignorodiodo-ao-gozo-do-outro/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes, 2011.

REBOUÇAS, Bruno Henrique Bezerra. **Los dueños de las empresas de comunicación y la utilización política de los medios en Brasil: el caso de los estados Bahía, Ceará y Río Grande del Norte**. Tesis (Doctoral). Madrid: Facultad de Ciencias de La Información, Universidad Complutense Madrid, 2018.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança NacionalLGBTI / GayLatino, 2ª edição, 2018.

RESENDE, Viviane de Melo; SILVA, Rosimere Barbosa da Silva. Análise de Discurso Crítica e Comunicação: quem é Rafael Braga Vieira em o globo.com? *In*: MAGALHÃES, Laerte (org.). **Análise de Discurso Crítica e Comunicação: percursos teórico e pragmático de discurso, mídia e política**. Teresina: EDUFPI, 2019.

SÁ, Maria Adísia Barros de. Os meios de comunicação de massa e os grupos dominantes no Ceará. **Revista de Comunicação Social**, Fortaleza (CE), v. 12, n. 1/2, p. 01-17, 1982.

SANDANO, Carlos. A informação-mercadoria do jornalismo e as novas formas de trocas culturais na sociedade globalizada. *In*: COELHO, Cláudio Novaes Pinto e CASTRO, Valdir de (org.). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006. p. 61-80.

SANTANA, Eder Luis. **LGBT como pauta do jornalismo: visibilidade e limitações**. Salvador: Editora Devires, 2018.

SANTANA, Eder Luis. Análise da nomeação no jornalismo: as dissidências sexuais e de gênero na Folha de S. Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 16, n. 1, p. 78-103, 2020. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1238>. Acesso em: 29 out. 2020.

SANTANA, Eder Luis. Entre travestis, medo da Aids e a Parada Gay: a nomeação de LGBT pelas páginas da Folha de S. Paulo. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 16., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, SP: FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi, 2018. Disponível em:

<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/view/1248/682>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. Linguística Queer: na luta discursiva, como/sobre prática de ressignificação. *In: PEREIRA, Danilo; FERREIRA, Iran; CASTRO, Lorena (org.)*.

Dissidências sexuais e de gênero nos estudos do discurso. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2017. p. 153-184.

SANTOS, Antônio Paulo dos. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas**: pela memória, pela verdade dos jornalistas brasileiros 1964 a 1985. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 2013.

SANTOS, Ivig de Freitas; LIMA, Maria Érica de Oliveira LIMA. Jornalismo Regional: o valor-notícia proximidade como critério de noticiabilidade na Rede Nordeste. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 42., 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2019. Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0064-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SILVA, Deborah Ramos. Retratação dos travestis e transexuais pela mídia. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, 15., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em:

<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/view/398/418>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SILVA, Gislene. Valores-notícia: atributos do acontecimento (Para pensar critérios de noticiabilidade I). *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 27., 2004, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**. Porto Alegre: PUC Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/27944232744219019527870145197533508038.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVEIRA, Anderson Dias. A força de influência de movimentos LGBTs na cobertura noticiosa da morte de uma mulher trans. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 41., 2018, Joinville. **Anais [...]**. Joinville: Universidade da Região de Joinville, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1910-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula. Quem são as lésbicas? A construção de identidades lésbicas nos editoriais da revista Um Outro Olhar. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41., 2018, Joinville. **Anais [...]**. Joinville: Universidade da Região de Joinville, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1006-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SIPRIANO, Benedita. O Jornalismo cearense nas décadas de 1920 e 1930: As relações entre “Informativo” e “Opinativo”. **Revista de História Bilros**. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s), [s.l.], v. 4, n. 7, p. 138-154, 2017. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=2317&path%5B%5D=1938>. Acesso em: 07 fev. 2021.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPREMOLLA, Gerardo. El trabajo en la era digital: Reflexiones sobre el impacto de la digitalización en el trabajo, la regulación laboral y las relaciones laborales. *In*: **Revista Internacional y Comparada de Relaciones Laborales y Derecho del Empleo**, Buenos Aires, v. 5, n. 1, 2017, p. 8-37, 2017.

TEÓFILO, João. Ditadura militar, imprensa e abertura política no Ceará: Jornais 'Correio da Semana' e 'O Povo'. **Revista Ars Historica**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 209-228, 2016.

TESSLER, Eduardo. Mais um impresso deixa de circular no Brasil. **Meio e Mensagem**, São Paulo, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/opiniaio/2021/03/11/mais-um-impresso-deixa-de-circular-no-brasil.html>. Acesso em: 08 abr. 2021.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4a edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

VALLE, Marcos; VALLE, Paulo Sergio. **Terra de Ninguém**. UBC. Rio de Janeiro, RJ: Sony Music Publishing, 1965.

VAN DIJK, Teun. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na Análise Crítica do Discurso. Tradução de Zara Pinto-Coelho. Ribeirão: Edições Húmus, 2017.

VAN LEEUWEN, Theo. The representation of social actors. *In*: C. R. Caldas-Coulthard & M. Coulthard. Eds. **Texts and Practices**: readings in critical discourse analysis. London e New York: Routledge, 1996. p. 32-70.

VASCONCELOS, Caê. 15 estados e Distrito Federal se recusam a contabilizar violência

contra LGBTs. **Ponte Jornalismo**, São Paulo, 19 out. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/15-estados-e-distrito-federal-se-recusam-a-contabilizar-violencia-contra-lgbts/>. Acesso em: 02 fev. 2021.

VASCONCELOS, Victor. A perda de um amigo, mestre e professor. **De prosa pelo monitor**. 2015. Disponível em: <https://deprosa.wordpress.com/2015/12/12/a-perda-de-um-amigo-mestre-e-professor/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VIDAL, Márcia. **Imprensa e poder: O I e II Veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

VIEIRA, Helena; BAGAGLI, Bia Pagliarini. Transfeminismo. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 343-378.

VOLPATO, M. O. Do jornalismo de proximidade aos apps de conteúdo geolocalizado: **Paradoxos**, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 135-151, 2020.

VOZES da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, 2015.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ZARANZA, Gabrielle. O conceito do redesenho. **O Povo**. Fortaleza, 18 jan. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/especiais/manualopovo/2018/01/2018-1801manual0401-o-conceito-do-redesenho.html>. Acesso em: 08 abr. 2021.

APÊNDICE A – TEXTOS OPINATIVOS DO “O POVO” - 2018

DATA	TÍTULO	AUTORIA	TIPO
02/06/2018	Rede de Afetos: Práticas poéticas de re-sistências	Romulo Silva, mestrando em sociologia UECE	Artigo
03/06/2018	Desejo sexual	Zenilce Vieira Bruno, Psicóloga Clínica e Terapeuta Sexual	Artigo
04/06/2018	A sociedade dos individualismos	André Haguette, sociólogo e professor da UFC	Artigo
06/06/2018	Tudo ao mesmo tempo agora	Émerson Maranhão, jornalista	Artigo
09/06/2018	Os liberais-conservadores	Luis Lima Verde Sobrino	Artigo
09/06/2018	O "gordinho", o "mariquinha" e o ódio	Regina Ribeiro, jornalista	Artigo
15/06/2018	Pelo sonho é que vamos	Iana Soares, jornalista	Artigo
16/06/2018	Sexo Divino	Caroline Secundino Treigher, Psicóloga	Artigo
16/06/2018	Carta de uma brasileira para as hermanas argentinas	Luanna Marley, Advogada popular	Artigo
22/06/2018	Machismo não é brincadeira	Italo Coriolano, jornalista	Artigo
24/06/2018	Nova política	Carlos Matos, deputado estadual (PSDB)	Artigo
28/06/2018	É o mercado respeita os LGBTs	Jocélio Leal, jornalista	Artigo
02/08/2018	Quando rir não é o melhor remédio	Marina Solon, jornalista	Artigo
03/08/2018	Bolsonaro é pior do que Donald Trump	Italo Coriolano, jornalista	Artigo
10/08/2018	Eleição 2018 e a proximidade de renovação política	Catarina Rochamonte, Doutora em Filosofia e professora da Universidade Estadual do Ceará - Uece	Artigo
19/08/2018	Uma justiça para Marielle	Gláucio Gomes, Sociólogo e diretor na Agência de Desenvolvimento Local - Adel	Artigo
24/08/2018	O reencantamento de Marta	Magela Lima, jornalista e professora da UNI7	Artigo
31/08/2018	Acorda, Brasil!	Jamila Araújo - Empresária e vice-presidente da CDL de Fortaleza	Artigo
01/09/2018	A igreja é jovem	Padre Eugênio Pacelli, Sacerdote jesuíta e mestre em Teologia	Artigo
03/09/2018	Saúde sexual e direitos sexuais	Zenilce Vieira Bruno, Psicóloga Clínica e Terapeuta Sexual	Artigo
09/09/2018	Confronto das ideias/ Judiciário A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), encaminhou ação ao Supremo Tribunal Federal	Márcio Vitor Meyer de Albuquerque, Advogado Criminalista e professor de Processo Penal da Unifor e Estácio-FIC	Artigo

	solicitando que mulheres trans e travestis presas cumpram pena em presídio feminino. A ação é constitucional? SIM		
09/09/2018	Confronto das ideias/ Judiciário A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), encaminhou ação ao Supremo Tribunal Federal solicitando que mulheres trans e travestis presas cumpram pena em presídio feminino. A ação é constitucional? NÃO	Felipe Braga Albuquerque, Professor doutor da Faculdade de Direito da UFC	Artigo
09/09/2018	Vera Lúcia: Somos a única candidatura contra o mercado	Vera Lúcia, Candidata do PSTU à Presidência da República	Artigo
26/09/2018	Linn, uma voz a ser ecoada	Renato Abê, jornalista	Artigo
27/09/2018	Candidatura de Bolsonaro não é como qualquer outra	Henrique Araújo, jornalista	Artigo
28/09/2018	O peso das redes sociais e a imposição do #EleNão	Italo Coriolano, jornalista	Artigo
02/10/2018	"Pra não dizer que não falei das flores"	Eliziane Colares, publicitária	Artigo
04/10/2018	Salvadores da pátria: "Não, muito obrigado!"	Dimas de Castro e Silva Neto, Professor adjunto da UFCA	Artigo
05/10/2018	O que me assusta é o fascismo	André Bloc, jornalista do O Povo	Artigo
05/10/2018	Indignai-vos: Ele não!!	Raquel Coelho de Freitas, Professora de Direito da UFC	Artigo
06/10/2018	E se não houvesse "mimimi"?	Márcio Pessoa, Sociólogo	Artigo
08/10/2018	Quando a alma é pequena	André Haguette, Sociólogo e professor titular da Universidade Federal do Ceará - UFC	Artigo
08/10/2018	Debate centrado em costumes favoreceu Bolsonaro	Renato Meireles, Presidente do Instituto Locomotiva	Artigo
08/10/2018	A guinada à direita	Catarina Rochamonte, Doutora em Filosofia e professora da Universidade Estadual do Ceará - Uece	Artigo
09/10/2018	Bendito aquele que tem família	Marcos Duarte, advogado familista e presidente da Comissão de Direito de Família da OAB do Ceará	Artigo
10/10/2018	O ódio, o voto e a pulsão de morte	Rosemberg Cariry, Cineasta e escritor	Artigo
11/10/2018	Antes de esquerda e direita, somos todos humanos	Germana Belchior, Servidora pública, professora universitária e doutora em Direito	Artigo
11/10/2018	Chamar as coisas pelos seus nomes	Henrique Araújo, jornalista	Artigo
11/10/2018	Mulher na política: a luta que não chegou às urnas	Raquel Andrade, advogada	Artigo

12/10/2018	O Fenômeno Bolsonaro	Antonio Jorge Pereira Júnior, doutor e mestre em Direito	Artigo
12/10/2018	O que explica a onda bolsonarista	Italo Coriolano, jornalista	Artigo
12/10/2018	Coronelismo espiritual	Padra Ermanno Allegri	Artigo
13/10/2018	A guinada à direita e a onda de atentados políticos	Luciano Teixeira Filho, Doutor em Filosofia e professor da Universidade Estadual do Ceará - Uece	Artigo
13/10/2018	Que filhos vamos deixar para o mundo?	Neivia Justa, jornalista, executiva e criadora do movimento #ondestãoasmulheres	Artigo
14/10/2018	Após a reeleição de Dilma Rousseff (PT) em 2014, o Brasil ficou dividido politicamente. O próximo presidente conseguirá pacificar o País? SIM	Renata Karla, Diretora do Grupo de Estudos Veritas	Artigo
16/10/2018	Contra não fatos há argumentos	Antônio Araújo Souza, Professor, jornalista e advogado	Artigo
19/10/2018	Definitivamente, eu não queria	Magela Lima, Jornalista e professor da UNI7	Artigo
20/10/2018	"Aumente seu pênis em até 15 cm" e outras brincadeiras do Mito	Regina Ribeiro, jornalista	Artigo
21/10/2018	Projetos em disputa	Manfredo Araújo de Oliveira, Professor de Filosofia da Universidade Federal do Ceará - UFC	Artigo
22/10/2018	Os dois não são equivalentes	André Haguette, Sociólogo e professor da UFC	Artigo
23/10/2018	Porque não	Fernando Costa, sociólogo e publicitário.	Artigo
25/10/2018	Uma eleição plebiscitária	Josesito Padilha, Economista, advogado e presidente do Instituto Liberal do Nordeste	Artigo
26/10/2018	Bolsonaro e seus arroubos autoritários	Italo Coriolano, jornalista	Artigo
31/10/2018	Formas de ficar em casa	Jáder Santana, jornalista	Artigo
02/11/2018	O voto nordestino mais à direita	Antonio Jorge Pereira Júnior, Doutor e mestre em Direito - USP, professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Unifor	Artigo
02/11/2018	A proteção à família na era Bolsonaro	Marcos Duarte, Advogado familista e presidente da Comissão de Direito de Família da OAB - CE	Artigo
05/11/2018	Almas desnudadas	André Haguette, Sociólogo, professor UFC	Artigo
07/11/2018	A triste noite	Rosemberg Cariry, Cineasta e escritor	Artigo
07/11/2018	É a economia, estúpido!	Jayme Leitão, Arquiteto	Artigo

09/11/2018	O machismo que mata os homens	Neivia Justa, jornalista e executiva criadora do movimento #ondeestaoasmulheres	Artigo
16/11/2018	Autonomia universitária e liberdade de cátedra	Marcelo Uchôa, Advogado, professor Unifor	Artigo
19/11/2018	Guerras de ideologias	André Haguette, Sociólogo, professor UFC	Artigo
21/11/2018	Continuam a matar Dandara	Tel Cândido - Coordenador do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra/SDHDS	Artigo
29/11/2018	Basta de ideologia de gênero!	Márcio Pessoa, Sociólogo	Artigo

APÊNDICE B – TEXTOS INFORMATIVOS DO “O POVO” - 2018

DATA	TÍTULO	AUTORIA	TIPO	CADERNO
01/06/2018	Polícia apreende arma do mesmo modelo usado contra Marielle	Agência Estado	Notícia	Farol
02/06/2018	Duas travestis são mortas em Maracanaú	Sem autoria	Nota	Farol
03/06/2018	-	Chico Eller	Nota	Frases da Semana
04/06/2018	Parada LGBT lota ruas de São Paulo	Sem autoria	Farol	Farol
05/06/2018	Avantu	Matheus Facundo	Notícia	ETC
07/06/2018	Orgulho LGBT	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
10/06/2018	-	Gaby Amarantos	Nota	Frases da Semana
12/06/2018	Para vestir, fazer, usar e pensar moda	João Gabriel Tréz	Notícia	Vida & Arte
13/06/2018	Tem protagonista gay, romance e muita violência	Henrique Araújo	Notícia	Vida & Arte
13/06/2018	Fortaleza nerd	Rubens Rodrigues	Notícia	Vida & Arte
14/06/2018	Ação contra o Estado pede indenização de R\$ 1 milhão para mãe de Dandara dos Santos	Blgo do Eliomar de Lima	Notícia	Farol
14/06/2018	Travestidas invadem palco do Via Sul	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
15/06/2018	A travesti Dandara dos Santos	Romulo Costa	Fotolegenda	Vida & Arte
15/06/2018	Protesto e prisão na Rússia	AFP	Notícia	Esportes
17/06/2018	-	Aline Klein	Nota	Frases da Semana
17/06/2018	Eu, tu, ela	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
18/06/2018	Polanski segue em boa forma	Gabriel Amora	Notícia	Vida & Arte
19/06/2018	OMS tira transexualidade da lista de transtornos mentais	Sem autoria	Nota	Farol
19/06/2018	Eu sou explosão	João Gabriel Tréz	Notícia	Vida & Arte
19/06/2018	o brasil pelo mundo	João Gabriel Tréz	Notícia	Vida & Arte
20/06/2018	"A dança é resitência e militância"	Gabriel Amora	Entrevista	Especial Festival Vida & Arte
21/06/2018	Cabaré 70	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
21/06/2018	Bate-papo com Liniker	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
22/06/2018	Pacientes do São José protestam por ampliação de laboratório	Angélica Feitosa	Notícia	Cidades

22/06/2018	Machismo na Copa	Domitila Andrade	Notícia	Esportes - Especial Copa
22/06/2018	O som do amor	Renato Abê	Notícia	Vida & Arte
23/06/2018	19ª Parada pela diversidade sexual denuncia violência contra comunidade LGBT	Ana Rute Ramires	Notícia	Cidades
23/06/2018	Encontro de gerações e ideias	Renato Abê	Notícia	Vida & Arte
24/06/2018	Dois dedos de prosa com Daniela Pinheiro	Isabel Costa	Entrevista	Farol
24/06/2018	-	Jesuita Barbosa	Nota	Frases da Semana
24/06/2018	-	Valentina Sampaio	Nota	Frases da Semana
24/06/2018	Guilherme Werneck. Ler é uma forma de se proteger de fake news	Renato Abê	Entrevista	Aguanambi 282
24/06/2018	Luta por pluralidade avança no mundo nerd	Sem autoria	Notícia	Vida & Arte
25/06/2018	Alegria e busca por direitos marcam a Parada pela Diversidade	Sara Oliveira	Notícia	Cidades
27/06/2018	Valentina encontra as telas	Renato Abê	Entrevista	Vida & Arte
27/06/2018	Cartórios não podem registrar relações poliafetivas como união estável	Sem autoria	Nota	Farol
27/06/2018	Deleite da língua	Renato Abê	Notícia	Vida & Arte
27/06/2018	Ibope expõe fraquezas de candidatos à Presidência	Agência Estado	Notícia	Política
28/06/2018	"Você sabe se eu sou gay?", pergunta Bolsonaro	Henrique Araújo	Notícia	Política
28/06/2018	Eduardo Girão diz ser contra a legalização da maconha	Carlos Holanda	Notícia	Política
28/06/2018	Vaticano corrige carta do papa	AFP	Nota	Farol
29/06/2018	O retorno dela e dele	Sem autoria	Notícia	Vida & Arte
01/08/2018	52% dos estudantes da Capital relatam violência na vida escolar	Sara Oliveira	Notícia	Cidades
03/08/2018	Laerte-se (2017)	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
07/08/2018	Viúva de Marielle informa que foi perseguida e ameaçada de morte	Sem autoria	Nota	Farol
09/08/2018	Travesti assassinada a tiros no centro de Fortaleza	Sem autoria	Nota	Farol
12/08/2018	Com cinco prêmios, Petra é o grande vencedor do Cine Ceará	Camila Holanda	Notícia	Notícias
12/08/2018	Os amores de Gabriel	Sem autoria	Notícia	Reportagem
13/08/2018	Resistir pela letra	Isabel Costa	Entrevista	Vida & Arte
14/08/2018	Masculino: em busca de um novo conceito	Isabel Filgueiras	Notícia	Vida & Arte
14/08/2018	O mercado trilionário deles	Isabel Filgueiras	Notícia	Vida & Arte
15/08/2018	Uma comédia sem graça	Erika Chagas	Notícia	Vida & Arte

16/08/2018	STF confirma que transexual pode alterar registro civil sem cirurgia	Com Agência Brasil	Notícia	Farol
20/08/2018	Cearense Yakira Queiroz vence Miss Brasil Gay 2018	Sem autoria	Nota	Farol
22/08/2018	Um labirinto em linha reta	Marcos Sampaio	Notícia	Vida & Arte
24/08/2018	AGU é contra travestis em presídio feminino	Sem autoria	Nota	Farol
26/08/2018	Dois dedos de prosa com Victor Miagui	Isaac de Oliveira	Entrevista	Farol
28/08/2018	Flores, listras e empoderamento	Sem autoria	Notícia	Vida & Arte
02/09/2018	Jovens: as razões de quem vai votar por opção	Sara Oliveira	Notícia	Eleições 20218
02/09/2018	-	Hélène Bruller	Nota	Frases da Semana
06/09/2018	O passado e o presente de Lulu	Camila Holanda	Notícia	Vida & Arte
06/09/2018	Curta gênero	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
06/09/2018	Assédio sexual	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
07/09/2018	Em decisão histórica, Índia descriminaliza a homossexualidade	AFP	Farol	Notícia
08/09/2018	Desmoldando o masculino	Ana Cecília Soares, Júnior Pimenta	Reportagem	Vida & Arte
09/09/2018	Muito além do galã	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
10/09/2018	Corpos vivos	João Gabriel Tréz	Reportagem	Vida & Arte
11/09/2018	STF decide hoje se Bolsonaro será réu por racismo	Agência Estado	Notícia	Eleições 20218
11/09/2018	Os femininos que resistem nas cidades	Iury Figueiredo	Notícia	Vida & Arte
11/09/2018	Programação diversa	João Gabriel Tréz	Nota	Vida & Arte
13/09/2018	Escolas têm disciplina que promovem participação política	Israel Gomes	Notícia	Eleições 20218
16/09/2018	Por dentro dos programas de governo	Sem autoria	Reportagem	Reportagem
17/09/2018	Cinco sentidos de um filme	Isabel Costa	Notícia	Vida & Arte
18/09/2018	Da arte de se transformar	Teresa Monteiro	Reportagem	Vida & Arte
18/09/2018	Falta espaço para a montagem?	Teresa Monteiro	Notícia	Vida & Arte
20/09/2018	Presidente do PSL no CE admite que Bolsonaro não retoma campanha no 1º turno	David Moura	Notícia	Eleições 20218
21/09/2018	Desobediência	Sem autoria	Notícia	Vida & Arte
23/09/2018	Santa Clara vira reduto LGBTI em Cuba	AFP	Notícia	ETC
23/09/2018	Uma mistura que cura tudo	AFP	Notícia	ETC
24/09/2018	Carinho na decadência	Renato Abê	Notícia	Vida & Arte
27/09/2018	Um ano de renovações	Erika Chagas	Notícia	Vida & Arte
27/09/2018	Um outro olhar sobre Andy	Danielber Noronha	Notícia	Vida & Arte

29/09/2018	Atos contra Bolsonaro ocorrem hoje em todo o País	Naiana Gomes	Notícia	Eleições 2018
29/09/2018	Ataques a Bolsonaro marcam debate entre candidatas a vice	AE	Notícia	Eleições 2018
30/09/2018	Potiretama. A rejeição e a esperança em Bolsonaro	Wagner Mendes	Reportagem	Eleições 2018
30/09/2018	Liderado por mulheres, movimento "Ele Não" vai às ruas	Wagner Mendes e Ana Rute Ramires	Notícia	Eleições 2018
30/09/2018	Atos em repúdio ao candidato se espalham no país e no mundo	Isabel Filgueiras, com Agências	Notícia	Eleições 2018
01/10/2018	Uma história contra a tirania	Henrique Araújo	Entrevista	Páginas Azuis
03/10/2018	Estratégia de Ciro se volta para o discurso contra a polarização	Luana Barros	Notícia	Eleições 2018
04/10/2018	OEA monitora eleições no Brasil pela primeira vez	Marcela Tosi	Notícia	Eleições 2018
05/10/2018	30 anos da Constituição	Kelly Hekally	Reportagem	Eleições 2018
05/10/2018	O Supremo como guardião	Sem autoria	Reportagem	Eleições 2018
05/10/2018	As marcas dos 50 dias de campanha ao Governo do Ceará	Wagner Mendes	Notícia	Eleições 2018
05/10/2018	Bolsonaro concede entrevista na mesma hora de debate	Com Agências	Notícia	Eleições 2018
06/10/2018	Absurdo cotidiano	Marina Solon	Resenha	Vida & Arte
07/10/2018	Bolsonaro pede que eleitores conquistem mais votos	Agência Estado	Nota	Eleições 2018
07/10/2018	Diversidade - Copo meio cheio ou meio vazio	Emerson Maranhão	Ponto de vista	Eleições 2018
08/10/2018	Vítima de atentado e afastado das ruas, Bolsonaro avança	Isabel Filgueiras	Notícia	Eleições 2018
09/10/2018	Cicatrizes que vestimos	Iury Figueiredo	Reportagem	Vida & Arte
11/10/2018	Engajamento plural	Bruna Forte	Reportagem	Vida & Arte
13/10/2018	haddad associa bolsonaro ao nazismo	AE	Nota	Eleições 2018
14/10/2018	Divergências. Muito além da política	Naiana Gomes	Notícia	Eleições 2018
14/10/2018	Plantão atende vítimas de violência	Naiana Gomes	Notícia	Eleições 2018
14/10/2018	-	Bruna Linszmeyer	Nota	Frases da Semana
14/10/2018	-	Boris Fausto	Nota	Frases da Semana
14/10/2018	O Poder de Diane	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
15/10/2018	Haddad e Bolsonaro em mais um dia de ataque e defesa	Sem autoria	Notícia	Eleições 2018

15/10/2018	Juventudes transviadas	Januele Melo	Notícia	Vida & Arte
15/10/2018	Marielle Franco é homenageada em samba-enredo	Agência Estado	Nota	Farol
18/10/2018	Candidaturas na contramão do fluxo conservador	Luana Barros	Reportagem	Eleições 2018
18/10/2018	Bolsonaro e Haddad tentam atrair votos de eleitores cristãos	David Moura	Notícia	Eleições 2018
18/10/2018	Polícia investiga morte de travesti	Agência Brasil	Notícia	Farol
20/10/2018	Novo plano de Governo é apresentado	AE	Notícia	Eleições 2018
23/10/2018	Na reta final, Marina declara apoio a Haddad	Sem autoria	Notícia	Eleições 2018
24/10/2018	Sexto acusado pela morte de Dandara é condenado a 16 anos de prisão	Lucas Barbosa, colaborou Rubens Rodrigues	Notícia	Cidades
25/10/2018	Observatório vai monitorar casos de violência com motivação política	David Moura	Notícia	Eleições 2018
25/10/2018	Bohemian Rhapsody é exibido em Londres	AFP	Notícia	Vida & Arte
29/10/2018	Agenda une liberalismo econômico e conservadorismo	Carlos Mazza, com agências de notícias	Notícia	Eleições 2018
29/10/2018	Polarização não impediu eleitores de expressarem apoio aos seus candidatos	Isabel Costa, colaborou Bruna Damasceno	Notícia	Eleições 2018
29/10/2018	Como a imprensa internacional noticiou as eleições brasileiras	Sem autoria	Notícia	Eleições 2018
29/10/2018	Clima foi de tranquilidade durante votação para o 2º turno	Bruna Damasceno	Notícia	Eleições 2018
29/10/2018	Em Fortaleza, festa da vitória reúne comemoração e ataques ao PT	Letícia Alves	Notícia	Eleições 2018
29/10/2018	A convivência na prática	Ana Mary C. Cavalcante	Reportagem	Ciência & Saúde
29/10/2018	Marcas do que se foi	Ana Mary C. Cavalcante	Reportagem	Ciência & Saúde
31/10/2018	Mais que uma estatística	Sem autoria	Notícia	Vida & Arte
01/11/2018	Estado tem a maior queda de novos casamentos do Brasil	Carlos Mazza	Notícia	Cidades
01/11/2018	Freddie Mercury. Presente	André Bloc	Reportagem	Vida & Arte
04/11/2018	-	Bruna Linzmeyer	Nota	Frases da Semana
05/11/2018	Política nas telas	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
08/11/2018	A diversidade contra o conservadorismo	Isabel Filgueiras	Análise	Mundo
09/11/2018	Sentimentos que correm contra o tempo	Isaac de Oliveira	Reportagem	Cidades
09/11/2018	União para realizar festas	Sem autoria	Notícia	Cidades

11/11/2018	Estratégias contra a intolerância	Ana Mary C. Cavalcante	Reportagem	Reportagem
11/11/2018	-	Fernanda Lima	Nota	Frases da Semana
11/11/2018	-	Sem autoria	Nota	Frases da Semana
11/11/2018	Celebração tem fé, cura e menção a Bolsonaro (na edição impressa palavra menção foi grafada errada, sem o m - corridida na digital)	Henrique Araújo	Notícia	Reportagem
11/11/2018	De mãos dadas	Sem autoria	Notícia	Reportagem
11/11/2018	"A escola brasileira não tem nada de freiriana, avalia professor"	Henrique Araújo	Notícia	Reportagem
11/11/2018	"Essa agenda é menos urgente", afirma pesquisador	Henrique Araújo	Notícia	Reportagem
11/11/2018	Crise política. Guerras culturais	Henrique Araújo	Notícia	Reportagem
13/11/2018	País de oprimidos	Isabel Costa	Notícia	Vida & Arte
13/11/2018	Comissão especial discute projeto Escola sem Partido hoje	Letícia Alves	Notícia	Política
14/11/2018	A leveza do encontro	Ivig Freitas	Notícia	Vida & Arte
14/11/2018	O espaço da não-ficção no For Rainbow	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
16/11/2018	SSPDS conclui que não houve nenhuma morte por homofobia em Fortaleza	Jáder Santana; Thiago Paiva	Reportagem	Reportagem - Especial
16/11/2018	"Previamente, elas são julgadas e culpadas"	Jáder Santana; Thiago Paiva	Notícia	Reportagem - Especial
18/11/2018	-	Jair Bolsonaro	Nota	Frases da Semana
18/11/2018	Lília Cabral na versão vilã	Agência Estado	Notícia	Vida & Arte
19/11/2018	As didáticas e polêmicas Super Drags	Iury Figueiredo	Notícia	Vida & Arte
19/11/2018	Todos, todas, TODXS	Isabel Costa	Notícia	Vida & Arte
21/11/2018	Respeite as caras	Ivig Freitas	Reportagem	Vida & Arte
21/11/2018	Após novo adiamento, deputados retomam hoje debate sobre Escola sem Partido	Com agências	Notícia	Política
23/11/2018	Olhar para a saúde feminina vai além de questões médicas	Marcela Tosi	Notícia	Cidades
26/11/2018	Marcha fortalece luta pelo fim da violência contra a mulher	Luana Severo	Notícia	Cidades
28/11/2018	Escola Sem Partido movimentada semana na Câmara e no Judiciário	Luana Barros	Notícia	Política
26/09/2019	Ausências de Cid e Eunício marcam debate entre candidatos ao Senado	Naiana Gomes	Notícia	Eleições 2018

APÊNDICE C – TEXTOS OPINATIVOS DO “O POVO” - 2020

DATA	TÍTULO	AUTORIA	TIPO
01/06/2020	Casa Sol Nascente: cuidado e afeto	Arilo Deodato, Diretor da Casa Sol Nascente	Artigo
03/06/2020	A defesa deveria ser pela economia além do lucro	Beatriz Cavalcante, jornalista	Artigo
11/06/2020	Acolhimento no enfrentamento ao coronavírus	Socorro França, Secretária da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) do Estado do Ceará	Artigo
19/06/2020	A cultura em estado de conferência nacional	Fabiano dos Santos Piúba, Secretário de Cultura do Estado do Ceará	Artigo
23/06/2020	Uma conquista tardia	Eneas Romero de Vasconcelos, Promotor de Justiça	Artigo
27/06/2020	O racismo persiste em 2020	Pedro França, Bacharel em Direito	Artigo
28/06/2020	Stonewal: As lutas persistem 51 anos depois	Eduarda Talicy	Artigo
28/06/2020	Nossa vida é luta!	Ailton Lopes, Linguista crítico, bancário e presidente do Psol-Ceará.	Artigo
01/08/2020	A recusa da guerra	Juliana Diniz, Doutora em Direito e professora da UFC	Artigo
02/08/2020	Bolsonarismo igual a nazismo?	Pedro Jorge Ramos Vianna, Professor titular aposentado da UFC	Artigo
07/08/2020	Acolher sem julgamentos	Débora Britto, médica sexóloga da MEAC/UFC	Artigo
16/08/2020	O combate à violência de gênero	Ticiania Santiago, Psicóloga, doutora em Educação e professora do Centro Universitário UniFanor.	Artigo
17/08/2020	Pais diversos	Neivia Justa, jornalista, executiva e criadora do movimento #ondestãoasmulheres	Artigo
19/08/2020	Redes de ódio e as 110 mil vidas	Eliziane Colares, publicitária	Artigo
24/08/2020	Os perigos do militarismo	Cleyton Monte, Cientista político, professor universitário e pesquisador do Lepem (Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia)	Artigo
04/09/2020	A linguagem do corpo	Zenilce Vieira Bruno, Psicóloga Clínica e Terapeuta Sexual	Artigo
11/09/2020	Garantir a vida das mulheres	Denise Aguiar, Secretária-executiva de Políticas para Mulheres do Estado do Ceará	Artigo
12/09/2020	Mario Frias, Secretário Nacional dos Posts	Regina Ribeiro, jornalista	Artigo
20/09/2020	Voz de Neymar e o grito de milhões de invisíveis	André Bloc, jornalista	Artigo

23/09/2020	Meninas desprotegidas, feminicídios precoces	Daniele Negreiros, Assessora técnica do Comitê de Prevenção e Combate à Violência da Assembleia Legislativa do Ceará	Artigo
25/09/2020	Freud, mais vivo do que nunca!	Sabrina Matos, Psicóloga, psicanalista e professora da Unifor	Artigo
27/09/2020	O ministro da Educação e a declaração desajustada	Eduarda Talicy, jornalista	Artigo
28/09/2020	Somente o religioso é moral?	André Haguette, sociólogo e professor da UFC	Artigo
01/10/2020	Desafios da pandemia e o papel do CFO	Adriano Loureiro, Superintendente do Centro de Formação Olímpica (CFO)	Artigo
10/10/2020	Pense: sua família nem sua fé correm perigo	Regina Ribeiro, jornalista	Artigo
12/10/2020	Pastores na política	André Haguette, sociólogo e professor da UFC	Artigo
14/10/2020	Autoridade moral, envergadura intelectual	Nagibe de Melo Jorge Neto, Juiz federal, Professor, Mestre e doutor em Direito pela UFC	Artigo
19/10/2020	Não esqueçam dos vereadores!	Cleyton Monte, Cientista político, professor universitário e pesquisador do Lepem (Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia)	Artigo
22/10/2020	As marcas e a consolidação da diversidade	Marina Daineze, diretora de imagem e Comunicação da Vivo	Artigo
24/10/2020	Francisco permanece no amor	Juliana Diniz, Doutora em Direito e professora da UFC	Artigo
24/10/2020	Por uma vida não remota...	Fátima Severiano, Psicóloga clínica e professora de Psicologia Social da UFC	Artigo
25/10/2020	“Supremo é o povo!”	Joyceane Bezerra de Menezes, Advogada, doutora em Direito e professora da Unifor	Artigo
29/10/2020	O papa e as convivências não conjugais	Antonio Jorge Pereira Júnior, doutor e mestre em Direito	Artigo
15/11/2020	O Exército e as explosões nervosas do presidente	Carlos Mazza, jornalista	Artigo
16/11/2020	As lições de Borgen	Dawisson belém Lopes, Professor do Departamento de Ciência Política da UFMG	Artigo
21/11/2020	Um saldo das eleições de 2020	Juliana Diniz, Doutora em Direito e professora da UFC	Artigo
25/11/2020	Menos partidos, mais diversidade	Plínio Bortolotti, jornalista	Artigo
25/11/2020	Dias melhores, dias de paz	Carla da Escóssia, Assessora Especial da Vice-Governadoria do Estado do Ceará	Artigo
26/11/2020	Supremos erros: decisões abusivas do STF	Antonio Jorge Pereira Júnior, doutor e mestre em Direito	Artigo

28/11/2020	Uma maioria silenciosa	Rev. Munguba Jr., Embaixador Cristão da Coreia do Sul Para a Implantação da Oração da Madrugada e Erradicação da Pobreza no Brasil Conrado	Artigo
29/11/2020	Protestos contra quem?	Pedro Henrique Chaves Antero, Professor de Ciências Políticas	Artigo

APÊNDICE D – TEXTOS INFORMATIVOS DO “O POVO” - 2020

DATA	TÍTULO	AUTORIA	TIPO	CADERNO
04/06/2020	Cumpadcast	Sem autoria	Foto-legenda	Vida & Arte
08/06/2020	Muitas Sônias	Ivig Freitas	Reportagem	Vida & Arte
10/06/2020	-	Daniel Radcliffe	Nota	Farol
11/06/2020	Aumenta o som e apaga a luz	Natália Coelho	Reportagem	Vida & Arte
13/06/2020	Danna Paola	Sem autoria	Nota	Farol
13/06/2020	Repórter da Globo	Sem autoria	Nota	Farol
15/06/2020	De férias com o ex	Sem autoria	Nota	Farol
15/06/2020	Orgulho LGBT	Agência Estado	Nota	Farol
15/06/2020	Diversidade: por que isso é importante?	Amanda Araújo	Reportagem	Classificados do Ceará
16/06/2020	Estados Unidos	Sem autoria	Nota	Farol
16/06/2020	Mês da Diversidade	Sem autoria	Nota	Farol
17/06/2020	Live	Sem autoria	Nota	Vida & Arte
17/06/2020	Incêndios pelo mundo	Diorman Werneck/O Estado	Notícia	Vida & Arte
17/06/2020	Solidão na pandemia: sentimento e prática	Bemfica de Oliveira	Ponto de vista	Ciência e Saúde
18/06/2020	Pablo Vittar	Agência Estado	Nota	Farol
20/06/2020	Intrigante personagem	Clóvis Holanda	Nota	Vida & Arte
22/06/2020	Como ser uma empresa com diversidade?	Amanda Araújo	Reportagem	Classificados do Ceará
23/06/2020	Coletivo As Travestidas realiza festival virtual	Clara Menezes	Notícia	Farol
23/06/2020	Emoções desnudas	João Gabriel Tréz	Reportagem	Vida & Arte
23/06/2020	A nova jornada de Joel e Ellie	Henrique Araújo	Reportagem	Vida & Arte
25/06/2020	Orgulho ao vivo e em cores	Natália Coelho	Notícia	Vida & Arte
25/06/2020	Obra e personagem em (dês) equilíbrio	João Gabriel Tréz	Notícia	Vida & Arte
26/06/2020	Aprendizado sobre consentimento, assédio e violência sexual começa na infância	Catalina Leite	Reportagem	Etc
27/06/2020	De olho nas lives do fim de semana	Sem autoria	Notícia	Vida & Arte
27/06/2020	Espaço de escuta	João Gabriel Tréz	Notícia	Vida & Arte
27/06/2020	All you need	Ventura Profana	Notícia	Vida & Arte
28/06/2020	Psol define candidatura própria em Fortaleza; nome será decidido em prévias	Carlos Mazza	Notícia	Notícias
28/06/2020	Coragem de falar	Gabriela Custódio; Flávia Oliveira	Reportagem	Reportagem

29/06/2020	“A sociedade continua nos enxergando como ameaça”	Ítalo Cosme	Entrevista	Páginas Azuis
29/06/2020	Homicídios contra pessoas trans aumentam 39% no Brasil	Agência Brasil	Notícia	Cidades
29/06/2020	Orgulho LGBTQIA+ ganha as redes	João Gabriel Tréz; com Agências	Notícia	Farol
29/06/2020	Luta pela representatividade	Amanda Araújo	Reportagem	Classificados do Ceará
30/06/2020	Ceará ultrapassa os 6 MIL MORTOS por coronavírus/ Thina, luta e Glamour	Domitila Andrade; Renato Abê	Notícia/Ponto de vista	Reportagem
01/08/2020	“Da Direita à esquerda, é sempre assim”, Diz preto zezé sobre falta De DiversiDaDe entre pré-canDiDaturas	Carlos Holanda	Notícia	Eleições 2020
01/08/2020	Feminist as f*ck	Bruna Forte	Notícia	Vida & Arte
01/08/2020	Sexualidade e quarentena	Não identificado	Nota	Vida & Arte
02/08/2020	-	Sem autoria	Nota	Frases da Semana
02/08/2020	Menos sexo	Catalina Leite	Notícia	ETC
02/08/2020	Prazer mesmo à distância	Catalina Leite	Nota	ETC
03/08/2020	Um período pra criar	Maria Clara Menezes	Notícia	Vida & Arte
04/08/2020	O que a arte ensina à psicanálise?	Bruna Forte	Notícia	Vida & Arte
09/08/2020	2 dedos de proza com André Lima	Bárbara Bezerra	Entrevista	Farol
12/08/2020	Travesti é assassinada a tiros no Centro	Sem autoria	Nota	Farol
13/08/2020	“fortaleza tem uma filial do gabinete do ódio contra mulheres”	Henrique Araújo	Nota	Eleições 2020
14/08/2020	4 mulheres trans foram assassinadas em 28 dias	Rubens Rodrigues	Notícia	Cidades
15/08/2020	Tremei, Madonna!	Rubens Rodrigues	Notícia	Vida & Arte
19/08/2020	Terror além da cena	Mariane Morisawa, especial para Agência Estado	Notícia	Vida & Arte
23/08/2020	A difícil busca da política pela diversidade	Vitor Magalhães	Reportagem	Reportagem
23/08/2020	Política pode salvar, mas estão faltando vozes no debate	Gabriela Almeida	Ponto de vista	Reportagem
23/08/2020	O direito à representação nos parlamentos	Emerson Damasceno	Ponto de vista	Reportagem
24/08/2020	A questão homem	João Gabriel Tréz	Reportagem	Vida & Arte

31/08/2020	“A luta por direitos é como a piracema, vai sempre contra as ondas”	Marcela Tosi	Entrevista	Páginas Azuis
02/09/2020	Reynaldo Gianecchini	Sem autoria	Nota	Farol
02/09/2020	MARIELLE FRANCO	Sem autoria	Nota	Farol
03/09/2020	Música, bate-papo e performance	Sem autoria	Notícia	Vida & Arte
05/09/2020	Psol abre hoje “feriadão de convenções” em Fortaleza	Carlos Mazza	Notícia	Eleições 2020
08/09/2020	Grito dos Excluídos	Sem autoria	Nota	Farol
08/09/2020	Mundos cruzados	Marina Vaz, Agência Estado	Notícia	Vida & Arte
10/09/2020	Literatura como projeto de sociedade	Bruna Forte	Reportagem	Vida & Arte
11/09/2020	Pai espanca filha de 16 anos por ela ser lésbica	Do Correio 24h para a Rede Nordeste	Nota	Farol
11/09/2020	HQ censurada	Sem autoria	Nota	Farol
11/09/2020	Partidos divergem sobre destinação proporcional de recursos	Vitor Magalhães	Notícia	Eleições 2020
12/09/2020	miss brasil mUndo	Sem autoria	Nota	Farol
12/09/2020	Tramas plurais em telas múltiplas	Sem autoria	Notícia	Vida & Arte
12/09/2020	Um novo capítulo?	João Gabriel Tréz	Notícia	Vida & Arte
14/09/2020	O futebol tem que respeitar a diversidade de pensamentos	Lucas Mota	Entrevista	Páginas Azuis
15/09/2020	JK Rowling	Sem autoria	Nota	Farol
15/09/2020	Palavra como gatilho para o olhar	Luiza Ester	Notícia	Vida & Arte
15/09/2020	Contos de uma dama	Isabel Costa	Notícia	Vida & Arte
21/09/2020	Presidente quer apressar substituto para Ginsburg	AFP	Notícia	Política
26/09/2020	58% das meninas mortas em 2018 não frequentavam escola	Lucas Barbosa	Notícia	Cidades
27/09/2020	“ApobrezA no brAsil tem cor e tem rAÇA”	Vitor Magalhães	Entrevista	Aguanambi 282
27/09/2020	InvestIgação pessoal	João Gabriel Tréz	Notícia	Vida & Arte
27/09/2020	-	Milton Ribeiro, Ministro Da Educação	Nota	Frases da Semana
27/09/2020	-	Entidades LGBTQ+	Nota	Frases da Semana
27/09/2020	-	Fabiano Contarato, senador	Nota	Frases da Semana

28/09/2020	Exigência do consumidor leva empresas a maior inclusão de negros	Agência Estado	Notícia	Economia
30/09/2020	Líder religioso acusado de crimes sexuais é preso preventivamente em Fortaleza	Angélica Feitosa	Notícia	Cidades
01/10/2020	Impunidade garantida	Agência Estado	Notícia	Esportes
02/10/2020	MPE pede impugnação de candidatura coletiva e levanta debate sobre modalidade	Felipe Pereira	Notícia	Eleições 2020
02/10/2020	“Vamos lutar por ela”, diz Roseno sobre candidatura coletiva	Felipe Pereira	Nota	Eleições 2020
05/10/2020	Quando há machismo na seleção?	Ana Beatriz Caldas	Reportagem	Classificados do Ceará
10/10/2020	Convite para arrepiar	João Gabriel Tréz	Entrevista	Vida & Arte
14/10/2020	Nomeada por Trump à Suprema Corte diz que fé católica não determina suas decisões	AFP	Notícia	Mundo
16/10/2020	-	Igor Cosso	Nota	Farol
17/10/2020	Juciel Lima promete concurso em diversas áreas	Maria Eduarda Pessoa	Notícia	Eleições 2020
18/10/2020	Reconexão com as prÓpRias históRias	João Gabriel Tréz	Notícia	Vida & Arte
19/10/2020	Afirmção e resistência	João Gabriel Tréz	Notícia	Vida & Arte
20/10/2020	Um espaço de arte e política	Sem autoria	Notícia	Vida & Arte
22/10/2020	TikTok reforçará medidas contra racismo	AFP	Nota	Farol
22/10/2020	A grande fuga	Mariane Morisawa, especial para o Estadão	Notícia	Vida & Arte
22/10/2020	Senado aprova escolhido de Bolsonaro para o Supremo	Agência Estado	Notícia	Política
23/10/2020	Jovens podem decidir eleição americana, se forem votar	Sem autoria	Notícia	Mundo
24/10/2020	Ela faz o corre dela	João Gabriel Tréz	Notícia	Vida & Arte
24/10/2020	Memórias afetivas constroem “Diálogos de João e Júlia”	Isabella von HaydIn	Notícia	Vida & Arte
24/10/2020	Muitas mudanças depois...	Mariane Morisawa, especial para o Estadão	Notícia	Vida & Arte
25/10/2020	Impactos que acompanham uma fase de mudanças	Gabriela Custódio	Reportagem	Ciência e Saúde
25/10/2020	Jovens LGBTQIA+ relatam efeitos da pandemia na saúde	Gabriela Custódio	Reportagem	Ciência e Saúde
25/10/2020	Incertezas que permeiam a vida profissional	Gabriela Custódio	Reportagem	Ciência e Saúde

25/10/2020	-	Papa Francisco	Nota	Frases
26/10/2020	Número de mortes de trans e travestis em 2020 já supera 2019 em 45%	Domitila Andrade (colaborou Lucas Barbosa)	Reportagem	Cidades
26/10/2020	Políticas públicas aguardam execução	Domitila Andrade	Notícia	Cidades
26/10/2020	É preciso humanizar corpos trans	Dália Celeste, afrotransfeminista	Ponto de Vista	Cidades
26/10/2020	SSPDS cria comissão para promover melhoria na tratativa da população LGBT	Domitila Andrade	Notícia	Cidades
26/10/2020	Muitas periferias nas telas	Miguel Araújo	Notícia	Vida & Arte
26/10/2020	O homem que tem asa no pé	Bruna Forte	Entrevista	Páginas Azuis
29/10/2020	Relatório aponta violência física e psicológica	Júlia Duarte	Notícia	Cidades
29/10/2020	É diversão que você quer?	Isabella von HaydIn	Notícia	Vida & Arte
31/10/2020	Padre apoia união civil homossexual	Sem autoria	Nota	Farol
01/11/2020	-	Kennedy Alencar	Frase	Frases da semana
01/11/2020	-	Jair Bolsonaro	Frase	Frases da semana
01/11/2020	-	Padre Fábio de Melo	Frase	Frases da semana
02/11/2020	Lideranças negras	Ana Beatriz Caldas	Notícia	Classificados do Ceará
03/11/2020	Nova Zelândia terá uma mulher maori como ministra	AFP	Nota	Farol
03/11/2020	Conexões em série	Clara Menezes	Notícia	Vida & Arte
05/11/2020	Multiculturalidade, música e tecnologia	Isabella von HaydIn	Notícia	Vida & Arte
06/11/2020	Debate entre candidatos a prefeito é marcado por embates	Felipe Pereira	Notícia	Eleições 2020
08/11/2020	Baixinhos sem nenhum preconceito	Agência Estado	Notícia	Vida & Arte
08/11/2020	-	Jacinda Ardern	Frase	Frases da semana
09/11/2020	Biden se concentra na transição sem que Trump reconheça a derrota	AFP	Notícia	Mundo
09/11/2020	Choro de emoção durante as manifestações pela vitória de Biden nos Estados Unidos	Com AFP	Reportagem	Reportagem
10/11/2020	Maioria é favor do casamento gay e contra o porte de armas	Henrique Araújo	Nota	Eleições 2020
12/11/2020	Férrer e Célio reafirmam discursos de campanha	Carlos Holanda	Notícia	Eleições 2020

12/11/2020	Gêneros expostos	Miguel Araújo	Notícia	Vida & Arte
12/11/2020	Hora e vez do teatro	Luiza Ester	Notícia	Vida & Arte
15/11/2020	Por que mereço seu voto	Felipe Pereira	Reportagem	Eleições 2020
16/11/2020	Novos vereadores serão 53% das cadeiras da câmara	Gabriel Borges	Reportagem	Eleições 2020
16/11/2020	Roseno projeta voto contra Bolsonaro	Felipe Pereira	Notícia	Eleições 2020
17/11/2020	Candidatos transexuais alcançam resultado histórico	Sem autoria	Notícia	Eleições 2020
18/11/2020	Novo tempo novo	Jully Lourenço	Notícia	Vida & Arte
19/11/2020	-	Jair Bolsonaro	Frase	Farol
20/11/2020	Poucos recursos travam promoção da igualdade racial	Ítalo Cosme	Reportagem	Cidades
22/11/2020	2 Dedos de Prosa com Maria Rosa	Marcela Tosi	Entrevista	Farol
25/11/2020	Entidades buscam volta de vestibular para trans	Sem autoria	Nota	Farol
25/11/2020	STF anula decreto da Câmara do DF que susta lei anti-homofobia	AE (Agência Estado)	Nota	Farol
27/11/2020	Ministro da Educação rejeita acordo para se livrar de inquérito por homofobia	AE (Agência Estado)	Nota	Farol
30/11/2020	Para além da universidade	Miguel Araújo	Notícia	Vida & Arte
30/11/2020	Dia de votação: mesmas cenas, atores diferentes	Bruna Forte	Notícia	Eleições 2020
02/22/2020	-	Bruna Linzmeyer	Frase	Farol
17/082020	Reserva de recursos para negros está na pauta do TSE	Henrique Araújo	Notícia	Eleições 2020